



50

MAIO 2018 – AGOSTO 2018

Revista da Sociedade  
Brasileira de Economia Política

[revista.sep.org.br](http://revista.sep.org.br)

## CONSELHO EDITORIAL

ALAN FREEMAN UNIVERSITY OF GREENWICH  
ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS  
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM  
ANITA KON PUC-SP  
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)  
ARTURO HUERTA UNAM  
CESARE GIUSEPPE GALVAN UFPB  
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP  
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA  
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA  
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII  
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE  
GUIDO MANTEGA FGV-SP  
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG  
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP

LEDA MARIA PAULANI USP  
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"  
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP  
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB  
MÁRIO DUAYER UFF  
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU  
PAULO NAKATANI UFES  
PAUL SINGER USP (IN MEMORIAM)  
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS  
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)  
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP  
THEOTONIO DOS SANTOS (IN MEMORIAM)

## SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA — SEP

### DIRETORES

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA (IN MEMORIAM)  
MAURÍCIO DE SOUZA SABADINI (UFES) PRESIDENTE  
JOÃO LEONARDO GOMES MEDEIROS (UFF) VICE-PRESIDENTE

Bruno Martarello De Conti (UNICAMP)  
Ellen Lucy Tristão (UFVJM)  
Gustavo Moura de Cavalcanti Mello (UFES)  
João Policarpo Rodrigues Lima (UFPE)  
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UNB)  
Marina Machado de Magalhães Gouvêa (UNILA)  
Marisa Silva Amaral (UFU)

### COMITÊ EDITORIAL

Victor Leonardo Araujo (UFF)  
Hugo Correa (UFF)  
Tiago Camarinha Lopes (UFG)

**ENDEREÇO PARA  
CORRESPONDÊNCIA**

Faculdade de Economia  
Universidade Federal Fluminense  
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519  
Niterói, RJ  
CEP 24.240-225  
ww.sep.org.br – sep@sep.org.br

**PREÇO DO EXEMPLAR**

Preço do exemplar avulso: R\$ 35,00  
As solicitações de assinaturas e exemplares avulsos podem ser feitos  
por meio do correio eletrônico: revista@sep.org.br

**REVISÃO TEXTUAL E  
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO  
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Felipe Neres – NK&F Arquitetos Associados 2018  
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br  
Ilustração da capa por Alessandro Sbampato  
Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política  
Ano 20 – 2016 – Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2018  
ISSN 1415-1979  
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.  
CDD – 330

NÚMERO 50  
MAI 2018 – AGO 2018

# REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

6 **Apresentação**

## **HOMENAGEM**

10 **Paul Israel Singer (1932-2018) – *In Memoriam***  
Ramón García Fernández

## **ARTIGOS**

18 **Estrutura econômica, gastos sociais, distribuição de renda e rentabilidade no Brasil entre 2000 e 2015: uma análise de suas relações e determinações sobre o crescimento econômico**  
Ricardo Dathein

38 **Revisão pós-crise do novo consenso macroeconômico: mais do mesmo?**  
Luiz Fernando de Paula  
Paulo José Saraiva  
André de Melo Modenesi

66 **Nelson Werneck Sodré: vida militar, democracia e política econômica**  
Ulisses Rubio Urbano da Silva

92 **Cuba: rela es de trabalho, subdesenvolvimento e resistência**  
Marcelo Soares de Carvalho

114 **Notas críticas   compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando *O Estado e a Revolu o***  
Paulo Henrique Furtado de Araujo

142 **Economia política versus economia positiva: proposta de um antimanual de introdu o   economia**  
Luiz Filgueiras

## **RESENHA**

### **O Estado como obstáculo ao acúmulo de riqueza privada**

Maria Aparecida de Abreu

História da Riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos

Jorge Caldeira.

**166**

## APRESENTAÇÃO

Entre os dias 12 e 15 de junho, a Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense sediou o XXIII Encontro Nacional de Economia Política. Centenas de professores, pesquisadores e estudantes debruçaram-se em torno do tema “Crise, austeridade e luta de classes: o Brasil em um beco sem saída”. Não haveria tema mais apropriado para o congresso, realizado sob os efeitos de uma interminável crise econômica, cujo sintoma mais grave é o número de trabalhadores/as desocupados/as: quase 13 milhões, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Seguindo a tradição, inaugurada no número 47 da Revista da SEP, publicamos a seguir o conteúdo da Carta de Niterói, aprovada em 14 de junho de 2018:

*Decorrido um ano da redação da Carta de Campinas, encontramos-nos ainda em um cenário convulsivo que insiste em sufocar e desarticular, diariamente, a narrativa oficial da recuperação econômica e da pacificação dos conflitos que transbordaram à superfície com toda a intensidade nos últimos anos.*

*A insolvência de vários estados brasileiros ganha sua expressão mais visível no Rio de Janeiro. A deterioração aguda e acelerada da segurança pública acua, fere e mata indiscriminadamente. O brutal assassinato da vereadora Marielle Franco e a morte de Anderson Gomes, muito mais do que meros efeitos colaterais dessa deterioração, revelam ainda o caráter direcionado e premeditadamente simbólico da violência. Ao mesmo tempo, o clima generalizado de medo cria solo fértil para o apoio a soluções repressivas e, especialmente nas comunidades e nos bairros pobres, violentas e autoritárias. Neste quadro, inclusive, a intervenção federal, com forte viés militar, serve como balão de ensaio para o resto do país, segundo declaração sintomaticamente despudorada do interventor general Braga Netto.*

No plano político, a escalada fascista e a prisão de Lula, impedindo-o de concorrer às eleições presidenciais, desnudam a fragilidade da nossa democracia. No plano econômico, a insistente agenda de reformas conservadoras, como a previdenciária e a privatização da Eletrobrás, aponta para a necessidade de colocar a luta da classe trabalhadora em outro patamar, para o devido enfrentamento e resistência. A Petrobrás, finalmente submetida com sucesso aos interesses que pautam a agenda do governo ilegítimo de Michel Temer, acrescenta pólvora a essa mistura com sua política de preços prostrada à ideologia do livre mercado, expondo o país às oscilações de um dos mercados mais evidentemente marcados por determinantes geopolíticos.

Disparada em boa medida pelos impactos dessa política sobre a atividade de transporte rodoviário de cargas, a recente greve dos caminhoneiros demonstrou, com toda evidência, dois aspectos cruciais de nossa realidade. Primeiro, a força latente e potencialmente irrefreável do povo em ação coordenada e organizada. Segundo, o quanto a sociedade produtora de mercadorias caminha sistematicamente no fio da navalha, sempre a três ou quatro dias de distância do completo caos social. Passada, por ora, a breve tempestade, deve estar claro para todos o quanto as condições mais essenciais de nosso cotidiano repousam sobre pressupostos que escapam completamente de qualquer controle consciente.

A solução ao impasse oferecida pelo governo federal seria cômica, caso se limitasse estritamente ao terreno da ficção. Ela envolve, entre outras coisas, um mecanismo que pode, eventualmente, subsidiar a importação do diesel para preservar a neutralidade das medidas do ponto de vista concorrencial. Há muito, já sabíamos que o ímpeto das práticas de

austeridade é completamente apaziguado quando esbarra nas necessidades do mercado e que seu rigor e energia costumam ser direcionados ao desmonte da já frágil rede de proteção social e à suspensão de direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora. Agora descobrimos que nem mesmo o discurso da austeridade sobrevive quando o peso do Estado precisa se voltar à promoção da concorrência.

Curiosamente, a(s) tragédia(s) de um mundo neoliberal encontra(m) resistência até mesmo no campo conservador, especificamente capitaneada pelo governo de Donald Trump e suas medidas protecionistas, que ameaçam disparar uma guerra comercial com a China e a União Europeia. Cabe aos economistas críticos contribuir para que o conjunto da sociedade brasileira reflita se o caminho para contornar a crise estrutural da economia global é, de fato, uma mera reabilitação das políticas tradicionais do capitalismo dirigido do pós-guerra.

Não é difícil conceber que a eliminação/superação das distorções que nos assolam exija uma transição possivelmente atravessada por convulsões sociais e econômicas potencialmente severas. Os nós que nos amarram a uma condição subordinada, desigual e injusta não podem ser afrouxados, devem ser rompidos. Se o beco é sem saída, como anuncia o título deste XXIII ENEP, torna-se imprescindível pôr o beco abaixo.

Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)  
Niterói, 14 de junho de 2018

Esta edição é aberta com o artigo “Estrutura econômica, gastos sociais, distribuição de renda e rentabilidade no Brasil entre 2000 e 2015: uma análise de suas relações e determinações sobre o crescimento econômico”, de autoria de Ricardo

Dathein. O autor traz em seu artigo novos elementos para a compreensão da dinâmica econômica recente, recorrendo a aspectos estruturais da economia brasileira.

Em seguida, no artigo “Revisão Pós-Crise do Novo Consenso Macroeconômico: Mais do mesmo?”, Luiz Fernando de Paula, Paulo José Saraiva e André de Melo Modenesi oferecem uma crítica às propostas de flexibilização da política econômica do Novo Consenso.

O pensamento econômico brasileiro é tema do artigo de Ulisses Rubio Urbano da Silva, “Nelson Werneck Sodré: vida militar, democracia e política econômica (1954-1964)”. O autor revisitou artigos escritos entre os anos de 1954 e 1964, em que Sodré debate o modelo econômico do presidente Juscelino Kubitschek, o desenvolvimento associado, e o regime de exceção introduzido em 1964.

No quarto artigo desta edição, intitulado “Cuba: relações de trabalho, subdesenvolvimento e resistência”, Marcelo Soares de Carvalho discute as recentes reformas econômicas realizadas em Cuba, particularmente as que tangem às relações de trabalho e ao estrangulamento externo.

No artigo seguinte, “Notas Críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando *O Estado e a Revolução*”, Paulo Henrique Furtado de Araujo examina criticamente o livro de

Lênin, apontando limitações que foram incorporadas ao marxismo dominante do século XX.

A seção de artigos é finalizada com “Economia Política versus Economia Positiva: proposta de um antimanual de introdução à economia”, artigo em que Luiz Filgueiras defende a necessidade de construção de um discurso alternativo ao que prevalece nos manuais e no ensino de Economia.

Na seção de resenhas, *História da Riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos*, de Jorge Caldeira, é resenhado por Maria Aparecida Azevedo Abreu.

Nesta edição, o Comitê Editorial comunica o reajuste do preço do exemplar avulso. Depois de muitos anos com o preço congelado, passará a custar R\$ 35,00.

Este número 50 da *Revista da SEP* é aberto com uma homenagem a Paul Singer, um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Economia Política, e morto em abril de 2018. A homenagem foi escrita por Ramon García Fernandez.





## HOMENAGEM

# PAUL ISRAEL SINGER (1932-2018) – *IN MEMORIAM*

**F**iquei muito triste com o falecimento do professor Paul Singer, ou Paulo, como ele preferia ser brasileiroamente chamado, ocorrido no último dia 16 de abril. O Brasil perdeu um dos seus grandes intelectuais, uma figura importantíssima, ótimo economista, excelente pessoa, grande professor, um intelectual que marcou profundamente as ciências sociais brasileiras.

Como diz a música do Cazuza, ele morreu quando seus (nossos) inimigos estão no poder, mas não foi uma *overdose*, foi uma doença depois de uma vida longa e extraordinariamente produtiva em diversas esferas: intelectual, política, administrativa. Lembrem que, com mais de 80 anos, quando a enorme maioria dos que conseguem chegar nessa idade faz tempo que pendurou as chuteiras, ele continuava ocupando cargos importantes na alta administração do país. Com efeito, ele foi Secretário Nacional de Economia Solidária desde 2003 até 2016, começando no governo Lula, e só saiu logo depois do golpe que derrubou a presidenta Dilma.

Nascido numa família judia de Viena que sabiamente conseguiu fugir a tempo do nazismo, ele migrou para o Brasil com a mãe, um tio, a avó (mãe de ambos) e uma tia-avó quando ainda era uma criança.

**RAMÓN GARCÍA  
FERNÁNDEZ**

Professor da UFABC,  
ex-vice-presidente e ex-diretor  
da SEP

Na adolescência, já em São Paulo, ele cursou uma escola técnica, e antes de entrar na universidade ficou vários anos trabalhando como operário metalúrgico, obviamente sindicalizado. Anos mais tarde começou seu vínculo com a USP: formou-se primeiro como economista na FEA, e depois obteve o título de doutor em Sociologia na FFLCH, sob a orientação de Florestan Fernandes. Nesses anos ele também começou a lecionar na USP, vínculo que se interrompeu quando ele foi cassado pelo AI-5 em 1969.

A primeira vez que o nome de Paul Singer apareceu na minha frente foi quando eu ainda estava na Argentina. A editora *Siglo XXI* acabava de lançar, em espanhol, seu “Curso de Introdução à Economia Política”. Na época eu nem fazia economia; eu estudava biologia e trabalhava na livraria de minha família e, como, livreiro sabia que todos os livros da *Siglo XXI* eram bons e de esquerda. Gravei o nome, como era (continuando) minha mania, pensando que seria algum autor inglês ou estadunidense que valeria a pena seguir.

Já morando no Brasil no fim dos anos 1970, comecei a ler as revistas de esquerda da época e a xeretar em livrarias, e qual não seria minha surpresa ao descobrir que o tal Singer era brasileiro! Ainda assim, acho que passei meus quatro anos de FEA/USP sem ter ouvido falar

dele na escola, embora já fosse uma referência em artigos de jornal, livros, etc., nos quais se destacava como um dos grandes economistas alternativos. A essa altura do campeonato, eu infelizmente ignorava toda a prestigiosa contribuição anterior dele nas áreas de economia urbana e de desenvolvimento, campos nos quais ele pesquisou no doutorado e também mais tarde, estando vinculado institucionalmente ao CEBRAP depois de ter sido cassado na USP.

Quando entrei na pós-graduação no IPE/USP, descobri, para minha alegria, que o professor Singer lecionava na instituição (ele tinha sido reintegrado, como todos os cassados, poucos anos antes). Decidi então que não podia perder a oportunidade de fazer algum curso com ele, e foi assim que me inscrevi na disciplina de “Tópicos de Distribuição de Renda”. O curso foi muito legal, e o professor Singer mostrou ser pessoalmente tão brilhante como em seus escritos. Para mim, também foi uma lição a respeito do que é possível fazer ao conceber uma matéria como professor na pós-graduação, pois ele deixou claro, na primeira aula, que era um curso no qual ele também estava estudando, e por isso incluiu na bibliografia autores clássicos e contemporâneos que ele conhecia perfeitamente junto com outros que ele dominava menos, para revê-los ou até para estudá-los a fundo pela primeira vez. Convenci-me, na prática, de que cursos desse tipo são completamente

válidos. Talvez o único problema dessa matéria foi que o mestre, bem no estilo dos anos 1980, organizou as aulas como seminários nos quais os alunos expunham e ele complementava com suas observações. Nesse sentido, para os que éramos fãs de carteirinha dele, o curso foi menos interessante do que esperávamos: sem menosprezar ninguém, nós queríamos ouvi-lo, não ouvir nossos colegas e nós mesmos! Na divisão de assuntos, eu fiquei com o último seminário, e tive que preparar, com muito cuidado, boa parte do livro, então bastante recente, de James O'Connor sobre os EUA (na edição da Paz e Terra: *USA - Crise do Estado Capitalista*); essa foi uma das melhores leituras que fiz na pós-graduação, e nunca teria descoberto a obra, não fosse o Paulo.

Nessa mesma época houve um caso que hoje não é muito lembrado, e que mostra claramente a competência intelectual do Singer. No ano de 1984, o Departamento de Economia da FEA contava só com cinco professores titulares, e não eram abertos concursos para esse cargo fazia anos. Uma longa fila de candidatos estava esperando para prestar esses concursos. Quando o governador Montoro assumiu, em 1983, foi atendido este pedido da comunidade universitária. No departamento, foram abertos concursos para várias vagas de titular: quatro para Microeconomia, três para Econometria e quatro para Macroeconomia. A voz dos corretores dizia que era exatamente esse o número

de professores que estavam em condições de virarem titulares. Só que, segundo essa mesma lenda, ninguém conversou com o Paulo, um *outsider* no departamento na época. Então, ele resolveu se inscrever em Macro, e esse passou a ser o único concurso com mais candidatos do que vagas. Assim, poucas pessoas assistiram às provas dos concursos de Econometria e Micro, apesar da competência dos candidatos, pois com uma relação candidato/vaga igual a um, o resultado era mais do que previsível. O concurso de Macro, ao contrário, com um candidato a mais do que o número de vagas, tinha salas lotadas, pois todos queriam saber quais seriam os aprovados. Sem dar os nomes, posso garantir que os outros quatro professores eram membros respeitados e competentes do departamento. Ao longo do concurso, Paulo, o *outsider*, brilhou nas provas e foi um dos aprovados. Mais ainda: se minha memória não falha, houve dois professores que tiraram dez em (quase) tudo, e o Paulo foi um deles, com uma banca cuja maioria não seria, em princípio, tão simpática a suas perspectivas em Economia.

Poucos anos depois, eu passei por minha primeira experiência como docente: fui contratado para dar um curso semestral de Introdução à Economia, matéria obrigatória do quarto semestre, para os alunos do curso de Publicidade e Propaganda de uma universidade particular paulistana. Atribuída a tarefa, passei a me perguntar o que se poderia ensinar de economia

que fosse interessante, num único semestre, para um grupo de não especialistas. Sem modestia, acho que fiz uma ótima escolha: usei, de ponta a ponta da disciplina, o *Curso de Introdução à Economia Política*, do Paulo, aquele mesmo livro graças ao qual tinha conhecido seu nome uma década atrás. Eu mesmo me diverti muito com a disciplina, aprendi muitas coisas, e os alunos, embora a maioria estivesse com a cabeça em outros assuntos (acho que 95% da turma sonhava com ser diretor de arte numa agência de publicidade), também aprenderam bastante; certamente o curso foi muito mais proveitoso do que se eu tivesse escolhido a saída mais fácil (nessa época como agora), de adotar um manual ortodoxo qualquer e me basear nele pulando as partes formalizadas.

Em todos esses anos, o Singer era uma referência fundamental como um dos principais, senão “o” principal, economistas de esquerda no debate público, papel que vinha ocupando crescente e paulatinamente a partir do lançamento de *A Crise do Milagre* em 1976. Envolvia-se em debates nos jornais, discutindo a evolução da economia brasileira a partir de uma perspectiva ancorada na economia política. Mais ainda, o tópico da distribuição de renda, sobre o qual ele tinha publicado importantes trabalhos, tornou-se uma das questões mais discutidas nesses anos, dada a situação na qual se encontrava o Brasil depois de combinar o milagre dos anos 1970 com a recessão dos anos

1980. Sem dúvida, o Singer ocupou uma posição destacada no campo progressista nesse debate. Um importante reconhecimento de seu papel como economista público de esquerda ocorreu quando o PT, do qual ele foi fundador, ganhou as eleições municipais de São Paulo, em 1988, com a candidatura da Luiza Erundina. A prefeita o convidou para ser seu secretário da Fazenda, e ele desempenhou-se nesse cargo com muita competência ao longo dos quatro anos do governo dela. Essa performance notável certamente surpreendeu a muitos, dado que ele era um acadêmico sem qualquer experiência anterior de gestão.

Um caso curioso vinculado indiretamente com ele ocorreu numa ocasião na qual me convidaram para participar na banca de uma monografia que seria avaliada por parecer. Recebi o exemplar, comecei a ler, e estava achando o texto excelente. Claro, dado que todo professor que se preze ao participar numa banca tem que dar seus pitacos, esforcei-me para fazer algumas críticas, sugerir mudanças, etc. A certa altura, o texto começou a resultar excessivamente familiar. Numa época sem internet, verificar plágio era muito complicado, mas eu fui atrás e vi que o aluno tinha transcrito páginas e páginas de *O Dia da Lagarta*, um livro do Singer que tinha saído poucos anos atrás. Fiquei chateadíssimo com o plágio, mas, por outro lado, me diverti pensando que se eu soubesse que o texto era do Singer, eu nunca teria proposto qualquer mudança!

Depois que saí da FEA, o vi poucas vezes, em geral em situações sociais, na casa do seu filho André, e da mulher dele, Sílvia, meus amigos de longa data. Acompanhei meio de longe sua transformação no grande nome da Economia Solidária, uma área na qual sempre tive interesse teórico, mas com a qual pouco me envolvi. Uma única vez o chamei para uma banca de uma orientanda minha, Denise Maia, também minha colega na UFPR, que tinha pesquisado nessa temática. Infelizmente, poucos dias antes da defesa, meu irmão Javier piorou do câncer que tinha, e acabou falecendo. Eu estava em Buenos Aires com minha família, pois tinha viajado para acompanhar os últimos dias dele, e não tinha condições de voltar a Curitiba na data da defesa, mas, ao mesmo tempo, não dava para desmarcar a banca; para que os procedimentos regimentais continuassem como previsto, eu fui substituído na defesa pelo coordenador do curso, meu colega Marcelo Curado. Por isso, posso dizer que paradoxalmente estive, mas não estive, numa banca com o professor Singer.

Um breve comentário teórico: sempre pensei que havia uma possibilidade enorme de diálogo entre os trabalhos dele sobre economia solidária com a obra de Richard Wolff e Steve Resnick, os mentores do grupo que edita a revista *Rethinking Marxism*. Até cheguei a comentar isso com o Paulo em algum desses encontros circunstanciais; ele achou interessante, mas não me consta que tenha conseguido fazer qualquer

avanço nessa direção. Uma conversa equivalente com o Wolff também não deu resultados pelo seu desconhecimento de português, e pela falta de traduções das obras do Singer ao inglês. Eis aí uma oportunidade ainda não aproveitada de avançar na área!

Para encerrar, mencionarei uma das lembranças dele que acho mais importantes. Paulo Singer era presidente de honra da SEP. Embora ele não tenha se envolvido muito com a associação, sempre foi nossa referência. Ele participou no primeiro congresso, no qual a SEP foi fundada, em Niterói em 1996. Lembro que naquela assembleia, na qual poucos passavam dos 50 anos, ele, com seus 64, era o sênior pela obra, e também pela idade. A proposta de nomeá-lo presidente de honra teve aceitação unânime, e foi acompanhada por uma salva de palmas. Hoje, quando a SEP está consolidada, e muitos dos presentes naquela assembleia estamos, anos mais ou anos menos, na idade que o Paulo tinha então, nosso presidente de honra nos deixou. Triste, claro, mas sabemos que ele deixa uma lembrança inesquecível e uma obra que será referência permanente do pensamento progressista no Brasil e no mundo.







RICARDO DATHEIN

ESTRUTURA ECONÔMICA, GASTOS SOCIAIS, DISTRIBUIÇÃO  
DE RENDA E RENTABILIDADE NO BRASIL ENTRE 2000 E 2015:  
UMA ANÁLISE DE SUAS RELAÇÕES E DETERMINAÇÕES SOBRE  
O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Recebido em 08/2017

Aprovado em 05/2018

# ESTRUTURA ECONÔMICA, GASTOS SOCIAIS, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E RENTABILIDADE NO BRASIL ENTRE 2000 E 2015: UMA ANÁLISE DE SUAS RELAÇÕES E DETERMINAÇÕES SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

## Resumo

**O** artigo avalia o desempenho da economia brasileira entre 2000 e 2015 a partir de uma base teórica que ressalta a estrutura econômica como determinante crucial da produtividade e da rentabilidade do capital e, portanto, do crescimento econômico, além da própria sustentabilidade das políticas sociais e da redistribuição de renda. Analisam-se o comportamento dos gastos públicos sociais e da produtividade do trabalho, a participação dos salários e do excedente econômico no PIB e a produtividade marginal do capital. Os resultados apontam para uma clara diferenciação entre três períodos (2000-2003, 2004-2008 e 2009-2015), com relacionamentos muito distintos entre as variáveis estudadas. Esse desempenho explica as fases de crescimento e crise e a dinâmica distributiva primeiramente compatível, e depois contraditória, com a acumulação.

**Palavras chave:** estrutura econômica; gastos sociais; distribuição de renda; rentabilidade.

**Classificação JEL:** L16, O11, O15.

## Abstract

The paper evaluates the performance of the Brazilian economy between 2000 and 2015 from a theoretical basis that highlights the economic structure as a crucial determinant of the productivity and profitability

## RICARDO DATHEIN

Professor associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ricardo.dathein@ufrgs.br

of capital and, therefore, of economic growth, as well as the sustainability of social policies and income redistribution. The behavior of social public spending and labor productivity are analyzed, as well as the participation of wages and economic surplus in GDP and the marginal productivity of capital. The results point to a clear differentiation between three periods (2000-2003, 2004-2008, and 2009-2015), with very different relationships between variables. This performance explains the growth and crisis phases and the distributive dynamics first compatible, and after contradictory, with accumulation.

**Keywords:** economic structure; social spending; income distribution; profitability.

**Classification JEL:** L16, O11, O15.

## I. Introdução

Depois de muitos anos de *performance* econômica inferior, nos anos 2000 (antes da crise internacional), aparentemente a economia brasileira teria retomado uma trajetória positiva, com um crescimento baseado em maior produtividade e acumulação de capital, o que resultaria em crescimento consistentemente superior. Ao mesmo tempo, aumentou a possibilidade de distribuição de renda, o que ocorreu fruto das iniciativas de política econômica distributiva e derivado das melhoras no mercado de trabalho.

No entanto, desde 2008, a economia brasileira enfrenta problemas para compatibilizar crescimento e distribuição de renda. Depois de forte retração, houve recuperação, mas a trajetória tornou-se inferior e recessiva, com permanentes pressões macroeconômicas.

O objetivo desse artigo é avaliar a dinâmica estrutural da economia brasileira e sua relação com a rentabilidade do capital, a relação da evolução da produtividade com os gastos sociais e o desempenho da economia brasileira com ênfase na distribuição de renda e nas condições de rentabilidade do capital entre os anos de 2000 e 2015, destacando a tese de que a dinâmica da estrutura econômica é determinante para as condições de rentabilidade e, portanto, dos investimentos e do crescimento.

Para isso, o texto está subdividido da seguinte forma. A segunda seção apresenta a relação teórica entre a dinâmica estrutural e a rentabilidade do capital. A terceira seção expõe as relações entre a estrutura produtiva, a dinâmica da produtividade e os gastos sociais. A quarta parte avalia o desempenho econômico relativamente às condições de rentabilidade no período 2000 a 2015 e a lógica das políticas econômicas de longo prazo dos governos pós-2003, através da análise do comportamento das seguintes variáveis: participação dos salários e do excedente econômico no PIB e produtividade marginal do

capital. Por fim, as considerações finais avaliam os impactos da dinâmica desses indicadores sobre o crescimento e a crise econômica.

## 2. A dinâmica estrutural e sua relação com a rentabilidade do capital

Segundo a visão estruturalista, o crescimento econômico é função fundamentalmente da dinâmica da estrutura produtiva e das políticas e instituições correlacionadas, as quais precisam ser construídas. De acordo com Cimoli e Porcile (2013), existe uma relação fundamental entre tecnologia, crescimento e estrutura. Segundo Ocampo (2005), a essência do desenvolvimento é a habilidade para gerar constantemente novas atividades dinâmicas, com realocação de capital e trabalho para essas atividades mais produtivas, de maior agregação de valor, que geram e exigem melhores ocupações e maiores salários, e com maiores perspectivas de inserção internacional. Portanto, o crescimento é um processo mesoeconômico, determinado pela dinâmica da estrutura produtiva<sup>1</sup>, com fortes efeitos potenciais positivos em termos de padrões de vida e de distribuição de renda<sup>2</sup>.

Nesse processo, a evolução da estrutura produtiva é determinada pela interação entre duas forças básicas: (a) as inovações e o processo de aprendizado e (b) os mecanismos de difusão (as complementaridades, as cadeias e as redes econômicas), conjuntamente com as instituições

requeridas. Em princípio, esses elementos caracterizam e eficiência dinâmica de uma economia, sendo as inovações, o motor do processo e a difusão, o mecanismo integrador e transformador (OCAMPO, 2005).

Peres e Primi (2009) propõem o termo “SES synthesis” para uma concepção que agrega as teorias Schumpeteriana, Evolucionista e Estruturalista (*Schumpeterian, Evolutionist and Structuralist*)<sup>3</sup>. Essa “síntese SES” considera:

- (i) the intrinsic, qualitative and quantitative differences between sectors and among productive activities; (ii) the specificities of knowledge and technology, and their catalyzing role in development processes; (iii) the absence of automatic adjustment mechanisms; and (iv) the role of institutions in shaping the transition to higher

---

1 A estrutura econômica engloba a composição setorial da produção e as redes e cadeias produtivas, a especialização no comércio internacional, as capacidades tecnológicas (incluindo capacidades da força de trabalho), a estrutura de propriedade, as estruturas estatais, a estrutura do mercado financeiro, a estrutura ocupacional (o subemprego, por exemplo), etc. Com essas estruturas, combinando setores com rendimentos crescentes e decrescentes, geram-se círculos virtuosos ou viciosos, a partir da dinâmica dos mercados, das inovações e das finanças, e isso determina a inserção comercial e financeira do país na economia internacional (OCAMPO; RADA & TAYLOR, 2009).

2 A própria competitividade envolve mais que eficiência microeconômica, tendo determinação essencialmente setorial e global (sistêmica). Ou seja, o problema do baixo crescimento pode não estar no desempenho da produtividade (eficiência) microeconômica. O problema pode estar no processo de transformação estrutural inadequado, segundo Ocampo (2005).

3 A síntese engloba os trabalhos dos desenvolvimentistas schumpeterianos, como Chang, Reinert e Stiglitz; dos evolucionistas, como Nelson, Winter, Freeman, Dosi, Soete, Pérez, Arthur e Cimoli; e dos estruturalistas latino-americanos, como Prebisch, Furtado, Pinto e Ocampo, entre tantos outros (PERES & PRIMI, 2009, p. 6).

levels of development associated with the transfer of human and financial resources to activities with increasing returns. (PERES & PRIMI, 2009, p. 6).

A partir do conceito de inovação de Schumpeter, a criação de novas estruturas produtivas (ou a mudança qualitativa de antigas) deve ser entendida como o fator de maior importância, em um processo de criação e destruição de empresas e setores (CIMOLI & PORCILE, 2013; FONSECA & AREND, 2016). Assim, as inovações (no caso, novos setores e empresas) necessitam e geram mais investimentos, enquanto atividades em decadência requerem poucos investimentos. Portanto, esse tipo de inovação, a mudança estrutural, cumpre um papel essencial de ampliação da rentabilidade média da economia<sup>4</sup>, provocando a aceleração do crescimento econômico como função de maiores investimentos.

Por outro lado, a capacidade de criação de complementaridades, cadeias e redes é necessária para a redução do dualismo com a difusão de inovações, incluindo os novos setores produtivos, e com a criação de *linkages* entre setores. É isso que determina o efeito multiplicador macroeconômico. Em conjunto com as inovações e os correlacionados investimentos, formam a relação essencial entre estrutura econômica e crescimento.

Nessa concepção, a estabilidade macroeconômica e o ambiente institucional (para a

disseminação de informações e coordenação), assim como a provisão adequada de infraestrutura, finanças, conhecimento, educação e recursos humanos, são condições estruturais, mas não são determinantes ativos ou condições suficientes para gerar alterações na dinâmica do crescimento. Em sentido oposto, a transformação estrutural determina fortemente a dinâmica macroeconômica via seus efeitos sobre os investimentos e o comércio internacional. A instabilidade macroeconômica (em sentido amplo) pode destruir o crescimento, sendo necessária, mas não suficiente, a estabilidade para gerar crescimento. Para isso, o que mais importa é a mudança estrutural, que propicia diminuição do peso de setores informais e aumento de peso de setores de alta produtividade.

Um dos fatores mais importantes de diferenciação dos impactos setoriais sobre o crescimento é que o progresso tecnológico não se distribui homoganeamente entre os setores – alguns possuem taxas de inovação e efeitos de difusão muito maiores que outros. Segundo Cimoli e Porcile (2013, p. 21), “Hay una clara relación entre el esfuerzo agregado de I+D [P&D] en una

---

4 Segundo Peres e Primi (2009, p. 10), “The SES approach recognizes the sectoral nature and characteristics of knowledge, technology and production activities, and their effects on growth and development, concluding that innovation occurs in the context of the expansion or creation of specific sectors and activities. Thus, in this frame, innovation drives structural change, which in turn strengthens the incentives to innovation in a virtuous circle of growth. This process, however, is neither automatic nor spontaneous.”

economía y el peso que en ella tienen los sectores intensivos en tecnología, como la electrónica, la farmacéutica, la aeroespacial o partes de la metal-mecánica.” Assim, segundo esses autores, existe uma relação fundamental entre tecnologia, crescimento e estrutura econômica, formando uma dinâmica macro e microeconômica do desenvolvimento. Primeiro, há o nível microeconômico do aprendizado e das capacitações. Segundo, o nível da estrutura produtiva, das complementaridades e do Sistema Nacional de Inovações. E, terceiro, os determinantes macroeconômicos (CIMOLI & PORCILE, 2011, p. 563).

Imbs e Wacziarg (2003) correlacionam indicadores de concentração setorial da produção com valores de renda *per capita* ao longo do tempo. O resultado é um padrão de especialização da estrutura produtiva em forma de U. Ou seja, os países diversificam sua estrutura produtiva até atingirem um determinado nível da renda *per capita* relativamente alto; a partir do qual, tendem a voltar a se especializar, mas agora em setores de muito maior produtividade<sup>5</sup> e em geral com menor intensidade do que na fase de diversificação. Carvalho e Kupfer (2011, p. 620) afirmam que “Esse fato levaria à conclusão de que os países, em geral, só voltam a se especializar após conquistarem um grau elevado de desenvolvimento.”

Da mesma forma, Dani Rodrik, a partir da metodologia desenvolvida por Imbs e Wacziarg (2003), afirma que “quando um país passa de uma renda muito baixa a níveis mais altos, o padrão de produção se diversifica notavelmente e que, quando a renda é bastante alta, a curva começa a inverter-se, o que significa que começa a intensificar-se a concentração.” (RODRIK, 2010, p. 29). Isso significa o oposto do que propõe a teoria das vantagens comparativas, segundo a qual os países devem se especializar. Ou seja, segundo Rodrik (*ibidem*, p. 30):

[...] a dinâmica que impulsiona o crescimento não está diretamente relacionada a nenhum tipo de vantagem comparativa estática. Ao contrário, é uma dinâmica que, de uma maneira ou de outra, leva alguns países a diversificar gradualmente os investimentos numa ampla gama de novas atividades. Os países prósperos são aqueles que fazem novos investimentos em novas áreas; os que se estagnam são os países nos quais não ocorre esse processo.

Carvalho e Kupfer afirmam, a partir de Rodrik e de Imbs e Wacziarg, que, “se é esperado que somente os países avançados se especializem, não poderia ter sido a especialização que os levou ao estágio avançado de desenvolvimento,

---

5 Carvalho e Kupfer afirmam que “a especialização só seria benéfica quando realizada em setores de maior conteúdo tecnológico e de maior dinamismo da demanda.” Por exemplo, com a diversificação da pauta exportadora, reduz-se “a dependência da receita exportadora de poucos bens (normalmente *commodities*), e, dessa forma, a volatilidade dessas receitas.” (CARVALHO & KUPFER, 2011, p. 622).

tudo levando a crer que foi, ao contrário, a diversificação.” (CARVALHO & KUPFER, 2011, pp. 621-622). Assim, “A ocorrência de uma trajetória em U para um país que ainda não é desenvolvido poderia indicar, portanto, uma especialização prematura de sua estrutura produtiva, provavelmente desencadeada por fatores exógenos ao seu processo de desenvolvimento econômico.” (*ibidem*, p. 620).

Analisando a relação entre desenvolvimento econômico e mudança estrutural no Brasil, Nassif, Feijó e Araújo (2015) usam o arcabouço teórico kaldoriano e a hipótese de Thirlwall, para o qual a relação entre as elasticidades-renda da demanda das exportações e das importações determina o crescimento sustentável sem constrangimentos do balanço de pagamentos, e o maior ou menor dinamismo dessa economia em relação ao resto do mundo. Para elevar essa relação entre as duas elasticidades, é necessária a ocorrência de mudança estrutural. Nesse sentido, Nassif, Feijó e Araújo afirmam, partindo do entendimento de que “manufacturing sector dictates the dynamism of aggregate productivity growth” (2015, p. 1310), que “structuralist economists identify the manufacturing industry as the main industry responsible for disseminating technical progress as well as the principal source of significant static and dynamic increasing returns to scale.” (*ibidem*, p. 1309) e que “shifting the composition of their exports from traditional goods (labour intensive

and natural resource based) to very diversified goods, especially science-, engineering- and knowledge-based goods, which make up the majority of total exports.” (*ibidem*, p. 1311). Ou seja, a mudança estrutural promovida pelo desenvolvimento desses setores proporciona a mudança da relação entre as elasticidades que permitem maior crescimento sustentável.

Peres e Primi (2009) argumentam que, como a transformação das estruturas produtivas e organizacionais encontra barreiras e possui custos, a intervenção do Estado é necessária para enfrentá-los. Isso significa a criação de assimetrias promotoras de atividades compreendidas como geradoras de crescimento de longo prazo. Mazzucato (2014, pp. 26, 33, 107, 257 e 260) argumenta que o Estado é necessário porque a mudança estrutural é um processo de inovação com incerteza knightiana, diferentemente do risco, portanto, não calculável em termos de retorno social e privado. O Estado deve criar e formar mercados, segundo a concepção de Polanyi. Ou, partindo da concepção de Keynes, o Estado deve fazer coisas que, de outra forma, não aconteceriam, promovendo a mudança estrutural. Isso, para Mazzucato, deve ocorrer até que a incerteza transforme-se em risco, quando a entrada do setor privado seria facilitada.

Nesse sentido, o Estado pode assumir diferentes papéis, como regulador, como produtor direto, via o mecanismo de compras governamentais

e/ou como agente financiador ou investidor, sempre visando promover projetos considerados estratégicos pelos seus impactos na produtividade ou para a absorção de mão de obra. Todas essas formas de atuação cumprem o papel de aumentar a taxa de retorno dos investimentos privados. Tendo em vista que os sistemas e os indivíduos são resistentes a mudanças e que a mudança técnica é setorialmente específica, e considerando que certas mudanças estruturais são condição para outras mudanças, Peres e Primi (2009, p. 23) argumentam que as políticas industriais precisam ser seletivas, priorizando setores com potenciais e fortes impactos tecnológicos e produtivos.

### **3. Estrutura produtiva, produtividade e gastos sociais**

A estrutura produtiva desempenha um papel fundamental para a dinâmica da produtividade e para o crescimento econômico, assim como para a distribuição de renda e a pobreza. Uma estrutura produtiva que evoluiu para maior diversificação de capacitações e para maiores capacitações intensivas em conhecimento aumenta sua produtividade (CIMOLI *et alii*, 2015; MEDEIROS, 2016). Além disso, a economia torna-se mais competitiva nos mercados doméstico e externo, e o crescimento tende a ser mais persistente e estável (FOSTER-MCGREGOR; KABA & SZIRMAI, 2015). Isso tende a elevar a rentabilidade média do capital dessa economia,

de forma que os investimentos são estimulados e ocorre maior crescimento econômico.

Por outro lado, a capacidade de mudança estrutural cumpre um papel fundamental no combate à desigualdade de renda e à pobreza. O aumento do gasto social e a distribuição direta de renda (o que está na dependência de fatores institucionais pró-igualdade) são fundamentais, mas melhorias igualitárias sustentáveis exigem mudanças estruturais em direção a setores produtivos mais intensivos em conhecimento, que sustentam o crescimento e o emprego no longo prazo (CIMOLI *et alii*, 2015).

Cimoli *et alii* (2015) fazem uma classificação correlacionando instituições pró-distribuição fracas ou fortes com estrutura produtiva intensiva em conhecimento ou simples. Uma configuração com instituições pró-distribuição fortes e estrutura produtiva intensiva em conhecimento resulta, provavelmente, em crescimento sustentável e igualitário (padrão A). Uma configuração com instituições pró-distribuição fracas e estrutura produtiva simples resulta, provavelmente, em crescimento insustentável e com alta desigualdade (padrão B). O Brasil dos anos 2000 aproximar-se-ia de uma configuração com instituições pró-distribuição fortes e estrutura produtiva simples, que resulta em crescimento insustentável e desigualdade intermediária ou, pelo menos, em redução (padrão C). Esse padrão não pode ser considerado estável. Em



termos econômicos, podem ocorrer problemas fiscais, inflacionários e crise externa. A coalizção distributiva governante pode não ser capaz de enfrentar a instabilidade econômica e política resultante, o que tende, mais provavelmente, a levar a economia do padrão C de volta ao padrão B, pois a transição do padrão C ao padrão A é muito mais difícil.

O ideal de um processo de desenvolvimento seria, partindo de um padrão C, concomitantemente se construir uma configuração com instituições pró-distribuição fortes e estrutura produtiva intensiva em conhecimento, para chegar ao padrão A. Aparentemente, o Brasil conseguiu apenas construir a configuração com instituições pró-distribuição fortes, transitando de C para B, o que gerou crescimento insustentável e desigualdade menor, mas também com pressões por reversão.

Havia um grande atraso social no Brasil e existia espaço econômico para esses avanços. No entanto, há o problema de garantir sua sustentabilidade. A alternativa não deveria ser a redução dos gastos sociais, com suas consequências, mas a busca de mudança na estrutura econômica que provocasse aumentos de produtividade e desse sustentabilidade aos avanços sociais, além de impedir reações políticas adversas.

Houve grandes avanços sociais no Brasil entre 2002 e 2014, com redução de desigualdade e de pobreza, derivados de gastos sociais ampliados

e de aumentos de empregos e de salários. No entanto, o crescimento da produtividade foi relativamente baixo e houve fraca mudança estrutural. O Brasil aparece como um país com alto (comparativamente a outros países) e crescente gasto social relativamente ao PIB, o que indicaria como *proxy*, pelo menos entre 1990 e 2010, um país com mais fortes instituições favoráveis à igualdade ou uma preferência por mais alta igualdade.

Cimoli *et alii* (*ibidem*) usam a produtividade como *proxy* do que eles classificam como diversificação (um grande conjunto de capacitações) e intensidade em conhecimento (capacitações conhecimento-intensivas) da estrutura produtiva (*diversification and knowledge-intensity (DKI) of the production structure*). No entanto, a evolução da produtividade do trabalho, no mesmo período, foi relativamente pequena, indicando baixa capacidade de mudança estrutural e pequena capacidade de mudança da economia em direção a setores e ocupações mais intensivos em conhecimento. Analisando a economia brasileira a partir da base metodológica de Imbs e Wacziarg (2003), Carvalho e Kupfer (2011) concluem que sua indústria passou a especializar sua estrutura prematuramente, em padrões de renda *per capita* relativamente menores que os padrões dos países desenvolvidos.

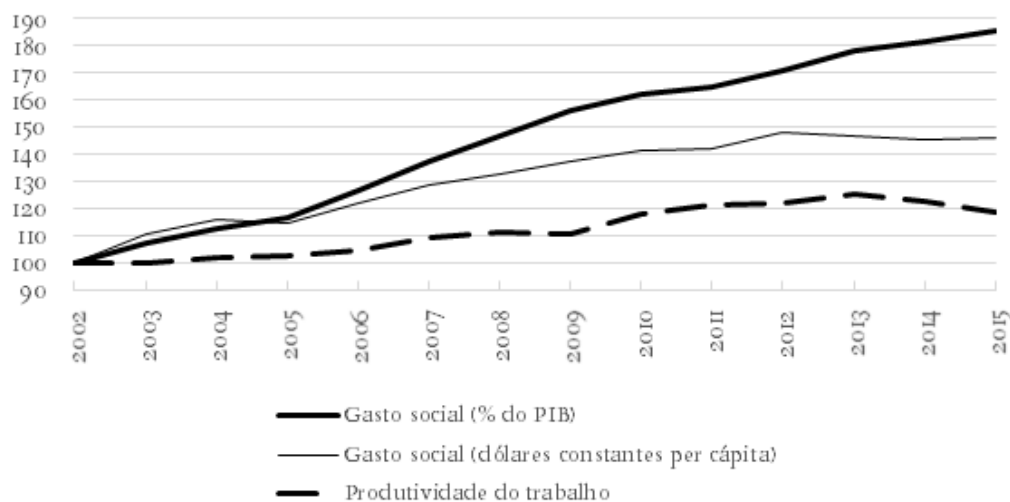
O crescimento da produtividade do trabalho do Brasil entre 2002 e 2013, de 25,4% (média de 2,1%

ao ano), esteve relacionado ao *boom* de *commodities*, diminuindo a restrição externa ao balanço de pagamentos, e não com a construção sustentável de capacitações mais diversificadas e mais intensivas em conhecimento. Isso permitiu maior crescimento econômico (e maior emprego formal e crescimento salarial), mas não, sustentabilidade, tanto do crescimento econômico quanto das melhorias sociais. Os gastos sociais como percentual do PIB, no mesmo período, cresceram 78,5% (5,4% ao ano), passando de 20,1% para 23,9% do PIB, enquanto em dólares reais *per capita* cresceram 46,7% (3,5% ao ano)<sup>6</sup>.

Esse aumento de gastos sociais, juntamente com as melhorias salariais e ocupacionais, permitiu significativos avanços na distribuição de renda e na redução da pobreza.

Segundo a análise de Cimoli e Porcile (2013), no governo Lula, houve um choque positivo dos termos de intercâmbio, ao mesmo tempo em que surgiram sintomas de doença holandesa, além de elevação da relação entre os salários comparativamente aos países centrais, por efeito do câmbio. Isso teria representado uma

Gráfico 1- Gasto social total do Governo geral e Produtividade do trabalho, 2002 a 2015  
(Índice de 2002 = 100)



Fontes dos dados brutos: CEPAL (2017), IBGE-Contas Nacionais (2017) e IBGE-PNAD (2017)

<sup>6</sup> Os dados apresentados são o gasto público social (inclui proteção ao meio ambiente, habitação, saúde, educação, cultura e esportes e proteção social) do governo geral em percentual do PIB e em dólares per capita a preços constantes de 2010. A produtividade do trabalho foi calculada dividindo o PIB<sub>pm</sub> a preços de 2015 pela população ocupada.

melhora transitória, mas com piora estrutural e com acumulação de aprendizado menor, tendo em vista o *boom* de *commodities*, pois os setores de maior intensidade tecnológica ficam com peso menor.

No governo Dilma, houve um choque negativo de demanda e de aprendizado, derivado da piora da situação internacional. Resultou disso um menor multiplicador de renda e menor multiplicador de aprendizado, com perda de setores e de capacidades tecnológicas. Além disso, a elasticidade-renda de demanda de exportações diminuiu e a elasticidade-renda de demanda de importações aumentou, de acordo com o modelo de Thirlwall. Portanto, ocorreu uma mudança estrutural negativa (CIMOLI & PORCILE, 2013; NASSIF; FEIJÓ & ARAÚJO, 2015; GORDON & GRAMKOW, 2011; AREND; SINGH & BICHARA, 2016; ROSSI & MELLO, 2016).

#### **4. Desempenho econômico e condições de rentabilidade no período 2000 a 2015**

Sob a ótica do desenvolvimento econômico e social, os governos iniciados em 2003 tiveram dois focos de políticas. Em primeiro lugar, a ênfase na distribuição de renda e no combate à pobreza. Apesar de não ser o objetivo em si, essas políticas têm, como consequência, o crescimento do consumo. Houve uma expectativa de que esse crescimento do consumo, com existência de capacidade ociosa, gerasse crescimento dos

investimentos privados. Mas não é adequado considerar que esses governos acreditaram que só o crescimento do consumo seria suficiente para gerar crescimento econômico, tanto é que existem várias políticas importantes enfatizando a oferta agregada.

Esse destaque na oferta forma o segundo foco, com as políticas desenvolvimentistas em si: PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior), PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo), Plano Brasil Maior, incentivos à inovação, políticas setoriais, políticas de compras da Petrobras e da área da saúde, foco em educação e qualificação profissional etc. Nesses planos, houve metas de criação de capacidade produtiva, de criação de capacidade exportadora e de criação de capacidade inovadora, além de metas de aumento da taxa de investimento. Também há ações de criação e desenvolvimento de instituições. Ou seja, há, claramente, elementos de políticas industriais e tecnológicas desenvolvimentistas e neo-schumpeterianas. Esses dois focos de políticas podem ser considerados constituindo um “subtipo” de desenvolvimentismo<sup>7</sup>.

---

7 Conforme a definição de Pedro Fonseca (2015).

Além disso, as políticas anticíclicas também se relacionam com as políticas de desenvolvimento econômico. Essas políticas estavam presentes, por exemplo, no Plano Brasil Maior e também foram utilizadas quando necessárias em períodos de recessão e/ou de inflação crescente.

As políticas desenvolvimentistas geraram alguns resultados positivos, como um crescimento da taxa de investimentos públicos, apesar de essa ter se mantido reduzida comparativamente com a história brasileira e com outros países. Permaneceu também uma baixa capacidade de planejamento econômico. Por isso, houve uma expectativa de maior coparticipação do setor privado, como com o PAC e com as concessões de infraestrutura. Os resultados foram alcançados em termos de transformação estrutural e de performance da indústria (que continuou sua trajetória de redução de participação no PIB) e da capacidade de inovação (que não se alterou substancialmente, apesar de vários programas de incentivos). A taxa de investimento total aumentou consideravelmente até 2010, mas partindo de um patamar muito rebaixado e permanecendo muito distante das taxas de países de alto desempenho.

Por outro lado, há uma contradição permanente com a política macroeconômica. O tripé macroeconômico (metas de inflação, metas fiscais e câmbio flutuante) teve fraco desempenho no objetivo de estabilidade<sup>8</sup> e é contraditório com

as políticas desenvolvimentistas. A lógica pressuposta pelo tripé macroeconômico é a de que a gestão econômica do governo deveria ater-se a ele, com o mercado definindo o restante das variáveis econômicas. Uma questão central, o câmbio foi fixado fundamentalmente pelo mercado e está condicionado pela política de metas de inflação. Essa contradição nunca foi resolvida: ou tripé e câmbio de mercado, ou políticas desenvolvimentistas. As tentativas de conciliação foram parcialmente possíveis quando o mercado externo foi o principal estimulante.

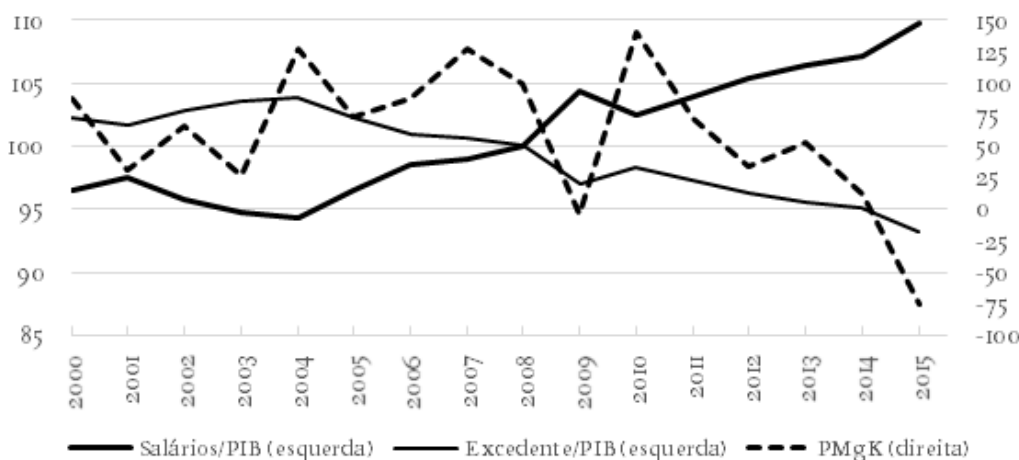
Para analisar a dinâmica recente da economia brasileira, faz-se a seguir um exercício buscando relacionar as evoluções da massa salarial, do excedente econômico (como indicador de lucros) e da rentabilidade do capital para três períodos: de 2000 a 2003, de 2004 a 2008, e de 2009 a 2015<sup>9</sup>. No primeiro período, há queda da participação dos salários no PIB e aumento da

---

8 Na realidade, boa parte do desempenho positivo em termos de estabilidade macroeconômica pode ser creditada não à política macroeconômica em si, mas como consequência do bom desempenho do PIB e ao aumento da capacidade importadora.

9 Os cálculos foram realizados da seguinte forma: usou-se os dados disponíveis a partir do Sistema de Contas Nacionais Referência 2010 do IBGE, em valores nominais. O excedente econômico foi encontrado subtraindo-se do PIB a remuneração dos empregados. A produtividade marginal do capital (PMgK) foi encontrada dividindo-se a variação real do PIB pela taxa de investimento a preços correntes. A produtividade marginal do capital foi considerada como proxy da produtividade do capital ou da relação produto-capital, supondo-se a média igual à marginal e a variação do estoque de capital como igual aos investimentos totais. Ou seja,  $Y / K \rightarrow \Delta Y / \Delta K = \Delta Y / I = (\Delta Y / Y) / (I / Y)$ , onde  $Y$  é o PIBpm,  $K$  é o estoque de capital e  $I$  é a Formação Bruta de Capital Fixo.

Gráfico 2 - Participação dos salários e do excedente econômico no PIB e produtividade marginal do capital (PMgK), Brasil, 2000 a 2015 (Índice de 2008 = 100)



Fontes dos dados brutos: IBGE - Contas Nacionais (2018).

Tabela 1- Produtividade marginal do capital, relação salários-PIB e excedente econômico-PIB, Brasil, 2000 a 2015

Período	Produtividade marginal do capital	Remuneração dos empregados / PIB	Excedente econômico / PIB
2000	0,2	39,2	60,8
2001	0,1	39,6	60,4
2002	0,2	38,9	61,1
2003	0,1	38,5	61,5
2004	0,3	38,3	61,7
2005	0,2	39,2	60,8
2006	0,2	40,0	60,0
2007	0,3	40,2	59,8
2008	0,3	40,6	59,4
2009	-0,01	42,4	57,6
2010	0,37	41,6	58,4
2011	0,19	42,2	57,8
2012	0,09	42,8	57,2
2013	0,14	43,2	56,8
2014	0,03	43,5	56,5
2015	-0,2	44,6	55,4

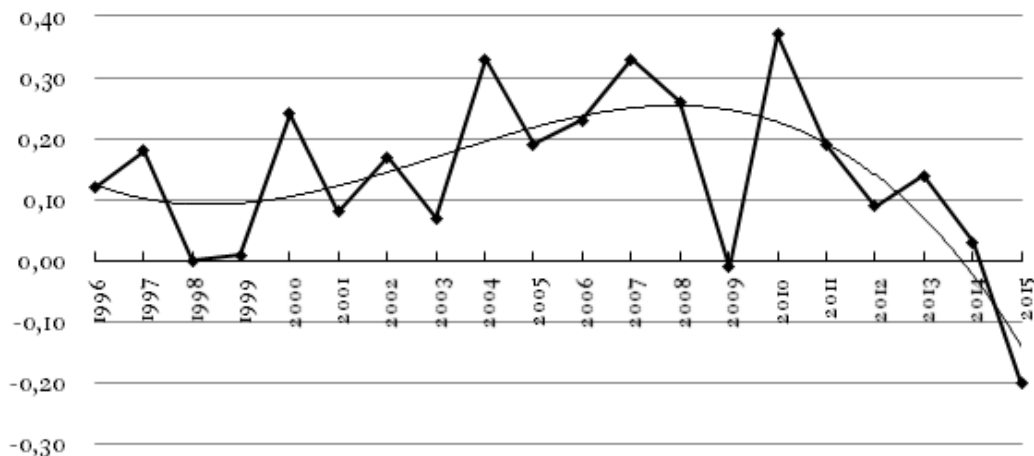
Fontes dos dados brutos: IBGE - Contas Nacionais (2018).

participação do excedente no PIB<sup>10</sup>, enquanto a produtividade marginal do capital (PMgK) apresentou baixo nível, com uma média de 0,14 (ver gráfico 2 e tabela 1). Assim, a rentabilidade do capital deve ter crescido impulsionada pela maior participação do excedente no PIB (ou seja, pela variável distributiva), apesar da baixa produtividade do capital (variável tecnológica). Um aumento da participação do excedente econômico no PIB eleva a rentabilidade do capital, mas tem a característica de ser limitado, até porque não se pode concentrar a renda indefinidamente. A relação produto-capital, ao contrário, expressando no longo prazo melhorias tecnológicas (no caso do argumento deste

trabalho, da mudança estrutural), é a causa mais consistente de elevação da taxa de lucro. Especificamente, considera-se que a produtividade marginal do capital é um bom indicador de rentabilidade do capital.

No período seguinte, de 2004 a 2008, houve uma combinação de aumento dos salários e queda do excedente em relação ao PIB, invertendo a tendência anterior. A PMgK apresentou forte crescimento (ver gráfico 3), atingindo uma média de 0,27 nesse período – quase o dobro do período anterior. Assim, apesar da redução da participação do excedente no PIB, a maior PMgK deve ter provocado o crescimento da rentabilidade do capital, permitindo uma

Gráfico 3- Produtividade Marginal do Capital, Brasil, 1996 a 2015



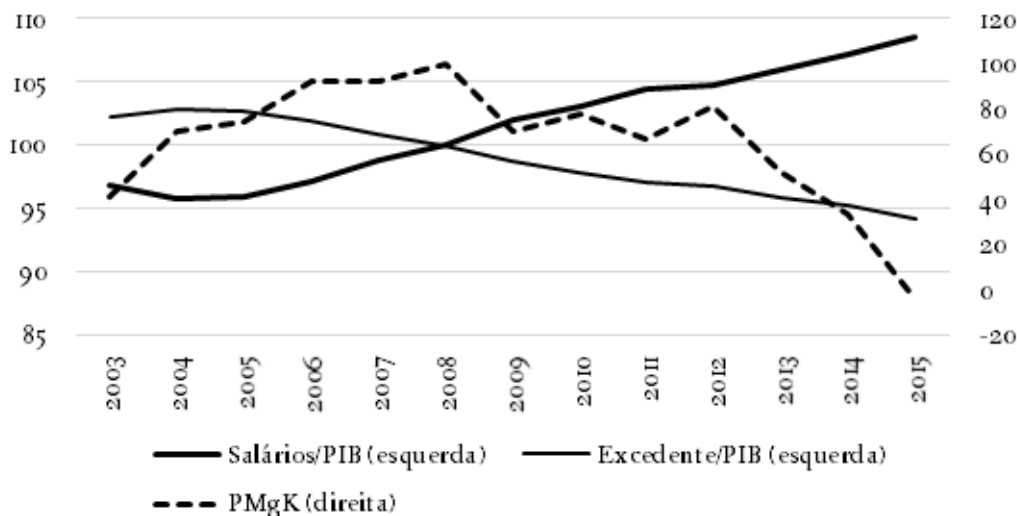
Nota: Relação entre a taxa real de crescimento do PIB e a taxa de investimentos, dados anuais e tendência.  
 Fonte dos dados brutos: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais (2018) e Contas Nacionais (2018).

10 Em 2010, ocorreu um movimento oposto, com queda da participação dos salários e aumento da participação do excedente no PIB, aliado a forte crescimento da PMgK.

compatibilização excepcional (no sentido de positiva e de rara) entre maior produtividade do capital, maior taxa de lucro, maiores investimentos, maior crescimento do PIB e distribuição de renda. Nesse caso, uma maior rentabilidade do capital compensou uma decrescente participação do excedente no PIB. Portanto, inverteram-se os determinantes da rentabilidade do capital, que continuou sua tendência ascendente. Essa maior rentabilidade deve ter explicado as maiores taxas de crescimento do PIB nesses anos.

No período mais recente, de 2009 a 2015, continuou a tendência anterior de elevação da participação dos salários e de redução da participação do excedente no PIB. No entanto, agora houve forte reversão da tendência anterior de elevação da PMgK (ver gráfico 3). Com isso, a média da PMgK ficou em 0,09 entre 2009 e 2015. Sem contar o ano de forte recuperação de 2010, nos outros anos desse último período, a média foi de apenas 0,04. Por isso houve forte queda da rentabilidade do capital. Não é possível compatibilizar queda da participação do excedente no

Gráfico 4- Participação dos salários e do excedente econômico no PIB e produtividade marginal do capital (PMgK), Brasil, 2003 a 2015 (Médias trienais, índice de 2008 = 100)



Fontes dos dados brutos: IBGE - Contas Nacionais (2018).

PIB com queda da produtividade do capital. Os dois determinantes da taxa de lucro, o distributivo e o tecnológico, comportaram-se negativamente<sup>11</sup>. Isso explica a sistemática piora de desempenho da economia nos anos recentes e a dificuldade de as políticas de estímulos econômicos funcionarem conforme o esperado<sup>12</sup>.

Examinando-se o gráfico seguinte, com as médias trienais, percebe-se ainda mais claramente a mudança radical ocorrida em 2008. Talvez se possa falar de quebra estrutural nesse ano. Até 2008, pode-se compatibilizar a distribuição de renda em favor dos salários com o crescimento, tendo em vista o avanço positivo da PMgK e, portanto, da taxa de lucro. A partir de 2008, isso não foi mais possível. A forte queda da PMgK e a redução da participação do excedente no PIB devem ter causado uma redução da taxa de lucro, desestimulando investimentos privados. O comportamento da produtividade do capital não compensou mais a redução da participação dos lucros no PIB. Ao contrário, ampliou a pressão. O aumento da participação da massa salarial no PIB, nesse caso, tornou-se incompatível com o processo de acumulação.

## 5. Considerações finais

Uma expectativa que havia nos debates econômicos sobre o impacto da crise econômica internacional no Brasil em 2008 e 2009 foi de que o Brasil tê-la-ia superado com facilidade.

Neste trabalho, chega-se a uma interpretação oposta. Na realidade, a recuperação de 2010 foi muito intensa e rápida, mas passageira, não garantindo uma retomada consistente. Ao contrário, talvez se possa falar, inclusive, em uma quebra estrutural, ou em uma volta ao comportamento tradicional de incompatibilidade entre crescimento e distribuição de renda. O período de 2004 a 2008 pode ter sido um breve interregno, determinado pela conjuntura internacional favorável. No contexto seguinte, meras medidas contracíclicas de redução de custos, sem mudança estrutural, não garantiram crescimento consistente. A produtividade marginal do capital foi determinada, nos períodos examinados, não por fatores fundamentais, como tecnologia ou inovações (que são função de mudança estrutural), mas efetivamente pela dinâmica do mercado internacional e pela forma de inserção da economia brasileira nesse mercado. Não por

---

11 A taxa de lucro expressa a relação entre a massa de lucros (ou o excedente econômico) e o estoque líquido de capital fixo produtivo. A fórmula pode ser desdobrada em seus dois determinantes básicos: o componente distributivo e o componente tecnológico. Sua expressão é:  $R = \Pi/K = (\Pi/Y)(Y/K)$ , onde R é a taxa de lucro,  $\Pi$  é o excedente econômico, K é o estoque líquido de capital fixo produtivo (não residencial) e Y é o PIB. Dessa forma, tem-se os dois componentes da taxa de lucro, a participação dos lucros no PIB ( $\Pi/Y$ ), que representa o efeito da distribuição de renda sobre a taxa de lucro, e a relação produto-capital ( $Y/K$ ), que representa, no longo prazo, o efeito da tecnologia sobre a taxa de lucro.

12 Essas medidas incluíram, por exemplo, a contenção de preços de energia elétrica, de combustíveis, desonerações fiscais, redução de custos trabalhistas, crédito abundante, redução de taxas públicas de juros e tentativas de redução de taxas privadas de juros.



fatores de eficiência dinâmica schumpeteriana ou keynesiana, mas por eficiência alocativa, apesar dos esforços contrários. Nesse sentido, a evolução dos termos de intercâmbio continuou determinante.

A análise da evolução da rentabilidade e dos padrões distributivos permite avaliar de forma mais adequada a lógica do comportamento dos investimentos privados ao longo do período. Isso evita uma ênfase excessiva em questões como credibilidade, com destaque na política, e na conjuntura internacional. Também evita análises que não conseguem entender a lógica das ações governamentais.

As medidas anticíclicas de redução de custos para o setor privado adotadas pelo governo Dilma tiveram lógica, no sentido de serem medidas para se contraporem à tendência de queda de taxa de lucro (dito de outra forma, também para se contrapor ao câmbio apreciado, que deve estar fortemente correlacionado com a rentabilidade), com redução de custos para o setor privado. Ou seja, houve lógica nessas políticas, frente à queda de rentabilidade. As reduções de custos poderiam dar certo se o mercado reagisse acelerando investimentos. Do contrário, a permanência dessas políticas seria inviável, pois causam forte piora das contas públicas. O mercado não respondeu positivamente, como era de se esperar, pois esse não decide baseado apenas em custos, mas de acordo com suas

expectativas de rentabilidade e segundo sua percepção sobre a sustentabilidade das ações governamentais.

Além disso, os cortes de investimentos públicos de 2011 provavelmente pioraram as expectativas privadas. A troca desses investimentos por desonerações fiscais foi uma péssima política anticíclica. O custo fiscal foi alto, piorando a situação das contas públicas e deteriorando, com isso, as expectativas ou a confiança/credibilidade, pois se percebeu a insustentabilidade das medidas. No entanto, o governo foi levado a isso também para conter a inflação. Isso demonstrou novamente a importância do Estado enquanto agente líder na economia. Quando o governo decidiu ou foi levado a não exercer essa função (com o corte de investimentos, por exemplo), o mercado paralisou-se, ao contrário do que se esperou erroneamente (ou seja, de que ele assumisse a liderança dos investimentos com os estímulos concedidos).

A política industrial (Plano Brasil Maior), de outra parte, não cumpriu adequadamente o papel de estimulante, pois foi concebida ou transformou-se em mera política anticíclica (redução de custos contra queda de rentabilidade, tentativa de contenção da alta da inflação e para compensar o câmbio apreciado). O problema é que políticas anticíclicas são reativas, não determinando liderança sobre o mercado.

Mesmo com os avanços sociais, em termos de desigualdade, o Brasil basicamente não alterou sua posição como uma das piores concentrações de renda do mundo. Além disso, coloca-se a questão da dificuldade de sustentabilidade dos avanços sociais em um contexto internacional menos favorável, do qual o relativamente pequeno aumento de produtividade era dependente. Nesse contexto, os gastos sociais tenderiam a diminuir com a crise do balanço de pagamentos e com medidas de austeridade fiscal. E também o emprego e os salários sofreriam reduções com a crise. Ou seja, as políticas para o crescimento da produtividade via mudanças na estrutura produtiva não podem ser desconectadas das políticas de redistribuição, podendo ser entendidas, inclusive, como condição necessária para manter aumentos de gastos sociais, construindo-se uma economia mais igualitária e economicamente dinâmica (CIMOLI *et alii*, 2015). Assim, considera-se que a dinâmica da estrutura econômica é determinante para a sustentabilidade do crescimento, e que a não sustentabilidade do crescimento nos anos de 2003 em diante deve-se a isso.

## Bibliografia

- AREND, M. & FONSECA, P. “Brasil (1955-2005): 25 anos de *catching up*, 25 anos de *falling behind*.”, *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 1 (126), pp. 33-54, jan./mar. 2012.
- AREND, M.; SINGH, G. L. & BICHARA, J. S. “Mudança estrutural redutora de produtividade: o *falling behind* brasileiro.” ANPEC: 44º Encontro Nacional de Economia, 2016.
- CARVALHO, L. & KUPFER, D. “Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira.”, *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 4 (124), pp. 618-637, out.-dez./2011.
- CEPAL. Estadísticas e Indicadores. Disponível em: <[http://interwp.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://interwp.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)>. Acesso em junho de 2017.
- CHANG, H.-J. “*Hamlet* without the Prince of Denmark: how development has disappeared from today’s ‘development’ discourse.” In: KHAN, S. R. & CHRISTIANSEN, J. (eds.). *Towards new developmentalism: market as means rather than master*. Abingdon: Routledge, 2011.
- CIMOLI, M. & PORCILE, G. Learning, technological capabilities, and structural dynamics. In: OCAMPO, José & ROS, Jaime (eds.). *The Oxford Handbook of Latin American Economics*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- \_\_\_\_\_. “Tecnología, heterogeneidad y crecimiento: una caja de herramientas estructuralista.” *CEPAL: Serie Desarrollo Productivo*, n. 194, set. 2013.
- \_\_\_\_\_. “Technology, structural change and BOP-constrained growth: a structuralist toolbox.” *Cambridge Economic Journal*, v. 38, pp. 215-237, 2014.
- CIMOLI, M. *et alii* *Productivity, social expenditure and income distribution in Latin America*. Production Development Series, n. 201. Santiago: CEPAL, 2015.
- FONSECA, P. “Desenvolvimentismo: a construção do conceito.” In: DATHEIN, R. (org.). *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, as políticas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.
- FONSECA, P. & AREND, M. “Aportes Neoschumpeterianos al debate sobre los patrones de crecimiento de la economía brasileña em el siglo XXI.”, *América Latina Hoy*, n. 72, pp. 19-39, 2016.
- FOSTER-MCGREGOR, N.; KABA, I. & SZIRMAI, A. “Structural change and the ability to sustain growth.” UNIDO: *Inclusive and Sustainable Industrial Development Working Paper Series*, n. 19, 2015.
- GORDON, J. L. & GRAMKOW, C. L. “As características estruturais da inserção externa brasileira e suas principais implicações – 2000/2010.” *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 6, n. 9, pp. 93-118, jul.-dez. 2011.

- HIRATUKA, C. & SARTI, F. “Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil.”, *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 1, 2017.
- IBGE-Contas Nacionais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em maio de 2018.
- IMBS, J. & WACZIARG, R. “Stages of diversification.”, *American Economic Review*, v. 93, n. 1, pp. 63-86, mar. 2003.
- IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em maio de 2018.
- KALDOR, N. (1966). “Causes of the slow rate of economic growth in the United Kingdom.” In: TARGETTI, F. & THIRLWALL, A. P. (eds.). *The essential Kaldor*. New York: Holmes & Meier, 1989.
- MARTINS NETO, A. S. “Income distribution and external constraint: Brazil in the commodities boom.”, *Nova Economia*, v. 27, n. 1, pp. 7-34, 2017.
- MAZZUCATTO, Mariana. *O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.
- MEDEIROS, C. A. “Estrutura produtiva e crescimento econômico em economias em desenvolvimento.”, *Economia e Sociedade*, v. 25, n. 3 (58), pp. 569-598, dez. 2016.
- NASSIF, A.; FEIJÓ, C. & ARAÚJO, E. “Structural change and economic development: is Brazil catching up or falling behind?”, *Cambridge Journal of Economics*, n. 39, pp. 1307-1332, 2015.
- OCAMPO, J. A. “The quest for dynamic efficiency: structural dynamics and economic growth in developing countries.” In: OCAMPO, J. A. (ed.). *Beyond Reforms: structural dynamics and macroeconomic vulnerability*. Washington: ECLAC, World Bank and Stanford University Press, 2005.
- OCAMPO, J. A.; RADA, C. & TAYLOR, L. Economic structure, policy, and growth. In: *Growth and Policy in Developing Countries: a structuralist approach*. New York: Columbia University Press, 2009.
- PALMA, J. G. “Was Brazil’s recent growth acceleration the world’s most overrated boom?”, *Cambridge Working Papers in Economics*, n. 1248. Cambridge, s/d.
- PERES, W. & PRIMI, A. ‘Theory and practice of industrial policy. Evidence from the Latin American experience.’, *Serie Desarrollo Productivo*, n. 187. Santiago de Chile: CEPAL, February 2009.
- REINERT, E. “Catching-up from way behind: a third world perspective on first world history.” In: FAGERBERG, J.; VERSPAGEN, B. & VON TUNZELMANN, N. (eds.). *The dynamics of technology, trade and growth*. Edward Elgar, 1994.
- \_\_\_\_\_. *How Rich Countries Got Rich ... and Why Poor Countries Stay Poor*. New York: Carroll & Graf Publishers, 2007.
- REINERT, E.; AMAIZO, Y. & KATTEL, R. “The economics of failed, failing, and fragile states: productive structure as the missing link.” In: KHAN, S. & CHRISTIANSEN, J. (eds.). *Towards new developmentalism: market as means rather than master*. New York: Routledge, 2011.
- RODRIG, D. “Políticas de diversificação econômica.”, *Revista CEPAL*. Número especial, maio 2010.
- ROSSI, P. & MELLO, G. “Componentes macroeconômicos e estruturais da crise brasileira: o subdesenvolvimento revisitado.”, *Brazilian Keynesian Review*, v. 2, n. 2, 2º semestre, 2016.
- SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. *Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015*. Brasília: s/d.
- SZIRMAI, A. “Manufacturing and economic development.” In: SZIRMAI, A.; NAUDÉ, W. & ALCORTA, L. (eds.). *Pathways to Industrialization in the Twenty-First Century: New challenges and emerging paradigms*. Oxford: Oxford University Press (UNU-Wider Studies in Development Economics), 2013.
- SZIRMAI, A. & VERSPAGEN, B. “Manufacturing and economic growth in developing countries, 1950-2005.”, *Structural change and economic dynamics*, n. 34, 2015.
- THIRLWALL, A. P. (1979). “The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences.”, *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, v. 32, n. 128, set. (Republicado em *PSL Quarterly Review*, v. 64, n. 259, pp. 429-438, 2011.)



LUIZ FERNANDO DE PAULA  
PAULO JOSÉ SARAIVA  
ANDRÉ DE MELO MODENESI

REVISÃO PÓS-CRISE DO NOVO CONSENSO  
MACROECONÔMICO: MAIS DO MESMO?

Recebido em 10/2017  
Aprovado em 01/2018

# REVISÃO PÓS-CRISE DO NOVO CONSENSO MACROECONÔMICO: MAIS DO MESMO?

## Resumo

O presente artigo efetua uma crítica à revisão do Novo Consenso Macroeconômico feita por economistas do *mainstream* desde a crise de 2007-2008 a partir de uma abordagem pós-keynesiana. Para tanto, inicialmente são analisados os elementos teóricos que foram reafirmados pelos autores do Novo Consenso e, na sequência, são avaliadas as propostas de flexibilização do regime de metas de inflação e outras mudanças de política econômica proposta. Finalmente conclui-se que a essência da visão ortodoxa foi mantida e as propostas de mudança não significam uma mudança no paradigma teórico convencional, na medida em que corresponde a “mais do mesmo”.

**Palavras chave:** Novo Consenso Macroeconômico; política monetária; economia pós-keynesiana.

## Abstract

This paper aims to assess the post-2007-2008 crisis' revision of the New Consensus Macroeconomics from a Post-Keynesian criticism approach. For this purpose, the paper firstly assesses the theoretical fundamentals that were reaffirmed by the authors of the New Consensus and, in the sequence, it evaluates the purposes of flexibility of the inflation targeting regime and other changes in the economic policy. Finally, the paper concludes that the essence of the orthodox view has been maintained and the proposed changes do not mean a change in the

### LUIZ FERNANDO DE PAULA

Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/ UERJ) e do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e Pesquisador do CNPq

### PAULO JOSÉ SARAIVA

Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus de Três Rios (UFRRJ).

### ANDRÉ DE MELO MODENESI

Professor Associado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRRJ) e Pesquisador do CNPq.

conventional paradigm and, therefore, they are only “more of the same”.

**Keywords:** New Consensus Macroeconomics; monetary policy; Post-Keynesian economics.<sup>7</sup>

**Classificação JEL:** B50; E52: F62

## I. Introdução

A crise financeira iniciada nos EUA em 2007-2008 e a Grande Recessão global que a seguiu exigiram a implantação de um amplo conjunto de políticas não convencionais, resultando na revisão do Novo Consenso Macroeconômico (NCM) por economistas do *mainstream*. As divergências tornam-se significativas, variando desde uma proposta de mudança mais profunda, na qual o foco da política monetária (PM) deve ser direcionado para a estabilidade financeira (“*Financial stability is price stability*”), passando por uma flexibilização no regime de metas de inflação (RMI) (“*Leaning Against the Wind Vindicated*”), até a sua reafirmação irrestrita (“*Modified Jackson Hole Consensus*”). Contudo, em meio a tantos desacordos, o intenso debate em curso no *mainstream* caminha para uma posição intermediária (“*Leaning Again at the Wind Vindicated*”) como a principal referência para a condução da política econômica pós-crise, sendo esta a utilizada na discussão deste artigo.

Nesta perspectiva, os principais elementos do NCM que tiveram ampla convergência e aceitação, mantidos na revisão pós-crise de 2007-2008, podem ser sintetizados conforme Mishkin (2011; 2012): i) A inflação é sempre, e em qualquer lugar, um fenômeno monetário; ii) Existência de *trade off* de curto prazo, inexistência de *trade off* de longo prazo, taxa natural de desemprego e expectativas racionais; iii) A tese de inconsistência temporal, o viés inflacionário da PM discricionária e a tese do Banco Central Independente; iv) A validade do princípio e da regra de Taylor; e v) Uso da meta inflação enquanto âncora nominal. Já as propostas de mudanças na política econômica especificam: vi) A autoridade monetária deverá incorporar o gerenciamento de risco a PM, além de operar a regulação macroprudencial; vii) Controle de capitais e gerenciamento de câmbio como instrumentos temporários em economias emergentes; e viii) Política fiscal orientada ao “espaço fiscal” e estabilizador automático.

Contudo, de acordo com os pós-keynesianos (PALLEY, 2013), a revisão do NCM é um “*Gattopardo Economics*”, na medida em que corresponde a um “mudar para deixar tudo igual”. Tal fato deve-se à manutenção de hipóteses e modelos teóricos que preservam a essência do NCM e do RMI. A aceitação de falhas de mercado, especificamente nos mercados financeiros, exigiu a incorporação da política financeira e do gerenciamento de risco ao escopo da PM, porém

como um objetivo subordinado à meta de inflação para um horizonte de médio e longo prazo. Já a política fiscal permanece dependente dos objetivos da PM, porém é alçada à categoria de instrumento anticíclico de curto prazo. Ressalta-se ainda que, para as economias em desenvolvimento, a gestão do câmbio e o controle de capitais passam a ser oportunos para os períodos de exceção (crises financeiras), de modo similar às PM não convencionais (não juros).

A partir de uma perspectiva heterodoxa, sobretudo pós-keynesiana, este artigo analisa os pressupostos teóricos e implicações de política econômica que foram mantidos pela revisão do NCM, além de apontar as limitações das mudanças propostas pela revisão do NCM. Para tanto, o artigo está dividido em três seções, além desta introdução. Na seção 2, são apresentadas as críticas a cada um dos pressupostos teóricos reafirmados pelo NCM e exploram-se algumas divergências dentro da própria ortodoxia. Na seção 3, analisam-se as propostas de mudanças na PM, políticas financeira e fiscal, bem como o debate em torno do controle de capitais e o gerenciamento de câmbio para as economias em desenvolvimento. Por fim, a seção 4 conclui o artigo.

## **2. Manutenção dos fundamentos teóricos e a essência do novo consenso**

A preservação das hipóteses de que a inflação é um fenômeno monetário, da existência de uma taxa natural de desemprego, de expectativas racionais, inconsistência temporal de planos ótimos e independência do BC, reafirma a concepção de que o livre mercado contém elementos intrínsecos capazes de alocar os recursos de forma eficiente, no sentido de “ótimo de Pareto”, promovendo melhores resultados econômicos no longo prazo. Na sequência, serão mostrados as limitações da revisão do NCM<sup>1</sup>, os desacordos e as restrições dos fundamentos teóricos que permanecem, além da ausência de comprovações empíricas que corroborem a eficiência das suas políticas.

Ressalta-se que, nessa seção, a discussão privilegia o debate conceitual, em boa medida, como decorrência da abrangência de teorias que serão abordadas, o que impede um tratamento teórico mais rigoroso das questões elencadas. Contudo, essa simplificação não compromete o debate, dado que o foco central da seção é a crítica heterodoxa aos elementos teóricos que foram preservados pela ortodoxia no debate pós-crise norte-americana de 2007-2008.

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que não se pretende aqui realizar uma resenha exaustiva nem dos autores do Novo Consenso nem, tampouco, de autores heterodoxos.



i) “A inflação é sempre e em qualquer lugar um fenômeno monetário”

A proposição da inflação enquanto um fenômeno estritamente monetário foi revisto por Mishkin (2012), que identificou a forte elevação do déficit fiscal, em diversas economias<sup>2</sup>, como decorrência da crise financeira atual. A política fiscal foi acionada para promover gastos, além de operar conjuntamente com a PM para o restabelecimento da economia, ao mesmo tempo em que a queda do nível de atividade promoveu a redução das receitas tributárias. Segundo Reinhart e Rogoff (2009), o baixo crescimento econômico limita a obtenção de receitas e constrange a elevação de tributos, o que impede a redução do déficit público em um horizonte de curto e médio prazo, resultando em uma crise fiscal.

Mishkin (2012) aponta para a possibilidade de dominância fiscal em diversos países, na qual a necessidade do BC monetizar a dívida pública, em algum momento, faz com que a inflação eleve-se como decorrência dos déficits governamentais e, conseqüentemente, das expectativas de alta nos preços por parte dos agentes. Ainda que seja uma exceção, a inflação causada pela elevação de déficits públicos gerados por uma crise financeira mantém o argumento de inflação de demanda e a visão quantitativa da relação direta entre oferta de moeda e nível de preços. Esta relação é mantida na revisão do NCM,

sendo formalizada pela curva de Phillips, que pressupõe que a inflação é causada pelo excesso de demanda e pelas expectativas inflacionárias dos agentes. Nesta equação, o canal de transmissão da PM sobre a demanda agregada ocorre por meio da taxa de juros de longo prazo.

De forma complementar, Clarida *et alii* (1999) e Woodford (2012) argumentam que a inflação de custo é captada pelo termo estocástico que representa os fatores de custos (por exemplo: salários e lucros) que afetam o nível de preços. Contudo, é suposto que estes variam de modo aleatório, não são serialmente correlacionados e apresentam a média dos desvios iguais a zero, o que implica que o efeito da inflação de custos no longo prazo é igual a zero. Como resultado, a autoridade monetária deverá identificar as fontes de choques no ciclo econômico, de modo a ajustar a taxa futura de juros de longo prazo através da taxa nominal de curto prazo para os choques de demanda; porém a taxa nominal deve permanecer constante quando ocorrerem choques de oferta (CLARIDA *et alii*, 1999). Caso contrário, o BC enfrentará um *trade off* de curto prazo entre estabilizar a inflação ou o produto (BERNANKE, 2004).

---

2 Tal fato foi evidenciado no pós-crise 2007-2008 nos EUA e em alguns países europeus, como, por exemplo, Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha.

Arestis e Sawyer (2006) questionaram a proposição, alegando que esta ignora o fato dos choques de oferta terem efeitos duradouros, impactando a inflação dos períodos subsequentes (além das expectativas dos agentes). Ademais, Arestis e Sawyer (2004) argumentam que as evidências empíricas<sup>3</sup> não suportam a alegação de que RMI é uma política eficiente para conter a inflação de demanda, bem como questionam a utilização da taxa de juros como um instrumento adequado para influenciar a demanda agregada. Segundo Arestis e Sawyer (2006), um RMI não é adequado para lidar com pressões inflacionárias geradas por choques de oferta, por conflitos distributivos e pela capacidade produtiva insuficiente para absorver a força de trabalho potencial.

De fato, a teoria pós-keynesiana identifica que a inflação é provocada por fatores relacionados ao lado da demanda e da oferta (MODENESI, 2005, pp. 200-203). A primeira decorre de pressões de demanda, quando a utilização da capacidade instalada encontra-se próxima ao nível de pleno emprego, enquanto que a segunda, de modo independente da demanda e do nível de desemprego, origina-se dos custos de produção e demais componentes da formação dos preços de venda. A PM poderá funcionar no controle da inflação de demanda, embora não seja a política mais apropriada<sup>4</sup>, ao passo que é inadequada para inflação de custo, sendo que, nesta última,

ela atua sobre os efeitos e não sobre a causa, sendo mais convenientes outros instrumentos de política econômica.

De modo complementar, Davidson (2006) e Palley (2013) identificam a inflação de renda<sup>5</sup> como um segundo elemento para o debate em torno de políticas anti-inflacionárias. Neste tipo de inflação, observa-se que os contratos futuros (preços a prazo) serão influenciados pelos preços à vista. Quando os preços sobem acima da produtividade marginal do capital, geram ganhos de renda para os proprietários dos fatores de produção.

A implicação de uma definição mais precisa das causas da inflação, segundo Davidson (2006), representa que o aumento de preços *spot* (inflação de estoque) apresenta uma tendência de se dissipar, embora possa demorar algum tempo. Na medida em que o aumento dos preços (a vista) tende a estimular a produção industrial, conseqüentemente o aumento de estoques

---

3 Arestis e Sawyer (2004), utilizando modelos macroeconômicos de análise econômica do BC Europeu, do Banco da Inglaterra e do FED, encontraram evidências de que as mudanças na taxa de juros têm um efeito fraco sobre a inflação (entre 0,2 e 0,3%, para uma variação de 1% na taxa de juros de curto prazo), ao passo que os efeitos mais significativos ocorrem nas variáveis reais, particularmente no investimento.

4 A taxa de juros pode ter efeitos adversos nos investimentos, termos de troca, fluxo de capitais e câmbio, impactando negativamente sobre o nível de atividade econômica, bem como sobre a estabilidade financeira (ARESTIS, 2009).

5 Entende-se a inflação de renda como aquela criada por um conflito distributivo.

reduzirá os preços, pois não induz aumento dos custos de produção. No entanto, o risco é de que o aumento dos preços *spot* influencie a alta dos contratos relacionados aos preços a prazo (inflação de renda), promovendo uma elevação contínua dos preços. Para debelar este tipo de inflação, o mecanismo mais eficiente seria uma política de renda que evitasse um aumento da renda monetária acima da produtividade por fator produzido. Segundo Weintraub (*apud* DAVIDSON, 2006, p. 698), existem três causas para a inflação de renda:

1. Diminishing returns inflation where the marginal productivity of workers decreases as output flow increases, even as the money cost per unit of factor input is unchanged. Diminishing returns inflation is probably small in most industrialized nations. Nevertheless, it is a real cost of expansion toward full employment where no one should have a vested interest in obtaining low prices just because output is low and employment is low. 2. Monopoly or profits inflation occurs when entrepreneurs attempted to raise prices relative to production costs, thereby increasing profit margin per unit of output. 3. Factor price inflation occurs when owners of the factor inputs of production demand higher monetary income for each unit of input relative to any improvement in productivity per unit of input, such as wage-cost inflation.

Uma terceira e última abordagem sobre fontes de inflação é apresentada por Arestis e Sawyer (2005), a partir da discussão sobre o tamanho da capacidade instalada de uma economia que não corresponde, necessariamente, ao nível de pleno emprego da força de trabalho. Nesta perspectiva, as pressões inflacionárias decorrem do nível de operação das empresas, do conflito distributivo e das pressões de demanda. No primeiro caso, as empresas operam abaixo ou acima da sua capacidade normal, determinando diversos níveis de desemprego, de renda e da demanda e, conseqüentemente, impactando sobre os níveis de preços da economia. O conflito distributivo, por sua vez, deriva da tentativa de apropriação da renda por parte dos trabalhadores e empresários:

An increase in the rate of inflation can be viewed as arising from some combination of the intention of some groups to increase their share of income and on enhanced opportunity to do so. A higher level of demand for labour may, for example, be seen as an enhanced opportunity for workers to increase their share. But a related higher level of demand for output would allow firms to increase their profits. (ARESTIS & SAWYER, 2005, p. 960).

*II) Inexistência de trade off de longo prazo entre inflação e desemprego, expectativas racionais e a taxa natural de desemprego*

A curva de Phillips, com a incorporação de expectativas racionais e de informação imperfeita,

resultou na aceitação de um *trade off* de curto prazo entre o nível de preços e o produto. De forma complementar, a suposição de que os agentes “racionais” não cometem erros sistemáticos foi associada à hipótese de existência de uma taxa natural de desemprego e utilizada pelos Novos Clássicos na argumentação de inexistência de um *trade off* de longo prazo. As implicações teóricas e práticas destes dois elementos, bem como dos modelos constituídos a partir destes pressupostos – tais como a inconsistência temporal de planos ótimos e a independência do BC –, representaram os fundamentos do NCM que lançaram as bases de um RMI. Contudo, a reedição da dicotomia clássica, através de um arcabouço teórico mais refinado, não foi capaz de sustentar a tese da neutralidade da moeda no longo prazo.

Ainda que fossem teoricamente plausíveis as implicações de expectativas racionais, estas teriam de ser corroboradas pelas evidências empíricas, o que não é confirmado por Blinder (1997, p. 242):

The rational-expectations revolution was supposed to fix all that and to provide economists with a theoretically grounded model of expectations. That it may or may not have done. But its empirical success has been meager. Where expectations can be measured directly, they do not appear to be rational as economists use that term [...]. And at least some empirical relationships, including the term structure, seem to work better with adaptive than with rational expectations.

A sustentação teórica de uma taxa natural de desemprego (*Natural Rate Hypothesis* -NRH) é, no mínimo, controversa, pois exige fortes restrições para a sua validade<sup>6</sup>. Um dos elementos restritivos, segundo Davidson (2006), refere-se à relação entre a moeda e o tempo unidirecional, que são omitidos dos modelos de equilíbrio geral, uma vez que a introdução destes, por meio de contratos denominados em moeda, conecta o passado ao futuro e, assim, traz um forte questionamento à existência de um equilíbrio geral: “[...] as Arrow and Hahn recognized, in ‘a world with a past as well as a future and in which contracts are made in terms of money, no [general] equilibrium may exist. That is, all existing proofs for general equilibrium are jeopardized in the presence of time-related money contracts” (*ibidem*, p.697).

Ademais, a NRH necessita da comprovação das propriedades de estabilidade e de unicidade, sendo estas duas essenciais para a validade teórica de qualquer modelo de equilíbrio geral. No primeiro caso, não existem provas teóricas de que uma economia caminha necessariamente para um equilíbrio predeterminado. Em decorrência do primeiro, diversas trajetórias

---

6 Blanchard e Katz (1997, p. 69) argumentam que os principais avanços do NAIRU ocorreram em relação aos aspectos conceituais, ao passo que a confirmação da existência de equilíbrio de longo prazo (único e estável), pelas evidências empíricas, permanece indisponível: “while substantial conceptual progress has been made in thinking about the natural rate of unemployment, empirical knowledge lags behind. Economists are a long way from having a good quantitative understanding of the determinants of the natural rate, either across time or across countries.”

poderiam ser acionadas e as mudanças nas expectativas alterariam os parâmetros da taxa natural de desemprego, promovendo alterações nesta, o que invalidaria a propriedade de unicidade. Carvalho (1995, p. 137) destaca que para os teóricos da hipótese de taxa natural, “[...] não é o realismo das premissas que importa e, sim, se as previsões do modelo resistem à falsificação pelo teste empírico”.

Thirlwall e Leon-Ledesma (2002) e Fontana e Palacio-Vera (2005) argumentam que evidências empíricas têm mostrado que a NRH e, principalmente, o *Non Accelerating Inflation Rate of Unemployment* (NAIRU) apresentam diferentes taxas ao longo dos anos para um mesmo país, bem como na comparação entre os diversos países. Thirlwall e Leon-Ledesma (2002, p. 441) encontram evidências de que a taxa natural de crescimento é endógena e dependente da taxa real do produto, corroborando a importância da demanda (fatores internos e externos), além da oferta, na determinação da taxa de crescimento de um país, bem como na comparação entre diversas economias.

Nesta perspectiva, Fontana e Palacio-Vera (2005) argumentam que as mudanças transitórias e persistentes na demanda agregada podem gerar efeitos permanentes sobre a produção e o emprego, implicando que as políticas econômicas podem ter efeito de longo prazo sobre as variáveis reais da economia. Segundo os autores,

estes resultados derivam do conceito de *path dependence*<sup>7</sup>, que sintetiza as implicações dos modelos de crescimento econômico liderado pela demanda, modelos de histerese e modelos de equilíbrio múltiplo. A consequência teórica do *path dependence*, ao questionar a existência de uma taxa natural, tem sérias implicações para um RMI. A adoção de PM contracionista, que promova elevação da taxa de juros e redução da demanda agregada, objetivando alcançar uma inflação mais baixa, pode gerar queda do produto tanto no curto quanto no longo prazo e, conseqüentemente, conduzir a economia para uma perda permanente de produto.

Finalmente, destaca-se que independente das limitações das expectativas racionais e principalmente da taxa natural, os novos-keynesianos incorporam estas hipóteses, bem como as suas implicações, aceitando a neutralidade da moeda no longo prazo. Para esta corrente, no curto prazo, a demanda afeta a produção e o emprego como decorrência da rigidez de preços e salários, que impede que a oferta ajuste-se automaticamente às mudanças na demanda agregada. Contudo, esta hipótese de rigidez de preços e

---

7 De acordo com Economic History Association (2018), “*path dependence* is the dependence of economic outcomes on the path of previous outcomes, rather than simply on current conditions. In a path dependent process, ‘history matters’ — it has an enduring influence. Choices made on the basis of transitory conditions can persist long after those conditions change. Thus, explanations of the outcomes of path-dependent processes require looking at history, rather than simply at current conditions of technology, preferences, and other factors that determine outcomes.”

salários microfundamentada representa um fato estilizado, no qual a sua justificativa permanece, em boa medida, como uma suposição *ad hoc*.

### *III) A tese da inconsistência temporal, viés inflacionário da PM discricionária e independência do BC*

A tese de inconsistência temporal de planos ótimos é sustentada por pressupostos que foram reafirmados pelos autores do NCM e, deste modo, é imprescindível a validade das hipóteses de uma taxa natural de desemprego com as propriedades de equilíbrio e unicidade e de que os agentes formulam as suas expectativas de modo “racional”. Tais pressupostos são controversos e suficientes para questionar as implicações teóricas que amparam a superioridade da política de regras em relação às políticas discricionárias.

A manutenção da tese de inconsistência temporal como um ponto central da discussão em torno da eficácia do RMI constitui-se em um dos pilares do NCM, sendo este reafirmado pela revisão do NCM. Como implicação direta, a sua permanência é complementada pela proposição de um Banco Central Independente (BCI) e, conseqüentemente, pelo trinômio de reputação, credibilidade e delegação. Deste modo, é suposto que qualquer PM que almeje melhorar “o bem-estar social” terá como resultado uma redução do desemprego somente no curto prazo e elevação da inflação no curto e no longo

prazo, resultando em perda de “bem-estar”.

Logo, mantém-se a proposição de que o BCI deve possuir a delegação de perseguir o objetivo implícito ou explícito de uma meta de inflação.

Contudo, a crise sistêmica gerou um questionamento à “doutrina Greenspan” (visão equivalente à hipótese de mercados eficientes), uma vez que o custo de atuação da PM após o estouro da bolha de crédito mostrou-se muito superior aos supostos custos necessários para evitá-la, ou, pelo menos, reduzir os seus impactos. Deste modo, a manutenção do RMI exigiu uma revisão das demais políticas econômicas, particularmente das políticas financeiras, como forma de sustentação deste regime. Embora esta revisão não seja consensual – sendo criticada em especial por Taylor (2010) –, Mishkin (2011 e 2012) e Woodford (2012) defendem a incorporação da gestão de risco aos objetivos da PM, enquanto Bernanke (2009) chegou a afirmar que esta última deve figurar como um objetivo final da PM, com a mesma importância atribuída à inflação e ao produto.

Woodford (2012) propõe a incorporação do risco financeiro (crédito), expresso por uma função de minimização de perda social. Ressalta-se que tal proposição tem implicações para a manutenção do BCI, visto que as PM e financeiras ficarão sobre o controle do BC, importando em excessivo poder de política econômica para uma instituição “autônoma”, ou representará a

perda de “autonomia” em virtude do conjunto e da importância dos objetivos que este deverá operar. A incorporação de um novo objetivo e instrumento à PM representa um problema para a reafirmação do RMI e, principalmente, para o BCI, na medida em que a política macroprudencial terá de ser coordenada com a meta de inflação. Esta questão torna-se ainda mais problemática quando da proposta de gerenciamento de risco, que exige dois objetivos (meta de inflação e estabilidade financeira) para um mesmo instrumento (taxa de juros).

Abre-se então a questão da hierarquização dos objetivos da PM, sendo a meta de inflação o objetivo principal, e a gestão de risco e a política financeira, um objetivo e uma nova função secundária, conforme apresentado por Woodford (2012). Tal fato deve-se à incompatibilidade de um RMI, apoiado na tese de inconsistência temporal e de BCI; promover uma política financeira que se caracteriza por discricionariedade, sob risco do argumento reafirmado pelos autores, i.e., de comprometer a credibilidade da PM e, conseqüentemente, gerar viés inflacionário.

Complementando parte desta discussão, Carvalho (1995, p. 140) critica a visão do NCM em relação aos processos democráticos e de responsabilização. Segundo o autor, a ideia de “independência” como proposta pressupõe que os processos democráticos são irresponsáveis, desintegradores e atendem aos ciclos políticos,

exigindo que a estabilidade de preços deva ser conduzida por uma instituição isolada das decisões políticas, com um único mandato. No entanto, segundo Bibow (2010, p. 15), um processo democrático exige que a responsabilidade pela inflação seja do governo, ao passo que cabe à autoridade monetária, ainda que numa perspectiva de “independência responsável”, a produção desta estabilidade.

A partir de uma perspectiva pós-keynesiana, Carvalho (1995) argumenta que a independência do BC é desejável quando esta se propõe a isolar os objetivos da PM, as necessidades de acomodar o déficit da política fiscal, mas é temerária quando os objetivos destas forem conflitantes e a PM for utilizada em uma direção contrária. Neste ponto, o “divisor de águas” é o debate sobre a neutralidade da moeda no longo prazo, ancorada na existência de uma taxa natural de desemprego, sendo um elemento essencial para a reafirmação do NCM da inconsistência temporal e o ponto central da crítica pós-keynesiana. Conforme apresentado, o argumento de *path dependence* é suficiente para invalidar uma política de regras e, neste contexto, torna-se essencial a coordenação entre as diversas políticas econômicas.

#### *IV) Validade do princípio e da regra de Taylor*

A regra de Taylor é um elemento essencial da reafirmação do NCM (TAYLOR, 2009; BLANCHARD *et alii*, 2013) e constitui-se em um dos



fundamentos da condução da PM em um RMI. Esta representou a alternativa ao regime de metas monetárias e promoveu uma mudança substancial nos modelos macroeconômicos, ao substituir a função de equilíbrio do mercado monetário pela regra de PM, de modo que a LM deixou de importar na determinação do produto (função IS), dos preços (curva de Phillips) e da taxa de juros (regra de Taylor). Como resultado, o modelo implica que a PM é conduzida para estabelecer uma meta para a taxa básica de juros, sem qualquer consideração sobre a taxa de crescimento da moeda, tornando esta uma variável endógena e residual (MEYER, 2001, p. 4).

A moeda endógena defendida por Meyer (2001) refere-se à “endogeneidade do BC” e descreve, a partir de uma regra de Taylor, o mecanismo pelo qual as mudanças na taxa básica de juros afetam as decisões intertemporais dos agentes, alcançando resultados similares aos propostos pela teoria pós-keynesiana, embora a concepção de endogeneidade seja diferente (PALLEY, 2002; ARESTIS & SAWYER, 2006). No NCM, a “endogeneidade do BC” pressupõe que as instituições bancárias são intermediários neutros, transmitindo as alterações na taxa de juros para a economia. Segundo Arestis (2009, p. 10), “the NCM model is characterized by an interest-rate rule, where the money market and financial institutions are typically not mentioned, let alone modeled. The downgrading of monetary

aggregates in NCM models has gone too far, even for nonmonetarists; [...]. It is also the case that in the NCM model there is no mention of banks in the analysis.”

De modo complementar, Palley (2013) argumenta que a “intermediação endógena”, como proposta pelo NCM, representa uma atualização da teoria de fundos emprestáveis, na qual o papel das instituições bancárias é limitado pelo aumento do custo marginal de intermediação, enquanto que o volume de intermediação é determinado pelo depósito das famílias, e a demanda, por empréstimos das firmas. Deste modo, “o dinheiro é endógeno, porque a intermediação é endógena”. Esta concepção trabalha com a visão de que os intermediários financeiros realizam intermediação de fundos previamente existentes, contrastando com a visão pós-keynesiana, na qual os bancos realizam criação endógena de moeda que afeta a demanda agregada de uma economia, ao sancionar as decisões de gastos dos agentes. Assim, as instituições bancárias têm capacidade de criar crédito independentemente da existência de depósitos prévios e desempenham um papel essencial no mercado de crédito, estabelecendo o volume e as condições de sua oferta na economia. Tais firmas objetivam lucro mediante decisões de portfólio que levam em consideração a preferência pela liquidez e avaliação de riqueza, enfrentando o trade-off entre liquidez e rentabilidade (PAULA, 1999).



Uma segunda questão da regra de Taylor refere-se à teoria das expectativas da estrutura a termo da taxa de juros, que, através da arbitragem, estabelece a ligação entre as taxas curtas e longas, na qual esta última é formada a partir de uma média ponderada das taxas curtas, presentes e futuras, dados os prêmios de riscos envolvidos (TAYLOR, 1995). Deste modo, mudanças na taxa de juros por meio das operações de mercado aberto, bem como a manipulação das expectativas de inflação através da “orientação para frente da PM”, deverão alterar a taxa de juros de longo prazo, impactando sobre as decisões intertemporais dos agentes e a demanda agregada da economia no curto prazo. No entanto, a estrutura a termo da taxa de juros foi questionada por Blinder (1997, p. 242), que argumenta:

Unfortunately, the model miserably fails a variety of empirical tests [...]. Economists are thus in desperate need of a better model of the term structure. More than academic completeness is at stake here, for the absence of a usable empirical model of the term structure severely handicaps the conduct of monetary policy, which works its will on the economy through short-term rates of interest.

Segundo Hermann (2013), a teoria de expectativa a termo da taxa de juros é mais apropriada para as observações de curto prazo sobre as variações de preços de ativos de diversas maturidades. No entanto, como as expectativas

são voláteis, esta teoria falha na identificação das taxas de juros correntes. Conforme Hermann (*ibidem*, p. 6), “[e]ssa limitação é mais claramente percebida nos casos de persistência das taxas de juros, de todas as maturidades, em níveis anormalmente altos ou baixos por longos períodos”.

Uma terceira característica, cujas implicações foram significativas para a crise, refere-se ao fato de que a regra de Taylor simplifica os efeitos da taxa de juros sobre outros canais de transmissão da PM, tais como o efeito da moeda nos gastos, nos ativos financeiros e na taxa de câmbio. Uma suposição adicional é que o instrumento da PM opera como um índice das condições financeiras globais, de modo que as taxas de juros de longo prazo, os preços dos ativos e a taxa de câmbio movem-se de forma estável e previsível às variações das taxas de curto prazo (GOODFRIEND, 2005; TAYLOR, 2001).

Esta suposição de “neutralidade dos preços dos ativos” tornou-se a principal crítica da revisão do NCM, sendo apontada por Mishkin (2011 e 2012), Blanchard *et alii* (2010 e 2013), Bernanke (2009), como a falha mais grave da condução da política econômica pré-crise. A revisão do NCM identificou a fraqueza do argumento de que a PM adotada ao longo das últimas décadas promovera uma “grande moderação”, sustentando um ambiente econômico relativamente estável

e próspero, mas, na realidade, não protegeu a economia da instabilidade financeira, sendo mesmo a própria fonte desta instabilidade. Tal debate reacendeu as discussões sobre políticas macroprudenciais, fiscais, cambiais e de controle de capitais.

Palley (2003 e 2010) e Arestis e Sawyer (2003 e 2006), dentre outros, há muito vinham criticando a hipótese de neutralidade de preços de ativos, a desregulamentação financeira e o risco de surgimento de bolhas de ativos financeiros para a estabilidade econômica. Nesta perspectiva, Minsky (1996) já argumentava que as economias capitalistas são inerentemente instáveis, e que os períodos de prosperidade econômica prolongada promovem aumento da alavancagem dos agentes (credores e mutuários), tornando a estrutura financeira, como um todo, fragilizada, e promovendo relações instáveis, que podem culminar em reversão do ciclo econômico e em crises financeiras.

Uma quarta característica da regra de Taylor é que a sua validade depende do produto potencial da economia, além do cálculo da taxa de juros de equilíbrio (natural). Como visto, as evidências empíricas sobre as variações observadas na NHR e no NAIRU questionam a sua validade e, segundo Davidson (2006), a impossibilidade de se determinar a taxa de juros de equilíbrio gerou a necessidade da escolha de uma taxa de inflação fixa como âncora nominal

para a condução da PM. Contudo, na ausência de uma NHR ou de uma taxa neutra de juros, a regra de Taylor não se sustenta.

Finalmente, deve-se observar que a transmissão da taxa de juros básica para as demais taxas relativas não é transportada na mesma proporção da variação da primeira. Conforme Arestis e Sawyer (2006), a taxa de empréstimos dos bancos é estabelecida a partir de um *mark-up* sobre a taxa básica, sendo que o *mark-up* varia de acordo com a preferência pela liquidez, o poder de mercado e o nível de aversão ao risco, além da qualidade de crédito concedido em relação ao perfil dos mutuários. Deste modo, o princípio de Taylor carece do conhecimento, por parte da autoridade monetária, acerca do impacto sobre as taxas relativas de juros, o que torna difícil a tarefa do BC em determinar quanto deverá ser o aumento adicional na taxa nominal acima da taxa de inflação para que ocorra o efeito almejado pela PM.

#### *V) Inflação baixa e estável como a âncora nominal do RMI*

Em relação à adoção de uma meta de inflação como a âncora nominal do RMI, existem divergências entre os autores do NCM em relação às limitações para a estabilidade do produto no curto prazo, embora tenha sido amplamente aceita a proposição de que, no longo prazo, o produto caminha para a sua taxa natural. Segundo Taylor (2001), as discussões

envolvem desde a defesa mais radical de um RMI cujo foco único é a inflação, passando por um RMI flexível – com mandato hierarquizado para a inflação e o produto, respectivamente –, até a proposição de um duplo mandato, na qual tanto a inflação quanto a estabilidade do produto tornam-se o objetivo da PM. Esta última proposição foi defendida por Taylor (2001) e reeditada por Mishkin (2010).

Ademais, como resultado da crise financeira global, Mishkin (2012) e Woodford (2012) propõem a incorporação de uma nova âncora, que deve servir como referência para o risco do setor financeiro (por exemplo, uma medida de alavancagem de crédito financeiro). No entanto, esta nova âncora para a PM não altera a essência do RMI, uma vez que constitui um elemento secundário para objetivos de curto e médio prazo, sendo mantida a meta de inflação para o médio e o longo prazo, enquanto a discussão em torno do horizonte da meta de produto permanece em aberto.

Nesta perspectiva, a revisão do NCM mantém a âncora do RMI inalterada, com o objetivo final da PM sendo a meta de inflação, e o instrumento principal, a taxa de juros de curto prazo. É nesta perspectiva que a essência do RMI permanece na revisão do NCM, sendo as propostas de alterações apenas superficiais. Blanchard (2013), refletindo sobre o que Taylor (2010) chamou de “visão do Fundo Monetário Internacional”,

defende a elevação da meta de inflação implícita para a economia americana de 2% para 4% a.a. Por outro lado, Mishkin (2012) questionou o argumento, alegando que a experiência americana da década de 1970, com uma inflação mais alta, gerou uma tendência de elevação desta, e de que a magnitude da crise de 2007-2008 atual sobre o produto e o emprego ocorre raramente, o que justificaria a manutenção da meta de inflação em patamares baixos.

A crítica pós-keynesiana identifica que a sustentação da inflação enquanto a âncora nominal do RMI corresponde à manutenção do princípio de separação entre os fatores reais e o lado monetário da economia. Esta é decorrência direta da hipótese de neutralidade da moeda no longo prazo e de suas implicações ancoradas na tese de inconsistência temporal; representa que o *trade off* de longo prazo entre inflação e desemprego é inexistente, e explorá-lo, no curto prazo, tem como consequência a elevação da inflação (ARESTIS & SAWYER, 2003, p. 6). No caso da manutenção de uma taxa de inflação mais baixa, Palley (2013) argumenta, a partir do conceito de *path dependence*, que este representa um custo social em termos de taxa de desemprego mais elevado. Por outro lado, a proposta de uma inflação mais alta mantém inalterada a proposta de inexistência de *trade off* de longo prazo acima referido, além de servir como uma justificativa para as taxas de desemprego permanecerem elevadas.

Como já visto, as estimativas sobre a taxa natural de desemprego não são estáveis, conforme observado pelas evidências empíricas, bem como são questionadas pela suposição de *path dependence*. Ademais, como ressaltado por Hermann (2013), as expectativas dos agentes são muito volúveis e, segundo Arestis e Sawyer (2008), os erros de previsão do BC comprometem a credibilidade da autoridade monetária. Deste modo, a utilização da inflação como uma âncora da PM apresenta uma série de limitações.

### 3. Revisões na política econômica

A defesa incondicional do NCM e do RMI exigiu uma flexibilização da condução da PM, bem como das demais políticas econômicas, na medida em que tanto a hipótese de mercados eficientes quanto a atuação da autoridade monetária após o “estouro de bolhas” mostraram-se falhas e custosas. No caso da PM, a proposta de incorporação da regulação macroprudencial e o gerenciamento de risco objetivam reduzir a probabilidade da ocorrência de crises financeiras, que foram identificadas como falha de mercado e da regulação, segundo Bernanke (2009). De modo complementar, a política fiscal foi alçada a um instrumento anticíclico para os períodos de exceção, de modo similar às PMNC, devendo promover o “espaço fiscal” em períodos de normalidade e equilíbrio orçamentário em

longo prazo. Ademais, o forte impulso da crise sobre o fluxo de capitais internacionais e seus impactos sobre as economias em desenvolvimento promoveram a retomada dos debates em relação ao gerenciamento da taxa de câmbio e do controle de capitais. Embora o FMI venha propondo a utilização de controle de capitais em períodos excepcionais, a principal mudança é a proposta de incorporação do gerenciamento de câmbio ao escopo da PM, com a definição de uma meta intermediária de taxa de câmbio, e o instrumento, a intervenção cambial esterilizada. Contudo, esta deverá ser subordinada à meta de inflação.

#### 3.1. Gerenciamento de risco e a política financeira

As taxas de crescimento do produto e do emprego, desde a crise de 2007-2008, nos países em desenvolvimento e, principalmente, nos países desenvolvidos, demonstraram a existência de graves falhas de mercado e que um RMI com meta de inflação baixa e estável não promove a estabilidade financeira e do produto, bem como pode ser a fonte de instabilidade, como destacado por Borio e Zhe (2008), através do *risk-taking channel*. Como resultado, os custos sociais de uma ruptura financeira são muito altos (MISHKIN, 2010, 2011 e 2012) e, conforme destacado por Bernanke (2009, p. 1), “[t]he damage, in terms of lost output, lost job, and lost wealth, is already substantial”.

Deste modo, observou-se que o ponto crítico das políticas econômicas orientadas pelo NCM foi a desregulamentação dos mercados financeiros, associada à aplicação da “doutrina Greenspan”, que argumentava contrariamente à utilização das taxas de juros para lidar com bolhas de ativos financeiros, dados os efeitos significativos da taxa de juros sobre a atividade real, além da magnitude necessária da elevação deste, de modo que a melhor alternativa seria a “limpeza após o estouro”. Tal proposição foi reforçada por Bernanke e Gertler (1999), que questionaram a efetividade da utilização de PM para estabilizar o preço de ativos em virtude da incapacidade do BC identificar se estas decorriam de variações nos fundamentos.

No entanto, o argumento da incapacidade do BC em lidar com preços de ativos, particularmente em um ambiente de desregulamentação e inovações financeiras, revelou que uma ruptura financeira não afeta diretamente a inflação, mas tem sérias implicações para o emprego e o produto. Assim, Mishkin (2011) e Woodford (2012) defendem a utilização da PM para mitigar risco macroeconômico, através da incorporação do gerenciamento de risco à PM, na qual o BC deverá atuar de forma preventiva à ocorrência de rupturas financeiras, promovendo alteração na taxa de juros de curto prazo e minimizando o risco de um ciclo de *feedback* negativo.

Esta proposição de atuação da autoridade monetária no gerenciamento de risco, conforme defendido por Mishkin (2011), contraria o teorema de Tinbergen, na medida em que o instrumento de PM, representado pela taxa de juros de curto prazo, será utilizado para atingir dois objetivos: a inflação e o preço dos ativos. Como consequência, poderá surgir um *trade off* entre estes objetivos, por exemplo, em períodos de elevação nos preços de mercado de bens e redução nos preços dos ativos, exigindo uma elevação da taxa de juros para o primeiro objetivo e, ao mesmo tempo, devendo-se reduzir a taxa para atingir o segundo objetivo.

Segundo Arestis (2009), a “doutrina Greenspan” evidenciou a aceitação do NCM da hipótese de mercados eficientes (HME), promovendo graves erros de condução da PM. Neste contexto, o autor identifica a necessidade de metas para preços de ativos. Ademais, Arestis e Sawyer (2006) defendem a utilização de políticas financeiras via controle de crédito, ao invés da tentativa de elevação de taxa de juros, sendo aquela um meio mais eficaz de limitar a extensão de bolhas, minimizando o seu efeito sobre o produto e reduzindo os custos de uma crise financeira.

Por outro lado, Mishkin (2010) argumentou que, na situação de falha de mercado, o gerenciamento de risco não era adequado para lidar com o risco de uma ruptura financeira; nestas circunstâncias, dever-se-ia utilizar a política

financeira. Esta proposição também é defendida por Bernanke (2009), Blanchard *et alii* (2010 e 2013), Eichengreen *et alii* (2011), Yellen (2011) e Blinder (2010). Os autores reconheceram a necessidade de reincorporação e coordenação da política financeira aos objetivos e metas da PM. Neste pequeno avanço da visão tradicional, as duas políticas deverão ser coordenadas pelo BC, mas operarem em níveis hierárquicos diferentes, preservando a meta de inflação como objetivo primordial.

Um contraponto à HME foi apresentado na obra Carvalho e Sicsú (2006), na qual as críticas a esta proposição e, conseqüentemente, a defesa da utilização de regulação sobre fluxos de capitais referem-se à importância da informação assimétrica, bem como da incerteza radical.

Na primeira, conforme Stiglitz e Weiss (1983), os mercados financeiros podem operar com informação imperfeita, como uma decorrência do risco moral e da seleção adversa, que originam assimetria de informação. Esta, por sua vez, reduz a eficiência da alocação de recursos nos mercados, uma vez que limita a capacidade dos agentes avaliarem corretamente os preços e riscos dos ativos, implicando racionamento de crédito.

Embora a assimetria de informação alcance resultados práticos similares às proposições pós-keynesianas, aquela apresenta limitações, na medida em o modelo teórico utiliza-se da

hipótese de expectativas racionais, que, por definição, são endogenamente determinadas. Contudo, para o questionamento da hipótese de mercados eficientes, torna-se necessária a suposição de um “estado incompleto de informação”. De acordo com a abordagem pós-keynesiana, os agentes têm sua preferência pela liquidez aguçada por ocasião da deterioração das expectativas quanto ao futuro. Logo, como o futuro é incerto, os agentes constroem cenários prospectivos com base nas convenções e normas, que dependerão do grau de confiança e do *animal spirits*, e deste modo, não podem ser derivadas, complementarmente, de variáveis objetivas. Como resultado, as expectativas são, pelo menos em parte, exógenas (GARRETSEN & EES, 1993).

Nesta perspectiva, Carvalho e Sicsú (2006) identificam que os mercados financeiros exibem incertezas ainda maiores, na medida em que contratos são estabelecidos em relação a compromissos e ganhos futuros. Como o futuro é incerto e as decisões são tomadas no momento presente, a subjetividade do estado de confiança dos agentes exerce forte impacto sobre a atividade econômica.

Neste ponto, deve-se ressaltar que esta, bem como as demais críticas pós-keynesianas, já haviam apontado para esta falha do NCM, recomendando a adoção de medidas adicionais para lidar com bolhas de ativos (ARESTIS &

SAWYER, 2006 e 2008; PALLEY, 2003). Segundo Palley (2003, p. 21), “[...] inflation targeting is an insufficient basis for monetary policy, and needs to be supplemented by regulation of financial intermediary balance sheets”. Ressalta-se ainda que Arestis e Sawyer (2006) identificam, como uma característica das economias capitalistas, o desenvolvimento de bolhas de ativos, tendo esta característica sido ignorada pelo NCM. Segundo Minsky (1996), a instabilidade financeira é inata às economias capitalistas, sendo os períodos de estabilidade apenas transitórios, embora esta tendência seja negligenciada pelos modelos de equilíbrio geral ou reduzida à ocorrência de choques tecnológicos, como enfatizado pelos modelos de ciclo reais de negócios.

### 3.2. Controle de Capitais e Câmbio

O controle de capitais, particularmente em economias emergentes, permanece enquanto um ponto controverso da revisão do NCM, uma vez que, na essência, mantém-se a preferência liberalizante (ao menos a longo prazo), de modo que esta revisão não corresponde a uma mudança substancial em relação à visão pré-crise. Um primeiro ponto desta revisão refere-se ao debate em torno da inter-relação das PM, uma vez que variações nas taxas de juros afetam o movimento de capitais entre os diversos países, inclusive economias desenvolvidas, conforme abordado por Taylor (2013), Eichengreen *et alii*

(2011) e Blanchard *et alii* (2010 e 2013). Para tanto, Taylor (2013) defende um regime de metas de inflação “multi-países” como forma de redução dos efeitos de uma PM doméstica sobre outras economias. Tal proposição é contraposta por Rey (2013, p. 25), que identifica a dificuldade de coordenação como decorrência da introdução de metas internacionais dos preços dos bens contrapor-se aos objetivos das PM domésticas, pelo menos no curto e médio prazo: “[...] a place an effective international cooperation among the main central banks to internalise the spillovers of their monetary policies on the rest of the world seems out of reach. And there are some reasons for that: international cooperation on monetary spillovers may conflict with the domestic mandates of central banks”.

Uma segunda questão, proposta por Blanchard *et alii* (2010 e 2013), expressando o novo pensamento do FMI pós-crise 2007-08, defende, em períodos de excepcionalidade, a utilização de controle de capitais em países emergentes, embora seja amplamente questionada e rotulada pelo *mainstream* como uma forma de protecionismo, segundo Gallagher (2012). Em contraposição, Carvalho e Sicsú (2006, p. 1) já apontavam para esta opinião pré-crise do FMI, expressa por Rogoff, então diretor de pesquisa desta instituição. A conjectura do fundo era favorável à liberalização dos fluxos de capitais, sendo amparada mais em *preferências* do que propriamente em evidências empíricas e estudos

correlatos. Contudo, como decorrência das crises cambiais da década de 1990 e início dos anos 2000, nas economias emergentes, o controle de capitais, desde que *limitado e temporário*, exigia mais estudos.

Conforme Carvalho e Sicsú (2006), as críticas teóricas à livre mobilidade de capitais são equivalentes ao debate sobre a HME, porém adicionadas da hipótese comumente utilizada de que os títulos domésticos e dos demais países são substitutos entre si. Como visto, a defesa teórica da relevância da utilização de controles sobre os fluxos de capitais refere-se às implicações das hipóteses de informação assimétrica e da existência de incerteza radical nos mercados financeiros. De modo complementar, o debate em torno da eficiência do controle de capitais, a partir de uma perspectiva pós-keynesiana, identifica a relevância desta ferramenta enquanto um instrumento anticíclico que aumenta a independência da PM, reduz a volatilidade das taxas de câmbio, além de mitigar os riscos de instabilidade financeira, contribuindo, em última instância, para a estabilidade macroeconômica e o investimento empresarial (PAULA et alii., 2003). Segundo Gallagher (2012), a utilização deste instrumento nas economias emergentes intensificou no período pós- crise, como forma de reduzir a intensidade dos fluxos e influxos de capitais.

Em contraponto à proposta do FMI, Rey (2013) defende a utilização de política macroprudencial para mitigar os riscos financeiros relacionados ao fluxo de capitais. De modo complementar, dependendo do arranjo institucional e das fontes de instabilidade, medidas de controle de capitais deveriam complementar as políticas macroprudenciais. Ressalta-se ainda que as medidas de controle dos fluxos de capitais defendidas pelo FMI são vistas como medidas temporárias e de última instância, ao passo que, em uma perspectiva pós-keynesiana, a regulação deve operar de forma preventiva e permanente, restringindo a entrada de capitais especulativos, de modo a reduzir os riscos financeiros. Gallagher (2012, p. 2) argumenta que estudos do FMI encontram evidências empíricas de que as economias emergentes que vinham utilizando controles sobre fluxos de capitais no período pré- crise obtiveram melhores resultados, em termos de produto e estabilidade financeira, quando comparadas aos países que não adotaram estas medidas.

Paula *et alii* (2003, p. 229) defendem o uso de controle de capitais para economias em desenvolvimento enquanto um instrumento mais adequado para conter a volatilidade excessiva da taxa de câmbio e seus efeitos instabilizadores sobre a atividade econômica e o nível de investimento. Deste modo, segundo os autores, o controle sobre o fluxo de capitais tem por objetivo:



(i) permitir uma maior autonomia da política monetária ao se desvincular a taxa de juros doméstica do valor estabelecido pela “paridade descoberta da taxa de juros”; (ii) [...] impedir que a entrada de grandes fluxos de capital no país gere uma forte apreciação da taxa real de câmbio e (iii) diminuir a volatilidade no mercado cambial, visando melhorar as condições de administração da política monetária e cambial. (*ibidem*, p. 230)

Conforme um estudo do FMI (OSTRY et alii, 2012), o controle sobre a taxa de câmbio deverá ser incorporado pelo BC como um instrumento secundário e de horizonte de curto prazo, reafirmando, deste modo, a hipótese da validade da paridade do poder de compra (PPC) e suas implicações de neutralidade da política cambial no longo prazo. Nesta perspectiva, a meta de câmbio incorporada como um objetivo secundário da PM, como proposto pelo FMI, objetiva contrapor-se à utilização sistemática de controle de capitais pelas economias emergentes, ao mesmo tempo em que, pressionado pelas evidências empíricas, busca reconhecer os efeitos danosos do fluxo de capitais para a estabilidade financeira e macroeconômica.

Autores como Schulmeister (1988) e Harvey (2009) destacam que, em um mundo de taxas de câmbio flutuantes e livre mobilidade de capital, os fluxos de capitais de curto prazo constituem a principal determinante das taxas de câmbio, que são altamente voláteis. Assim, a natureza especulativa desses fluxos, subordinada à

aversão ao risco e/ou ao apetite dos investidores financeiros, é a principal causa da volatilidade cambial. Na perspectiva pós-keynesiana, em contraponto à PPC, a taxa de câmbio não é neutra no longo prazo, sendo uma das variáveis básicas que balizam o cálculo empresarial em economias abertas, e, por isso, deve ser administrada pela autoridade monetária.

Ferrari-Filho e Paula (2008, p. 228) identificam que a melhor forma de se alcançar a estabilidade macroeconômica (combinação de estabilidade de preços com crescimento do produto e emprego) dá-se por meio de gerenciamento de câmbio e controle sobre o fluxo de capitais. Os autores defendem o gerenciamento de câmbio enquanto um importante instrumento para manter a taxa de câmbio real competitiva e reduzir a volatilidade desta almejando mitigar os efeitos de choques externos sobre a estabilidade financeira, preservar a competitividade da indústria nacional, além do controle sobre a inflação. Uma possibilidade, segundo Frenkel (2006), é tornar a taxa de câmbio real uma meta intermediária da PM, e as intervenções no mercado cambial, o instrumento de PM, de modo similar à proposta por Blanchard *et alii* (2013) e Ostry *et alii* (2012). Contudo, a divergência entre os autores refere-se à definição de uma meta final de PM para a estabilidade cambial em um horizonte temporal de longo prazo no primeiro e de curto e médio no segundo.

### 3.3. Política fiscal como estabilizador automático

Conforme abordado anteriormente, a manutenção dos princípios básicos que sustentam o RMI, particularmente a reafirmação da inflação enquanto um fenômeno monetário e a ineficácia da política econômica em afetar as variáveis reais no longo prazo, representa a manutenção da equação IS “*forward-looking*” pela revisão do NCM. Deste modo, o impacto de uma política fiscal expansionista, representado por *g*, desloca a demanda agregada, reduzindo o hiato do produto, promovendo uma elevação da inflação e pressão alta na taxa de juros, caso o produto corrente exceda o produto potencial da economia. Como consequência, a política fiscal permanece preterida pela PM de taxa de juros no gerenciamento da demanda, do mesmo modo que já vinha sendo criticada por Arestis e Sawyer (2008), Carvalho (2008), e Tchervena (2008).

Na visão de Blanchard *et alii* (2010 e 2013), a política fiscal foi posta em segundo plano pelo NCM como resultado da aceitação de um amplo conjunto de fatores, descritos a seguir: i) hipótese de equivalência ricardiana; ii) suposição de que a PM era mais eficiente para conter o processo inflacionário e estabilizar o produto; iii) maior suscetibilidade da política fiscal à influência política (ciclos eleitorais); iv) possibilidade de que os déficits orçamentários exigissem a monetização da dívida pública e, com isso,

comprometessem a credibilidade da PM; e v) restrição de sua efetividade em virtude da elevada defasagem interna, embora Blinder (2004) tenha argumentado que a defasagem externa da política fiscal era menor do que a da PM.

Deve-se ressaltar que Paula e Pires (2012) apontam para as restrições do argumento de equivalência ricardiana, particularmente em relação às evidências empíricas dos efeitos de uma contração fiscal expansionista. Segundo os autores, as evidências não suportam a alegação de que uma consolidação fiscal promove uma melhora nas expectativas de mercado em termos de renda futura, repercutindo em ampliação do consumo e do investimento. Em contraponto, os resultados de diversos estudos têm corroborado a proposição de que uma política fiscal contractionista causa a redução do emprego e do produto no curto prazo, ao passo que a expansão fiscal pode ser um instrumento anticíclico poderoso.

A despeito dos argumentos contrários à utilização de política fiscal, esses não foram capazes de promover um consenso como observado na PM, embora tenham sido fortes o suficiente para delegarem a sua condução a regras orçamentárias que mantivessem a sustentabilidade da dívida pública (TCHERVENA, 2008). No entanto, conforme Blanchard *et alii* (2010, p. 10), verificou-se, a partir da crise, que esta representou um importante instrumento anticíclico. Por um lado, a PM de juros e a não convencional

atingiram um limite e a política fiscal era a única alternativa para estimular a atividade econômica. Por outro lado, as expectativas em relação à longa duração da crise não impunham nenhum problema às críticas relacionadas aos efeitos defasados atribuídos a esta.

Ademais, observou-se que as economias com elevado nível de endividamento apresentaram problemas em promover estímulos fiscais, ao passo que economias com menor nível de endividamento tiveram maior folga para executá-la (BLANCHARD et alii, 2010, p. 10). Como decorrência, a política fiscal retornou ao debate do *mainstream* em relação a dois pontos: o espaço fiscal e o papel anticíclico. Em relação ao primeiro ponto, não existe nenhuma divergência entre os revisores do NCM, ao passo que o segundo corresponde a um tema mais controverso. Este último vem sendo defendido pelo FMI, como discutido em Blanchard (2010; 2013), enquanto Mishkin (2012) contrapõe-se à proposta, ressaltando os riscos em termos de dominância fiscal. Contudo, estas visões discordantes convergem para a defesa da sustentabilidade da dívida pública no longo prazo.

A confiança dos autores do NCM na economia de mercado e nos mecanismos de ajustes automáticos de longo prazo delega às políticas econômicas, inclusive à PM, um papel de preservação da ordem econômica, em vez de atuação para o seu pleno funcionamento<sup>8</sup>. A exceção, é

claro, refere-se aos períodos de crise, nos quais estas são plenamente utilizadas. Numa perspectiva diferente, a teoria pós-keynesiana identifica a insuficiência de demanda agregada como o principal problema das economias capitalistas, que não são mitigados pelo mercado, mas, ao invés, são decorrência deste. No que se refere ao desemprego, existe uma incapacidade das economias modernas produzirem, continuamente, um nível de demanda agregada que seja suficiente para sustentar um nível de pleno emprego. Logo, o Estado deverá promover políticas ativas, buscando sustentar a demanda agregada no nível de pleno emprego (CARVALHO, 2008).

Em contraposição ao NCM, a visão keynesiana identifica que a política fiscal constitui-se em um importante instrumento de gestão de demanda tanto em períodos normais, quanto em situações de ruptura econômica, devendo ser coordenada com a PM, de modo a evitar a ocorrência de objetivos conflitantes. De fato, a política fiscal pode ter um forte impacto sobre o nível da atividade econômica, funcionando como um instrumento poderoso para estimular

---

8 Nesta perspectiva, Tchervena (2008, p. 41) argumenta que "To the extent that the NEC [NCM] restores some role for fiscal policy, it is neither a dominant role, nor is it clear what exactly that role should be. It only reaffirms that fiscal policy is inherently inflationary. While the NEC has opened the possibility to escape false logic of government finance and to argue that there is nothing inherently unsustainable about government deficits, this inflationary impact, coupled with early supply side notions of the distortionary impact of fiscal policy, reasserts the need for 'sound finance' as the norm."

a demanda agregada ao gerar um efeito multiplicador sobre a renda privada. Para este propósito, economistas pós-keynesianos, tal como Keynes, recomendam privilegiar o investimento público ao invés do aumento do consumo por causa de seu efeito multiplicador maior (KREGEL, 1994/95).

Segundo Carvalho (2008), a política fiscal corresponde a um instrumento eficiente para gerenciar a demanda agregada, particularmente as despesas de consumo, uma vez que as variações dos gastos do governo e nas alíquotas de tributos (renda disponível) afetam o nível de renda, por intermédio do multiplicador. De modo complementar, a PM, ao afetar os preços dos ativos, inclusive bens de capital, tende a ser mais potente para estimular o investimento empresarial. Nesta perspectiva, a efetividade das políticas econômicas requer a coordenação entre os objetivos e os instrumentos, além do compromisso do Estado em utilizar políticas discricionárias para manter a economia próxima ao pleno emprego, afetando positivamente as expectativas dos agentes e, conjuntamente com os estímulos a demanda, a renda e a produção, ao invés da hierarquização e o uso de regras, como proposto pelo NCM. Em relação ao nível de utilização da capacidade instalada de uma economia, destaca-se que o limite para a utilização de políticas fiscais que estimulam a demanda agregada é o nível de pleno emprego.

Dadas as ressalvas, a orientação keynesiana de política fiscal destoa significativamente da visão convencional. A geração de déficits não é defendida como uma prática rotineira de política fiscal, mas como uma medida que poderá ser necessária para períodos de crise econômica. Contudo, o ponto central refere-se ao impacto dos gastos na promoção do pleno emprego que estimulam a produção e, através do multiplicador e do aumento da arrecadação de impostos, inibem o surgimento de déficits orçamentários. Nesta perspectiva, a sustentabilidade da dívida pública ou o equilíbrio fiscal são alcançados quando uma economia opera no nível de pleno emprego<sup>9</sup>.

#### **4. Considerações finais**

A revisão do NCM não corresponde a uma mudança teórica profunda no paradigma convencional, pois mantém a essência do RMI como a referência para a condução da PM e o guia para as demais políticas econômicas. Em relação aos

---

<sup>9</sup> Segundo Carvalho (2008, p. 24), "A busca do equilíbrio fiscal pelo aumento dos impostos, ou pelo corte de gastos, quando a economia já se encontra abaixo do pleno emprego pode acabar sendo desastroso, como as muitas experiências de ajuste fiscal patrocinadas pelo FMI ao longo dos anos mostraram. O corte de gastos numa economia com desemprego leva à contração da renda e, com ela, a redução das receitas de impostos, forçando novos cortes de gastos, numa espiral descendente até o ponto em que um equilíbrio seja eventualmente encontrado a níveis de renda inaceitavelmente baixos. Numa economia empresarial, é preciso manter a demanda atraente para que empresários decidam produzir, e com isso expandir a renda e pagar impostos. O único equilíbrio fiscal sustentável é aquele que se atinge quando a economia utiliza plenamente seus recursos."

fundamentos teóricos, evidencia-se a manutenção da visão da inflação enquanto um fenômeno monetário, das hipóteses de expectativas racionais, taxa natural de desemprego e a rigidez de preços no curto prazo, além do uso de modelos de inconsistência temporal e de um BC independente. Em termos operacionais, preservam-se a regra de Taylor, a taxa de juros de curto prazo e a inflação enquanto a âncora nominal deste regime. Enfim, sustenta-se a proposição da neutralidade da moeda no longo prazo.

A crise financeira iniciada em 2007 foi vista pelos autores do NCM como falha nos mercados financeiros e na política financeira, até então ignorada pela aceitação da HME. Assim, emergiram divergências dentro do *mainstream*, cujos resultados, ainda que prematuros, apontam para a incorporação de gerenciamento de risco aos objetivos intermediários da PM e as políticas financeiras (macroprudenciais) como um novo instrumento de PM. Nesta perspectiva, embora uma nova meta operacional e um novo instrumento de PM sejam propostos, estes não alteram a essência do RMI, uma vez que a inflação permanece como a meta final de política, e a taxa de juros de curto prazo, a meta operacional do BC.

Neste ponto, deve-se ressaltar que nem mesmo o amplo conjunto de PMNC implantadas em diversos países, desde 2007/08, foi capaz de alterar a reafirmação do RMI, embora tenha

sido alçado à condição de políticas adequadas para lidar com períodos de exceção. Ademais, observou-se a importância da política fiscal anticíclica e o problema do espaço fiscal nas economias desenvolvidas e a inter-relação entre a PM das economias centrais e não centrais, evidenciando os efeitos da taxa de juros sobre o fluxo de capitais e deste nas variações cambiais. Em síntese, a discussão ortodoxa pós-crise mantém o RMI como elemento central, delegando novas funções, ainda que subordinadas e complementares, às políticas financeiras, fiscais e cambiais.

Na perspectiva pós-keynesiana o avanço da revisão do NCM pode ser visto como um mea culpa em relação à HME, cujas implicações reacenderam a importância da política financeira, embora tenha sido identificada como falha de mercado e, deste modo, o tratamento proposto é equivalente à rigidez de preços. Neste ponto, ocorreu uma inflexão no debate da ortodoxia, embora não seja um tema consensual, mas defendido pela maioria dos autores: a política financeira é uma condição necessária para a manutenção do RMI. De modo complementar, a condição suficiente é de que esta seja coordenada pelo BC, eliminando qualquer discricionariedade e concorrência com o RMI. Conforme abordado, os críticos do NCM enfatizam a inconsistência das hipóteses teóricas e o irrealismo dos modelos do NCM, tendo como novidade a magnitude e as consequências danosas da

crise financeira global. Concluindo, Palley (2012) identifica alguns caminhos possíveis para a política econômica pós-crise. No primeiro, caso a hipótese neoliberal de falha de governo saia vitoriosa, o que parece ser improvável, o processo de desregulamentação expandir-se-ia de novo e o resultado inevitavelmente seria a depressão. Por outro lado, se a revisão do NCM for suficiente para sustentar o atual modelo de política econômica, os custos sociais elevados da estabilização e da redução da inflação por meio do RMI, continuará exigindo um sacrifício da produção no curto e longo prazo, além das possíveis perdas nos termos de troca e da estabilidade do sistema financeiro, representando a estagnação da atividade econômica. Nas palavras de Palley (2012): “If the neoliberals win the war of ideas the result will be depression. If the Third Way [NCM] wins the result will be stagnation [...] However, just as happened in the Great Depression of the 1930s, it is possible the ugly reality of stagnation will force a shift in ideas and politics toward the progressive position”.

## Bibliografia

- ARESTIS, P. & SAWYER, M. “Can monetary policy affect the real economy?”, *European Review of Economics and Finance*, vol. 3, n. 2, pp. 9–32, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Aggregate demand, conflict and capacity in the inflationary process.”, *Cambridge Journal of Economics*, v. 29, n. 5, pp. 959–974, 2005.
- \_\_\_\_\_. “The nature and role of monetary policy when money is endogenous.”, *Cambridge Journal of Economics*, v. 30, n. 6, pp. 847–860, 2006.
- \_\_\_\_\_. “New consensus macroeconomics and inflation targeting.”, *Economia e Sociedade*, v. 17, número especial, pp. 631-655, 2008.
- ARESTIS, P. “New Consensus macroeconomics: A critical appraisal.”. The Levy Economics Institute, *Working Paper* n. 564, 2009.
- BERNANKE, B. “The Great Moderation. Remarks before the Eastern Economic Association.”, Washington, DC, February 20, 2004.
- \_\_\_\_\_. “The crisis and the policy response.”. *Stamp Lecture*, London School of Economics, London, England, janeiro 2009.
- \_\_\_\_\_. “Some reflections on the crisis and the policy response”. *The Century Foundation Conference on “Rethinking Finance”*, New York, 13 de abril de 2012.
- BERNANKE, B. & GERTLER, M. “Monetary Policy and Asset Volatility.”, *Federal Reserve Bank of Kansas City Economic Review*, v. 84, n. 4, pp. 17-52, 1999.
- BIBOW, J. “A Post Keynesian perspective on the rise of central bank independence.”. *Levy Economics Institute*, Working Paper n. 625, 2010.
- BLANCHARD, O. “Is there a core of usable macroeconomics?”, *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, p. 244-246, 1997.
- BLANCHARD, O.; DELL’ARICCIA, M. & MAURO, P. “Rethinking Macroeconomic Policy.”, *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 42, n. 6, pp. 199-215, 2010.
- \_\_\_\_\_. “Rethinking macro policy II: Getting granular.”. *IMF Staff Discussion Note* 13/03, abril 2013.
- BLANCHARD, O. & KATZ, L. P. “What we know and do not know about the natural rate of unemployment.”, *Journal of Economic Perspective*, 11, pp. 51 -72. 1997.
- BLINDER, A. “Is there a core of practical macroeconomics that we should all believe?”, *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, pp. 240-243, 1997.

- BORIO, C. & ZHU, H. "Capital regulation, risk-taking and monetary policy: A missing link in the transmission mechanism?". *BIS Working Papers* n. 268, dezembro 2008.
- CARVALHO, F. C. "A independência do Banco Central e a disciplina monetária: observações céticas.", *Revista de Economia Política*, vol. 15, n. 4, pp.134-141, 1995.
- \_\_\_\_\_. "Uma contribuição ao debate em torno da eficácia da política monetária e algumas implicações para o caso do Brasil.", *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 4, pp. 323-336, 2005.
- \_\_\_\_\_. "Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana.", *Revista Análise Econômica*, v. 26, n. 50, pp.7-25, 2008.
- \_\_\_\_\_. "O retorno de Keynes.". Aula Magna. XXXVI Encontro da ANPEC, 2009.
- CARVALHO, F. C. & SICSÚ, J. Controvérsias recentes sobre controles de capitais. In: SICSÚ, J. & FERRARI, F.(org.). *Câmbio e Controle de Capitais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- CLARIDA, R.; GALÍ, J. & GERTLER, M. "The science of monetary policy: A New Keynesian perspective." *Journal of Economic Literature*, v. XXXVII, pp. 1661-1707, 1999.
- DAVIDSON, P. "Can, or should, a central bank inflation target?", *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 28, n. 4, pp. 689-703, 2006.
- ECONOMIC HISTORY ASSOCIATION (2018), <https://eh.net/encyclopedia/path-dependence>, acesso em 23/02/2018.
- EICHENGREEN, B. et alii. *Rethinking central banking. The Committee on International and Policy Reform*. Brookings Institutions: Washington, setembro 2011.
- FERRARI-FILHO, F. & PAULA, L. F. "Exchange rate regime proposal for emerging countries: a Keynesian perspective.", *Journal Post Keynesian Economics*, v. 31, n. 2, p. 227, 2008.
- FONTANA, G. & PALACIO-VERA, A. "Are long-run price stability and short-run output stabilization all that monetary policy can aim for?", *Metroeconomica*, v. 58, n. 2, pp. 269-298, 2007.
- GALLAGHER, P. K. "The myth of financial protectionism: The new (and old) economics of capital controls." Political Economy Research Institute/University of Massachusetts Amherst, *Working Paper* n. 278, 2012.
- GOODFRIEND, M. *Lessons learned from a century of Federal Reserve last resort lending*. Committee on Financial Services/ U.S. House of Representatives, 11/09/2013.
- HARVEY, J. T. *Currencies, Capital Flows and Crises: A Post Keynesian Analysis of Exchange Rate Determination*. London: Routledge, 2009.
- HERMANN, J. "Curva de rendimentos: crítica aos enfoques convencionais e uma proposta de interpretação pós-keynesiana.". *Anais do VI Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*, Vitória: AKB, 2013.
- KREGEL, J. "The viability of economic policy and the priorities of economic policy.", *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 17, n. 2, pp. 261-277, 1994/95.
- MCCALLUM, B. "Recent developments in monetary policy analysis: the role of theory and evidence.". *NBER Working Paper* n. 7088, abril 1999.
- MEYER, L. "Does money matter?". *Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, pp.1-16, maio 2001.
- MINSKY, H. *Instabilizing an Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press, 1996.
- MISHKIN, F. S. "Monetary Policy Strategy: *Lessons from the Crisis*." NBER Working Paper n. 16755, 2011.
- \_\_\_\_\_. "Central banking after the crisis." *Prepared for the 16th Annual Conference of the Central Bank of Chile*, Santiago, Chile, 15-16 de novembro de 2012.
- OSTRY, D.; GHOSH, R. & CHAMON, M. "Two targets, two instruments: Monetary and exchange rate policies in emerging market economies." *IMF Staff Discussion Note SDN/12/01*, fevereiro 2012.
- PALLEY, T. "Endogenous money: what it is and why it matters.", *Metroeconomica*, v. 53, pp. 152-180, 2002.
- \_\_\_\_\_. "From financial crisis to stagnation: The destruction of shared prosperity and the role of economics." Disponível em <http://demandsideblog.blogspot.com.br/2012/04/relay-thomas-palley-at-national.html> 2012.
- \_\_\_\_\_. "Gattopardo economics: The crisis and the mainstream response of change that keeps things the same." *Macroeconomic Policy Institute Working Paper* 112, 2013.
- PAULA, L. F. "Dinâmica da firma bancária: uma abordagem não-convencional.", *Revista Brasileira de Economia*, v. 53, n. 3, pp. 323-356, 1999.
- PAULA, L. F.; OREIRO, J. L. & SILVA, G. J. C. "Fluxos e controle de capitais no Brasil: avaliação e proposta de política." In: SICSÚ, J.; OREIRO, J. L. & PAULA, L. F. *Agenda Brasil*. Barueri: Manole, 2003.
- PAULA, L. F. & PIRES, M. "The effects of fiscal policy after the global recession: assessing evidences.", *Brazilian Journal Political Economy*, v. 33, n. 2, pp. 315-321, 2012.
- REINHART, C. & ROGOFF, K. *This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly*, Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.
- REY, H. "Dilemma not trilemma: The global financial cycle and monetary policy independence." *London Business School, CEPR and NBER*, 2013.
- STIGLITZ, J. & WEISS, A. "Credit rationing in markets with imperfect information.", *American Economic Review*, v. 71, n. 3, pp. 393-410, 1981.



TAYLOR, J. "The monetary transmission mechanism: An empirical framework.", *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 4, pp. 11-26, 1995.

\_\_\_\_\_. "The need to return to a monetary framework." Discussion Papers 08-020, *Stanford Institute for Economic Policy Research*, 2009.

\_\_\_\_\_. "Does the crisis experience call for a new paradigm in monetary policy?" *CASE Network Studies 402*, CASE-Center for Social and Economic Research, 2010.

\_\_\_\_\_. "International monetary coordination and the great deviation." *NBER Working Papers* n. 18716, 2013.

TCHERNEVA, R. "The return of fiscal policy." *The Levy Economics Institute Working Paper* n. 539, julho 2008.

THIRLWALL, A. & LEON-LEDESMA, M. "The endogeneity of the natural rate of growth.", *Cambridge Journal of Economics*, v. 26, pp. 441-459, 2002.

WOODFORD, M. "Methods of policy accommodation at the interest-rate lower bound". [http://www.kansascityfed.org/publicat/sympos/2012/Woodford\\_final.pdf](http://www.kansascityfed.org/publicat/sympos/2012/Woodford_final.pdf), 2012a.

\_\_\_\_\_. "Inflation targeting and financial stability. Sveriges Riksbank", *Economic Review* 2012:1, pp.7-32, 2012b.

YELLEN, J. "Unconventional monetary policy and central bank communications." *Speech at The University of Chicago: US Monetary Policy Forum*. New York, fevereiro 2011.



ULISSES RUBIO URBANO DA SILVA

NELSON WERNECK SODRÉ: VIDA MILITAR, DEMOCRACIA E  
POLÍTICA ECONÔMICA

Recebido em 05/2018

Aprovado em 07/2018

# NELSON WERNECK SODRÉ: VIDA MILITAR, DEMOCRACIA E POLÍTICA ECONÔMICA<sup>1</sup>

## Resumo

**E**ste artigo realiza uma reconstituição das opiniões de Nelson Werneck Sodré diante de acontecimentos políticos relevantes ocorridos no período 1954-1964. Esta reconstituição é feita através de pesquisas em artigos de Sodré publicados em diferentes jornais durante o período. Com esta reconstituição, procuramos oferecer mais elementos para explicar as perspectivas políticas, inclusive as de política econômica, adotadas por Sodré. Neste sentido, o artigo procura mostrar que a posição enquanto militar e a defesa do regime democrático são elementos essenciais para compreender a perspectiva nacionalista do autor.

**Palavras chave:** Sodré, Nelson Werneck; democracia; política econômica.

## Abstract

This paper presents a reconstitution of Nelson Werneck Sodré's views on relevant political events in the period of 1954-1964. This reconstitution is retrieved through research on Sodré's articles published in different newspapers during that time. With this reconstitution, we try to offer more elements to explain the political perspectives, including those of economic policy, adopted by Sodré. In this sense, the paper tries to show that his position as military and his defense of the democratic

### ULISSES RUBIO URBANO DA SILVA

Doutor em Desenvolvimento Econômico, concentração em História Econômica, pelo Instituto de Economia da Unicamp

---

<sup>1</sup> Este artigo é baseado em partes de minha tese de doutorado, intitulada "A questão nacional no Brasil entre 1954 e 1964: perspectivas de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré".

regime are essential elements to understand the nationalist perspective of the author.

**Keywords:** Sodré, Nelson Werneck; democracy; economic policy.

## I. Introdução

O catálogo do arquivo de Nelson Werneck Sodré, organizado por Luitgarde Barros e funcionários da Biblioteca Nacional (BARROS *et alii*, 2012), enumera 2.682 publicações de Nelson, entre artigos de jornais, artigos de revistas, livros e demais escritos. Crítico literário, militar e historiador, Sodré era leitor assíduo e escreveu sobre diversos temas, como comprovam, por exemplo, o leque de temas tratados em *Introdução à Revolução Brasileira* (SODRÉ, 1958) e a amplitude do *Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré* (SILVA, 2006).

Contudo, na história do pensamento econômico, Sodré aparece como emblema do pensamento do Partido Comunista Brasileiro, ou da interpretação nacional-democrática (MANTEGA, 1984; BIELSCHOWSKY, 2000). Análises como estas têm seguido dois caminhos. Por um lado, subestima-se a importância das questões políticas para o pensamento de Nelson Werneck Sodré. Por outro lado, quando as questões políticas são consideradas, dois pontos são destacados (e criticados): a perspectiva de que as relações no campo ainda eram feudais; a expectativa de que a burguesia industrial adotasse

uma postura de defesa do regime democrático e, portanto, estivesse mais aberta ao diálogo com as reivindicações trabalhistas e sociais. A nosso ver, esta forma de olhar para o pensamento de Sodré terminou por ofuscar também a incessante defesa do regime democrático como condição necessária para a realização de políticas econômicas populares, vista por quem conhecia os meandros das propostas nacionalistas entre militares.

Trabalhos mais recentes têm procurado assinalar a importância da democracia para as perspectivas sobre a revolução brasileira nas obras de Sodré. Para Cunha (2006), por exemplo, Sodré evitava uma posição que pudesse levar a um isolamento dos militares nacionalistas. Isto pode justificar a tentativa de Sodré de “vincular uma posição política democrática e a favor da democracia, sem assumir a posição de comunista” (CUNHA, 2006, pp. 98-99). Cunha (2006; 2011), apoiado em Ralph Miliband, vê neste posicionamento uma forma de aprofundamento da democracia através do incentivo ao debate e da valorização do conflito. Oliveira Filho (2006) ressalta que a concepção de frente ampla não dissimulava a existência de conflitos no seu interior, mas a crença de que estes deveriam ser resolvidos dentro da legalidade democrática (OLIVEIRA FILHO, 2006, p. 401)<sup>2</sup>. Perspectivas

---

2 A noção de conflito também compunha o pensamento nacional-desenvolvimentista de Celso Furtado (VALENTE, 2009).

como estas colaboram também para mostrar que, em Sodré, as alterações sociais de vulto não são apenas resultados determinados por alterações na estrutura econômica<sup>3</sup>.

Neste artigo procuramos mostrar a imbricação entre vida militar, democracia e política econômica nas posições adotadas por Sodré durante o período de 1954 a 1964. Para tanto, uma pesquisa em artigos de jornais nos quais Sodré utiliza-se de pseudônimos, geralmente remetendo a um militar, permite melhor esclarecer tal imbricação. Neste sentido, a relação entre vida militar, democracia e política econômica será vista através de dois temas (que seguem nas duas próximas seções) identificados nos artigos dos jornais: 1) a opção do governo Kubitschek pela elite multinacional e associada; 2) a continuidade do desenvolvimento associado e o regime de exceção. Ao final do artigo, fazemos as considerações finais.

## **2. O governo Kubitschek inteiramente associado**

A tentativa de instalar um regime de exceção em 24 de agosto de 1954 foi frustrada pelo suicídio de Vargas, que obrigou o grupo conspirador a recuar em sua ação. Como forma de evitar que as disputas no Exército fossem levadas ao governo de Café Filho, procurou-se escolher para o posto de ministro da Guerra um ministeriável que não estivesse associado

às disputas que então se explicitavam nas eleições do Clube Militar. Do lado cruzadista, apresentavam-se Juarez Távora, Cordeiro de Farias e Nelson de Mello. Do lado nacionalista, apresentavam-se Estillac Leal, Segadas Vianna e Zenóbio da Costa. Lott, até então, não estava associado a nenhum dos lados (BENEVIDES, 1976, pp. 155-156).

Os integrantes do movimento de 24 de agosto, apesar de terem sua ação frustrada, permaneciam realizando ações com o intuito de ocuparem o posto do Executivo. Neste ambiente ocorreu o pleito de 1955, para eleição do novo presidente do Brasil. Juscelino Kubitschek enfrentou dificuldades antes mesmo de ser eleito. Primeiro, houve iniciativa do governador de Pernambuco, Etelvino Lins, de adiar as eleições. Posteriormente, um manifesto assinado por chefes militares propunha a intervenção nos partidos políticos sob a justificativa de ser necessário garantir que a competição pela presidência ocorresse sem perigos (SILVA, 1984, p. 102).

Realizado o pleito, a UDN novamente fracassara em sua proposta para o Executivo, com a derrota de Juarez Távora. Restava, então, a

---

<sup>3</sup> Gaio (2015) ressalta, em vários trechos, a importância da política na visão de Revolução Brasileira de Sodré. Para Moysés Gaio (2015, p. 77), “A Revolução Brasileira requer, no entanto, a mobilização consciente das classes sociais e, portanto, não há uma dinâmica interna das estruturas, não há naturalização do social”.

tentativa de evitar a posse do candidato eleito. Mas o ministro da Guerra, Henrique Lott, que já havia se manifestado em favor da realização do pleito conforme previsto em lei, também defendia que a posse do eleito fosse garantida. Assim, a primeira tentativa de evitar a posse de JK ocorreu com o questionamento sobre a validade do pleito, uma vez que o candidato eleito não havia angariado maioria absoluta. A UDN acabou isolada após o fracasso desta tentativa, restando, assim, a conspiração, o que exigia dominar o dispositivo indispensável para a manobra, o Ministério da Guerra. A oportunidade surgiu com o discurso pronunciado por Mamede no funeral do general Canrobert Pereira da Costa. Lott, também presente, caracterizou o discurso como ato de indisciplina. Como o coronel Mamede estava servindo na Escola Superior de Guerra, não estava sob jurisdição do ministro da Guerra qualquer ação sobre o coronel. Lott, então, solicitou que Mamede retornasse ao Exército, o que foi negado pelo brigadeiro Gervásio Duncan, chefe substituto do Estado Maior das Forças Armadas (SILVA, 1984).

Neste ínterim, o presidente Café Filho foi internado devido a problemas cardiovasculares. O presidente decidiu então se afastar do cargo. A presidência da República foi assumida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. A constrangedora situação em que se encontrava o ministro da Guerra terminou no dia 10 de novembro de 1955, com Carlos Luz substituindo

Lott pelo general Fiúza de Castro, que tomaria posse no dia seguinte (SILVA, 1984).

Lott, advertido por Odílio Denys, chegara à conclusão de que um golpe de Estado estava em curso, liderado pelo novo presidente Carlos Luz, e decidiu agir, mobilizando o Exército e tentando evitar que o cruzador Tamandaré, no qual estava Carlos Luz, conseguisse chegar a São Paulo, onde a tentativa de golpe poderia encontrar o apoio de Jânio Quadros. O Tamandaré, não podendo desembarcar em Santos, retornou ao Rio de Janeiro. Carlos Luz desembarcou apenas no dia 13, após decidir pela renúncia. O episódio foi seguido de instalação de estado de sítio, que perdurou até o primeiro dia de governo de Kubitschek (SILVA, 1984).

O movimento de 11 de novembro ficou conhecido como novembrada, e seus apoiadores foram chamados de novembristas. No dia 11 de novembro de 1956, primeiro ano do movimento, Lott recebeu, em evento realizado na praça ao lado do Ministério da Guerra, “A espada de novembro”, oferecida por líderes trabalhistas. O vice-presidente Goulart, que personificou a oferta, discursou, seguido por resposta do homenageado. Segundo Silva (1984, p. 183) “Daqule momento em diante, era visível que o general Lott, embora não quisesse, seria o candidato das forças majoritárias”.

Se esta percepção já existia em 1956, seria ainda mais fortalecida. Lott, com o apoio de Odílio

Denys, foi fundamental para a estabilidade do governo Kubitschek. E recebeu ainda maior confiança ao expor sua opinião de que a Petrobrás era “intocável”. Contribuiu, ainda, para a credibilidade de Lott, a retomada da diretoria do Clube Militar pela chapa amarela, nacionalista, após vitória nas eleições de 1956 (BENEVIDES, 1976).

Uma vez declarada a intenção de Lott ser candidato a presidente, o período de disputas eleitorais se estendeu. Como disse Sodré, “há, no caso atual, uma particularidade, que não deve escapar à atenção de todos: o problema sucessório foi colocado com grande antecedência”<sup>4</sup>. Uma vez que a questão divisora das correntes políticas seria “uma luta aberta, e não confusa, entre o nacionalismo e o entreguismo”<sup>5</sup>, não era mais possível abrigar dentro de um governo, assegurado por forças legalistas, nacionalistas e liberal-desenvolvimentistas. Sodré, em várias oportunidades, frisou que a disputa pela sucessão presidencial seria realizada em torno de propostas divergentes de desenvolvimento: o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro ou o nacionalismo como a via de desenvolvimento real para os desfavorecidos. Mas Sodré advertia que o bloco multinacional-associado se esquivava de tratar a disputa presidencial desta maneira<sup>6</sup>. Assim, a disputa eleitoral significava, de um lado, o do nacionalismo, “a sua prova decisiva”; de outro lado, o do desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, “um esforço

total para deter a implacável marcha de uma candidatura que traz o sinete do que é nacional, popular e democrático”<sup>7</sup>.

Para Sodré, o bloco multinacional-associado, apesar de ampla capacidade para veicular suas “verdades”, não apresentava capacidade de se opor à força do povo. Mas esta corrente tinha constatado que “há uma coisa perante a qual a força do povo se reduz muito: o chamado ‘lastro militar’. Só pela força o entreguismo tem condições de vencer”<sup>8</sup>. Portanto, os defensores do desenvolvimento associado ao capital estrangeiro viam-se na necessidade de criar condições para conquistar o referido lastro<sup>9</sup>.

---

4 N.W.S. “Dispositivo e manobra”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 08-14/08/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

5 N.W.S. “As razões da legalidade”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 05-11/09/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

6 N.W.S. “O processo de trituração”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 03-09/10/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X. “Procede a trituração”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 10-16/10/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

7 N.W.S. “A prova do nacionalismo”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 04-10/07/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

8 N.W.S. “Em busca do Lastro”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 15-21/08/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

9 “O comando entreguista chegou a uma conclusão um pouco desalentada nos últimos dias: falta ao candidato que apresentaram ao país um mínimo de lastro militar que lhe permita ir às últimas consequências e empolgar o poder em condições de exercê-lo conforme precisa e deseja, isto é, metendo na cadeia os nacionalistas, reduzindo o regime a uma ditadura e liquidando o monopólio estatal do petróleo e a indústria nacional”. N.W.S. “Em busca do Lastro” (*op. cit.*).

Dentro das Forças Armadas procurava-se gestar este lastro militar através da “pacificação”, tema já de razoável longa data dentro do Exército. No Brasil, a participação intensa do Exército na política teve início na República Velha. Mas foi ao final desta que a tensão entre diferentes correntes políticas no Exército ganhou vulto, tendo se destacado a corrente tenentista. Diante desta situação, a ideia de criar coesão nas Forças Armadas passou a ser não somente um tema ventilado, mas uma política seguida, durante o Estado Novo, por Góes Monteiro. Tanto a coesão nas Forças Armadas quanto a unidade nacional como pressuposto para a segurança nacional subsidiaram o apoio do Exército às políticas para o desenvolvimento iniciadas por Vargas. Se do ponto de vista externo estas propostas não revelavam enfrentamento à participação do capital estrangeiro, internamente estas propostas sedimentavam uma “modernização conservadora”, que encontrava acolhimento em uma parcela do Exército. Isto pode ser observado pela convergência entre as ideias de Góes Monteiro e autores conservadores dos anos 1920-1930. (SILVA, 2012; 2008).

A política perseguida por Góes Monteiro conseguiu atingir a aparência de coesão, sem que esta coesão fosse uma realidade dentro do Exército. As discordâncias no interior das Forças Armadas voltaram à superfície a partir da participação brasileira no conflito mundial. A participação da FEB (Força Expedicionária Brasileira) na

guerra teve repercussões distintas para a cúpula do exército e para o estrato de patentes médias. Os oficiais de patentes médias tomaram, em geral, uma postura crítica ao Estado Novo e sustentaram posições nacionalistas, inclusive para temas importantes no início da década de 1950, como a criação da Petrobrás. A cúpula do Exército, que havia endossado o Estado Novo e nutrido simpatias a regimes ditatoriais fascistas, conseguiu angariar para si o *status* de defensora de ideais democráticos. Desta maneira, a cúpula do Exército pôde se desvincular do caráter autoritário do Estado Novo e colocá-lo sobre a responsabilidade de Vargas. Góes Monteiro e Eurico Dutra, por exemplo, se uniram à UDN para depor Vargas, argumentando defender a democracia. Esta nova postura da cúpula das Forças Armadas se coadunava com outra consequência da participação do Brasil na guerra. Nos acordos assinados em 1942, ficou estabelecido que o governo deveria manter a ordem interna e impedir atividades subversivas. A Escola Superior de Guerra difundiu esta ideologia no Exército, numa visão na qual o Exército seria o único responsável por definir o que e quem seria considerado subversivo (SILVA, 2012).

Na medida em que o nacionalismo fosse considerado fora do alinhamento aos EUA e, portanto, subversivo, a manutenção da ordem interna podia facilmente confundir nacionalismo com comunismo. Ficava explícita a divisão

nas Forças Armadas. Sodré havia se posicionado, em ocasião anterior, dizendo que “O chavão anticomunista adquiriu um sentido, com a passagem do tempo, que permite todas as deformações”<sup>10</sup>. Para Sodré, isto derivava de um “esquematismo” que pretendia dividir os povos entre Oriente e Ocidente, ignorando que “O levantamento dos povos coloniais e subdesenvolvidos veio a mostrar a extrema precariedade do esquema montado depois da última guerra”<sup>11</sup>. Mais ainda, Sodré dizia que este “esquematismo” era utilizado para justificar intervenções, inclusive militares, do Ocidente sobre povos colonizados e países dependentes<sup>12</sup>.

A partir da redemocratização, as Forças Armadas, com especial destaque para o Exército, passaram a internalizar posições políticas existentes na sociedade civil. Isto se manifestou através da disputa crescente para a diretoria do Clube Militar entre nacionalistas e cruzadistas (como eram chamados os partidários da Cruzada Democrática). A princípio, os nacionalistas comandavam a diretoria do Clube entre 1948 e 1952 (SILVA, 2006; 2008), embora isto deva ser matizado devido às transferências realizadas após a polêmica publicação do número 107, em 1950, da Revista do Clube Militar.

Esta publicação ocorreu após a vitória nas eleições de 1950 para a diretoria do Clube. A chapa nacionalista, encabeçada por Estillac Leal, venceu a chapa cruzadista, encabeçada por

Cordeiro de Faria. A polêmica maior se deu em torno de um artigo não assinado sobre a Guerra da Coreia, o qual repudiava a ideia então aventada de participação do Brasil na mencionada guerra. O artigo ia além e contrariava também qualquer alinhamento estrito com os Estados Unidos que não considerasse os reais interesses do Brasil. A diretoria do Clube e, sobretudo, a Revista foram acusadas por seus adversários militares, políticos e órgãos de imprensa de serem, ou manterem como membros, comunistas. Sodré, em seu *Memórias de um soldado*, contraria esta acusação e diz que ela era resultado do esquematismo aceito por aqueles que concordavam com um alinhamento estrito aos Estados Unidos (SODRÉ, 1967, p. 301).

A divisão nas Forças Armadas, assim como em todo o campo político, foi ainda acentuada diante dos acontecimentos que deram origem ao movimento de 11 de novembro de

---

10 N.W.S. “Colonialismo e Guerra”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 29/07/1958, p. 4. Assinado como *Observador Militar*.

11 N.W.S. “A Nova Diplomacia”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 14/05/1958, p. 4. Assinado como *Observador Militar*.

12 “O quadro internacional viu quebrado o tranquilo e rígido esquematismo em que vinha sendo falsamente colocado. Não pode ser entendido mais como uma simples repartição entre Ocidente e Oriente, separados por um meridiano que ninguém conhece. Há uma faixa de povos que não aceita a repartição e uma gama de opiniões e tendências políticas que extravasa de seus limites. O chamado Ocidente, que poderia tentar a conquista desta faixa, fossem outras as condições internas de cada um de seus países, particularmente os Estados Unidos, prefere argumentar com as bases, com as armas, com a sexta frota ou com a sétima frota, e perde, sucessivamente, as batalhas”. N. W.S. “Colonialismo e diplomacia”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 30/07/1958, p. 4. Assinado como *Observador Militar*.



1955, caracterizado por uma manobra para a manutenção do regime democrático através da garantia de posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Neste momento, segundo Sodré, a divisão “desenvolvimento associado” *versus* “nacionalismo” passou a ser acompanhada respectivamente pela oposição “golpe” *versus* “legalidade”<sup>13</sup>.

As mostras de divisão nas Forças Armadas e da existência de atividades conspirativas no seu interior ocorreram em diversas ocasiões durante o governo Kubitschek. Entre elas, as mais importantes foram as de Jacareacanga, de 11 a 29 de fevereiro de 1956, e Aragarças, de duração mais restrita (dois dias), mas não menos importante. Ambos os movimentos subversivos pretendiam substituir o presidente eleito. O primeiro ocorreu logo no início do governo Kubitschek e pode ser visto como continuidade das manobras para evitar a sua posse. O segundo ocorreu em meio à disputa eleitoral para decidir qual seria o presidente a assumir a partir de 1961, com a candidatura de Lott definida e Jânio Quadros vacilando em manter sua candidatura (SILVA, 1984).

Assim, desde o início dos anos 1950, a “pacificação”, dizendo querer colocar fim na divisão existente nas Forças Armadas, era eufemismo para alterações de postos e para retirar o direito de o Clube Militar tomar publicamente posições políticas, enfraquecer o nacionalismo e

tornar possível a implantação de políticas de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. Para conseguir este lastro militar, os autoritários procuravam irradiar, por diversas formas, um clima de terrorismo, pressuposto para executarem a propaganda “pacificação”. Isto foi realizado, num primeiro momento, através da exigência de que Lott se desvinculasse do cargo de Ministro da Guerra assim que se tornasse candidato e que fosse substituído por um chefe militar “neutro”, “pacificador”, que “uniria as Forças Armadas”. A substituição teria o objetivo de, posteriormente, concretizar o “golpe”, no andamento da campanha eleitoral, dando ao Brasil o sonhado “regime de exceção”. Para Sodré, “Para entregar é preciso romper o referido dispositivo; com ele no poder, a democracia será mantida; sob regime democrático o entreguismo não tem condições para derrocar a Petrobrás”<sup>14</sup>.

---

13 “A delimitação dos campos, em 1955, colocava como fundamental o problema da legalidade democrática, profundamente ameaçada pelo entreguismo oposicionista (na realidade de posse do poder, desde o golpe de agosto de 1954), que pregava, ardorosamente, livremente, abertamente, o ‘regime de exceção’: de um lado, estavam os que defendiam a manutenção das instituições democráticas, e entre eles, naturalmente, os mais ativos e caracterizados nacionalistas; de outro lado, os que pretendiam subverter as instituições democráticas e, entre eles, naturalmente, os mais ativos e caracterizados entreguistas”. N. W. S. “As razões da legalidade”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 05-11/09/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

14 N. W. S. “A Manobra da pacificação”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 20-26/06/1959, p. 8. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

Ressaltamos a impossibilidade, verificada por Sodré, de se realizar as políticas imperialistas sob o regime democrático e a garantia às liberdades civis e políticas; no caso, até mesmo sob um regime democrático restrito, que excluía parcela significativa da população. Contudo, Sodré acreditava que a proposta de desenvolvimento associado não encontrava respaldo para conquistar “lastro militar” necessário. O autor confiava na capacidade de o dispositivo que garantiu a legalidade em 1955, personificado na figura no marechal Lott no Ministério da Guerra, permanecer no poder e manter o regime democrático. Contudo, alguns acontecimentos foram fechando esta possibilidade, sendo dois deles significativos: a reforma ministerial de Juscelino Kubitschek e a troca do ministro da Guerra para que Lott concorresse à presidência. Lucas Lopes havia sido nomeado ministro da Fazenda em 25 de junho de 1958, após a saída de José Maria Alkmin. No seu livro de memórias, Juscelino Kubitschek admite que a política monetária era o assunto mais preocupante no momento, embora o ex-presidente sempre fizesse a ressalva de que isto não poderia fazer a política econômica desviar-se de seu principal objetivo: o Plano de Metas. Tendo conhecido o trabalho e as posições de Lucas Lopes durante o período em que foi governador de Minas Gerais, Kubitschek afirmou que, da nova composição ministerial realizada, a Fazenda era a que mais preocupava<sup>15</sup> (KUBITSCHKEK, 1978).

De fato, conciliar uma política monetária alinhada às concepções ortodoxas, de grande influência no grupo de economistas do qual Lucas Lopes fazia parte, com os objetivos do governo Kubitschek não era simples. Entre o pensamento destes economistas e a vontade de Kubitschek encontrava-se a crescente dificuldade de divisas como contrapartida às importações necessárias, impelindo o governo a negociar novos empréstimos e renegociar antigos. Para tanto era preciso atender às exigências do FMI, cujo aval era imprescindível. Segundo Kubitschek, neste caso o ponto delicado era a política cambial: o FMI requeria a extinção dos subsídios (trigo, petróleo e papel eram os mais delicados) e a simplificação das taxas de câmbio (KUBITSCHKEK, 1978).

As políticas cambial e monetária provocavam intenso debate. Juscelino diz que não concebia a retirada dos subsídios, pelos efeitos que teria sobre a inflação e o acesso da população aos produtos (sobretudo no caso do petróleo, Juscelino diz que isto inutilizaria todo o esforço de construção da unidade nacional através de rodovias que ligavam as diferentes regiões). Se no caso

---

15 Lucas Lopes havia formulado o plano de eletrificação do estado de Minas Gerais, sendo também presidente da Centrais Elétricas do mesmo estado (CEMIG); havia participado da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos; havia dirigido, junto com Roberto Campos, a elaboração do Plano de Metas; e desde o início era presidente do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), cargo que deixou ao tornar-se ministro da Fazenda (Dicionário Histórico Bibliográfico CPDOC/FGV, verbete “Lucas Lopes”).

da política cambial o aumento dos preços fazia prever uma reação dos grupos de rendimento fixo, sendo o movimento trabalhista o mais notável, a política monetária teria de enfrentar as resistências de grupos empresariais, sobretudo os industriais, para as quais o presidente estava atento. Por exemplo, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), segundo Almeida (2006), chegou até a acusar o FMI e o Banco Mundial de serem incapazes de realizarem os objetivos para os quais haviam sido criados.

O PEM (Programa de Estabilização Monetária), concebido por Roberto Campos e seguido por Lucas Lopes em sua gestão no Ministério da Fazenda, terminou sendo inexecutável diante da expansão monetária realizada pelo presidente do Banco do Brasil, Sebastião Pais de Almeida. Segundo Kubitschek, ele mesmo teria repassado as reclamações dos industriais para Pais de Almeida e solicitado que este tomasse ações para amenizar a dificuldade dos industriais (KUBITSCHKE, 1978). O então presidente do Banco do Brasil foi nomeado ministro da Fazenda interino devido a um infarto sofrido por Lucas Lopes em 4 de junho de 1959. A escolha de um novo ministro ficava a cargo do presidente da República.

Nestas circunstâncias, a reforma ministerial era aguardada com expectativa. Considerando-se que a campanha presidencial havia sido iniciada, a reforma ministerial e as medidas adotadas

teriam consequências tanto para o novo governo quanto sobre a disputa eleitoral. Sodré dizia que os golpistas, representados pelo que ele chamou de “agência golpe”, queriam nomes que ligassem Lott às medidas impopulares. Uma vez que Lott era ministro da Guerra de Juscelino e seria presidenciável pelo PSD, o mesmo partido de Juscelino, a escolha de um ministério que tomasse medidas impopulares permitiria ligar Lott a tais medidas. Assim, se a reforma ministerial escolhesse ministros de “coragem<sup>16</sup>” para tomar medidas impopulares, significaria uma sabotagem à campanha de Lott<sup>17</sup>.

A campanha de Lott ficaria vinculada ao governo Juscelino, mas, mais especificamente, ao “que ele tem de ruim”. Com isto, Sodré distinguia duas forças no interior do governo JK: as forças ligadas à defesa do regime democrático, relacionadas a Lott e aos novembristas e as forças que defendiam o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, sobretudo Lucas Lopes e Roberto Campos, ligados ao governo JK e

---

16 Sodré faz esta interpretação sobre o que significaria de fato a “coragem” num artigo em que fez uma avaliação do governo Jânio Quadros: N.W.S. “O golpe: sua teoria”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 30/07-05/08/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”. Sem assinar.

17 “Uma reforma desse naipe seria, evidentemente, uma burla de tais proporções acompanhada de aumentos convenientes no custo de vida, como o dos transportes, recentemente deflagrado para oferecer o primeiro obstáculo concreto à candidatura do marechal Lott. Viriam novos aumentos, e aquela candidatura ficaria vinculada ao governo atual no que ele tem de ruim, e que é muito”. N.W.S. “Panorama da Sucessão”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 25-31/07/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

associados a políticas que teriam beneficiado a penetração do capital estrangeiro em setores industriais nacionais, além de compactuar com algumas condicionalidades exigidas pelo FMI. Esta crítica ao “desenvolvimentismo” de JK é realizada por Sodré em “Tendência das forças”, tópico de Formação Histórica do Brasil (SODRÉ, 1962).

Neste quesito, Sodré insiste em não caracterizar o governo Juscelino como “nacionalista”. Para o autor, este governo ganhou sua composição nacionalista no momento em que a efetividade de sua presidência tornou-se mais um capítulo entre defesa da democracia e nacionalismo *versus* desenvolvimento associado e golpe em novembro de 1955. Juscelino vinculou-se ao grupo militar legalista para garantir sua posse. Até então, a campanha de Juscelino era apenas mais um arranjo partidário<sup>18</sup>.

Tendo em vista este duplo caráter do governo Kubitschek, Sodré contrariava a oposição “os de dentro” *versus* “os de fora”. Esta divisão vinha estabelecida desde a transição entre o fim do Estado Novo e o primeiro governo da nova República. Vargas havia trabalhado tanto para a criação do PSD (Partido Social Democrata), no qual se filiou, quanto para a criação do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). A base do PSD era majoritariamente de grandes proprietários ligados ao setor agrário, de caráter predominantemente conservador. Embora houvesse uma

ala menos avessa às reformas sociais. O PTB foi formado sobre a estrutura sindical que havia sido criada pelo Estado Novo e estava ligado às novas forças políticas urbanas que emergiram com o processo de modernização (BENEVIDES, 1976; DELGADO, 2011).

Em 7 de abril de 1945 foi fundada a UDN (União Democrática Nacional). Inicialmente, este partido congregava uma ampla frente de opositores ao Estado Novo e ao getulismo. Contudo, a UDN não conseguiu ser vencedora de uma campanha presidencial, exceto nas eleições de 1961, para a qual apoiou o candidato de outro partido, Jânio Quadros. Como consequência, a UDN ficou associada, sobretudo pela ala de grande influência liderada por Carlos Lacerda, com forças que pretenderam, em diversos momentos, chegar ao poder através da instalação de um regime de exceção. O próprio Carlos Lacerda defendeu este regime. Um destes episódios foi o ocorrido em 24 de agosto 1954. Através deste, a UDN conseguiu estar representada no ministério de Café Filho, apesar de o suicídio de Vargas ter exigido um passo atrás e a UDN tenha tido que conviver com a defesa da legalidade de parcela significativa do Exército, representada na figura do ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott (BENEVIDES, 1981).

---

18 N.W.S. “As razões da legalidade”. O Semanário. Rio de Janeiro, 05-11/09/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

Se eleitoralmente houve polarização, em âmbito nacional, entre a aliança PSD/PTB e seu opositor UDN, isto não significou uma fissura intransponível entre a UDN e os outros dois partidos. Do ponto de vista ideológico e de sua principal base social, os ruralistas, havia pontos em comum entre a UDN e o PSD. Contribuiu para isto o fato de os partidos políticos não se formarem apenas sobre programas políticos bem definidos, o que resultava em heterogeneidade no interior de cada partido. Neste sentido, os dois partidos, PSD e UDN, puderam compor alianças no Congresso em torno de bandeiras que lhes eram comuns, sobretudo em oposição à reforma agrária. Esta aproximação acentuou-se na mesma medida em que o PTB tornava-se mais reformista. Como veremos, um momento que evidencia esta situação foi o da tentativa de o PSD aliar-se à UDN nas eleições de 1960 (BENEVIDES, 1976; BENEVIDES, 1981).

Portanto, a polarização “os de dentro” *versus* “os de fora” somente captava o que se apresentava como oposição nos pleitos eleitorais, mas não evidenciava com fidelidade uma divisão entre contemplados ou não pela política de um determinado governo<sup>19</sup>. No que se refere à política econômica do governo Kubitschek, esta falsa polarização se torna mais problemática ao ser verificado que postos importantes foram ocupados por pessoas que defendiam o desenvolvimento associado, como Lucas Lopes no ministério da Fazenda e Roberto Campos no

BNDE<sup>20</sup>. Além disso, Kubitschek fez profundo uso de uma medida criada por Eugênio Gudín ainda no governo de Café Filho, a Instrução 113 da SUMOC.

Neste sentido é que Nelson Werneck Sodré, considerando que o divisor entre as correntes na campanha presidencial seria nacionalismo *versus* desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, alertava para a falsidade daquela oposição entre “os de dentro” e “os de fora”, pois havia “entreguistas” tanto na oposição como no governo<sup>21</sup>. Neste momento, Sodré estava preocupado com as reuniões de bastidores que contavam com a participação de Lott. Tratava-se de uma iniciativa do presidente Juscelino de evitar uma candidatura pelo PSD, propondo um candidato de “união nacional”.

Maram (1991) apresenta argumentos que confirmam que Kubitschek não estava satisfeito com a candidatura de Lott. Kubitschek teria trabalhado para impedir a candidatura de qualquer presidenciável pelo PSD. Neste sentido, tentou fazer com que Lott cedesse a sua candidatura em favor de um candidato de “união nacional”,

---

19 Uma narrativa histórica do período de 1945 a 1964 que aceita a divisão entre “os de dentro” e “os de fora” é encontrada em Skidmore (1982).

20 A harmonia ideológica entre militares e civis da corrente da modernização conservadora e a convivência institucional entre eles pode ser vista em Dreifuss (1986).

21 N.W.S. “Nacionalismo e Segurança”. *O Semanário*. 01-07/08/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

que seria Juracy Magalhães, líder da UDN. Lott, a princípio, teria aceitado, provocando uma série de reuniões com San Tiago Dantas, Amaral Peixoto, Juracy Magalhães e o próprio Kubitschek. Contudo, segundo Benevides (1981), a proposta também encontrou resistência na UDN: Carlos Lacerda teria sido firme na posição de apoiar Jânio Quadros como candidato. Embora a tentativa de Kubitschek tenha sido frustrada e o PSD tenha finalmente aprovado a candidatura de Lott, com o apoio do PTB, as propostas reformistas do PTB estavam cada vez menos alinhadas à base conservadora do PSD<sup>22</sup>. Delgado (2011, p. 201) afirma, inclusive, que “O PSD uniu-se oficialmente ao PTB, mas a real aliança da maioria de seus integrantes, a partir de então, foi orientada para uniões contextuais com a UDN”.

Sodré estava ciente da falsa aparência desta oposição partidária que escondia uma unidade de interesses. Foi contrariando estas manobras de bastidores que ele propunha que a campanha do marechal Henrique Teixeira Lott deveria esforçar-se para “terminar com a farsa do segundo tempo, rasgando a fantasia de uma cúpula de traidores do Brasil, acumpliciados na mesma tarefa, os de dentro e os de fora do governo”<sup>23</sup>.

A reforma ministerial era mais um episódio que descortinava esta falsa oposição. Sodré argumentava que a reforma ministerial seria uma primeira fase do novo governo. Portanto,

se quisesse apoiar a candidatura de Lott, o governo Kubitschek deveria começar por resolver os problemas fundamentais, “aquilo que está fazendo a vida do povo um sofrimento tremendo”. A reforma ministerial estaria inserida na oposição da campanha presidencial: “estamos pela fome, pela carestia, pela miséria, ou estamos pelo progresso, pela vida menos dura, por uma pausa na espoliação a que vimos sendo submetidos?”. Se fosse escolhida a segunda opção, a reforma ministerial deveria servir para a “montagem de um dispositivo que assegure a transição de um governo a outro governo”<sup>24</sup>.

Contudo, Kubitschek não teria contribuído para a campanha nacionalista. A escolha de Sebastião Pais de Almeida não foi considerada favorável nem à campanha e nem ao atendimento das necessidades do povo brasileiro. Segundo Sodré,

A reforma ministerial, da forma como a entendeu e praticou o presidente, representa o maior serviço que já prestou aos inimigos do Brasil, e o maior atentado ao dispositivo que defenderá - e defenderá de qualquer maneira - a candidatura

---

22 Segundo Maram (1991), San Tiago Dantas teria dito que o PTB pensaria no assunto se Lott declarasse publicamente o apoio a um candidato de união nacional, ao que Lott disse que não partiria de tal iniciativa. A decisão do PTB de fortalecer a candidatura de Lott teria minado os planos de Juscelino.

23 N.W.S. “Nacionalismo e Segurança”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 01-07/08/1959, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

24 N.W.S. “Dispositivo e manobra”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 08-14/08/1959, p. 2. Coluna Situação Militar, assinada como Cel. X.

popular do Marechal Teixeira Lott. Trata-se não de uma afoiteza, mas de uma leviandade, a somar-se a tantas outras, que pontilharam a trajetória curiosa do atual governo<sup>25</sup>.

Portanto, a reforma ministerial do governo Kubitschek em 1959 foi recebida por Sodr e como uma manifesta o do presidente de não apoiar o nacionalismo nas elei es presidenciais, influenciando ainda mais para uma avalia o negativa sobre o governo Kubitschek. O nacionalismo via-se, assim, alijado de um instrumento importante para a campanha de Lott. Contudo, ainda restava o dispositivo principal: o Ministério da Guerra permanecia sob comando de um legalista, o próprio Lott. Para tornar-se elegível, Lott precisaria pedir exonera o do cargo, abrindo flanco para que o último dispositivo nacionalista fosse anulado e o governo se destitu sse de qualquer caráter nacionalista.

Sodr e dizia que o “golpismo entreguista”, apoiado tanto pelos de dentro como pelos de fora do governo, aproveitaria a saída de Lott do Ministério da Guerra para tentar evitar que o posto fosse novamente assumido por um “novembrista”. Para Sodr e, o nome indicado para manter o dispositivo nacionalista era marechal Denys.

Neste momento, Sodr e não nutria qualquer d vida em rela o   posi o legalista de Denys, convencido de que este enfrentaria a oposi o do “golpismo entreguista”<sup>26</sup>. Mesmo após a nomea o de Denys, Sodr e manteve a confiança,

apesar de alguns jornais noticiarem que Denys estaria disposto a realizar a “pacifica o”<sup>27</sup>.

Mais ainda, Sodr e acreditou que a nomea o de Denys permitiria realizar a desejada unidade nas Forças Armadas. Contudo, a união não seria realizada através da política de “pacifica o”, mas em obediência   legalidade, às elei es e protegendo o país contra os interesses dos grandes monopólios internacionais<sup>28</sup>.

A expectativa de Sodr e em rela o às possibilidades de união nas Forças Armadas fundamentada na defesa das liberdades democráticas aumentou após a vitória de Joaquim Justino Alves Bastos para a diretoria do Clube Militar.

---

25 *Ibidem*.

26 “Vai começar a mais sabida das manobras: a de impedir que o Ministério da Guerra seja ocupado por um grande chefe, democrático, respeitado, decente e novembrista. O homem que responde por todas estas qualidades   o marechal Odílio Denys, chefe na verdadeira significa o da palavra”. N.V.S. “O novo ministro”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 16-21/01/1960, p. 2. Coluna “Situa o Militar”, assinada como Cel. X.

27 *Ibidem*. N.V.S. “A intriga e a boçalidade”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 19-25/03/1960. Coluna “Situa o Militar”, assinada como Cel. X.

28 “Ora,   evidente que este quadro abre perspectivas   soluço de um problema colocado de maneira falsa muitas vezes e que conserva a sua importância: o da pacifica o das Forças Armadas. Claro que a pacifica o foi já colocada, por diversas vezes, ao sabor do entreguismo, que sempre a levantou como manobra para dividir e não para unir. Uma pacifica o verdadeira, isto  , o esquecimento de divisões antigas, de posi es antigas, de lutas antigas, só se poderia alcançar pela obediência   lei, pelo respeito aos regulamentos militares, pelo afastamento das aventuras políticas derrotadas. [...] Esta   a base sobre a qual se pode concretizar o anseio de unifica o e de esquecimento de lutas antigas – a única base: *contra os trustes, em defesa do Brasil, na manuten o do regime democrático, com as suas franquias amplas, e na preserva o das riquezas com que o Brasil há de tornar-se o grande país com que tanto sonhamos*”. N.V.S. “As vésperas da união”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 02-08/4/1960. Coluna “Situa o Militar”, assinada como Cel. X.



A vitória da chapa nacionalista nas eleições em 1956 significou o retorno dos nacionalistas após duas eleições perdidas para chapas cruzadistas (1952-1956). Os nacionalistas conseguiram vencer os cruzadistas também nas duas eleições seguintes, em 1958 e em 1960. Em ambas, a chapa amarela era encabeçada por Justino Alves e a chapa azul era encabeçada por Humberto de Alencar Castelo Branco<sup>29</sup>. Para Sodré, abriam-se “largas perspectivas ao estabelecimento, em sólidas bases, de uma unidade militar”<sup>30</sup>.

Contudo, quando Sodré tinha a mais alta expectativa quanto à possibilidade de enfraquecimento da ala conspiradora e, portanto, de debilidade eleitoral do desenvolvimento associado, o indispensável e principal dispositivo de defesa das forças democráticas e nacionalistas principiou a apresentar alteração de manobra, mudando de lado e virando-se contra as forças com as quais até então se alinhava. Este dispositivo era o Ministério da Guerra, personificado na figura do marechal Denys.

Para ampliar ainda mais as dificuldades deste cenário, para Sodré, começava a ficar evidente a existência de uma “marcha do continuísmo”: a tentativa de manter Kubitschek na presidência para um novo mandato<sup>31</sup>. Diante disto, ficava visível para Sodré que se tratava de mais uma forma de evitar que Lott fosse candidato ou, em caso de ser, de evitar que se tornasse presidente. Para Sodré, embora JK dissesse apoiar o

candidato de seu partido, tomava decisões políticas concretas que prejudicavam a campanha de Lott: “diz uma coisa e faz outra”<sup>32</sup>. Diante de uma greve em Cabo Frio, um deslocamento de homens do exército foi realizado. Dizia Sodré: “O ilustre ministro, ‘porta-voz de Lott’, esfregava as mãos de contente, e pensava, com seus botões, que agora sim: sairia um bochicho danado e a tropa do exército se chocaria com os trabalhadores esfomeados, e a candidatura de Lott levaria a breca”<sup>33</sup>.

Sodré percebia, assim, que os nacionalistas não somente teriam que fazer a campanha sem o apoio do governo Kubitschek, como verificado pela reforma ministerial, mas também deveriam estar atentos para as possíveis medidas contrárias às liberdades democráticas tomadas por este governo e que poderiam criar dificuldades tanto à campanha como à manutenção

---

29 Castelo Branco também havia sido membro da chapa azul, nas eleições de 1950, quando foi encabeçada por Osvaldo Cordeiro de Farias.

30 N.W.S. “O caso do Clube Militar”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 21-27/05/1960, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

31 Kubitschek confirma, em suas memórias, que fora procurado por políticos de correntes diversas, com propostas de continuísmo. Contudo, o ex-presidente diz que jamais aderiu a quaisquer destas propostas (KUBITSCHEK, 1978). De qualquer maneira, isto mostra que, de fato, havia forças interessadas no “continuísmo”.

32 N.W.S. “O Continuísmo em pânico”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 23-29/07/1960, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.

33 N.W.S. “O Continuísmo em Marcha”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 02-08/07/1960, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como Cel. X.



do regime democrático. Portanto, para Sodré, estreitavam-se cada vez mais os apoios possíveis para a eleição do candidato nacionalista, pois esta dependia do dispositivo que assegurava a liberdade democrática. Mas este dispositivo havia sido perdido, resultando em ações arbitrárias que reforçavam alas que já haviam manifestado dissidência com os resultados eleitorais<sup>34</sup>. Finalmente, o governo Kubitschek encontrava-se “homogeneizado em seu conteúdo entreguista, e particularmente na nova atitude do Exército, tão nitidamente assinalada no episódio de Cabo Frio”<sup>35</sup>. A ala “entreguista”, “golpista”, “envelhecida” do governo, que sustentava o “continuísmo”, passava a ter total domínio no governo<sup>36</sup>.

O respaldo militar desta ala encontrava-se na política de “pacificação”, agora buscada pelo ministro Odílio Denys. Na realidade, tratava-se de inverter julgamentos para poder trocar o campo do Ministério da Guerra: aqueles que até então defendiam o regime democrático seriam acusados de subversivos; e os subversivos seriam alçados a defensores da ordem. Não havia, pois, pacificação. Havia “uma mudança de campo, da parte do orientador desta política. Transferiu-se para o campo que combatia”<sup>37</sup>. Mas este respaldo militar era realizado sob as ordens daquele que seria o responsável pela nomeação dos ministros – no caso, Juscelino Kubitschek. “A ‘pacificação’ é, pois, uma tarefa em que o presidente Juscelino Kubitschek está

empenhado. Faz parte do fenômeno político caracterizado como ‘continuísmo’, isto é, uma ampla manobra destinada a perturbar o quadro democrático”<sup>38</sup>.

Embora o “continuísmo” não tenha resultado em ações concretas de grande envergadura, Sodré manteve seu questionamento quanto ao caráter democrático e nacionalista das posturas de Kubitschek. Diante do pouco empenho do presidente para apoiar Lott, e até mesmo, segundo Sodré, tendo ações contrárias a esta candidatura, o autor passa então a vincular o governo Kubitschek ao futuro governo do já eleito Jânio Quadros. A análise de continuidade entre Kubitschek e Jânio foi tomando maior importância à medida que o marechal Denys começava, ainda no governo Kubitschek, a

---

34 “trazia-se à tona os elementos que haviam propiciado ou apoiado os motins de Jacareacanga e Aragarças, isto é, a componente subversiva e antidemocrática, apenas porque insuspeita de ‘nacionalismo’, na confusão entre nacionalismo e comunismo que caracteriza o entreguismo sob a sua forma mais empedernida, e atirava-se a vala comum tudo aquilo que, sendo nacionalista, ficava sob alvo de um anticomunismo tão vesânico quanto tolo”. N.W.S. “Depoimento sintomático”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 30/07-05/08/1960, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como *Cel. X*.

35 *Idem*.

36 É diante deste “continuísmo” que Sodré desfere a crítica à política de desenvolvimento de JK, que se colocava “contra o atraso e o subdesenvolvimento”, mas que, na realidade, estava “desenvolvendo e adiantando muita gente, neste país e fora dele”. N.W.S. “O baile do continuísmo”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 16-22/07/1960, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como *Cel. X*.

37 N.W.S. “A pacificação”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 13-19/08/1960, p. 2. Coluna “Situação Militar”, assinada como *Cel. X*.

38 *Idem*.

tomar medidas arbitrárias, negando as liberdades democráticas; e foi selada quando o mesmo ministro, depois no governo Jânio, continuou as arbitrariedades. Seguiremos com esta concepção de continuidade entre os dois governos, à qual iremos reconstituir com a finalidade de demonstrar que as medidas de exceção adotadas eram a contrapartida das políticas econômicas propagadas pelo bloco multinacional e associado. Desta maneira, a continuidade caracteriza-se pela escolha em favor de medidas de exceção, que negavam o estado de direito estabelecido pelo regime democrático, como único caminho para a implementação de medidas entreguistas. Isto é, a continuidade entre Kubitschek e Jânio caracterizava-se na defesa de um governo “forte” e “corajoso”, capaz de impor sacrifícios à sua população: a única maneira de implementação das políticas imperialistas.

### **3. O desenvolvimento associado e o regime de exceção**

Logo após as eleições de 1960, Sodrê contrariava a tentativa de manter o debate político nos termos em que se havia tentado colocar nas eleições. Sodrê dizia que embora houvesse discussões em torno da avaliação que estava sendo realizada sobre as eleições, havia um ponto consensual: o de que existia “perfeita unidade entre o governo Juscelino Kubitschek e o governo Jânio Quadros, a continuidade entre eles, [...]

a obediência comum à mesma política, isto é, a dos monopólios estrangeiros”<sup>39</sup>. Unidade esta que começava a se tornar explícita na reforma cambial que Jânio anunciava. Segundo Sodrê, o presidente eleito estava, em suas falas, “começando a colocar-se na linha que o obrigam os financiadores de sua campanha eleitoral: vai fazer a reforma cambial completa”. Isto significava estar “na linha de Lucas Lopes, de Roberto Campos, e de Garrido Torres, pois, isto é, na linha de Juscelino Kubitschek, cujo governo continuará”<sup>40</sup>.

A composição ministerial do governo Jânio foi aguardada com expectativa em duas áreas principais: a econômica e a militar. Na área econômica, a definição do ministério sinalizava quais seriam as posições do novo governo, retirando as ambiguidades apresentadas ao longo do período eleitoral, durante o qual o candidato tinha tanto que acenar para os interesses dos negócios estrangeiros, como também tinha de cativar a vontade popular. Mas, na composição dos ministérios militares, a decisão significava mais que a traição a acenos anteriores, pois “definia-se nitidamente por uma linha de violências, de ódio, de repressão e de vingança”<sup>41</sup>.

---

39 N.W.S. “Esclarecimento necessário”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 26/12/1960-01/01/1961, p. 2. Sem assinar.

40 N.W.S. “Um discurso”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 12-18/11/1960, p. 2. Sem assinar.

41 N.W.S. “A crise militar”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 11-18/04/1961, p. 5. Sem assinar.

Desta maneira, para Sodré, o novo governo colocava-se na posição da corrente conspirativa que esteve por trás do suicídio de Vargas, da tentativa de suprimir o regime democrático em 1955 e de movimentos que procuravam criar um clima de caos militar necessário à conspirata, como os de Jacareacanga e Aragarças. E os atos dos novos ministros provavam isto, ao começar pela “derrubada dos elementos que haviam cometido o crime, novo na vida institucional, de ter servido ao governo anterior”. Isto é, aqueles que haviam se colocado ao lado do dispositivo que assegurou a manutenção do regime democrático e, portanto, da ordem legal vigente, passavam a ser retirados de seus postos para serem substituídos por aqueles que defendiam o regime de exceção. As Forças Armadas passaram a ser tratadas “como fazenda particular, de propriedade de determinados grupos notabilizados pelo desrespeito à lei e aos regulamentos, pela infração premeditada e política da disciplina”<sup>42</sup>.

Esta política geral dos ministérios militares continha uma particularidade no caso do Exército, a qual resultava do fato de que o ministro nomeado pelo novo governo era o mesmo que havia servido o governo Kubitschek durante o período eleitoral, retirando daquele governo o dispositivo nacionalista e legalista: era o marechal Odílio Denys. Se os outros ministros militares já tinham histórico alinhado às ações golpistas, o ministro da Guerra tinha tido, em

sua carreira, “posição antípoda, politicamente, aos seus associados de agora”. Por isto, a sua posição não tinha consequências apenas para a avaliação sobre ele, mas sobre todo o movimento de que fez parte: a malícia estava em “fazer supor que, no Exército, havia unidade”<sup>43</sup>.

Vemos, portanto, como a postura do ministro Denys retirou de Sodré a segurança quanto à possibilidade de ver ser realizada a unidade das Forças Armadas através da defesa da legalidade. E, para além disso, Denys passou a ser visto como apoio para “pacificação”, significando intranquilidade para o corpo de oficiais, sobretudo para aqueles que tinham posições nacionalistas definidas: “A linha adotada é de antinacionalismo macarthista, cujos traços revelam, a qualquer observador superficial, as marcas dos mandantes do exterior”. As perseguições, obviamente, não poderiam deixar intacto o Clube Militar: o Ministro da Guerra “transferiu os diretores escolhidos por eleição de associados. Destruuiu, assim, a Diretoria eleita”<sup>45</sup>.

Mas, afinal, qual a finalidade desta “pacificação”? Para Sodré, estava clara a ligação entre a “pacificação” e a política do governo. Neste

---

42 *Idem*.

43 *Idem*.

44 *Idem*.

45 Este expediente havia sido utilizado quando da vitória da chapa nacionalista em 1950 e da controvérsia em torno do artigo sobre a Guerra da Coreia. Foi quando Sodré foi para seu “exílio interno”.

sentido, a pacificação não era um assunto apenas entre militares, mas uma forma de garantir que o dispositivo militar voltaria à defesa da política executada pelo governo Jânio, sobretudo no que se referia à política econômica. Com a adoção da Instrução 204 da SUMOC<sup>46</sup>, não era apenas a política monetária que ficava subordinada aos interesses externos, era também “a política em seu sentido lato, o que abrange o regime, os partidos, as eleições, a representação, os direitos individuais, as garantias democráticas”<sup>47</sup>. Como a política econômica atenderia aos interesses imperialistas corporificados nos monopólios internacionais e explicitados pelas exigências do FMI, sua execução necessitaria de um aparato repressivo para conter as insatisfações populares.

Trata-se, na verdade, de montar um dispositivo de força que possa conter um povo espoliado, que possa fazer engolir a Reforma Cambial, com todos os seus efeitos, que transforme o direito de greve num farrapo de papel, que qualifique o nacionalismo como doutrina subversiva. A Reforma Cambial, antinacional e antipopular pelo seu conteúdo e seus efeitos, verdadeiro atentado aos interesses do Brasil e de seu povo, tornar-se-á, no seu processo violento de deterioração, antidemocrática, porque vai exigir do governo que a “adotou” uma atitude de repressão a toda e qualquer reivindicação, a todo e qualquer protesto, a toda e qualquer resistência<sup>48</sup>.

A prisão dos membros da diretoria do Clube Militar e suas posteriores transferências tinham

um intuito ainda maior. Segundo Sodré, não era apenas a supressão das liberdades individuais e de manifestação resguardadas pelo regime legal que seriam usurpadas, mas a própria manutenção do presidente eleito poderia novamente sofrer investida dos golpistas. Para Sodré, o desejo do general Cordeiro de Farias e de seu “pseudônimo” marechal Odílio Denys

---

46 A Instrução 204 da SUMOC procurava atender às exigências do FMI para conceder o aval creditício a fim de que o Brasil pudesse renegociar seus débitos externos. Neste sentido, a Instrução direcionava-se à eliminação de subsídios pelo câmbio de custo e a simplificação cambial através de maior abrangência do câmbio livre para importações. Caio Prado Jr. (1961), em artigo coetâneo publicado na revista *Brasiliense*, argumenta que esta medida era uma continuidade da política entreguista do governo Kubitschek. A política de desenvolvimento que conferia papel de destaque ao capital estrangeiro deveria também, para tanto, “proporcionar aos empreendimentos imperialistas largas oportunidades de bons negócios no país” (p. 6), o que pressupunha resguardar a garantia de remuneração deste capital em moeda internacional. Neste sentido, a Instrução 204 pretendia “aumentar as disponibilidades cambiais do país” (p. 5) para proporcionar os “recursos com que fazer frente aos seus encargos financeiros no exterior” (p. 5) resultantes das “operações das empresas estrangeiras estabelecidas no país” (p. 5). Contudo, para isto, realizava-se uma política inflacionária, sob o argumento de que seus efeitos benéficos viriam no futuro, “à custa daqueles setores da população brasileira que já vinham sendo sacrificados pela política inflacionária do governo anterior” (p. 3). Além disso, a política seguida pela Instrução 204 prejudicaria a própria atividade econômica do país, uma vez que garantir divisas para remunerar o capital estrangeiro comprometeria a importação de bens essenciais à atividade econômica.

47 N.W.S. “O golpe: sua prática”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 02-09/08/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

48 N.W.S. “A crise militar”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 11-18/04/1961, p. 5. Sem assinar. Ver também N.W.S. “Uma política em pânico”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 19-26/04/1961, p. 2. Coluna “Fato da Semana”, sem assinar. E, ainda, N.W.S. “O caso do Clube Militar”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 04-11/05/1961, p. 2. Coluna “Fato da Semana”, sem assinar.

era “vedar aos oficiais o direito de uma opinião contra [...] a montagem do dispositivo golpista, antidemocrático e antinacionalista que prepara a ditadura”<sup>49</sup>.

Ou seja, Sodré teve a acuidade de perceber a dupla ameaça ao regime legal estabelecido: pelas decisões que procuravam reprimir ou coibir manifestações contrárias às políticas econômicas alinhadas às exigências imperialistas; pelo dispositivo que, montado, era fortalecido com o intuito de preparar-se para instalar o regime de exceção. Mais ainda, para Sodré, o golpe não seria realizado num ato único, pois o golpe “caracteriza-se antes pela sucessividade e pelo rigor crescente das ações atentatórias aos direitos constitucionais, até um ponto em que só a força domina e dita as regras”<sup>50</sup>. O regime de exceção estava sendo implementado através de medidas arbitrárias até se chegar definitivamente ao fim do formal regime democrático e da Constituição.

A democracia era “um clima que não serve ao imperialismo, que o prejudica, que o impede de realizar as suas operações, que inutiliza seus esforços, que o derrota”<sup>51</sup>. Por consequência, a democracia era um empecilho também para as correspondentes forças entreguistas internas fazerem prevalecer suas doutrinas que embasavam a política econômica adotada:

Eis a que chegou o Brasil, depois de tudo: a uma política econômica de deslavado e ostensivo

entreguismo e a uma política geral de arbítrio. A lei, o regime democrático, a norma comum são entraves que essa política já não suporta. Não há clima para ela dentro da lei. E por isso se torna obrigatório a violação do estabelecido, e a adoção da violência como norma comum. A democracia é sufocante para essa política dementada. Há que arruiná-la, derrocá-la, destruí-la”<sup>52</sup>.

Por ocasião da repressão a uma greve de estudantes no Recife<sup>53</sup>, Sodré dizia que o governo havia feito um teste para saber como reagiriam as instituições representativas do povo, como sindicatos e estudantes, no caso da manobra do golpe ser realizada. Para Sodré, o governo estava “em fase final de montagem de um dispositivo militar que lhe permite a mais ampla liberdade de ação no campo do arbítrio”<sup>54</sup>.

---

49 N.W.S. “O silêncio e o sepulcro”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 12-19/05/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

50 N.W.S. “O golpe: sua prática”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 02-09/08/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

51 *Idem*.

52 N.W.S. “Caracterização de um governo”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 29/06-05/07/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

53 A greve dos estudantes de Recife foi iniciada na Faculdade de Direito do Recife, mas rapidamente se estendeu para outras faculdades de Recife. Segundo artigo de Nelson Rodrigues dos Santos, publicado na revista *Brasiliense*, “Para reprimir este movimento estudantil que foi igual a tantos outros, as Forças Armadas, sem que fossem solicitadas pelo governo de Pernambuco, enviaram 2 contratorpedos e o cruzado ‘Almirante Tamandaré’, equipados para todas as emergências, além do deslocamento de todo o IV Exército, numa proporção de 7 soldados armados para cada acadêmico recifense. As faculdades foram ocupadas militarmente, e muitas prisões foram feitas, com julgamento militar, principalmente de estudantes” (SANTOS, 1961, p. 42).

54 N.W.S. “O teste do golpe”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 14-21/07/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

Diante desta conjuntura, Sodré, após seis meses do novo governo, elegeu o aspecto da liberdade, suas violações, como o aspecto nodal para caracterizar o governo Jânio, aspecto ao “qual todos os outros estão ligados, do qual dependem e muito”<sup>55</sup>. Neste caso, fica claro que Sodré não se limitava à defesa apenas da legalidade formal:

A Constituição está em vigor e o poder que lhe fixa as regras de execução e dirime as divergências, o Judiciário, está funcionando. Seríamos, entretanto, vítimas de uma inadmissível falsidade se nos contentássemos com o aspecto formal do problema. Porque, na realidade, nesse meio ano de amostra do que é o governo do Sr. Jânio Quadros, as leis valeram pouco e a Constituição foi violada muitas vezes, e violada principalmente no que se refere à liberdade<sup>56</sup>.

Por isto, Sodré defendia a manutenção do regime democrático, não somente em sua formalidade, mas como condição para uma democracia substantiva, como um campo no qual a classe dominante interna e a dominação externa, embrenhadas, tinham dificuldades, e mesmo incapacidade, para fazerem oposição às reivindicações populares, consubstanciadas nas medidas econômicas nacionalistas. Assim, o essencial era a “o regime democrático e a liberdade de desenvolvimento econômico”; “democracia e expansão econômica autônoma”<sup>57</sup>. Ambas, democracia e medidas econômicas nacionalistas, eram condições necessárias para que o povo

se libertasse tanto do jugo imperialista como da dominação das classes conservadoras internas. As medidas econômicas nacionalistas, a defesa da cultura nacional, da capacidade e criatividade do povo brasileiro, não se realizariam simplesmente através de disputas econômicas, embora estas formassem um dos pilares. Elas seriam realizadas também através da democracia. Se as medidas econômicas nacionalistas eram necessárias para ter maior autonomia interna, condição para manutenção do regime democrático, a democracia também era necessária para que as medidas econômicas nacionalistas fossem realizadas.

Contudo, como notamos acima, Sodré também acreditava que havia algo perante o qual a vontade popular poderia apresentar-se mais fraca: era o “lastro militar”. Se em outros momentos Sodré acreditava que este lastro dificilmente seria conseguido, restringindo-se a uma pequena fração militar golpista, a tentativa de impedir a

---

55 N.W.S. “Atentados à liberdade”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 18-25/08/1961, p. 2. Seção “Fato da Semana”, sem assinar.

56 *Idem*. A delicadeza do tema e a consciência de Sodré sobre as possíveis represálias podem ser percebidas quando comparamos as evidências descritas neste artigo para argumentar a favor da constatação de que a liberdade estava sendo violada e o tom bem mais moderado utilizado em artigo assinado por ele, no qual diz: “Nenhum problema como o da liberdade é tão oportuno, em nosso país, neste momento”. N.W.S. “O problema da liberdade”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 20-27/05/1961, p. 8. Coluna “Notas de Crítica”, assinado como Nelson Werneck Sodré.

57 N.W.S. “O Caso do Clube Militar”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 28/05-04/06/1961, p. 2. Coluna “Fato da Semana”, sem assinar.

posse de Jango após a renúncia de Jânio deixou Sodré mais alerta e menos confiante na maioria legalista dentro do Exército. Sodré já havia percebido a fragilidade desta posi o política, legalista e nacionalista, diante das medidas adotadas e apoiadas pelo marechal Denys desde o seu ministério no governo Kubitschek, e intensificadas durante o governo Jânio Quadros. Contudo, a tentativa de impedir a posse da João Goulart como presidente marcou uma virada de comportamento de Sodré.

Sodré dizia que naquele momento a tarefa era “mostrar a necessidade de desmontar o sinistro aparelho policial-militar que trouxe a Na o em sobressalto, que violou a tranquilidade, que derrogou todas as leis e que se preparou para transformar um regime democrático em um regime de força”<sup>58</sup>.

E advertia que se isto não fosse feito, “poderemos deparar, adiante, com novas demonstra es dessa espécie”. Para Sodré, o regime democrático havia demonstrado extraordinária vitalidade. Mas o autor não confiava que esta força seria suficiente para enfrentar novas investidas que poderiam continuar contra o regime democrático. Havia, portanto, a necessidade de o novo governo, Jango, “voltar as suas aten es para este dispositivo”<sup>59</sup>.

Infelizmente, os artigos em jornais de Sodré se escassearam, desta data até o golpe, dificultando um acompanhamento das posi es e

avalia es do autor diante dos acontecimentos que se passavam, sobretudo sua avalia o em rela o ao governo Jango. Contudo, o que se seguiu   conhecido. E não se refere somente   manuten o do grupo conspirador, mas, ainda mais, refere-se a mais uma tentativa de colocar Sodré em um novo exílio interno. Sodré recusou, pediu a reserva, dedicou-se mais intensamente aos estudos e pesquisas no ISEB, no qual a História Nova dava seus primeiros passos e mostrava seus primeiros resultados. Mas, nem mais dedica o, nem mais passos, nem mais resultados foram possíveis. O golpe chegou, o ISEB foi revirado e desmontado e Sodré encarou 57 dias de prisão militar.

#### 4. Considera es finais

As colunas de jornais escritas por Sodré, mas geralmente assinadas com pseudônimos que faziam referência a um militar, permitiram-nos fazer uma exposi o mais contundente sobre a importância que o autor conferia   manuten o do regime democrático então vigente. Para Sodré, a legalidade estava ameaçada pela ofensiva imperialista e, conseqentemente, a defesa da democracia então vigente já seria um empecilho para a a o imperialista.

---

58 N.W.S. “As origens do golpe militar”. *O Semanário*. Rio de Janeiro, 26/09 a 02/10/1961, p. 2. Se o “Fato da Semana”, sem assinar.

59 *Idem*.



Um dos elementos que influenciou esta percepção de Sodré foi sua condição de militar. As condições geopolíticas tornavam facilmente confundíveis os nacionalistas e os comunistas, repercutindo em medidas que comprometiam as próprias carreiras dos militares nacionalistas e articulação política do grupo. Neste sentido, o apoio à legalidade poderia ter mais penetração entre os militares sem comprometer o apoio às políticas econômicas nacionalistas. Isto foi reforçado com o episódio de novembro de 1955 e a garantia de posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Neste momento, a possibilidade de o ministro da Guerra garantir a manutenção do regime democrático deu novo conteúdo ao governo Kubitschek. A declaração de Lott de que a Petrobrás era intocável fortaleceu esta associação entre manutenção do regime democrático e política econômica nacionalista. Como consequência, Sodré acreditava que o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro só conseguiria implementar suas propostas econômicas derrocando as liberdades democráticas. Esta percepção foi reforçada na análise que Sodré fez sobre as posições de Kubitschek durante a campanha presidencial de Lott; as políticas econômicas adotadas por Jânio Quadros; e as ações do novo ministro da Guerra, Odílio Denys.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Lucio F. R. de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- BARROS, Luitgarde O. C. et alii. *Arquivo Nelson Werneck Sodré*: catálogo da obra. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.
- BENEVIDES, Maria V. de M. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 5ª ed., 2000.
- CUNHA, Paulo R. da. "Nelson Werneck Sodré, os militares e a questão democrática: algumas considerações e uma problemática." In: CUNHA, Paulo R. da & CABRAL, Fátima (orgs). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, 2ª ed., 2011.
- DELGADO, L. de A. N. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: LTr, 2011.
- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- GAIO, André M. *Uma interpretação do Brasil: a obra de Nelson Werneck Sodré*. Curitiba: CRV, 2015.
- KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília*, vol. 3. Rio de Janeiro: Bloch, 1978.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo; Petrópolis: Polis; Vozes, 1984.
- MARAN, Sheldon. "Juscelino Kubitschek e a política presidencial." In: GOMES, Angela C. (org.) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora da FGV/CPDOC, 1991.
- PRADO JR., Caio. A Instrução 104 e a política econômica brasileira. *Revista Brasiliense* nº 35, mai-jun/1961.
- SANTOS, Nelson R. dos. "A crise de Recife." *Revista Brasileira*, nº 36, jul-ago/1961.
- SILVA, Hélio *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM editores Ltda., 1984.
- SILVA, Ligia M. O. "Desenvolvimentismo e intervencionismo militar." *Ideias (Revista do IFCH/Unicamp)*, ano 12(2)/13(1), pp. 11-40, 2005/2006.



\_\_\_\_\_. “A ‘Política do Exército’ no primeiro governo Vargas: 1930-1945.” In: BASTOS, Pedro P. Z. & FONSECA, Pedro C. D. (orgs.) *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

\_\_\_\_\_. “Projeto nacional e politização das Forças Armadas, 1945-1964.” Trabalho apresentado no *IX Congresso Orleans – Louisiana*, 2008.

SILVA, Marcos A. (org.). *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas A Castelo Branco, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson W. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1958.

\_\_\_\_\_. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

\_\_\_\_\_. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

VALENTE, Marcos A. *Celso Furtado e os fundamentos de uma economia política republicana*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2009.

## Arquivos Consultados

Arquivo Nelson Werneck Sodré. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro-RJ.

Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional Digital (<http://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)



MARCELO SOARES DE CARVALHO

CUBA: RELAÇÕES DE TRABALHO, SUBDESENVOLVIMENTO E  
RESISTÊNCIA

Recebido em 12/2017  
Aprovado em 04/2018

# CUBA: RELAÇÕES DE TRABALHO, SUBDESENVOLVIMENTO E RESISTÊNCIA

## Resumo

Cuba enfrenta, desde o final da década de 1980, uma profunda crise econômica motivada pela ruptura das condições externas de que dispunha dentro do bloco socialista. Embora o país tenha preservado seu sistema econômico, foram adotadas certas medidas que, talvez, indiquem uma perigosa aproximação às estruturas econômicas típicas do capitalismo. Dentre estas, ganham destaque as que dizem respeito à forma de uso do trabalho humano, uma vez que sua eventual conversão em mercadoria passível de exploração seria indicativa de mudança estrutural. O entendimento acerca da natureza das relações de trabalho em Cuba, bem como em relação às mudanças que foram introduzidas para enfrentar a situação de estrangulamento externo, é fundamental para discernir o quanto este país, que ainda é obrigado a lutar contra o subdesenvolvimento, logra manter de seu sistema econômico planejado.

**Palavras chave:** Relações de trabalho; Exploração; Subdesenvolvimento.

## Abstract

Since the end of the 1980's, Cuba has been facing a deep economic crisis due to the disruption of its external conditions within the socialist bloc. Although the country kept its economic system, certain measures have been adopted that may indicate a dangerous approximation to

### MARCELO SOARES DE CARVALHO

Chefe do Departamento de  
Economia da Escola Paulista de  
Política, Economia e Negócios  
(EPPEN) da Universidade Fede-  
ral de São Paulo (Unifesp)

the typically capitalistic economic structures. Among these, those that are related to the form of use of the human work stand out, since its eventual conversion into a commodity that could be exploited, would be indicative of a structural change. Understanding the nature of labor relations in Cuba, as well as the changes that have been introduced to address the external breakdown, is fundamental to discern how this country, which is still forced to fight against underdevelopment, manages to maintain its planned economic system.

**Keywords:** labor relations; exploitation; underdevelopment.

## 1. Introdução<sup>1</sup>

Cuba enfrenta, desde o final da década de 1980, uma profunda crise econômica motivada pela ruptura das condições externas de comércio e de ajuda financeira de que dispunha, até então, dentro do bloco socialista. Embora grande número de países que integravam este bloco tenha abandonado o projeto socialista, Cuba logrou manter seu sistema econômico, mas não sem adotar certas medidas que, talvez, indiquem uma perigosa aproximação às estruturas econômicas típicas do capitalismo. Dentre estas, ganham destaque as que dizem respeito àquela relação social basilar, concernente à forma de uso do trabalho humano; afinal, sua eventual conversão em mercadoria passível de exploração

seria um sinal evidente de mudança estrutural no sistema econômico cubano.

Com o propósito de analisar o quanto a economia nacional cubana tem efetivamente trilhado rumos que a aproximam desse desfecho, o presente texto foi organizado em três blocos, além desta breve introdução e da conclusão. No primeiro, procura-se discutir o quanto as relações de trabalho na Cuba da atualidade poderiam enquadrar-se em moldes identificados com a exploração do trabalho enquanto mercadoria. No segundo, são apresentadas as características do enfrentamento do chamado “Período Especial” (de estrangulamento externo), procurando identificar elementos que sinalizam a robustez do sistema ainda vigente na ilha, não obstante a presença concreta de ameaças à sua manutenção. Finalmente, o último bloco tem a finalidade de apresentar o subdesenvolvimento como desafio adicional ao sistema de planificação, bem como à geração de condições mais favoráveis ao uso do trabalho fora de relações mercantis.

## 2. Relações de trabalho em Cuba: mudar para explorar?

Quando Marx analisou o capital em seus componentes mais fundamentais, dois elementos mereceram particular destaque: o conceito de

---

<sup>1</sup> O autor agradece aos dois pareceristas anônimos por suas sugestões e comentários. E, por suposto, isenta-os de qualquer responsabilidade pelos eventuais equívocos remanescentes.

*mercadoria* e a forma de uso de *trabalho* humano. Dizer que a mercadoria é o elemento nuclear das relações dentro deste sistema de produção significa propor que a lógica da produção submete-se aos ditames da troca com o objetivo de acumulação, consubstanciada no equivalente geral das trocas; a obtenção do diferencial positivo que permite tal acumulação, dentro de um sistema de trocas que se equiparam em termos de valor, somente é possível graças à exploração do trabalho, a qual gera um valor maior que aquele correspondente ao de sua reprodução social. Para que o trabalho humano possa ser adquirido com esta finalidade, também ele deve assumir a forma de mercadoria, o que, por sua vez, pressupõe que a força de trabalho seja “livre” em dois sentidos distintos: livre de amarras (institucionais ou de outra natureza) que impeçam sua aquisição continuada, dentro do formato mercantil; e livre (desprovida) de alternativas que pudessem prover aos seres humanos outra forma de obtenção da subsistência que não aquela da alienação de seu tempo de trabalho. Uma vez instituída esta circunstância histórica, horas da vida dos homens e mulheres são vendidas em relação de assalariamento, relação estabelecida com o objetivo do lucro (por parte de quem compra trabalho) e da sobrevivência (por parte de quem vende trabalho). O *desemprego*, por sua vez, opera como o decisivo fator de coerção ao trabalho assalariado, seja

em termos de disciplinamento fabril, seja em termos das condições de remuneração.

Diferentes experiências nacionais no último século mostraram importantes restrições jurídico-institucionais ao alcance das relações de trabalho puramente mercantis: leis trabalhistas (tanto limitando a venda do trabalho de certos segmentos sociais, quanto estabelecendo padrões de contrato de trabalho) e direitos de proteção social (sobretudo em termos de previdência e assistência) passaram a retirar do mercado de trabalho alguns segmentos da população, de acordo com características / circunstâncias determinadas (infância, idade avançada, restrições físicas, doenças ocupacionais, entre outros). No entanto, dentro do capitalismo, a relação predominante seguiu sendo aquela de assalariamento, de modo que até mesmo o financiamento dos sistemas nacionais de proteção social depende de relações mercantis (e de transações nas quais há, sob alguma forma, exploração do trabalho), ao menos em última instância. Assim sendo, ainda que se ofereça algum grau de proteção ao trabalhador, o sistema segue operando em função do objetivo fundamental da geração de lucro, apropriado privadamente. O aparato institucional / legal prevê garantias à propriedade privada dos meios de produção, que é, portanto, a base deste sistema movido a exploração.

As breves observações acima importam quando se pretende identificar o seu oposto, vale dizer, relações de trabalho não capitalistas; ao analisar uma economia nacional que se propõe socialista, como no caso de Cuba, o entendimento acerca das formas sociais de uso do trabalho torna-se central para determinar em que medida logrou-se efetivamente superar o capital naquilo que seu sistema possui de mais basilar.

A carta magna vigente em Cuba estabelece o trabalho dos indivíduos como um imperativo de contribuição para com a coletividade e como um direito garantido de cidadania; desde a revolução, essa afirmação traduziu-se em um compromisso com o pleno emprego, sendo o próprio Estado cubano o principal provedor de postos de trabalho (ECHEVARRÍA LEÓN *et alii*, 2015). De outra parte, são também garantidas previdência e assistência social (para indivíduos com restrições em sua capacidade laboral), bem como se encontram demarcadas as condições de trabalho consideradas adequadas – o que se torna particularmente factível quando o Estado é o maior empregador e, portanto, a relação de trabalho predominante não se estabelece em função da obtenção de lucro. Na verdade, o foco central seria, dentro do modelo de política social de Cuba, a geração da igualdade, a qual somente se faria viável através da remoção das estruturas sociais que permitem uma apropriação excludente do bem-estar;

daí o caráter universal, unitário e planejado da política social (ESPINA PRIETO, 2008). O equacionamento da subsistência é outro ponto de particular interesse: parte do provimento de víveres aos domicílios é feita em espécie, quase sem contrapartida monetária; ademais, o acesso aos serviços de saúde e à educação (que, em economias capitalistas, costuma-se apontar como parte do “salário indireto”) também é direito universalmente garantido (TOVAR, 1999).

A partir dessa descrição, poder-se-ia dizer que o uso do trabalho na sociedade cubana afigura-se como predominantemente *não fundado na exploração*, tanto por conta dos elementos da subsistência garantidos por fora das relações de trabalho, como pela natureza do “contratante” e do propósito / uso do trabalho, voltado ao atendimento de necessidades do conjunto da sociedade. No entanto, importantes transformações têm se processado no seio da economia de Cuba, fundamentalmente a partir da deterioração das contas externas verificada ao final da década de 1980.

A dissolução do bloco de países organizados em torno da extinta União Soviética (URSS) fez com que se interrompesse um vital influxo de recursos externos, obtidos por Cuba nos termos da cooperação econômica interna ao bloco (Comecon); apenas entre 1989 e 1993, seu Produto Interno Bruto (PIB) apresentou uma queda de

35%, ao passo que as importações – absolutamente vitais para uma economia insular e com limitadas dotações de recursos produtivos – exibiram um decréscimo de 75%<sup>2</sup> (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2011a). As pressões sobre o nível de vida da população foram, previsivelmente, expressivas; os recursos à disposição do governo cubano, por seu turno, também se mostraram escasseados: o déficit fiscal atingiu a marca de 33% do PIB, o que é particularmente grave em uma economia nacional onde não há mercado

interno para a dívida pública – o aumento do meio circulante em meio à forte escassez de recursos materiais explica a pressão altista observada sobre o nível de preços. Ademais, os influxos de recursos externos quase que imediatamente se converteram em exigência de pagamentos de dívidas em moeda estrangeira, o que configurou uma situação de agudo estrangulamento externo. Esse foi o retrato do chamado “Período Especial”.

Tabela 1 - Cuba - Indicadores econômicos e sociais selecionados (1980-2010)<sup>3</sup>.

Ano	PNB per capita (PPP\$)	Exportações e Importações (% PIB)	Expectativa de vida ao nascer	Anos de Escolaridade Esperados
1980	3528,6	-	73,8	12,1
1985	5175,7	-	74,5	11,9
1990	4872,5	71,1	74,6	12,3
1995	3274,1	29,3	75,4	11,3
2000	4020,2	31,1	76,7	12,2
2005	5094,9	39,4	77,9	14,6
2010	6630,9	39,8	79	16,2

Fonte: UNDP, Human Development Data (1980-2015).

2 Espina Prieto (2008) apresenta números ainda mais surpreendentes para a renda agregada do país: considerado o poder de compra efetivo, a queda acumulada do PIB durante todo o período especial teria atingido os 40%; a Tabela 1 indica uma expressiva queda do PIB per capita, da ordem de 36,7%, entre 1985 e 1995. A capacidade de importar, por sua vez, teria sofrido uma queda de 80% no acumulado do período especial; o coeficiente de abertura (medido pelo fluxo de importações e exportações como percentual do PIB, também na Tabela 1) mostra uma queda brutal para o ano de 1995, mesmo em relação a 1990, quando as circunstâncias indicam que uma trajetória de queda já estaria em curso.

3 O Produto Nacional Bruto (PIB decrescido da renda líquida enviada ao exterior) per capita é medido pela paridade do poder de compra, em dólares estadunidenses de 2011; a expectativa de vida ao nascer, assim como o indicador de escolaridade, é medida em anos. O indicador relativo às contas comerciais externas foi definido na nota anterior.



As experiências nacionais concretas (no Leste europeu, sobretudo), bastante visíveis naquele momento, sinalizavam grande probabilidade de colapso do sistema econômico então vigente na ilha (MORRIS, 2014); dentre os potenciais elementos disruptivos, o mais provável e imediato diria respeito à liberação do uso de moeda estrangeira no território nacional (na prática, um movimento em direção à dolarização) como forma de relaxar a restrição externa. Evidentemente, isso significaria também a ruptura do padrão até então adotado para o comércio internacional e para gestão das divisas, com o extensivo controle governamental e uso das reservas para o atendimento de necessidades em escala social. A saída adotada foi peculiar.

Foi criado um sistema monetário dual, no qual passava a circular, ao lado da antiga moeda nacional (peso cubano, ou CUP), um novo numerário de emissão local (o chamado “peso conversível”, ou CUC), cujo poder de compra seria equiparado ao dólar estadunidense; a ideia de base era autorizar formalmente o ingresso de moeda estrangeira (até então, uma prerrogativa exclusiva do Estado), mas sem abrir mão do controle estatal do uso das reservas cambiais nas trocas internacionais. Dessa forma, seria preservado o poder de compra aos portadores individuais de divisas, mas ele seria exercido apenas internamente; por suposto, isso também significou a criação de um foco de

heterogeneidade social. De outra parte, foram introduzidas gradualmente várias medidas de flexibilização das estruturas de propriedade, viabilizando a existência de pequenos negócios privados (especialmente no setor de serviços de alimentação, turismo e transporte), cooperativas (agrícolas ou não) e a presença do capital externo. Como se poderia supor, a existência desse novo leque de atividades teve seu rebatimento em termos ocupacionais.

Houve uma série de modificações na estrutura legal de regulação do uso do trabalho em Cuba<sup>4</sup>, essencialmente para acomodar a necessidade de formalização das ocupações fora do setor estatal

---

4 Uma relação detalhada pode ser obtida na base da Organização Internacional do Trabalho (OIT): [http://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex4.countrySubjects?p\\_lang=es&p\\_country=CUB](http://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex4.countrySubjects?p_lang=es&p_country=CUB) ECHEVARRÍA LEÓN et alii (2015) apontam que há, na verdade, uma profusão de mecanismos legais que foram introduzidos para modificar a regulação do uso do trabalho, eventualmente de modo desordenado. Ainda assim, as mais importantes modificações introduzidas correspondem ao novo Código do Trabalho (Lei No. 116), que passou a vigorar em 2014, e a resolução sobre a política salarial (Resolução 17/2014).

Tabela 2 – Indicadores Seleccionados – Trabalhadores (as) em Cuba<sup>5</sup>.

Item/Ano	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total de ocupados	4359,4	4505,1	4558,2	4607,0	4641,7	4722,5	4754,6	4867,7	4948,2	5072,4	4984,5	5010,2	4902,2
- Cooperativistas	324,9	318,5	316,9	292,7	280,1	271,3	257,0	242,1	233,8	231,6	217,0	208,7	212,0
%	7,5	7,1	7,0	6,4	6,0	5,7	5,4	5,0	4,7	4,6	4,4	4,2	4,3
- Setor Privado	-	584,8	593,8	649,1	667,6	665,6	609,0	589,5	602,1	591,3	589,4	928,5	1005,3
%	-	13,0	13,0	14,1	14,4	14,1	12,8	12,1	12,2	11,7	11,8	18,5	20,5
Conta Própria (Privado)	156,6	152,3	152,9	151,0	166,7	169,4	152,6	138,4	141,6	143,8	147,4	391,5	404,6
%	3,6	3,4	3,4	3,3	3,6	3,6	3,2	2,8	2,9	2,8	3,0	7,8	8,3
Taxa de Atividade (%)	70,2	70,7	70,9	70,9	71,0	72,1	72,1	73,7	74,7	75,4	74,9	76,1	74,2
Taxa de Desemprego (%)	6,3	4,1	3,3	2,3	1,9	1,9	1,9	1,8	1,6	1,7	2,5	3,2	3,5

Fontes: ONEI, Series Estadísticas; ONEI (2016).

– o qual, aliás, tem promovido importante redução de pessoal em seus quadros. Essa linha de ação tem levantado importantes questões quanto à natureza das mudanças em curso na economia cubana, em particular no tocante às formas de uso do trabalho, que, dentro dos novos marcos legais, poderiam se assemelhar cada vez mais a um efetivo mercado de trabalho – talvez até permissivo em certos aspectos, como no caso da duração das jornadas e no curioso instrumento legal dos “contratos verbais”, para prazos inferiores a 90 dias de trabalho, no setor não estatal (ECHEVARRÍA LEÓN *et alii*, 2015).

Ainda que os dados oficiais tenham dificuldade para captar certos fenômenos, parece haver indícios substanciais acerca do aumento da participação das atividades informais<sup>6</sup>, tanto no provimento de bens e serviços ao mercado interno quanto na absorção de mão de obra (MORRIS, 2014); esse aspecto foi certamente reforçado pela introdução dos novos aparatos legais – neste caso, especialmente pela nova

5 De acordo com as definições / terminologias empregada(s) pela Oficina Nacional de Estatística e Informação (ONEI), a absorção de mão de obra no setor não estatal englobaria tanto organizações empresariais *privadas* (que incluem o setor destacado na tabela, o dos trabalhadores por conta própria) quanto aquelas *cooperativas*. Nesta tabela, portanto, estas duas últimas categorias são apresentadas em classificações separadas; o percentual restante dos ocupados é absorvido em entidades ligadas ao Estado cubano. No que se refere às taxas de atividade e de desemprego, considera-se como parte da população em idade ativa os homens entre 17 e 63 anos e as mulheres entre 17 e 58 anos; são classificadas como desempregadas as pessoas que, em idade ativa, não trabalharam no período de referência da *Encuesta Nacional de Ocupación* (ENO), seja por não ter vínculo laboral estável ou por tê-lo perdido (neste caso, tendo tomado providências para obter outro), seja por buscá-lo pela primeira vez (caso típico dos jovens). A taxa de atividade é obtida na relação entre a soma de ocupados e desempregados (i.e., a população economicamente ativa) e o total de pessoas em idade ativa; a taxa de desemprego é obtida na relação entre o total de desempregados e a população economicamente ativa. Cabe apontar ainda que os trabalhadores que se encontram em situações de afastamento de seu posto de trabalho e com acesso a benefícios pecuniários são incluídos na categoria de “desempregados” (ONEI, 2016).

6 Convém registrar que, na vigência da organização mercantil das relações, há o permanente estímulo à evasão fiscal e de encargos trabalhistas; evidentemente, além de constituir um elemento que frequentemente escapa ao controle das autoridades (fiscal e trabalhista), trata-se, potencialmente, de uma importante brecha na estrutura de proteção ao trabalho, uma vez que é diminuído o fluxo de fundos sob gestão pública e, por outro lado, é reduzida a cobertura da proteção legal ao trabalho (em termos de regulação das formas de contratação, da seguridade e da assistência).

resolução sobre a política salarial, que sancionou os maiores diferenciais de renda e removeu as restrições formais à obtenção de mais de uma fonte de rendimento do trabalho.

A maior flexibilidade oferecida aos preços<sup>7</sup>(que eram objeto de controles amplos) contribuiu para reduzir o poder de compra dos salários, particularmente na evolução comparada do poder de compra dos segmentos da população que logram apropriar-se da moeda conversível vis-à-vis os demais; neste caso, estimativas indicam que a perda de poder de compra efetivo seria da ordem de 75%<sup>8</sup> entre 1989 e 2008 (ALEJANDRO, 2008). Esse último aspecto, somado ao fato de que foi reduzida a cesta de bens de consumo de acesso universal (*libreta de abastecimiento*), implicou o aumento do volume de renda domiciliar usado na aquisição de produtos básicos. O relativo recuo no escopo da ação estatal fez-se perceber tanto pelo visível aumento no volume de ocupações no setor privado (Tabela 2) quanto pelo aumento no número de ocupações exercidas pelos indivíduos, premidos pela piora de seu poder de compra. Adicionalmente, boa parte da absorção de mão de obra em atividades cooperativadas parece ter perdido terreno (em termos absolutos e relativos) para o componente *cuentapropista*, aparentemente o mais dinâmico dentre as ocupações do setor privado; neste aspecto, chama atenção a mudança de peso entre as formas mais identificadas às (opostas) dimensões coletiva e individual

de produção e remuneração. São justamente aspectos como esses que têm suscitado discussões acerca do quanto haveria de restauro de estruturas capitalistas dentro da sociedade cubana (KATZ, 2016).

Não parecem restar dúvidas quanto ao potencial desagregador da introdução de mecanismos de mercado em uma economia planificada, particularmente por conta do fato de que Cuba possui estreita margem de manobra quanto ao estrangulamento externo; logo, é razoável propor que não pode abrir mão da mobilização de recursos e do aumento de produtividade do trabalho que aqueles mecanismos podem prover – e o mesmo poderia ser dito com respeito à presença do capital estrangeiro e às remessas advindas do exterior. Vale dizer, o país não pode prescindir da presença dos elementos de mercado, que, em princípio, podem pôr a perder as conquistas sociais obtidas após a revolução. No entanto, alguns aspectos devem ser levados em conta quando da elaboração de previsões catastrofistas; afinal, o regime obteve

---

7 São também conhecidas as limitações na disponibilidade de dados sobre comportamento dos preços; adicionalmente, as estatísticas oficiais não contemplam remunerações que não aquelas em moeda nacional (isto é, em espécie ou em pesos conversíveis).

8 A imensa perda de poder aquisitivo afetou sobretudo o setor estatal, agravando o problema de baixa produtividade que aí se encontrava; de fato, uma das formas encontradas pelo governo cubano para garantir o seu anterior compromisso com o pleno emprego havia sido a absorção de mão de obra para além das necessidades objetivas de certos setores, donde sua baixa produtividade.

sucesso em superar os momentos mais agudos da escassez de recursos, justamente quando era mais razoável supor seu esgotamento (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2011a).

### 3. Resiliência e resistência

Com efeito, ainda que vendo sua participação reduzida enquanto empregador, o Estado cubano ainda é responsável por pouco mais de 70% dos vínculos empregatícios identificados (Tabela 2); ainda que se possa argumentar quanto à presença crescente de atividades não declaradas / informais, bem como quanto ao aumento do número de ocupações por indivíduo, parece claro que os postos de trabalho no setor público ainda são suficientemente importantes em volume para guiar as formas de uso social do trabalho. Adicionalmente, cumpre lembrar que boa parte da produção cooperativada (agrícola) tem como comprador o próprio Estado, que é também o provedor de crédito e seguros, além de oferecer condições mínimas (preço e volume) de aquisição do fruto do trabalho dos cooperados; se somada a absorção de mão de obra cooperativista, observa-se que cerca de 75% dos postos de trabalho declarados são providos fora da lógica do assalariamento ou do *cuentapropismo*.

Por outro lado, devem ser consideradas informações relativas à coerção econômica, que, no capitalismo, perpassa as relações de trabalho: as taxas de desemprego mantiveram-se consideravelmente baixas, especialmente por volta

dos anos nos quais o restante do planeta mais sofria com os efeitos da crise de 2008; portanto, a ameaça de perda do posto de trabalho não parece ter tido efeito comparável ao que tem dentro da ordem tipicamente capitalista<sup>9</sup>. Ao mesmo tempo, a taxa de atividade (calculada como a relação entre a soma de ocupados e desempregados e o total de pessoas em idade ativa) flutuou dentro de uma margem bastante estreita, não levando a crer que o desemprego tenha se mantido baixo por “ilusão estatística” relativa à inatividade – ainda que, novamente, a disponibilidade de informações relativas às atividades não declaradas aqui pudesse se revelar importante para mais bem caracterizar em que termos foi efetivamente absorvida a mão de obra. Some-se a isso o fato de que Cuba logrou manter intocado o acesso universal aos serviços de educação e saúde, bem como os demais instrumentos de proteção social, mesmo durante os anos de maior penúria<sup>10</sup> (MORRIS, 2014; ESPINA PRIETO, 2008); alguns indicadores sociais (vide Tabelas 1 e 3 a 5) atestam que, a despeito da brutal queda de renda agregada e da capacidade de importar, o sistema de

---

9 Alejandro (2008) salienta que o governo cubano cuidou de impedir que uma série de empresas públicas e empreendimentos outros não fechasse suas portas durante o Período Especial, impedindo a ocorrência de um desemprego em massa; por outro lado, isso significou uma carga adicional sobre os desembolsos públicos e levou à monetização da dívida em escala ainda maior.

10 Espina Prieto (2008) indica que, mesmo durante os tempos mais duros da crise econômica (década de 1990), a proporção entre gasto público social e PIB permaneceu acima dos 20%, cifra alcançada por bem poucos países da América Latina.

*Tabela 3 - Evolução comparada de alguns indicadores sociais - Cuba e América Latina.*

Quinquênios	Esperança de vida ao nascer (anos de vida)		Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos)		Taxa de mortalidade em menores de 5 anos (por 1000 nascidos vivos)	
	Cuba	Am. Latina	Cuba	Am. Latina	Cuba	Am. Latina
1980-1985	74,3	65,3	17,6	60,5	21,5	74,5
1985-1990	74,7	67,1	13,0	48,6	16,9	61,3
1990-1995	74,8	68,8	9,9	39,0	14,0	50,0
1995-2000	76,2	70,8	8,0	32,0	10,4	40,5
2000-2005	77,2	72,5	6,1	25,6	7,7	32,5
2005-2010	78,7	73,7	5,7	22,4	7,1	28,1
2010-2015	79,2	74,8	5,5	19,8	6,9	24,4
2015-2020	79,6	75,9	5,3	17,7	6,0	21,3

Fonte: CEPAL (2016).

*Tabela 4 - Taxas de desemprego aberto em zonas urbanas<sup>11</sup>, em anos selecionados. Cuba e América Latina.*

País / Região	1990	1994	1997	1999	2002	2005	2008	2010
Cuba	5,4	6,5	7,1	6,3	2,3	2,0	1,6	-
América Latina (média ponderada)	5,6	7,2	8,4	10,6	10,4	9,4	7,5	8,3

Fonte: CEPAL (2016).

*Tabela 5 – Crescimento anual (%) do PIB per capita. Cuba e América Latina.*

Período	PIB per capita	
	Cuba	Am. Latina
1990-1999	-2,7	1,3
2000	5,6	3,5
2001	2,9	-1,2
2002	1,1	-0,4
2003	3,5	0,9
2004	5,5	5,5
2005	11,0	4,0
2006	11,9	5,5
2007	7,2	5,0
2008	4,1	1,8
2009	1,4	-4,3
2010	2,3	6,3
2011	2,7	4,8
2012	2,8	1,3
2013	2,6	1,5
2014	0,9	-1,1

Fonte: CEPAL (2016).

<sup>11</sup> Para o caso de Cuba, entre 1990-1999, a taxa de desemprego aberto apresentada é aquela total (rural e urbano); para 2002-2008, as taxas referem-se apenas ao desemprego urbano, tendo como base os dados da Encuesta Nacional de Ocupación

proteção social do país seguiu sendo extremamente relevante – especialmente em comparação com o que se pode observar nos demais países da América Latina. Logo, é seguro dizer que a subsistência dos trabalhadores jamais esteve, sob o sistema econômico vigente em Cuba, submetida (ao menos não predominantemente) ao imperativo da venda de trabalho

Quanto às pressões advindas do flanco externo, cumpre lembrar que, malgrado a plethora de problemas trazidos pelo sistema monetário dual, este ainda permite ao governo central arbitrar majoritariamente o uso das reservas cambiais, impedindo que elas sejam drenadas na aquisição de bens de consumo para segmentos restritos da população; ao mesmo tempo, cuida-se para que as relações de trabalho mantidas com o capital externo sejam intermediadas pelo Estado, em analogia ao que se convencionou fazer na exportação dos serviços de saúde. Logo, novamente torna-se ausente a relação típica do assalariamento e, concomitantemente, busca-se manter uma referência uniforme quanto ao padrão de uso do trabalho.

Ainda que se possa propor que o padrão de remuneração médio que se desenha a partir das ocupações providas (ou intermediadas) pelo Estado seja baixo, convém aqui registrar duas considerações: em primeiro lugar, comparações internacionais em termos nominais são sabidamente inadequadas; justamente por isso foi

desenvolvido o conceito da “paridade do poder de compra”, que procura estimar o efetivo poder aquisitivo de distintas moedas nacionais a partir da mensuração dos valores de um mesmo conjunto de bens e serviços em diferentes espaços nacionais. Embora as dificuldades para esse cálculo sejam muito grandes (especialmente para a escolha do conjunto “universal” de bens e serviços a terem seu valor medido), este é um exercício indispensável para determinar o poder de compra efetivo dos salários de um país qualquer; evidentemente, Cuba não é exceção<sup>12</sup>. De outra parte, o provimento, a partir do Estado, de bens (*libreta*) e serviços (de proteção social) também deveria ser levado em conta quando da definição do padrão de vida que se pode garantir aos trabalhadores. Em segundo lugar, é preciso ter em mente o fato de que Cuba, embora tenha acumulado importantes recursos físicos e humanos desde a revolução, luta ainda contra o subdesenvolvimento; dessa forma, não seria razoável propor um vigoroso incremento das remunerações do trabalho sem que haja um correspondente aumento da capacidade produtiva (e da renda agregada) do país, o que transcende as políticas voltadas apenas à regulação do trabalho<sup>13</sup>. Não é por outro motivo que

---

12 Cabe dizer, no entanto, que ali, as dificuldades de cálculo são ainda maiores, tanto por conta da já referida disponibilidade limitada de dados relativos aos índices de preços quanto pela presença de duas moedas nacionais oficiais.

13 Ainda assim, vale a pena ressaltar o fato de que os dados relativos ao uso do trabalho em Cuba são expressivamente mais favoráveis que aqueles de outros países subdesenvolvidos, capitalistas – vide dados das Tabelas 3 a 5.

se discute hoje, no país, um novo modelo de desenvolvimento econômico, sem abrir mão do sistema econômico vigente (RABELO, 2012).

#### **4. Subdesenvolvimento, planificação e modelo econômico**

Ainda nos primeiros meses após o triunfo da revolução, Michal Kalecki, então trabalhando junto a uma agência da Organização das Nações Unidas, elaborou o esboço de um plano econômico para Cuba (KALECKI, 1960); nesse texto, já se encontrava presente a constatação de que a economia nacional cubana padecia de importantes debilidades estruturais, com destaque para setores industriais de maior valor agregado, como transportes e energia, além do abastecimento de alimentos. Kalecki apontava que estes seriam traços bastante característicos de muitas outras economias subdesenvolvidas; no caso cubano, porém, a *planificação* traria consigo o importante benefício da erradicação do desemprego e do subemprego<sup>14</sup>, mobilizando recursos que, por conta de entraves colocados pela ordem capitalista (instabilidade do nível de demanda efetiva, concentração de renda e da propriedade, atrelamento a interesses econômicos forâneos, entre outros), permaneciam ociosos até então. Por esse motivo, o autor apostava na possibilidade de um crescimento acelerado para a economia do país, desde que se lograsse enfrentar os gargalos da produção interna e, por

outro lado, fosse gerada suficiente capacidade de importar, em termos líquidos; daí as suas recomendações quanto à promoção das atividades de exportação já presentes (principalmente nos setores do açúcar, do tabaco e da mineração) e à substituição de importações. Evidentemente, tratava-se de um plano de desenvolvimento econômico puxado pelos investimentos (estatais) em diversos setores, especialmente na indústria. Embora aquela proposta não tenha sido formalmente implantada pelo governo cubano à época, ela seria posteriormente incorporada (ao menos enquanto subsídio) ao “*Plan Cuatrienal de Desarrollo, 1962-1965*”.

O uso pleno das disponibilidades de recursos produtivos, ainda que preferível à ociosidade dos mesmos (especialmente em meio à carência material de grande parte da população), coloca um problema concreto ao planejamento central, a saber, o quanto privilegiar o crescimento em longo prazo (através do investimento) em detrimento do consumo no presente (KALECKI, 1970). Mesmo sabendo que, no contexto de uma economia planificada, o padrão de consumo é nivelado em função das necessidades básicas da população – e, portanto, sacrifica-se o consumo de bens de luxo, que oneram as contas externas

---

14 O termo é aqui entendido como descritivo de inserções ocupacionais ligadas essencialmente à subsistência, com baixa produtividade do trabalho; seria um expediente de fuga ao desemprego, frequentemente envolvendo irregularidade das jornadas de trabalho e da remuneração, a qual tende a ser muito baixa – daí que eventualmente se classifique essa situação ocupacional como “desemprego oculto pelo trabalho precário”.

de países subdesenvolvidos na ordem capitalista –, caso a questão seja inadequadamente tratada, tensões tendem a surgir sob as formas de desequilíbrio externo e / ou aumentos nos preços internos, ambos retratando deficiências internas (ou seja, capacidade produtiva instalada insuficiente) para o atendimento às necessidades da população.

Por conta das circunstâncias históricas / geopolíticas em que se processou (aí incluindo o bloqueio econômico prontamente erguido pelos Estados Unidos), a experiência cubana de construção socialista foi eventualmente levada a incorporar muitos dos elementos do modelo de planificação soviético; formas não estatais variadas de organização da produção existentes durante a década de 1960 – envolvendo o pequeno comércio, unidades agroindustriais, indústrias artesanais, produtores individuais do campo, entre outros – foram extintas ou fortemente reduzidas em prol de uma extensiva planificação econômica centralizada<sup>15</sup>. Com efeito, o modelo econômico cubano formatado entre o final da década de 1960 e a década seguinte suprimiu organismos de mercado em um nível ímpar, mesmo na comparação com outras economias socialistas: em 1989, o Estado cubano respondia pela propriedade de 92% das estruturas de produção agrícola, número que se aproximava dos 100% no caso dos setores da indústria e da

construção, bem como no comércio varejista, atacadista e externo, além do setor bancário e de transportes; nesse sentido, socialismo e propriedade estritamente estatal pareciam ser o mesmo ideal (DÍAZ VÁZQUEZ, 2013).

Tal configuração mostrou-se funcional em relação aos objetivos de geração da igualdade e efetiva proteção social; além dos indicadores sociais já expostos, Cuba teria logrado alcançar um Índice de Gini de cerca de 0,25, antes do advento do Período Especial (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2014, p. 294). O referido compromisso com o pleno emprego tomou a forma da massiva absorção de mão de obra em entidades estatais (vide Tabela 6, a seguir), eventualmente para muito além das efetivas necessidades de pessoal.

O formato institucional adotado dentro das entidades estatais foi, porém, incapaz de gerar mecanismos endógenos de estímulo à inovação e aos aumentos de produtividade do trabalho; excessivo centralismo e burocracia foram traços marcantes do modelo econômico de então (RABELO, 2012). No entanto, a baixa produtividade da economia cubana não se traduzia

---

15 Cabe anotar, porém, que também foi objeto de planificação a promoção do acesso universal aos serviços de saúde, educação e seguridade social.



Tabela 6 - Distribuição (%) dos postos de trabalho em Cuba - 1981-2000<sup>16</sup>

Setor/Item	1981	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Entidades Estatais	91,8	80,8	81,1	80,5	79,5	78,0	77,5
Setor Não Estatal	8,2	19,2	18,9	19,5	20,5	22,0	22,5
- Empresas Mistas	-	0,4	0,6	0,5	0,6	0,7	0,7
- Cooperativas	1,1	9,7	9,6	9,1	8,8	8,5	8,4
- Setor Privado Nacional	7,1	9,1	8,7	9,8	11,1	12,9	13,4
Conta Própria	1,6	3,8	3,3	3,5	3,0	4,1	4,0

Fonte: ONE (2001).

em pressões inflacionárias ou de balanço de pagamentos, pois, malgrado o bloqueio levantado pelos Estados Unidos, Cuba tornou-se receptora líquida de recursos externos subsidiados – tanto em suas relações comerciais quanto financeiras com os países do Comecon (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2011b); acordos comerciais firmados com a URSS garantiam mercado cativo às exportações cubanas de (principalmente) níquel e açúcar, tanto em termos de volume quanto de preços (particularmente elevados na década de 1970) – ao mesmo tempo em que se fornecia à ilha petróleo e maquinário em condições favoráveis de importação. Ainda assim, acumulou-se importante déficit comercial externo (Tabela 7), o qual era coberto via créditos obtidos junto à mesma URSS<sup>17</sup>.

Tal como indicado no primeiro bloco deste texto, o desfazimento das condições comerciais e creditícias encontradas por Cuba junto ao Comecon (na prática, junto à URSS) rapidamente comprometeu o fechamento das contas externas do país; a tentativa do governo de,

16 É importante notar que estes dados do *Anuario Estadístico de Cuba, 2000* (ONE, 2001), que tratam da absorção de mão de obra nos diferentes setores da economia cubana, não são inteiramente compatíveis com aqueles apresentados em outras fontes consultadas (ONEI – Tabela 2); não há correspondência direta no número total de ocupados, ainda que não fique clara, nas anotações metodológicas disponíveis nos diferentes *Anuarios*, qual teria sido a mudança de critérios de mensuração. Um outro aspecto diz respeito ao tratamento oferecido às chamadas empresas mistas (definidas como aquelas referentes a associações entre capital estrangeiro e nacional), as quais aparecem claramente identificadas em certos documentos (ONE, 2001) e sem maiores indicações de como teriam sido incorporadas (ONEI, 2016), já que podem eventualmente incluir parcerias entre o capital externo (privado) e o Estado cubano; isso é de particular interesse para os dados relativos à absorção de mão de obra por conta do fato de que o regime de contratação de trabalhadores por empresas estrangeiras envolve a participação do governo como intermediador.

17 Entre 1959-89, as trocas comerciais entre Cuba e URSS representaram 63% do comércio exterior da ilha; no mesmo período, acumulou-se um saldo comercial negativo de 16 bilhões de pesos, o que se fez acompanhar de créditos subsidiados oferecidos por Moscou; entre 1960-89, as exportações cubanas ao parceiro em questão cresceram a uma média anual de 12,6%, ao passo que as importações cresceram 15,7%. Portanto, mesmo que se leve em conta o fato de que os termos de intercâmbio eram mais favoráveis que aqueles que Cuba encontraria no mercado internacional (fora do Comecon), havia uma trajetória dificilmente sustentável de déficit comercial; esse fato tornou-se evidente no período imediatamente posterior (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2011b).

Tabela 7 - Balança Comercial Externa  
(de mercadorias, em milhões de pesos).

Cuba - Anos Seleccionados.

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1955	594,2	575,1	19,1
1960	608,3	579,9	28,4
1965	690,6	866,2	-175,6
1970	1.049,5	1.311,0	-261,5
1975	2.952,2	3.113,1	-160,9
1980	3.966,7	4.627,0	-660,3
1985	5.991,5	8.035,0	-2.043,5
1989	5.399,9	8.139,8	-2.739,9
1990	5.414,9	7.416,5	-2.001,6
1991	2.979,5	4.233,8	-1.254,3
1992	1.779,4	2.314,9	-535,5
1993	1.156,7	2.008,2	-851,5
1994	1.330,8	2.016,8	-686,0
1995	1.491,6	2.882,5	-1.390,9
1996	1.865,5	3.569,0	-1.703,5
1997	1.819,1	3.987,3	-2.168,2
1998	1.512,2	4.181,2	-2.669,0
1999	1.495,8	4.349,1	-2.853,3
2000	1.675,9	4.829,0	-3.153,1

Fonte: ONE (2001).

no âmbito interno, manter à máxima medida possível o padrão de vida da população (sobretudo no tocante a saúde, educação e seguridade social) teve, como desfecho, forte aceleração inflacionária. Neste contexto, as debilidades estruturais típicas do subdesenvolvimento fizeram-se explícitas, uma vez que as estruturas produtivas da ilha pouco foram alteradas entre 1959-89, no que tange à geração da capacidade de importar<sup>18</sup>.

Muito embora o governo cubano tenha obtido relativo sucesso<sup>19</sup> no duro (e criativo<sup>20</sup>) enfrentamento dos momentos mais agudos da crise que então se instalou, o reconhecimento quanto

à necessidade de modificações na estrutura produtiva do país tornou-se inadiável. Embora o debate interno a esse respeito e a busca por soluções já tenham se iniciado ainda durante o Período Especial (KATZ, 2016), esse reconhecimento é formalizado com as resoluções do VI Congresso do Partido Comunista de Cuba, que teve por foco as prementes questões econômicas. Dentre os diversos aspectos contemplados pelos *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución* (PCC, 2011), dois são de particular interesse: (i) a indicação clara da necessidade de *atualizar o modelo econômico* vigente em função dos objetivos de aumentar a produtividade, o nível de vida material da população e a *sustentabilidade* da economia nacional, inclusive do ponto de vista de sua autonomia frente às pressões externas; (ii) o claro propósito de *manter a planificação* como a via principal de direção da economia nacional, mesmo que aí sejam incorporados, de modo socialmente controlado, mecanismos não

18 Uma importante exceção a essa afirmação diria respeito ao que posteriormente se constituiria como importante fonte de divisas para a economia cubana, já durante o Período Especial: a exportação de serviços de saúde; de fato, foi efetivamente durante o período 1959-89 que se construíram as condições para que o país obtivesse esse desempenho.

19 Conforme observado no segundo bloco deste texto, logrou-se preservar a estrutura de educação, saúde e seguridade, mesmo em face do nível de renda deprimido e do estrangulamento externo; não obstante esse fato, a queda no padrão de vida da população foi expressiva.

20 Especialmente no tocante ao padrão monetário do país, pelo qual se conseguiu evitar a rota da dolarização (ao menos, completamente) e manter o controle social sobre o uso das escassas divisas, sobretudo após a introdução de novos instrumentos de regulação no uso de divisas, por parte do Banco Central do país, já na década dos anos 2000.

estatais de produção (PCC, 2011, pp. 10-11 e 14). Em suma, tratar-se-ia de uma alteração do *modelo*, sem mudar o *sistema* econômico, tal como já sugerido; um elemento central para atestar essa proposição pode ser observado na explícita preocupação de impedir que haja concentração da propriedade<sup>21</sup>, seja em relação a pessoas físicas ou a empresas – mesmo que se reconheçam funções socialmente desejáveis nos resultados a serem obtidos com (as novas formas jurídicas de) entidades produtivas não estatais<sup>22</sup>. Esta preocupação é fundamentada pelo entendimento de que:

El sistema económico (en rigor, socioeconómico) se define a partir de la forma de propiedad sobre los medios de producción fundamentales, la que determina cuál es la función objetivo del sistema en cuestión, el carácter y modo que adoptan la producción, la distribución, el intercambio y el consumo de los resultados de la producción social, así como los intereses socioclasistas que comandan la economía y la ideología que prevalece. [...] *La propiedad socialista es heterogénea. Sin enajenarla, caben diversas formas de su existencia, así como de su gestión* [...] (RABELO, 2012, p. 36; *itálicos adicionados*).

O desafio consistiria, portanto, em incorporar, de modo apenas *instrumental*, elementos de mercado à estrutura predominante da planificação (de modo a assegurar sua sustentabilidade, ao reduzir a escassez material), sem permitir que esta seja deslocada de seu papel estruturante na produção e na distribuição<sup>23</sup>; trata-se,

certamente, de um desafio a ser enfrentado por um período de tempo indeterminado, dado que *os Lineamientos* indicam que o gradualismo da adoção das novas medidas seria uma forma de evitar que se perca o controle sobre o processo, à medida que são introduzidos / reconhecidos, formalmente, novos instrumentos legais e formas de organização da produção. Isso significaria, por um lado, usar da experiência objetiva de outras economias nacionais (que sejam ou tenham sido) planificadas<sup>24</sup>, sem a necessidade de repetir receituários de qualquer natureza

---

21 Esta é uma preocupação claramente motivada pelo recente aumento na desigualdade dentro do país: embora este não seja um indicador da concentração da propriedade, o Índice de Gini (medida da desigualdade de renda) de Cuba teria atingido o nível de 0,40 – uma elevação importante em se tratando de Cuba socialista, mas ainda assim inferior ao que se observa na maioria dos países da América Latina (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2014, p. 294; IBRD, DataBank - World Development Indicators).

22 “[...] as modalidades de investimento estrangeiro previstas na lei (empresas de capital misto, contratos de associação econômica internacional, entre outras), as cooperativas, os pequenos agricultores, os usufrutuários, os arrendatários, os trabalhadores por conta própria e outras formas que em conjunto pudessem contribuir à elevação da eficiência”. (PCC, 2011: 10. Tradução para o português disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2011/por/1160711p.html>).

23 “El mercado, por naturaleza, no es una conquista privativa de la burguesía ni el legado especial de su sociedad. A la vez, la planificación no es inherente al socialismo en exclusiva, sus raíces están en el capitalismo industrial. [...] El mercado, sin el adecuado control, conduce a una desmedida diferenciación social, obtención de ingresos no provenientes del trabajo y prácticas corruptoras. Integrar orgánicamente los mecanismos mercantiles en la economía, en un contexto socialista, hace necesario definir qué producciones y servicios deben ser regulados por el mercado y qué prestaciones quedan a cargo del Estado” (DÍAZ VÁZQUEZ, 2013, p. 63).

24 Katz sustenta opinião de mesmo teor, lembrando, por exemplo, a adoção da NEP, na URSS: “Esse [...] critério permite entender sua relativa aplicação em vários momentos da URSS, China e do Leste europeu; avaliar esta instrumentação não implica recorrer a nenhuma simplificação economicista” (KATZ, 2016, p. 358).

particular (DÍAZ VÁZQUEZ, 2013); por outro, desenvolver aparatos que se prestem a resguardar as conquistas sociais do povo cubano, ainda que em meio à nova realidade – daí, por exemplo, a ideia de se *somar ao universalismo* das políticas sociais de Cuba novos mecanismos de ação focalizada em segmentos sociais que se identifiquem como efetiva ou potencialmente mais vulneráveis (ESPINA PRIETO, 2008).

A sustentabilidade material do sistema dependeria, portanto, de novo modelo econômico, ainda em processo de edificação; seu propósito fundamental seria garantir à população cubana a satisfação de suas necessidades, deixando para trás as agruras do Período Especial. Para isso, a remoção da restrição externa e da ameaça inflacionária seria indispensável; avançar nesse sentido significaria, por sua vez, internalizar bases de expansão dos investimentos produtivos e da inovação que permitam transformar as condições de vida e dos trabalhadores, além de assegurar que o planejamento, definido em função de metas sociais<sup>25</sup>, seja cumprido tanto nas unidades de produção geridas pelo governo quanto pelo setor não estatal (RABELO, 2012, p. 33).

Conforme visto em item anterior, restam, porém, dúvidas a respeito do quanto a regulação do trabalho, nos moldes que se desenham recentemente, poderia se enquadrar dentro daquele propósito de base. Isso é especialmente

verdadeiro quando se tem em mente que são justamente os numerosos trabalhadores do setor estatal<sup>26</sup> que seguem sendo remunerados em moeda nacional, com importantes perdas (absolutas e relativas, com respeito àqueles que percebem seus rendimentos em pesos convertíveis) em seu poder aquisitivo; de outra parte, há o risco bastante concreto de perda da capacidade de regulação das condições de trabalho e remuneração no setor não estatal. A este respeito, três considerações devem ser feitas.

A primeira delas se refere ao caráter (em princípio) não definitivo das mudanças em curso na economia cubana. Conforme ponderou Rodríguez García (2011a), a adoção de mecanismos de mercado dentro de uma economia socialista significa justapor elementos francamente *antagônicos*; logo, aquilo que foi adotado somente como recurso emergencial não deveria

---

25 Evidentemente, combinar a expansão dos investimentos com a melhora das condições materiais de vida da população implica na calibragem entre consumo presente e criação de capacidade produtiva para o futuro, tal como indicado por Kalecki (1970).

26 Com destaque para os serviços públicos e universais de educação e saúde, justamente aqueles que cuidam de prover o bem-estar social que se reflete nos seus reconhecidamente elevados padrões de desenvolvimento humano; são justamente os assalariados em moeda nacional que trabalham na prestação desses serviços sociais que atendem ao conjunto da população. Daí a preocupação com suas condições de remuneração, especialmente em face do risco de perda de quadros para atividades mais bem remuneradas no setor não estatal.

jamais ocupar espaço central – nem definitivo. O sistema monetário dual seria um exemplo disso; embora introduzido ainda em 1993, como expediente para enfrentar a escassez de divisas, e siga, desde então, em operação ininterrupta, sua reversão constitui um dos objetivos atuais de política econômica: tratar de promover a *reunificação monetária* na ilha. Porém, para que isso seja possível sem provocar uma intensa e desordenada desvalorização cambial (com prováveis desdobramentos inflacionários), seria preciso aumentar a capacidade de importar – o que, por sua vez, pressupõe aumentos de produtividade internos que tendem a ser paulatinos (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2011<sup>a</sup>, pp. 39-40).

A segunda consideração a apresentar é derivada da anterior: a melhora das condições de remuneração do trabalho em moeda nacional depende também do relaxamento da restrição externa e da reunificação monetária; afinal, a depender do formato com que seja adotada, esta reunificação poderia significar uma redistribuição do poder de compra em prol dos que são remunerados em pesos cubanos<sup>27</sup>.

Por fim, cumpre anotar que somente se pode garantir a permanência da ordem planejada frente ao mercado quando aquela logra mostrar-se superior ao último; a afirmação era verdadeira quando da construção da economia socialista, no último século (KATZ, 2016, p. 350), e ainda o é agora, perante a necessidade de atualização do modelo econômico:

*La estrategia de desarrollo económico y social* representa una visión de mediano y largo plazo con respecto al modo de realizar el objetivo de la elevación gradual y continuada del grado de satisfacción de las necesidades materiales y espirituales del pueblo cubano, dentro de los marcos de lo posible, *en la presente etapa del proceso de transición socialista. [...] Realizar tal propósito constituye la demostración palpable de la superioridad del sistema socialista* y tendrá que traducirse en ritmos superiores del crecimiento económico per cápita, la productividad del trabajo y el salario real, como resultado del desarrollo de la economía nacional, sus respectivas ramas y territorios (RABELO, 2012, p. 41; itálicos adicionados).

Kalecki (1965) afirma que a superação do subdesenvolvimento envolveria a criação de capacidade produtiva em ritmo consideravelmente acelerado; para isso, haveria que mobilizar sistematicamente recursos disponíveis no âmbito de seu pleno emprego, gerando oferta de alimentos e outros componentes de provimento básico aos trabalhadores (tributando pesadamente o consumo de luxo dos ricos) e garantindo a direção dos investimentos em um plano de longo prazo. Para esse fim, seria incontornável introduzir, no contexto das nações da periferia do capitalismo, uma série de instrumentos de *planificação econômica* – os quais seriam, porém, objeto de objeções políticas por parte dos interesses

---

27 Já em 2011, foi feita uma desvalorização de 8% do peso conversível com respeito ao dólar estadunidense, exatamente no sentido aqui proposto (RODRÍGUEZ GARCÍA, 2014, p. 299).

estabelecidos (isto é, de classes), especialmente no que tange à propriedade fundiária<sup>28</sup>. Cuba tem, portanto, um sistema econômico que, em princípio, favoreceria o objetivo em questão; contra si, tem a pressão de todo o sistema capitalista, externamente – e a concreta ameaça de que os instrumentos de mercado adotados (necessários, ao menos nas atuais circunstâncias) deixem de ser funcionais à planificação, internamente.

Considerando o quanto Cuba já provou ser ao mesmo tempo criativa e persistente na defesa de sua soberania nacional e de suas conquistas sociais, é de se esperar que novos caminhos sejam encontrados ou, por outra, desenvolvidos.

## 5. Conclusão

A experiência nacional da Cuba pós-1959 mostrou serem possíveis a edificação e a manutenção de condições de expressivo desenvolvimento humano, mesmo após o desfazimento das condições de apoio externo de que era beneficiária. Mesmo tendo que ainda lutar contra as mazelas do subdesenvolvimento, a ilha recusa-se entregar a saúde e a educação de seu povo à mercantilização.

No sistema econômico edificado na ilha, o trabalho adquiriu um status muito distinto daquele que lhe confere a ordem tipicamente mercantil; no entanto, as mudanças introduzidas no contexto do Período Especial, por indispensáveis que tenham sido quando de sua

adoção, parecem colocar em risco tanto a proteção social – universal e efetiva – de que dispõe a população da ilha, quanto as formas de uso socialmente regulado do trabalho.

A extensão e a direção das transformações por que passará a economia cubana são difíceis de prever, até mesmo por conta de sua já demonstrada capacidade de resistência e criatividade em meio aos cenários mais severos desafios. Seu sucesso em defender sua soberania e seu sistema econômico dependerá da combinação mais simbiótica possível de planificação e desenvolvimento, mas também do apoio popular a este projeto de construção original, já em curso. Sem dúvida, as questões econômicas seguem indissociavelmente ligadas àquelas de natureza política.

---

28 “[...] powerful obstacles to the development of agriculture are the feudal or semi-feudal relations in land tenure as well as the domination of the poor peasants by merchants and moneylenders. Thus a radical acceleration of the development of agriculture is impossible if substantial institutional changes are not introduced. [...] the overcoming of all the obstacles to economic development [...] amounts to more than the upheaval created in the eighteenth century by the French Revolution” (KALECKI, 1965, pp 18-19).

## Bibliografía

- ALEJANDRO, P. V. “Los salarios, los precios y la dualidad monetaria.”, *Espacio Laical*, No. 14, pp. 22-26, Abr.-Jun., 2008.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL. *Panorama Social de América Latina*, 2015. Santiago: Naciones Unidas, 2016.
- DÍAZ VÁZQUEZ, J. A. “Actualizar el modelo económico en Cuba: ¿patrón chino o vietnamita?”., *Economía y Desarrollo*, 149 (1), pp. 54-65, 2013.
- ECHEVARRÍA LEÓN, D. et alii. “Política de empleo en Cuba 2008-2014: desafíos a la equidad en Artemisa.”, *Revista del CESLA*, No. 18, pp. 271-294, 2015.
- ESPINA PRIETO, M. P. “Política social en Cuba. Equidad y movilidad.”, *DRCLAS Working Papers on Latin America*, No. 07/08-3, 2008.
- KALECKI, M. (1960). “Hypothetical Outline of the Five Year Plan 1961-1965 for the Cuban Economy. FAO, mimeo.” In: *Collected Works of Michal Kalecki*. Volume V. Developing Economies. New York: Oxford University Press, 1993, pp. 129-168.
- \_\_\_\_\_. (1965). “The Difference Between Crucial Economic Problems of Developed and Underdeveloped Non-Socialist Economies. Address at the Reunion of Latin American Schools of Economics, June 1965.” In: *Collected Works of Michal Kalecki*. Volume V. Developing Economies. New York: Oxford University Press, 1993, pp. 13-19.
- \_\_\_\_\_. (1970). “Theories of Growth in Different Social Systems.”, *Scientia*, 105, May-June 1970, 01-06. In: *Collected Works of Michal Kalecki*. Volume IV. Socialism: Economic Growth and Efficiency of Investment. New York: Oxford University Press, 1993, pp. 111-117.
- KATZ, C. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão Popular / Perseu Abramo, 2016.
- MORRIS, E. “Unexpected Cuba.”, *New Left Review*, 88, July-August, pp. 05-45, 2014.
- OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICAS – ONE. *Anuario Estadístico de Cuba, 2000*. Ciudad de la Habana: ONE, 2001.
- OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMACIÓN – ONEI. Series *Estadísticas, 1985-2011*. Disponível em: <http://www.onei.cu/series2011.htm>. Acesso em: 02/03/2017.
- \_\_\_\_\_. *Anuario Estadístico de Cuba, 2015*. Ciudad de la Habana: ONEI, 2016.
- PARTIDO COMUNISTA DE CUBA – PCC. *Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*. VI Congreso del Partido Comunista de Cuba. Ciudad de la Habana, 18 de abril, 2011. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/documentos/2011/esp/11607111.pdf>. Acesso em: 02/03/2017.
- RABELO, M. G. “Transición socialista y modelo de desarrollo económico en Cuba.”, *Economía y Desarrollo*, 148 (2), pp. 28-47, 2012.
- RODRÍGUEZ GARCÍA, J. L. “A economía cubana: experiências e perspectivas (1989-2010).”., *Estudos Avançados*, 25 (72), pp. 29-44, 2011a.
- \_\_\_\_\_. “Cuba, su economía y la Unión Soviética.”, *Revista TEMAS*, nº 68, Octubre-Diciembre, pp. 114-121, 2011b.
- \_\_\_\_\_. “Las transformaciones recientes de la economía cubana.” In: ÁLVAREZ, J. E. (org.). *América Latina en medio de la crisis mundial: trayectorias nacionales y tendencias mundiales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- TOVAR, C. M. *Autocracia o democracia en Cuba*. Ciudad de la Habana: Editorial Cultura Popular, 1999.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM - UNDP. *Human Development Data (1980-2015)*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/data>. Acesso em: 02/03/2017.
- WORLD BANK – IBRD. *DataBank - World Development Indicators*. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=SI.POV.GINI&country=#>. Acesso em: 02/03/2017.





PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO

NOTAS CRÍTICAS À COMPREENSÃO DE LÊNIN SOBRE O  
ESTADO: REVISITANDO *O ESTADO E A REVOLUÇÃO*

Recebido em 11/2017

Aprovado em 01/2018

# NOTAS CRÍTICAS À COMPREENSÃO DE LÊNIN SOBRE O ESTADO: REVISITANDO O ESTADO E A REVOLUÇÃO

## Resumo

O artigo sustenta que a ausência da compreensão do capital enquanto forma específica de riqueza, de intermediação social, de dominação abstrata e forma autoestruturante da sociedade humana, limita a compreensão de Lênin sobre o Estado moderno e condiciona o tipo de solução emancipatória humana que ele teoriza e implementa. Desta incompreensão resulta um tipo de marxismo, dominante ao longo do século XX, que apresenta três características particulares e que não estão presentes em Marx: estatolatria, politicismo e a tomada do proletariado como o demiurgo da emancipação. O livro de Lênin, *O Estado e a Revolução*, condensa essas limitações e é aqui analisado criticamente.

**Palavras chave:** Marx; Lênin; Postone; capital; Estado; política.

**Classificação JEL:** B14, B24, B52.

## Abstract

The article argues that the absence of the understanding of capital as a specific form of wealth, social intermediation, abstract domination, and self-structuring form of human society, limits Lenin's understanding of the modern state and conditions the kind of human emancipatory solution that he theorizes and implements. From this incomprehension results a type of Marxism, dominant throughout the twentieth century, which presents three particular characteristics that are not present in

**PAULO HENRIQUE  
FURTADO DE ARAUJO**

Professor da Faculdade de  
Economia da UFF, membro  
do NIEP-MARX-UFF e do  
GEPOC-UFF.

Marx: statolatry, politicism and the taking of the proletariat as the demiurge of emancipation. Lenin's book, , condenses these limitations and is critically analyzed here.

**Keywords:** Marx; Lenin; Postone; capital; state; politics.

## 1. Introdução

Com Marx, entendemos que o capital é uma relação social que instaura uma forma específica de sociabilidade na qual a dominação social ocorre primeiramente sob uma forma abstrata, semimaterial; trata-se da dominação dos produtos do trabalho humano sobre os produtores. O capital instaura uma forma específica de estrangimento social que domina a todos os homens, aprisionando a humanidade numa lógica de produção pela produção e impedindo a humanização. Necessariamente associado a essa causalidade estruturante de sua própria sociabilidade, a lógica do capital envolve a relação entre proletário e capitalista, a exploração do primeiro pelo segundo, as classes sociais com seus interesses antagônicos, a propriedade privada dos meios de produção, o Estado moderno enquanto forma política necessária à contínua autoexpansão do valor, etc.

No presente artigo, cotejamos o entendimento de Lênin sobre o Estado moderno e as formas de sua superação com essa compreensão que temos do que seja capital em Marx.

## 2. Marx, capital, política e classes sociais

Marx, no primeiro capítulo do Livro I de *O Capital*, nos diz que a riqueza nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias e a mercadoria aparece como sua forma elementar. Em seguida, movimenta-se para além dessa forma aparential e passa a analisar a própria mercadoria, capturando o par antitético constitutivo de sua essência – valor de uso e valor. A contradição entre valor de uso e valor exterioriza-se no ato da troca, de tal maneira que o valor de troca é a expressão, a manifestação do valor. Marx, ao longo do primeiro capítulo da referida obra, demonstra logicamente que os limites das formas simples e desdobrada do valor levam à necessidade da forma geral ou universal, e a passagem dessa forma para a forma dinheiro dá-se pela eleição, realizada pelo próprio mundo das mercadorias, de uma mercadoria especial para operar como equivalente geral dentro do mundo das mercadorias. Ela passa a ter o monopólio social dessa representação, pois há uma fusão social entre a sua forma natural e a forma equivalente (MARX, 2013, p. 145).

Na sequência de sua exposição, ele demonstra logicamente a necessidade da transformação do dinheiro em capital. Pois a circulação das mercadorias em sua concretude só pode vir a ser na presença do dinheiro, ou ainda, o dinheiro

é a contraparte necessária da circulação de mercadorias. A forma específica de circulação mercantil sob a lógica do capital (D-M-D), mesmo sem considerarmos a expansão do valor ( $D > D$ ), indica que o objetivo dos que negociam não é o valor de uso, mas a posse de valor. No entanto, só faz sentido logicamente terminar a circulação com um *quantum* maior de dinheiro (representante do valor) do que iniciou o processo. Em suma, o capital (valor em expansão), enquanto relação social fundada na compra da mercadoria força de trabalho pelas personificações da lógica do capital, tem, por determinação causal ontológica, a produção de mercadorias em larga escala. E a mercadoria é o que é no mundo do capital por ser produto do trabalho proletário, dado que esse é portador de um duplo caráter (produtor de valor de uso e valor simultaneamente). A mercadoria põe-se como forma mediadora social e forma autmediadora e é um momento fundamental no processo de expansão do valor.

A compreensão marxiana das categorias constitutivas da totalidade social do modo de produção capitalista exige a apreensão adequada do trabalho proletário como produtor de valor e de mercadoria e como momento central e causal-estruturante desse todo. Além disso, exige a atenção adequada para a categoria mais-valor relativo. A extração de mais-valor relativo de forma generalizada e enquanto forma predominante de extração de mais-valor só pode ocorrer

a partir do predomínio da grande indústria enquanto forma específica de produção capitalista. Com ele, a lógica do capital impulsiona uma constante transformação das formas de produção de mercadorias, dos valores das mercadorias e do padrão de tempo constitutivo das mercadorias. De tal maneira que tudo é revolucionado constantemente de modo a garantir a reprodução do mesmo: da sociabilidade do capital e dos seus constrangimentos humanos-societários.

Importante destacar, para os objetivos do presente artigo, que essa apreensão dos constrangimentos impostos à nossa espécie pela lógica do capital (lógica constituída por nossa própria espécie humana) marcou época no pensamento de Marx. De tal maneira que podemos falar de uma crítica marxiana ontológica do econômico e que é a terceira grande crítica ontológica que realiza Marx (após as críticas ontológicas da política e da filosofia)<sup>1</sup>. No entanto, é preciso ter em mente que essa última crítica altera a compreensão que Marx tinha da dinâmica societária do mundo do capital. Ou ainda, é

---

<sup>1</sup> Com Chasin (2009) entendemos que Marx realiza uma ruptura ontológica com seu passado de hegeliano ao afirmar, em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, que o importante não é buscar a coisa da lógica, mas a lógica da própria coisa. De modo que, o ser em si adquire centralidade na explicação do mundo dos homens e os momentos epistemológicos e gnosiológicos tornam-se submetidos à essa prioridade do ontológico. Nos textos posteriores a esses dois citados, Marx prossegue com a crítica ontológica da filosofia e da política e, após os *Grundrisse* e *O capital*, realiza a crítica ontológica do econômico e completa sua apreensão materialista do mundo dos homens.

preciso considerar que há uma alteração em sua compreensão da possibilidade da emancipação do homem. Mais precisamente, a crítica ao capital implica uma crítica ao trabalho proletário. Portanto, uma crítica à forma específica de dominação por ele instaurada: a dominação das coisas exteriorizadas pelos produtores sobre os próprios produtores, uma dominação abstrata, semimaterial. Agora, a política enquanto momento intelectual do mundo dos homens perde importância para Marx. Ou, dizendo o mesmo de outra maneira, sua apreciação primeva, apresentada na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e em textos imediatamente posteriores, da revolução política enquanto momento necessário, mas não suficiente da revolução radical (a que emancipa a humanidade), adquire uma nova envergadura. O centro da crítica não se encontra mais na propriedade privada, na divisão social e técnica do trabalho, no mercado enquanto instância mediadora das relações sociais, nas classes sociais e nas lutas de classe, mas naquilo que estrutura esse conjunto categorial: capital e trabalho proletário. Não significa dizer que esse conjunto categorial não tenha importância ou que não tenha que ser atacado e suprassumido no processo da revolução radical. Lógico que isso é necessário, mas o ataque a eles individualmente ou mesmo em conjunto é insuficiente se não se tem por *télos* a eliminação do trabalho proletário e de sua contraparte, o capital.

Supondo que essa apreensão do pensamento marxiano seja adequada, é preciso identificar nos textos posteriores aos *Grundrisse* e a *O capital* a perda de centralidade do referido conjunto categorial e o ganho de densidade para essa forma específica de dominação, que exige uma crítica e uma modificação radical na forma do trabalho humano. Tomando por referência quatro escritos de Marx do período em questão – *Guerra Civil na França* (e seus três rascunhos) (1871), *Crítica ao Programa de Gotha* (1875), *Resumo Crítico a Estatismo e Anarquia de Mikhail Bakunin* (1874) a carta (e seus esboços) a Vera Zasulich (1881) – e comparando-os com textos que antecedem a citada ruptura – *Manifesto Comunista* (1848), *A Ideologia Alemã* (1845-46), *Glosas Marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano”* (1844), *Sobre a Questão Judaica* (1843), *Manuscritos Econômico-filosóficos* (1844), *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel e Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843) –, defendemos que a hipótese acima esboçada confirma-se<sup>2</sup>.

A constatação desse giro analítico realizado por Marx a partir da instauração de sua crítica ontológica do econômico coloca-nos o desafio adicional de sinalizarmos qual o tratamento que ele passa a dar às categorias de classes sociais

---

2 A esse respeito, conferir Araujo (2016).

e suas lutas, ao Estado e à política, sem perder de vista a necessária superação desse conjunto categorial no devir do processo emancipatório humano.

Advogamos, com Postone (2014, p. 363ss.), o entendimento de que a classe social em *O Capital* é uma categoria relacional, ela “delimita uma relação social moderna, mediada pelo trabalho de maneira aparentemente objetiva”. Ou seja, a prioridade ontológica é do tipo de trabalho produtor da riqueza específica (valor) do capitalismo: trabalho proletário. Por isso, a luta de classes “é estruturada e incorporada nas formas sociais da mercadoria e do capital”. Dessa maneira, ao contrário do que usualmente se entende no âmbito do marxismo, a luta de classes não é a força motriz da mudança histórica do capitalismo. A força motriz, e relação mais fundamental, radica em um nível mais essencial, constitutivo da totalidade dinâmica da sociedade do capital: na própria mediação social constitutiva dessa sociabilidade. De todo modo, é necessário elucidar a relação entre essa dinâmica e as classes sociais no construído teórico marxiano.

Postulamos, ainda com Postone (*ibidem*), que a principal crítica de Marx ao capitalismo e à lógica do capital não é a da exploração da força de trabalho. Pois, ao apreender a especificidade do excedente nesse modo de produção enquanto mais-valor, Marx descobre uma dinâmica social

específica a ele e totalmente enraizada em relações sociais reificadas, alienadas. Ou dizendo o mesmo de outro modo, em Marx, a luta entre capitalistas e proletários na sociedade capitalista é importante não apenas porque a exploração é central em sua teoria, mas principalmente “porque as relações de exploração de classe são um elemento importante da dinâmica de desenvolvimento da formação social como um todo” (*ibidem*, p. 366). Mas, ressaltamos, a luta de classes não é a relação causal original do desenvolvimento dinâmico do todo societário. Essas relações de exploração de classe contribuem para essa dinâmica apenas “na medida em que são constituídas e incorporadas nas formas de mediação social” (idem *ibidem*) específicas da sociabilidade do capital.

Para Postone (*ibidem*), a forma como Marx introduz a luta de classes em *O capital* esclarece essa contribuição. Enquanto ação social coletiva, a luta de classes, nos diz Postone, pode se referir a um grande espectro de situações. Duas dessas se destacam: a luta de classes enquanto ação social coletiva revolucionária e enquanto ação social coletiva que age no cotidiano. Em *O capital*, Marx, ao tratar das formas de extração de mais-valor, apresenta esse último tipo de ação “como um momento intrínseco do capitalismo” (*ibidem*, p. 366). De tal maneira que o conflito é intrínseco às relações entre proletários e capitalistas, pois são elas constituídas, em boa

medida, pela troca de mercadorias na qual se defrontam dois direitos iguais. E, nos diz Marx, entre direitos iguais quem decide é a força.

A troca da mercadoria força de trabalho por salário não impõe, por sua natureza mesma, barreira alguma à duração da jornada de trabalho, à intensidade do trabalho ou à extração de mais-valor. A luta de classes pela regulamentação da intensidade do trabalho e da duração da jornada de trabalho demonstra que um sistema social estruturado pelas trocas de mercadorias e a própria luta de classes “não se baseiam em princípios opostos; essa luta não representa uma perturbação em um sistema de outra maneira harmonioso. Pelo contrário, ela é inerente a uma sociedade constituída pela mercadoria como forma totalizante e totalizada” (*ibidem*, p. 367). Por isso, conclui Postone na sequência da citação anterior, é que “a luta de classes está enraizada de várias maneiras nessa forma aparentemente objetual de mediação social”.

Marx, prossegue Postone, demonstra que as determinações da relação entre proletários e capitalistas, no que diz respeito ao consumo da mercadoria força de trabalho por parte dos últimos, não são dadas a priori, não são o resultado do uso direto da força. Pelo contrário, são objetos de negociação e conflito e, com isso, evidencia que são relações constituídas de forma indireta, intermediada, na qual a mercadoria atua como mediação social entre os homens. Postone

(*ibidem*, p. 368) acrescenta que essa relação de classe envolve um permanente conflito, pois a forma do antagonismo social (acima descrito) “é, em si, tanto uma determinação da subjetividade social como da objetividade social” (*idem ibidem*). Ela é uma contradição objetiva e, ao mesmo tempo, “uma determinação da autoconcepção das partes envolvidas” (*idem ibidem*). No contexto social estruturado pela forma de mediação social que é a mercadoria, a luta de classes entre proletários e capitalistas “está enraizada nas formas específicas pelas quais as necessidades e as exigências são compreendidas e articuladas [...] isto é, como consciência social e concepções de direitos associados a uma relação estruturada dessa forma” (*idem ibidem*). Essas autoconcepções são constituídas historicamente e não de forma automática, e o seu conteúdo é “resultado do modo de mediação social determinado pela mercadoria” (*idem ibidem*).

Através da ação coletiva, o proletariado pode obter algum controle sobre a mercadoria força de trabalho. Em Marx, a mercadoria, enquanto forma de mediação social estruturante da sociedade capitalista, envolve as conexões quase objetivas entre as singularidades humanas e, ao mesmo tempo, enforma as instituições sociais coletivas. Portanto, assinala Postone (*idem ibidem*), “não há oposição ou tensão entre o desenvolvimento de formas coletivas, em si, e as relações sociais estruturadoras da sociedade

capitalista”. Basta lembrar que no Livro 1 de O Capital, o capítulo VIII (“A Jornada de Trabalho”) é o penúltimo<sup>3</sup> capítulo antes da Seção 4 (“A Produção do Mais-Valor Relativo”). Ou seja, Marx apresenta a luta da classe trabalhadora inglesa pela limitação da duração da jornada de trabalho e por uma intensidade do trabalho aceitável e, na sequência, demonstra como a lógica do capital constitui formas mais aperfeiçoadas de extração de mais-valor, que já não precisam acionar o aumento da jornada de trabalho ou da intensidade do trabalho. Ainda após a implantação do novo processo produtivo que permite a extração de mais-valor relativo, as personificações do capital utilizam todos os mecanismos possíveis para a extração de valor e mais-valor. A ação coletiva do proletariado viabiliza e estimula a produção de mais-valor relativo e, assim, acicuta as “inter-relações determinadas entre produtividade, mais-valor, riqueza material e a forma de produção [fundada na grande indústria]” (*ibidem*, p. 369). Nessa moldura necessariamente dinâmica, o antagonismo subjacente às relações de classe apresenta-se como conflitos constantes, e esses devêm momentos essenciais no desenvolvimento da totalidade dessa sociabilidade. “Eles se tornam aspectos intrínsecos da vida cotidiana na sociedade capitalista” (*ibidem*, p. 239).

Outro aspecto a ser destacado é que os conflitos entre proletários e capitalistas são mediados por uma forma totalizante, de tal maneira que

sua importância ultrapassa os limites do espaço local. Pois a produção e circulação de capital põem-se de tal forma, que um conflito em um setor ou área geográfica específica atinge outros setores e/ou áreas. Em outras palavras, a luta de classe do cotidiano torna-se um estimulante para o desenvolvimento da sociabilidade do capital.

Todavia, é preciso destacar que a luta de classe entre proletários e capitalistas, ainda que seja um acicate da expansão e da dinâmica do capitalismo, não cria a totalidade integradora da sociabilidade do capital e, tampouco, engendra sua trajetória. Essas são explicadas pela forma de mediação social específica (quase objetiva e dinâmica) dada pelo valor. A sociedade capitalista enquanto totalidade apresenta uma dinâmica direcional que lhe é intrínseca e que Postone caracteriza como dialética da transformação e reconstituição. Tais características da sociedade do capital não podem ser engendradas pela referida luta de classes: “essas lutas só têm o papel que têm por causa de formas de mediação específicas desta sociedade. Ou seja, a luta de classes só é uma força propulsora de desenvolvimento histórico do capitalismo porque está estruturada e incorporada nas formas sociais da mercadoria e do capital” (*ibidem*, p. 370). Mais uma vez, na sociedade do capital, a luta de classes entre proletários e capitalistas

---

<sup>3</sup> O último é o capítulo IX (“Taxa e Massa de Mais-Valor”).



em torno da apropriação do excedente econômico é uma força impulsionadora da história devido às formas de mediação específicas de sua constituição.

É evidente que a categoria classe social em Marx é relacional, ou seja, classes determinam-se em relação a outras classes. Além disso, a contradição entre produtores de excedente e apropriadores do excedente, que tem por cerne suas relações com os meios de produção, é axial para a análise marxiana de classe. De todo modo, essas constatações não interditam a especificação da noção de classe a partir das formas de mediação social acima destacadas. Ainda que o conflito entre produção e apropriação seja uma característica imanente à relação entre proletários e capitalistas, tal conflito sozinho não os constitui enquanto classes. Diz Postone (*ibidem*, p. 371):

Na análise de Marx, a estrutura dialética das relações sociais capitalistas é de importância central; ela totaliza e dinamiza a relação antagônica entre trabalhadores e capitalistas, constituindo-a como luta de classes entre trabalho e capital. Esse conflito, por sua vez, é um momento constituinte da trajetória dinâmica do todo social. As classes, de fato, são categorias relacionais da sociedade moderna. Elas são estruturadas por formas determinadas de mediação social como momentos antagônicos de uma totalidade dinâmica e, portanto, em seu conflito, tornam-se dinâmicas e totalizadas.

No Livro I de *O Capital*, a luta de classes entre proletários e capitalistas é um momento da dinâmica totalizadora da forma específica de mediação da formação social capitalista. No entanto, seu antagonismo não é a “contradição estrutural fundamental da formação social [capitalista]” (*ibidem*, p. 376). Aí, as classes referidas “não são entidades, mas estruturações da prática e da consciência sociais que, em relação à produção de mais-valor, são organizadas de forma antagônica; elas são constituídas por estruturas dialéticas da sociedade capitalista e impulsionam o seu desenvolvimento, o desenrolar de sua contradição básica” (*ibidem*, p. 372).

A análise de Marx não elimina que outros grupos sociais ou estratos sociais desempenhem papéis histórica e politicamente importantes (por exemplo: grupos religiosos, étnicos, nacionais, de gênero, etc.). Contudo, o conflito de classe entre proletários e burgueses tem, em Marx, um papel central na análise da trajetória histórica da sociedade do capital.

Com Postone, ressaltamos que o acima exposto tem por objetivo indicar que a relação entre proletários e capitalistas no Livro I de *O Capital* deve ter por parâmetro a forma específica de relação social e forma de dominação abstrata presente na sociedade do capital. Portanto, nesse nível de abstração, não é possível desvelar os processos específicos “pelos quais uma classe se constitui social, política e culturalmente em

um nível mais concreto, ou, com relação a isso, a questão da ação coletiva social e política” (*idem ibidem*). De todo modo, as determinações de classe, como as que ocorrem com o proletariado, que ao mesmo tempo é o proprietário da mercadoria força de trabalho e é, ele próprio, objeto do processo de valorização, não são posicionais. Pelo contrário, essas determinações são tanto da objetividade social quanto da subjetividade social. Portanto, Marx, no Livro I, não está definindo objetivamente a classe social a partir de sua posição dentro da estrutura social e, feito isso, buscando determinar como essa classe constitui-se subjetivamente. Se assim o fizesse, a articulação entre objetividade e subjetividade social seria extrínseca à dinâmica em si da mediação social do valor e teria por fundamento a noção de interesse.

Postone (*ibidem*, p. 373) destaca que a “dimensão subjetiva de uma determinação de classe em particular deve ser distinta da questão das condições sob as quais muitas pessoas agem como membros de uma classe”. Além disso, a dimensão subjetiva da classe, já em seu nível mais abstrato, não pode “ser entendida apenas diante da consciência dos interesses coletivos se as concepções particulares desses interesses, bem como a noção de interesse em si, não são compreendidas no contexto social e histórico”. A consciência, para Marx, nunca é um simples reflexo das condições objetivas. Na verdade, com Postone, há a reafirmação de que as formas de

mediação básicas e específicas do capitalismo, e que se fundam sobre a mediação da mercadoria, tramam as formas de consciência enquanto momentos intrínsecos de formas do ser social. Mais uma vez: para Marx, as determinações de classe envolvem “formas de subjetividade determinadas social e historicamente [...] que estão enraizadas nas formas de mediação social como constituem diferencialmente uma classe em particular” (*idem ibidem*). Portanto, a categoria de classe é constitutiva de uma estrutura teórica que visa desvelar “a determinação histórica e social de várias concepções e necessidades sociais, bem como de formas de ação” (*idem ibidem*).

Por outro lado, a classe social, que é estruturada pelas formas de mediação social e pelo movimento de autoexpansão do valor, que, por sua vez, impõe uma dinâmica expansiva e direcional à totalidade do mundo dos homens, é uma forma do ser social estruturadora de sentido e consciência social. O que não significa que todas as singularidades individuais, que podem ser posicionadas de maneira semelhante, tenham as mesmas crenças e, tampouco, que a ação social e política seja determinada diretamente pelo cariz da classe social. Em verdade, a ação social e as formas de subjetividade em sua especificidade histórica e social podem ser reveladas em termos da noção de classe. Diz Postone (*ibidem*, pp. 373-374) que: “A natureza das exigências sociais e políticas, ou das formas

determinadas das lutas associadas a tais exigências, por exemplo, pode ser compreendida e explicada social e historicamente em relação à classe, contanto que a classe seja compreendida com referência às formas categoriais”. Apreender a subjetividade a partir de determinações mais gerais dadas pelas formas de relações sociais é fazê-lo social e historicamente. Ou seja, como as mesmas categorias são a base explicativa da estrutura dinâmica da sociedade do capital e da subjetividade própria à essa sociedade, é possível analisar criticamente as formas subjetivas “diante da adequação da sua autoconsciência e [d]a sua compreensão da sociedade” (*ibidem*, p. 374). Portanto, as questões que permitirão um maior grau de concretização da categoria classe social (por exemplo: constituição social, política e cultural, ação coletiva, autoconsciência, etc.) deverão ser tratadas a partir desse arranjo estruturante acima exposto.

A proposta interpretativa de Postone, que esboçamos rapidamente, modifica a forma tradicional pela qual são apreendidos o conflito de classe e as relações de exploração no capitalismo. A luta de classes aparece como elemento impulsionador do desenvolvimento capitalista devido ao dinamismo das relações sociais constitutivas dessa sociedade, pois o conflito entre produtores diretos e proprietários dos meios de produção, por si mesmo, não a constitui. Além disso, nega a ideia de que a luta entre proletários e capitalistas seja a luta entre a classe dominante

no capitalismo e a classe que é a encarnação do socialismo; assim, essa luta não aponta, por si mesma, para além do capital. A luta de classes para o proletário apresenta-se, no cotidiano, enquanto mecanismo de manutenção e melhoria de sua condição de membro do proletariado. Cabe destacar que essas lutas, ao longo dos últimos 150 anos, foram decisivas para a colocação de travas na máquina de sucção de valor que é o capitalismo, de modo que permitiram o aumento da participação das massas trabalhadoras na democracia formal e estimularam o surgimento de um tipo de capitalismo organizado, e que o Estado cumpre um papel cada vez mais importante no processo de acumulação de capital. O constructo teórico de Marx surge, então, como negação de que a trajetória do capitalismo engendre uma possibilidade futura (na sociedade emancipada) da afirmação do proletariado e de seu trabalho. Na verdade, aponta para a possível e necessária abolição do trabalho proletário na sociedade emancipada. Mais uma vez, a sociedade comunista (mesmo em sua fase inferior) não possibilita a realização plena do proletariado, antes há de se verificar o seu desaparecimento. Finalmente, com Postone (*ibidem*, p. 376): “Assim, embora desempenhe um papel importante na dinâmica do desenvolvimento capitalista, o antagonismo entre a classe capitalista e a classe trabalhadora não é idêntico à contradição estrutural fundamental da formação social [...]”.

### 3. Lênin, o Estado e a emancipação humana

Tomaremos por referência o livro *O Estado e a Revolução* de Lênin na exposição a seguir.

O livro foi escrito entre agosto e setembro de 1917, nos meses imediatamente anteriores à Revolução Bolchevique, e é um marco nas polêmicas que Lênin trava ao voltar à Rússia em abril de 1917, e que envolvem, por um lado, o posicionamento do partido bolchevique sobre a tática a ser empregada após a revolução de fevereiro de 1917, e, por outro, a diferenciação que Lênin constrói no interior da social-democracia europeia desde a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Além disso, o livro apresenta a teoria marxista de Lênin sobre o Estado e os caminhos da revolução. Neste sentido, é proposta de desdobramento para a práxis política da forma como Lênin figurava o mundo do capital. De tal maneira que essa figuração condicionou o tipo de desdobramento prático e intervenções concretas que os bolcheviques adotaram ao longo do processo revolucionário e, até mesmo, serviu de baliza para críticas entre os revolucionários do século XX. Adiantando a nossa perspectiva crítica, este livro apresenta, de forma clara e articulada, o tripé constitutivo do marxismo órfão da teoria crítica do valor de Marx: adoração do Estado (estatolatria), fé na política enquanto momento resolutivo único da emancipação humana (politicismo) e o proletário (por sua

posição na produção de valor) enquanto messias salvador da humanidade. Faremos um rápido resumo crítico do livro de Lênin, procurando evidenciar esses pontos.

Acompanhando José Paulo Netto (PAULO NETTO, 2007, p. 151), entendemos que o livro estrutura-se em torno de três eixos: “a ideia da imediata destruição da máquina estatal burguesa, a tese da ditadura do proletariado e a viabilidade da extinção do Estado”. No entanto, vamos avaliar criticamente como Lênin resolve cada uma das ideias fundamentais presentes nestes eixos. E mais ainda, vamos confrontar essas ideias com as formulações de Marx após a descoberta da teoria crítica do valor trabalho.

No capítulo I de *O Estado e a Revolução* (“As classes sociais e o Estado”), Lênin recorre aos livros *A origem da propriedade privada e do Estado* e *Anti-Düring* (ambos de Engels) para (segundo ele) restaurar a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado e demonstrar que o Estado é produto da contradição inconciliável das classes sociais (LÊNIN, 2007, p. 27). De imediato, assinalamos que Lênin toma como idênticas as posições de Marx e Engels, o que, sabemos, não é o tratamento adequado. Dentre outros motivos, porque Engels não demonstrou compreender, em toda sua amplitude, o valor enquanto a forma de relação social que molda, modela e estrutura o ser social sob a lógica do capital. Ou ainda, Engels, ao contrário de Marx, toma

as classes como momento causal-explicativo do Estado moderno, desconsiderando a sociabilidade específica produzida pela lógica do capital. Chega, com isso, a propor uma doutrina geral marxista para a formação do Estado, desconsiderando o que há de específico na determinação recíproca existente entre Estado moderno e capital. Em suma, Engels e Lênin não compreendem que o valor em expansão tem prioridade ontológica em relação às classes sociais e ao Estado moderno. E que, portanto, não se trata de uma simples mudança jurídico-política para a emancipação humana, mas que esta exige uma mudança radical na práxis humana vital. Ainda que, logicamente, tal mudança só possa vir-a-ser a partir da práxis política.

No último item desse capítulo (4. “Definhamento’ do Estado e a revolução violenta”), Lênin apresenta o núcleo duro de sua concepção politicista para a resolução da emancipação humana, retomando o argumento de Engels sobre o definhamento do Estado (ENGELS, 2015, p. 316ss.) e considerando a contradição entre forças produtivas e relações de produção que Engels já tomara enquanto chave explicativa. Lênin reforça a ideia, presente em Engels, de que, no capitalismo, a contradição dá-se entre esse par categorial, de tal maneira que as forças produtivas desenvolvidas pela lógica do capital não são em si contraditórias com a emancipação humana. O limitador para esta emancipação são as relações de produção. Em outras palavras: Lênin<sup>4</sup>,

seguindo Engels, identifica nas grandes plantas produtivas organizadas com base num planejamento científico e minucioso pelos capitalistas e seus gerentes, na formação de empresas por ações e na posse de correios, telégrafos e ferrovias pelo Estado, os embriões da sociedade do futuro. A conclusão lógica, portanto, é a de que a constituição dessa sociedade exige a mudança jurídica da forma de propriedade dos meios de produção. Sendo tudo isso propriedade do Estado e sendo o Estado não mais da burguesia, mas do proletariado, a condição desses meios de produção operarem como capital desaparece. Ou seja, desaparece o capital e o capitalismo e com eles as classes sociais e o Estado definha e some. Em resumo: mudam as relações de produção e conservam-se as forças produtivas herdadas do capitalismo. Sem qualquer referência ao valor enquanto forma específica de sociabilidade, sem perceber que a forma específica de dominação no capitalismo é a dominação abstrata do valor contido nas mercadorias sobre os produtores. Desconsiderando que a maquinaria moderna, que tipifica a grande indústria enquanto forma específica de produção capitalista, subsume o trabalhador (trabalho vivo, direto, imediato) ao trabalho passado, morto, contido na máquina. E que, por esse motivo, a tarefa da revolução comunista é eliminar essa

---

4 Lênin explicita isso nos capítulos III e V (2010, pp. 70-71 e 120-122).

forma de dominação abstrata, modificando a própria forma da produção dos valores de uso. O que exige algo para além da política, mas partindo da própria política.

Voltando aos termos propostos por Lênin neste item final do primeiro capítulo, temos a reafirmação da propositura de Engels de que o proletariado, ao tomar o poder do Estado e transformar os meios de produção em propriedade do Estado, extingue-se enquanto proletariado e, com ele, desvanecem todas as classes, extinguindo-se assim o Estado enquanto Estado. Engels acrescenta na terceira edição (1894) de *Anti-Düring* que “O Estado não é ‘abolido’, mas definha e morre” (ENGELS, 2015, p. 316). Corretamente, Lênin (2010, p. 37) assinala que as palavras de Engels são uma síntese da experiência da Comuna de Paris de 1871. Para ele, a extinção/abolição do Estado burguês ocorre com a revolução proletária; no entanto, as palavras de Engels sobre “definhamento e ‘morte’ do Estado se referem aos vestígios do Estado proletário que subsistem depois da revolução socialista.” (idem *ibidem*).

Antes de prosseguir e expor o que Lênin entende por Estado proletário ou semi-Estado, é importante retomar as considerações de Marx a partir da experiência da Comuna de Paris. Lembrando que tais reflexões são posteriores à constituição de sua crítica do valor e ressaltando que Lênin (2010, p. 105) não só conhecia

como cita essa passagem. Marx (2012, p. 43) faz a seguinte colocação: “Pergunta-se, então, por que transformações passará o ordenamento estatal numa sociedade comunista? Em outras palavras, quais *funções sociais, análogas às atuais funções estatais*, nela permanecerão?” [Grifo nosso]. Não se trata da permanência do Estado, mas de funções sociais análogas às funções observadas no Estado moderno. Nesse primeiro momento Lênin mantém-se próximo a essa ideia, mas introduz algo novo: o Estado proletário. E são os vestígios dele que desaparecerão ao longo da construção da sociedade comunista. Notadamente, utiliza o parágrafo seguinte da *Crítica ao Programa de Gotha* para sustentar seu argumento<sup>5</sup>. Todavia, assinalamos aqui que Marx utiliza poucas vezes o conceito de ditadura do proletariado<sup>6</sup> e nos parece frágil a utilização desse trecho para sustentar todo o edifício teórico construído por Lênin, o qual padece, conforme já dito, da negligência da teoria crítica do valor de Marx.

---

<sup>5</sup> “Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a ditadura do proletariado”. (MARX, 2012, p. 43; GRIFOS DE QUEM?)

<sup>6</sup> Conforme Pogrebinski (2009, pp. 96-97), Marx utiliza a expressão “ditadura do proletariado” sete vezes em toda sua obra. E destes sete, em apenas dois momentos Marx os utiliza em textos destinados à publicação: *Lutas de Classe na França* e *Crítica ao Programa de Gotha*. Assim como para a autora, parece-nos que esse é um conceito que em si tem pouco relevo e importância para Marx. Sobre essa questão, ver Araujo (2015).

Portanto, para Lênin, a ditadura do proletariado é o Estado proletário que se instaura com a tomada do poder do Estado moderno pelo proletariado, e esse, por sua vez, é a vanguarda dos oprimidos e de todos os trabalhadores pobres e explorados (LÊNIN, 2010, pp. 107-108). O Estado proletário tem que necessariamente expropriar os capitalistas e, assim, os meios de produção passam a ser da classe trabalhadora, o que põe fim ao capitalismo. Lênin acrescenta que o Estado burguês só pode ceder lugar ao Estado proletário por meio de uma revolução violenta. E é o Estado proletário quem irá definhando e desaparecer.

O capítulo II (“A experiência de 1848-1851”) apresenta um esforço de Lênin em associar os textos *Manifesto Comunista e Miséria da Filosofia* aos resultados da revolução de 1848-1851, e com isso ele retoma *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Neste capítulo, há três momentos em destaque: (1) a ideia de que o Estado (em geral e não somente o Estado moderno) é uma organização especial da força destinada a subjugar uma classe ou conjunto de classes sociais. Ou seja, o Estado é um aparelho coercitivo e repressor. Ele opera uma dominação política que garante a manutenção da exploração das maiorias do povo trabalhador. Portanto, a tarefa do proletariado revolucionário é abater, quebrar, destruir o Estado burguês e, não, aperfeiçoá-lo. (2) a ideia de que o proletariado necessita do poder político consubstanciado em sua Ditadura

(Estado Proletário), para centralizar a força, organizar a violência e “reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a enorme massa da população – os camponeses, a pequena burguesia, os semiproletários – na ‘edificação’ da economia socialista” (*ibidem*, p. 46). E o proletariado pode cumprir este papel graças às condições econômicas de sua existência: “Em virtude do seu papel econômico na grande produção, só o proletariado é capaz de ser o guia de todos os trabalhadores e de todas as massas que, embora tão exploradas [...] quanto ele, e mesmo mais do que ele, não são aptas para lutar independentemente por sua emancipação” (*idem ibidem*).

(3) a ideia da necessidade do marxismo formar a vanguarda do proletariado pela educação do partido dos trabalhadores (рабочую партию, *Arbeiterpartei*)<sup>7</sup>, tornando este partido “capaz de tomar o poder e de conduzir todo o povo ao socialismo, capaz de dirigir e de organizar um novo regime, de ser o instrutor, o chefe e o guia de todos os trabalhadores, de todos os explorados, para a criação de uma sociedade sem burguesia [...]” (*idem ibidem*).

Neste capítulo, evidencia-se a ênfase que o autor dá à luta de classes como momento resolutivo da emancipação humana – o papel que adquire o proletariado na condução política das classes exploradas, a necessidade da instauração

---

7 Infelizmente, a tradução da Editora Expressão Popular utiliza sistematicamente operário no lugar de trabalhador, o que altera por completo o significado e sentido da teoria de Lênin.



do Estado proletário (Ditadura do Proletariado) e o partido revolucionário marxista enquanto vanguarda do proletariado. No entanto, a interpretação do Estado (em geral) enquanto aparelho coercitivo e repressor parece-nos por demais restrita. Já no livro primeiro de *O capital*, o Estado pressuposto nos capítulos iniciais é posto, ainda que de forma inercial, por exemplo, no capítulo 8 (“A jornada de trabalho”). Nele, Marx descreve a luta do proletariado inglês pela regulamentação de uma jornada de trabalho normal, que tem seu ápice com a legislação fabril inglesa para o período de 1833-1864. O que, nos parece, evidencia que o Estado moderno não é somente (e tampouco Marx assim o entende) um aparelho de coerção e repressão. O que não significa dizer que esse Estado não tenha em seu núcleo duro o uso da coerção enquanto recurso ou tampouco que ele não o utilize sempre que a lógica da valorização assim o exigir. Sobre a necessidade de destruição do Estado moderno, parece-nos que é exatamente o entendimento de Marx; contudo, ao contrário de Lênin, para ele não se trata de construir um Estado proletário, mas de organizar a vida social da humanidade em busca consciente de sua emancipação, com base na comunidade. Voltaremos a isso em seguida, mas adiantamos que, no nosso entendimento, a ditadura do proletariado é a própria comunidade humana, a sociedade dos produtores livremente organizados.

Portanto, um não-Estado e, sim, uma forma ainda política, que traz em si funções análogas à aquelas existentes no Estado moderno.

Não podemos esquecer que, para Marx, ao menos no Livro primeiro de *O capital*, no item 4 (“A fábrica”) do capítulo 13 (“Maquinaria e grande indústria”), o proletário é apresentado como o indivíduo que se “desefetiva” na medida em que produz valor; quanto maior sua produtividade, maior sua “desefetivação”. Ou ainda, estando o capitalismo organizado sob a sua forma específica de produção, a grande indústria, a máquina moderna que caracteriza a produção da grande indústria, subsume realmente o trabalho vivo ao trabalho morto, e desta forma ele é um apêndice vivo de um mecanismo morto de produção. Desta maneira, a humanidade do proletário é obliterada, sua vida alienada e seu “*dinamei*” (δυνάμει) humano negado, sua condição humana evanescendo na mesma proporção em que um maior *quantum* de valor objetiva-se nas mercadorias que produz. Nas palavras de Marx (2013, pp. 494-495):

Enquanto o trabalho em máquinas agride ao extremo o sistema nervoso, ele reprime o jogo multilateral dos músculos e consome todas as suas energias físicas e espirituais. Mesmo a facilitação do trabalho se torna um meio de tortura, pois a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de



valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador; porém, apenas com a maquinaria essa inversão adquire uma realidade tecnicamente tangível. Transformado num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva. A cisão entre as potências intelectuais do processo de produção e o trabalho manual, assim como a transformação daquelas em potências do capital sobre o trabalho, consuma-se, como já indicado anteriormente, na grande indústria, erguida sobre a base da maquinaria. A habilidade detalhista do operador de máquinas individual, esvaziado, desaparece como coisa diminuta e secundária perante a ciência, perante as enormes potências da natureza e do trabalho social massivo que estão incorporados no sistema da maquinaria e constituem, com este último, o poder do “patrão” (*master*).

Desta forma evidencia-se que o tipo de práxis desenvolvida pelo proletário no processo de produção de mercadorias não o torna um agente privilegiado da emancipação. Justo ao contrário, sua práxis é a negação da autoemancipação. Ela constrói, como argumentamos na primeira parte deste artigo, as condições abstratas de dominação que ultrapassam a dominação direta e a dominação de classe sobre classe. Mas fique claro que tal reconhecimento não significa retirar a importância do proletariado no

processo de emancipação humana. Tal importância radica na possibilidade de construção de um aparato ético-moral fundado no trabalho (em geral) e em sua característica distintiva: a solidariedade entre os que trabalham. Apenas a partir de tal arcabouço é possível pensar na mobilização do conjunto das classes subalternas e exploradas, considerando agora o conjunto de questões que se põe para além da práxis humana vital produtora de mercadorias: gênero, raça, nacionalidades, culturais, ecológicas, etc.

Quanto à questão do partido dos trabalhadores que, segundo Lênin, deveria ser a vanguarda do proletariado e conduzir os explorados na construção do socialismo, assinalamos inicialmente que em *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx não fala de socialismo, mas de fase inferior da sociedade comunista. Ou seja, a revolução política instaura a sociedade comunista, na qual a forma política é a comunidade dos homens livremente associados (e não um Estado Proletário); contudo, na primeira fase dessa sociedade, na fase de transição a partir da sociedade capitalista, o direito burguês irá vigorar devido às condições amesquinhas da produção da vida material. Neste período, a forma política da gestão da vida social será a Comuna (Ditadura do Proletariado), que traz em si funções análogas às do Estado moderno, mas que já não é um Estado. Lembrando que o Estado moderno opera como a contraparte necessária da sociabilidade do capital, como garantidor da

contínua expansão do valor, como instância de resolução temporária das tendências centrífugas próprias à lógica societária do capital<sup>8</sup>, e sem descuidar que, na primeira fase da sociedade comunista, ainda haverá produção mercantil em alguns ramos e setores econômicos, e que, portanto, a sociabilidade do valor far-se-á presente. E isto devido aos limites próprios do recuo das barreiras naturais, ou ainda, do avanço das forças produtivas, sendo este o fundamento ontológico para a vigência do direito burguês nesta fase. Por último, destacamos que um partido marxista enquanto movimento de ideias se faz necessário em qualquer sociedade em que domina a lógica do capital. A forma específica deste movimento deve adequar-se às especificidades histórico-concretas de cada formação social. Em outras palavras, um partido centralizado, nos moldes leninista, parece ser muito adequado para contextos como o da Rússia czarista do final do século XIX, mas não parece ser proveitoso tomá-lo como modelo de validade universal.

No capítulo III (“O Estado e a revolução: a experiência da Comuna de Paris (1871) – Análise de Marx”), Lênin tem por foco desmistificar o parlamentarismo (de mencheviques e da maioria da social-democracia alemã do período) e um possível aperfeiçoamento do Estado moderno enquanto caminho para a emancipação humana. Almeja, ao mesmo tempo, repelir o utopismo (anarquista), sinalizando que Marx,

partindo da experiência do movimento de massas, captura as formas concretas que poderiam tomar a organização do proletariado enquanto classe dominante e em que medida esta organização “se conciliaria com uma inteira e metódica ‘conquista da democracia’” (LÊNIN, 2010, p. 61). Para isso, recorre aos textos do próprio Marx, em particular a *Guerra Civil na França*. A ênfase maior recai sobre a necessidade da destruição do Estado burguês e sua substituição pela Comuna. Contudo, se para Marx a Comuna já não é um Estado, mas um órgão político que guarda funções do Estado moderno, para Lênin (*ibidem*, pp. 62-63), a Comuna começa a criar uma espécie de Estado que já não é “propriamente falando, o Estado”. E uma vez quebrada a resistência da burguesia, esta espécie de Estado começa a definhar. Logicamente, Lênin reafirma as qualidades da Comuna frente ao Estado moderno e que possibilitam o avanço no rumo da consolidação do que ele chama de sociedade socialista: a Comuna enquanto assembleia de trabalhadores ao mesmo tempo legislativa e executiva, a revogabilidade dos mandatos e cargos, remuneração desses representantes equivalente ao que é recebido por um trabalhador qualificado, etc.

Aqui é necessário que façamos um destaque: para Lênin, corretamente, a revolução tem que

---

<sup>8</sup> A esse respeito ver Araujo (2012, 2013, 2014 e 2016) e Mészáros (2002)p.xiii).

ser feita com os homens existente no aqui e agora. No entanto, acrescenta que todos eles devem subordinar-se à vanguarda armada dos explorados, isto é, ao proletariado. A hierarquia “específica” dos funcionários da empresa capitalista deve ser substituída, no dia seguinte à tomada do poder do Estado, por funções simples de contramestre e contador, que poderão ser desempenhadas por indivíduos da população urbana mediante o pagamento de um salário de trabalhador qualificado. Lênin (*ibidem*, p. 70) arremata dizendo:

Organizemos a grande indústria, segundo os modelos que o capitalismo oferece Organizemo-la nós mesmos, operários, seguros de nossa experiência operária, impondo uma disciplina rigorosa, uma disciplina de ferro, mantida pelo poder político dos trabalhadores armados; reduzamos os funcionários ao papel de simples executores da nossa vontade, responsáveis e amovíveis, [...]. Esse programa, aplicado na base da grande produção, acarreta por si mesmo o ‘definhamento’ progressivo de toda a burocracia, o estabelecimento gradual de um regime inteiramente diferente da escravidão do assalariado [...].<sup>9</sup>

O inusitado é a proposta de organizar a grande indústria de acordo com os modelos que o capitalismo oferece, com disciplina rigorosa no local de trabalho, portanto, com produção mercantil (de valor) e pagamento de salários. E esta organização por si mesma levaria ao “estabelecimento gradual” de um regime diferente da “escravidão do assalariado”. Associado

com a preocupação, difusa ao longo do texto, em reduzir as diferenças salariais, em eliminar os privilégios dos prepostos da burguesia na máquina estatal, e com a centralidade da luta contra a exploração, a opressão e a pobreza, temos um exemplo acabado do que Postone diz ser o marxismo tradicional. Incapaz, nos seus termos, de compreender que o determinante, estruturante, das classes, da exploração da força de trabalho, etc., é a sociabilidade fundada no valor em expansão, a qual instaura uma forma específica de dominação, a dominação abstrata.

O capítulo IV (“Esclarecimentos complementares de Engels”) tem por base textos de Engels posteriores à experiência da Comuna de Paris (*O problema da habitação*, “Prefácio de 1891” à *Guerra civil em França*, Carta à Bebel de 18-28 de março de 1875 e a crítica ao Programa de Erfurt enviada à Kautsky em 29 de junho de 1891), e o interesse de Lênin é apresentar mais considerações sobre o Estado de transição e sobre a democracia. Em resumo, Lênin argumenta que a supressão do Estado é a supressão da democracia enquanto forma política do Estado moderno. Na sociedade socialista, permanece o princípio da submissão da minoria pela maioria, portanto, o sufrágio enquanto

---

<sup>9</sup> Conforme já dito anteriormente, a tradução da Editora Expressão Popular utiliza operário no lugar de trabalhador. Portanto, sugerimos que onde está escrito operário nesta citação, leia-se trabalhador.

instrumento decisório permanece. O objetivo final do proletariado é a supressão do Estado e o Estado é entendido, a partir de Engels, como o órgão da violência organizada e sistemática, e de toda coação sobre os homens em geral.

Contudo, isto não significa que autoridade e subordinação desapareçam de imediato. Estas, diz Engels corretamente e reafirma Lênin, têm seus limites e funcionalidade traçados pelas condições de produção da vida material dos homens. De fato, a revolução comunista deverá pôr fim nas funções políticas do Estado, pois estas são destinadas ao domínio sobre as classes subalternas e à garantia da continuidade da reprodução do valor em expansão. Com a superação da sociabilidade fundada no capital, as funções políticas desaparecerão em conjunto com outras funções análogas às do Estado moderno e, em seu lugar, surgirão simples funções administrativas<sup>10</sup>, voltadas aos interesses da comunidade (*gemeinwesen*).

Lênin (2010, p. 97) percebe corretamente, assim como Engels, que a democracia (forma política) por si mesma não leva à fase inferior do comunismo. E que uma das questões “fundamentais da luta pela revolução social” é “desenvolver a democracia até o fim, procurar as formas desse desenvolvimento, submetê-las à prova prática, etc.”. Na construção da fase inferior, a democracia não pode ser considerada isoladamente, mas deve ser tomada em conjunto, pois “exercerá a sua influência sobre a economia, cuja

transformação precipitará, sofrendo também ela a influência do desenvolvimento econômico etc.”. Em outras palavras, a política (democracia) é tomada como momento necessário, mas não suficiente, da entificação da sociedade dos homens livres. O problema é que Lênin não parece desdobrar essa constatação e isso pode ser explicado pela ausência, ao longo do livro que estamos analisando, de referências às formulações de Marx sobre a teoria crítica do valor trabalho, presentes já no livro primeiro de *O capital*. Aqui destacamos o fato de que não se trata de um desconhecimento desta obra de Marx por parte de Lênin. O que ele não compreendia era o valor enquanto forma específica de sociabilidade e isso, penso, explica o porque da inexistência de referências.

Um ponto que Lênin não consegue resolver adequadamente é o expresso por Engels na carta a Bebel de 18-28 de março de 1875, ao propor a substituição, no texto do Programa de Gotha, da palavra “Estado por *Gemeinwesen* [comunidade], uma boa e velha palavra alemã, que pode muito bem servir como equivalente do francês *commune* [comuna]” (ENGELS, 2012, p. 56).

---

10 Sobre isso, nos diz Lênin (2010, p. 101): “Não desejamos o advento de uma ordem social em que caducasse o princípio da submissão da minoria à maioria. Mas, em nossa aspiração ao socialismo, temos a convicção de que ele tomará a forma do comunismo e que, em consequência, desaparecerá toda necessidade de recorrer à violência contra os homens, à submissão de um homem a outro, de uma parte da população à outra. Os homens, com efeito, habituar-se-ão a observar as condições elementares da vida social, sem constrangimento nem subordinação

Acreditamos que nesta categoria de comunidade está a chave resolutive da supressão do Estado moderno no processo revolucionário<sup>11</sup>. A ideia de vida comunal, de constituição da comunidade (*Gemeinwesen*), no devir da emancipação humana materializa o momento da reabsorção do poder político alienado do cidadão e da reintegração entre o homem político e o homem econômico. A comunidade é a forma organizativa que viabiliza essa síntese dialética e que tem por base uma sociabilidade não mais fundada no valor. Ou seja, que exige uma mudança na práxis humana vital, de tal modo que o trabalho deixe de ser proletário e torne-se primeiramente um trabalho produtor de homens e, como resultado secundário, produtor de valores de uso. Desta forma, a Comuna é um não-Estado com funções análogas ao Estado. Contudo, tal inteligência só é possível considerando o valor como forma de intermediação social, forma de riqueza e forma automediadora no capitalismo. Exatamente tudo o que falta na compreensão de Lênin e que Engels apenas tangencia<sup>12</sup>.

No capítulo V (“Condições econômicas do definhamento do Estado”), Lênin retoma suas concepções apresentadas nos capítulos anteriores, utilizando basicamente *Crítica ao Programa de Gotha* e tendo por foco a primeira fase da sociedade comunista – que ele chama (com Engels) de socialismo –, destaca a necessidade de uma reorganização da economia de forma que qualquer trabalhador médio seja capaz de

administrar os meios de produção. Esse, para ele, será o caminho para a superação da referida primeira fase e o início da verdadeira vida emancipada dos homens.

No início do capítulo (item 1. “Como Marx expõe a questão”), procura demonstrar que não há uma divergência de opiniões entre Marx e Engels no que diz respeito ao Estado e ao seu definhamento. E citando a *Crítica ao Programa de Gotha* de Marx, destaca o trecho (citado acima) em que Marx fala que, na sociedade comunista, as funções sociais análogas às funções do Estado manter-se-ão, mas o Estado em si já não mais existirá. No item 2 (“A transição do capitalismo para o comunismo”), Lênin inicia com o trecho da *Crítica ao Programa de Gotha* em que Marx fala da ditadura do proletariado enquanto Estado na transição entre o capitalismo e o comunismo. Lênin (2010, p. 106) conclui que: “[...] a passagem da sociedade capitalista para

---

11 Vide a respeito Araujo (2016).

12 Sobre isso, vejamos a parte que antecede a última citação apresentada de Engels (2012, p. 56):

“[...] embora já o escrito de Marx contra Proudhon e, mais tarde, o Manifesto Comunista digam de maneira explícita que, com a instauração da ordem socialista da sociedade, o Estado dissolve-se por si só e desaparece. Não sendo o Estado mais do que uma instituição transitória, da qual alguém se serve na luta, na revolução para submeter violentamente seus adversários, então é puro absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda faz uso do Estado, ele o usa não no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários e, a partir do momento em que se pode falar em liberdade, o Estado deixa de existir como tal. Por isso, nossa proposta seria substituir, por toda parte, a palavra Estado por *Gemeinwesen*, uma boa e velha palavra alemã, que pode muito bem servir como equivalente do francês *commune*”.

a sociedade comunista é impossível sem um ‘período de transição política’ em que o Estado não pode ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado”. E se pergunta das relações entre essa ditadura e a democracia. Em síntese, Lênin (*ibidem*, p. 107) argumenta que a democracia da sociedade capitalista é para uma fração diminuta da população, ou seja, em suas palavras, “para os ricos”. Seu mecanismo de funcionamento é eivado de “limitações, exceções, exclusões e obstáculos para os pobres”; seus expedientes, na prática, “eliminam os pobres da política e da participação ativa na democracia”. A ditadura do proletariado (Estado no período de transição entre o capitalismo e o comunismo) traz consigo uma democracia para a maioria do povo, ao mesmo tempo em que esmaga a minoria de exploradores. E adverte que: “Só o comunismo está em condições de realizar uma democracia realmente perfeita; e, quanto mais perfeita for, mais depressa se tornará supérflua e por si mesma se eliminará” (*ibidem*, 2010, pp.109-110).

O arremate deste item é interessante, pois Lênin diz que o Estado ainda é necessário nessa transição entre capitalismo e comunismo na medida em que a repressão à minoria exploradora se faz necessária. Deste modo, só no comunismo é que o Estado torna-se inteiramente supérfluo por não haver mais a quem (no sentido social) coagir. Lógico que ele não descarta a existência de excessos individuais

que exigirão formas de repressão. Contudo, para ele, isso não exigirá um aparelho especial de repressão, bastando o próprio povo armado para cumprir tal tarefa.

Antes de prosseguir, é preciso apontar três questões aqui: (1) a leitura de Lênin de Crítica ao Programa de Gotha parece deixar escapar a ironia presente na pena de Marx. Ou seja, Marx não está afirmando que um Estado se faz necessário na transição entre capitalismo e socialismo. Pensamos, com Pogrebinschi (2009, p. 173ss), que ele ironicamente diz aos lassallianos, os quais, no esboço do Programa de Gotha de 14-15 de fevereiro de 1875, falavam da “base livre do Estado (MARX, 2012, p. 87), que na transição ao Comunismo o Estado é a ditadura revolucionária do proletariado que já não é um Estado. Indicando que Estado livre é um não-Estado. (2) Lênin imputa, a partir de um único e curto parágrafo, à Marx a existência de uma fase de transição entre capitalismo e comunismo que é distinta tanto de um quanto de outro, desconsiderando, mais uma vez, que Marx, no texto em questão, polemiza com os lassallianos, que advogavam o surgimento “da organização socialista do trabalho total” (idem *ibidem*) a partir de cooperativas subsidiadas pelo Estado. Além da fragilidade bibliográfica, falta uma leitura imanente a Lênin e que seja capaz de integrar em seu argumento a categoria comunidade (*Gemeinwesen*) e o valor enquanto forma específica de sociabilidade. Em suma: entendemos

que Marx indica a transição entre capitalismo e comunismo na primeira fase do comunismo. Nela não há um Estado, mas o início da constituição da Comuna (que é um não-Estado com funções análogas ao Estado moderno), e, nesse período, o direito burguês vigora, pois a sociabilidade do valor ainda opera em ramos e setores da vida econômica e porque nos setores e ramos libertos de tal sociabilidade os trabalhadores receberão bens de consumo de acordo com o tempo de trabalho destinado à produção social, de forma semelhante ao que ocorre na troca de mercadorias, ainda que o conteúdo e a forma dessas trocas sejam inteiramente distintos. Voltaremos em seguida a isso. (3) Nada mais estranho e distante da reflexão de Marx após os *Grundrisse* e *O capital* do que o argumento de Lênin fundado na dicotomia pobres e ricos. O cerne da crítica de Marx não se dá nestes termos da apropriação da riqueza ou da renda, mas da própria forma de produção da riqueza, da especificidade da riqueza no capitalismo. E isso Lênin parece não compreender.

Os itens 3 (“Primeira fase da sociedade comunista”) e 4 (“A fase superior da sociedade comunista”) deste capítulo condensam as compreensões e os problemas do modelo interpretativo proposto por Lênin para a emancipação humana. Em primeiro lugar, Lênin destaca que, na primeira fase da sociedade comunista (segundo ele, corretamente chamada de socialista – cf. LÊNIN, 2010, p. 114), o distintivo é a mudança

da propriedade jurídica dos meios de produção, que deixam de ser propriedade privada de indivíduos e tornam-se propriedade de toda a sociedade. Sequer desconfia da necessidade da mudança da forma específica de sociabilidade posta pelo valor e limita toda sua análise à esfera da distribuição. E mesmo quando repete Marx no trecho da *Crítica ao Programa de Gotha* em que este descreve que cada trabalhador receberá certificados do quantum de trabalho que forneceu à sociedade para receber um equivalente em valores de uso a serem consumidos, Lênin não compreende a necessidade da modificação do tipo de trabalho aí envolvido: a exigência do fim do trabalho proletário<sup>13</sup>. O fundamental para ele é a eliminação da exploração do homem pelo homem através da eliminação da forma jurídica de propriedade, ou ainda, transformando os meios de produção em propriedade do Estado proletário (o que ele

---

13 Diz Marx (2012, p. 30):

“[...]A mesma quantidade de trabalho que ele deu à sociedade em uma forma, agora ele a obtém de volta em outra forma.

Aqui impera, é evidente, o mesmo princípio que regula a troca de mercadorias, na medida em que esta é troca de equivalentes. **Conteúdo e forma são alterados** [grifo nosso], porque, sob novas condições, ninguém pode dar nada além de seu trabalho e, por outro lado, nada pode ser apropriado pelos indivíduos fora dos meios individuais de consumo. No entanto, no que diz respeito à distribuição desses meios entre os produtores individuais, vale o mesmo princípio que rege a troca entre mercadorias equivalentes, segundo o qual uma quantidade igual de trabalho em uma forma é trocada por uma quantidade igual de trabalho em outra forma”.

O destaque é dado para a mudança de forma e conteúdo no processo de troca, pois não se trocam mais mercadorias, uma vez que já não existe mais o trabalho proletário.



entende ser Ditadura do Proletariado). Com esta mudança, a injustiça da exploração desaparece, mas a injusta repartição dos bens de consumo entre os trabalhadores permanece e só poderá ser superada na fase superior da sociedade comunista, quando existir uma “produtividade do trabalho muito diferente da de hoje, assim como um homem muito diferente do de hoje” (*ibidem*, p. 116).

Antes de avançarmos para a fase superior, é preciso fazer mais duas observações: (1) para Lênin, o direito burguês só é parcialmente abolido porque a revolução econômica foi realizada apenas no que diz respeito à propriedade dos meios de produção. Segundo ele, o direito burguês é o “regulador (fator determinante) da repartição dos produtos e do trabalho entre os membros da sociedade” (*ibidem*, p. 114), o que é uma inversão da prioridade ontológica da esfera do econômico em relação à superestrutura jurídica. No entanto, Lênin não se dá conta disso. Ele prossegue explicando que esse defeito da primeira fase desaparecerá quando “os homens souberem [...] trabalhar para a sociedade sem normas jurídicas de nenhuma espécie” (*idem ibidem*), o que só “o hábito” (*ibidem*, p. 109) pode garantir, estando necessariamente associado à elevação da produtividade do trabalho. E isso, por sua vez, exigirá que, na construção da fase superior, “a sociedade inteira não seja mais do que um grande escritório e uma grande fábrica, com igualdade de trabalho e igualdade de

salário” (*ibidem*, p. 121)<sup>14</sup>. (2) Como o direito burguês permanece, Lênin (*ibidem*, p. 114) conclui que a necessidade do Estado permanece; desde que conserve a propriedade jurídica comum dos meios de produção, ele irá conservar “a igualdade do trabalho e a igualdade da repartição”. Arremata dizendo que o Estado só morre quando não existirem mais capitalistas e classes sociais. De todo modo, o raciocínio desenvolvido por Lênin leva-o a uma contorção categorial e intelectual. No início do texto, ele nos fala que o Estado é abolido e desaparece, e agora nos diz que não somente na transição entre capitalismo e comunismo, mas na própria sociedade comunista, o Estado burguês subsiste:

---

14 Do ponto de vista da teoria crítica do valor, tal raciocínio é um disparate. O que Lênin propõe é a generalização da “unilateralização” do homem pelo trabalho alienado em nome da emancipação humana. O que em si é um absurdo. A revolução que Marx pensa é contra o trabalho proletário, ou ainda, contra a obrigatoriedade do trabalho produtor de mercadorias e “desefetivador” dos homens. A seguir, selecionamos mais duas passagens em que Lênin aprofunda tal disparate:

“[...] a questão essencial da política hoje: a expropriação dos capitalistas, a transformação de todos os cidadãos em trabalhadores, empregados de um mesmo grande ‘sindicato de produção’, o Estado, e a inteira subordinação de todo o trabalho desse sindicato a um Estado verdadeiramente democrático, o Estado dos soviets [...]” (LÊNIN, 2010, p. 117).

“[...] Todos os cidadãos se transformam em empregados assalariados do Estado, personificado, por sua vez, pelos operários [trabalhadores] armados. Todos os cidadãos se tornam empregados e operários [trabalhadores] de um truste universal de Estado. Trata-se apenas de obter que eles trabalhem uniformemente, que observem a mesma medida de trabalho e recebam um salário uniforme. [...]” (*ibidem*, pp. 120-121)



“[...] O direito burguês, no que concerne à repartição, pressupõe, evidentemente, um Estado burguês, pois o direito não é nada sem um aparelho capaz de impor a observação de suas normas.

Segue-se que, durante um certo tempo, não só o direito burguês, mas ainda o *Estado burguês, sem burguesia* [grifo nosso], subsistem em um regime comunista” (*ibidem*, p. 118).

Com isso, desaparece toda a argumentação de Marx sobre as funções análogas do Estado moderno que permanecem na comuna, sem falar da inexistência da ligação entre a sociabilidade do capital e o Estado moderno.

Sobre a fase superior da sociedade comunista, Lênin toma o trecho de Crítica ao Programa de Gotha em que Marx (2012, p. 31) esboça traços gerais da fase superior da sociedade comunista e fala do desaparecimento da subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão social do trabalho e, com ela, da oposição entre trabalho manual e intelectual. No mesmo trecho, Marx diz que “quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos<sup>15</sup>, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância”, então, o direito burguês poderá ser superado e teremos: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades” (*idem ibidem*). Contudo, Lênin prende-se à questão do

desenvolvimento das forças produtivas enquanto condição para o desaparecimento da oposição entre trabalho manual e intelectual. Oposição que para ele é uma das principais fontes de desigualdade social do capitalismo. E organiza seu argumento com base na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção: “Vendo, desde já, o quanto o capitalismo entrava essa expansão [das forças produtivas], e quanto progresso se poderia realizar, graças à técnica moderna já alcançada, estamos no direito de afirmar, com uma certeza absoluta, que a expropriação dos capitalistas dará um prodigioso impulso às forças produtoras da sociedade humana” (LÊNIN, 2010, p. 115).

A partir dessa última citação, evidencia-se que Lenin entende que as forças produtivas desenvolvidas sob a lógica do capital são neutras. Ou ainda, entende que são o lado positivo da contradição, sendo o negativo as relações de produção capitalistas. Por isso, ele pode propor a organização da sociedade comunista como uma grande fábrica herdada do capitalismo e a transformação de todos os indivíduos em proletários. O momento causal, estruturante, da sociedade capitalista não se encontra, para ele, no tipo de trabalho e, portanto, de sociabilidade

---

15 Destaco o fato de que Marx não se refere aqui ao homem que trabalha como trabalhador, mas como indivíduo, indicando que, nessa nova formação social, o trabalho é apenas um momento da vida plena do homem, que é, portanto, a primeira necessidade vital para a concretização da humanização do homem.

que o valor em expansão estabelece. Aquele está posto nas formas jurídicas da propriedade dos meios de produção, nas relações de produção, nas classes sociais e na exploração e opressão da maioria da sociedade condicionadas por esses momentos causais. Assim, ele pode explicar a obtenção da fase superior do comunismo através da participação da população na gestão da vida econômica e social (radicalização democrática) e da simples mudança de hábitos dos indivíduos associada aos aumentos de produtividade. E, com isso, pode também esquecer as considerações de Marx sobre o trabalho deixar de ser meio de vida e tornar-se a primeira necessidade vital e sobre o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, pois essas mudanças exigem o fim do trabalho proletário e, não, sua generalização e perenidade. Sem compreender, Lênin propõe um tipo de sociedade na qual o capital e sua lógica permanecem operando e estruturando toda a sociabilidade humana e, assim, impedindo a realização omnilateral do homem.

O capítulo VI (“Vulgarização do marxismo pelos oportunistas”) é uma polêmica com Plekhanov, Kautsky e Bernstein, na qual Lênin procura explicitar o que é o Estado em geral e associá-lo à questão da revolução. Ou seja, ao expor o que, para ele, é a verdadeira doutrina de Marx e Engels sobre o Estado, Lênin quer retirar uma tática para a revolução iminente na Rússia de 1917.

#### **4. Considerações Finais**

Lênin constrói um modelo geral para explicar o Estado nas sociedades humanas, e atribui tal modelo a Marx, deixando de lado, arbitrariamente, qualquer referência à teoria crítica do valor de Marx. Assim, o Estado (em geral) é resultado da existência das classes sociais e da divisão social do trabalho e funciona como aparelho de coerção e repressão. Lênin, provavelmente pensando na Rússia czarista de sua época e na necessidade de apresentar uma tática para a revolução iminente, defende que há uma fase de transição entre o capitalismo e o comunismo, na qual o Estado é a ditadura do proletariado. A função desse Estado é operar como instrumento de repressão das classes exploradoras e, portanto, garantidor do processo revolucionário. Quando a propriedade dos meios de produção passarem a ser integralmente do Estado proletário, quando a burguesia tiver desaparecido, e com ela as classes sociais, então teria início a fase inferior da sociedade comunista. A diferença entre esta e a fase superior é devida à existência da divisão social do trabalho e da oposição entre trabalho manual e intelectual. Ambas serão superadas com o aumento da produtividade do trabalho, que, por sua vez, será executado por todos os indivíduos de acordo com as técnicas herdadas da forma típica de produção capitalista: a grande indústria. Pois a tecnologia é neutra e não envolve formas

de subsunção real do trabalho vivo ao trabalho morto. Com o avanço fantástico das forças produtivas, possível graças ao fim da propriedade privada dos meios de produção, o lema “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades” será uma realidade. E, com isso, o Estado, finalmente, desaparece. O que é interessante, pois ele inicia o livro explicando que o Estado capitalista será abolido por meio de uma revolução violenta e que o Estado proletário desaparece, e finda dizendo que, na sociedade comunista, o Estado burguês sem burguesia mantém-se.

Tal modelo desconhece que Marx não fala de uma sociedade de transição entre o capitalismo e o comunismo. Para ele, a transição ocorre na fase inferior da sociedade comunista, na qual inclusive o Estado já não mais existe, pois a revolução proletária tem por tarefa a destruição do Estado moderno e a organização da Comuna ou comunidade (*Gemeinwesen*) em seu lugar. A Comuna possui funções análogas às do Estado moderno, mas ela mesma já não é um Estado. Pois nela inicia-se a reabsorção do poder político alienado do indivíduo. O que exige, ao mesmo tempo, a reorganização da práxis humana vital, ou seja, uma mudança radical no tipo de sociabilidade fundada no valor e no trabalho produtor de valor. O que coloca a necessidade de outras tecnologias produtivas, de outras formas de organizar a produção dos valores

de uso, etc. E somente nestas bases o trabalho deixará de ser meio de vida e tornar-se-á a primeira necessidade vital, e isto possibilitará o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos e o desenvolvimento das forças produtivas numa proporção na qual haja valores de uso em abundância para todos.

Em suma, Lênin constrói um modelo teórico voltado para a ação prática que traz em si três características que marcarão o marxismo tradicional ao longo do século XX e início do século XXI: uma adoração do Estado (estatolatria), uma fé na política enquanto esfera resolutive da emancipação humana (“politicismo”) e uma fé no proletário enquanto redentor da humanidade. Com essa crítica, não estamos dizendo que a política não seja necessária para a emancipação humana. Ela é necessária, mas não suficiente. Tampouco estamos dizendo que o proletariado não tenha destaque no processo de superação da sociabilidade do capital; contudo, tomando simplesmente a produção capitalista, ser proletário é ser um indivíduo mutilado, é ter sua potencialidade humana negada diariamente. Logo, não é a função econômica que irá credenciá-lo a operar como sujeito da revolução contra o capital. O que pode credenciá-lo é pôr-se em movimento, enquanto classe, não para se realizar enquanto proletário, mas para negar essa sua condição. Pois trabalho proletário é a contraparte necessária do capital e, dessa

maneira, a revolução contra o capital é também contra o trabalho proletário. E este seria o caso da política que nega a si mesma ao ser implementada, demonstrando o limite intrínseco e a necessidade da política para a emancipação humana.

## Bibliografia

ARAUJO, P. H. F. “Marx: Capital, Estado e política: notas.”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, pp. 37-62, 2016.

\_\_\_\_\_. “Lukács, socialismo e democracia: comentários críticos.”, *Revista Novos Rumos*, v.1, pp. 76-89, 2014.

\_\_\_\_\_. “Capitalismo, Estado e política: notas a partir de Chasin e do Gramsci de Carlos Nelson Coutinho.”, *Revista Katálisis*, v. 16, pp. 26-36, 2013.

\_\_\_\_\_. “Superação do capitalismo a partir da lógica humano-societária do trabalho?: Postone, Lukács e Chasin se encontram.”, *Verinotio*: revista on-line de filosofia e ciências humanas, v. 8, pp. 26-42, 2012.

CHASIN, J. *Marx: Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

DUAYER, M. & ARAUJO, P. H. F. “Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone.”, *Revista Em Pauta*, v. 13, pp. 15-36, 2015.

ENGELS, F. “Carta de Friedrich Engels a August Bebel de março de 1875.” In: MARX, K. H. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012<sup>a</sup>, pp. 51-59.

LENIN, V. I. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. H. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005a, pp. 7-141.

\_\_\_\_\_. “Crítica da filosofia do Direito de Hegel – introdução.” In: MARX, K. H. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005b, pp. 145-165.

\_\_\_\_\_. “Glosas críticas ao artigo ‘O Rei da Prússia e a reforma social de um prussiano’.” In: MARX, K. H. & ENGELS, F. *Lutas de classe na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010a. pp. 25-52.

\_\_\_\_\_. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010b, pp. 33-60.

\_\_\_\_\_. *A Guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

\_\_\_\_\_. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012a.

\_\_\_\_\_. “Resumo crítico de Estatismo e anarquia, de Mikhail Bakunin (1874).” In: \_\_\_\_\_. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012b. pp. 105-119.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. H. & ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PAULO NETTO, José. Lenin e a instrumentalidade do Estado. In: LENIN, V. I. *O Estado e a revolução*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp. 145-181.

POGREBINSCHI, Thamy. *O Enigma do político: Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PROGRAMA de Gotha (Esboço). In: MARX, K. H. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 86-88.

LUIZ FILGUEIRAS

ECONOMIA POLÍTICA *VERSUS* ECONOMIA POSITIVA:  
PROPOSTA DE UM ANTIMANUAL DE INTRODUÇÃO À  
ECONOMIA

Recebido em 12/2017

Aprovado em 05/2018

# ECONOMIA POLÍTICA VERSUS ECONOMIA POSITIVA: PROPOSTA DE UM ANTIMANUAL DE INTRODUÇÃO À ECONOMIA<sup>1</sup>

A economia é uma disciplina ferozmente disputada, por causa do modo como as teorias são usadas nos debates políticos, então ela sempre será um campo de batalha.

Andrew John Mearman<sup>2</sup>

## Resumo

O objetivo específico deste texto é desenhar, em linhas gerais, o conteúdo que deve constar em um *Antimanual de Introdução à Economia*, a partir da perspectiva da Economia Política, o qual, mais do que confrontar as formulações do *mainstream* (Economia Positiva), estimule o estudante a pensar e ir além do senso comum e da aparência imediata dos fenômenos. O Antimanual justifica-se pela necessidade da construção de uma alternativa para contrapor-se ao discurso único que é ministrado ao estudante, como verdade científica absoluta, logo em seu primeiro contato com a Ciência Econômica – através do uso sistemático e generalizado de manuais (Livros-Texto) de Introdução à Economia, que influenciam decisivamente a sua formação.

**Palavras chave:** Economia Política; Economia Positiva; Manual e Anti Manual de Economia.

## Abstract

The main aim of this paper is to describe, in general terms, the content that an Alternative Textbook to Introductory Economics must comprehend from the perspective of Political Economy, which, rather than

## LUIZ FILGUEIRAS

Professor Titular da Faculdade de Economia da UFBA. Participante do Grupo de Pesquisa de Economia Política e Desenvolvimento (GEPODE) e do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) da UFBA.

confronting the formulations of the mainstream (the so called Positive Economy), stimulates the students to think, to go beyond the common sense and the immediate appearance of the phenomena. The Alternative Textbook is justified by the need to build an alternative to the orthodox discourse that is taught to the students as an absolute scientific truth in his first contact with the so called Economic Science – through the systematic and generalized use of Introductory Economics Textbooks, which decisively influence their formation.

**Keywords:** Political Economy; Positive Economy; Manual and Economy Anti-manual.

## I. Introdução

Esse texto parte da seguinte constatação: o que mais impressiona no estudo da Teoria Econômica e de seu desenvolvimento é a longevidade do seu paradigma dominante, com a capacidade de reproduzir-se ignorando, total ou parcialmente, tanto evidências empíricas quanto críticas teórico-metodológicas contundentes – antigas ou recentes, gerais ou específicas, de natureza interna ou externa ao paradigma; todas elas, ao final, relacionadas ao seu modo de pensar e tratar a estrutura e dinâmica da economia capitalista.

Essas críticas abrangem pontos relacionados ao seu método e às suas teorias microeconômica, macroeconômica e monetária, além de

suas teorias de desenvolvimento (modelos de crescimento econômico) e de comércio internacional. Adicionalmente, podem ser identificadas críticas aos desdobramentos dessa teoria nas disciplinas ditas aplicadas, com objetos mais específicos, como, por exemplo, Economia do Trabalho, Economia Regional, Economia do Meio Ambiente, Mercado de Capitais, Economia do Setor Público, etc. – todas elas sendo uma espécie de microeconomia e econometria aplicadas.

Diante das críticas, o comportamento típico desse paradigma hegemônico é o de absorver parcialmente algumas delas, quando absolutamente é impossível ignorá-las, mas em geral esvaziando o seu conteúdo mais substantivo, ao subsumi-las ao seu corpo teórico mais geral, compatibilizando-as com seus axiomas fundamentais; ou, em alguns casos, desconsiderá-las, como se nada tivesse acontecido. Exemplos do primeiro comportamento podem ser identificados na aceitação da não neutralidade da moeda na dinâmica macroeconômica (mas, apenas no curto prazo) e na operação de incorporação das expectativas (racional) ao comportamento dos

---

1 Artigo finalizado em 20 de novembro de 2017, com o intuito de sistematizar, de forma didática, o que considero ser a principal fratura teórico-metodológica existente contemporaneamente na Ciência Econômica, que a cinde em duas visões, mais gerais, inconciliáveis.

2 Entrevista publicada na Revista Carta Capital em 31/12/2014, com o título “O ensino de Economia de costas para a realidade”.

agentes econômicos e das instituições à análise do processo de desenvolvimento (POSSAS, 1997). Com relação ao segundo comportamento, pode ser citada a crença (axiomática) na validade da Lei de Say – rejeitada por Marx (2013), Keynes (1983) e Kalecki (1983) – e da Lei dos Rendimentos Marginais Decrescentes, criticada ainda no século XX por Sraffa (1926).

No entanto, após a eclosão da crise geral do capitalismo em 2007, cuja gravidade foi comparada à da crise de 1929 – ambas tendo como epicentro a economia dos Estados Unidos, a partir da qual se difundiram mundialmente –, ficaram cada vez mais evidentes a fragilidade científica da teoria econômica dominante e o seu inacreditável distanciamento do mundo realmente existente.

Hegemônica na academia e referência maior para a formulação de políticas econômicas por parte de quase todos os governos, essa teoria – uma espécie de nova síntese neoclássica, elaborada a partir dos denominados “Novos-Clássicos” e “Novos-Keynesianos”, e vulgarizada como o “Novo Consenso Macroeconômico” (BLANCHARD, 1997; BLINDER, 1997; TAYLOR, 1997; WOODFORD, 2008; RESENDE, 2017)<sup>3</sup> – foi apontada, até por economistas do *mainstream* mais críticos, como responsável maior pela perplexidade e incapacidade de quase todos os economistas profissionais em entender e explicar o que estava acontecendo, bem como em buscar saídas para o problema<sup>4</sup>.

A fragilidade e incapacidade dessa teoria padrão, bem como o seu descolamento da realidade, já era bem evidente para os seus críticos – economistas situados no campo da Economia Política – pelo menos desde os fins dos anos 1980. Desde então, assistiu-se a sucessivas crises financeiras localizadas, que prenunciaram a crise geral do capitalismo eclodida em 2007; a sua compreensão e tratamento pela teoria padrão desconsiderou, como parte fundamental do problema, o papel desempenhado pela desregulação dos mercados financeiros e dos fluxos

---

3 O “Novo Consenso Macroeconômico”, expresso em uma política macroeconômica padrão (controle da dívida pública, política fiscal contracíclica, livre fluxos de capitais internacionais, câmbio flutuante e política monetária com base em metas de inflação administradas por um Banco Central independente), constituiu-se na certeza e segurança dos economistas do *mainstream* de que a Teoria Macroeconômica havia dominado os segredos (a fórmula) para se evitar/contornar a instabilidade, os ciclos econômicos e as grandes flutuações das economias capitalistas; daí terem denominado o período a partir dos anos 1980 até a crise de 2007 de “a grande moderação”: uma nova era do capitalismo e da teoria econômica. (RESENDE, 2013, 2017).

4 Dani Rodrik foi um deles, em artigo publicado no *Jornal Valor Econômico* de 13/03/2009, intitulado “Culpem os economistas, não a economia”. Nele podem ser encontradas as seguintes afirmações: “A macroeconomia pode ser o único campo aplicado na disciplina de economia no qual mais treinamento aumenta a distância entre o especialista e o mundo real, devido à sua dependência de modelos altamente irreais, que sacrificam a relevância em favor do rigor técnico”; ou “Foram os economistas os que legitimaram e popularizaram a ideia de que um setor financeiro sem amarras representava um benefício para a sociedade. Eles falavam quase de maneira unânime quando se tratava dos ‘perigos da regulamentação excessiva do governo’. Seu conhecimento técnico – ou o que se assemelhava a isso à época – lhes conferiu uma posição privilegiada de formadores de opinião, bem como acesso aos corredores do poder”; ou ainda “Quando os economistas discordam, o mundo fica exposto a legítimas diferenças de opinião sobre como a economia funciona. É no momento em que eles concordam tanto que o público deve tomar cuidado”.



de capitais, iniciada no começo da década de 1970, com o fim do Acordo de Breton Woods. Os seus modelos “provavam” e assumiam a tese da eficiência dos mercados financeiros autorregulados, assim como “demonstravam” a capacidade de diluição dos riscos sistêmicos dos novos produtos financeiros – os derivativos, dos mais variados tipos (FERRARI FILHO & PAULA, 2008).

O resultado disso foi a total incapacidade de previsão da crise geral por parte dos economistas do *mainstream*, excetuadas raríssimas exceções<sup>5</sup>, apesar dos seus sofisticados modelos matemáticos de gerenciamentos de riscos. Referindo-se à crise, ficou famosa a pergunta feita pela rainha Elizabeth da Inglaterra, em visita à London School of Economics em 2008: “por que ninguém a viu chegar?”.

Mas passado o período mais agudo da crise geral, pode-se observar que o “núcleo duro” do *mainstream* não sofreu qualquer abalo, assim como as suas recomendações de política econômica, conforme evidenciou o tratamento que foi dado à “Crise Soberana” dos países periféricos da Zona do Euro.

De um ponto de vista mais geral, esse texto expressa a insatisfação e o inconformismo intelectual de um professor de economia que trabalha há quase quarenta anos na profissão e que, com o decorrer do tempo, viu o ensino de economia afastar-se cada vez mais da economia capitalista real, aquela que de fato existe e da

qual participamos. Negando suas características mais evidentes, a teoria hegemônica (neoclássica) caminhou em direção à construção de modelos abstratos e a-históricos, que representam *como deveriam ser, e não como são*, a organização e o funcionamento da economia capitalista<sup>6</sup>. Em especial, por serem formulados tendo por referência, principalmente, os países centrais do sistema capitalista, guardam uma relação ainda mais longínqua com as economias capitalistas dos países da periferia<sup>7</sup>.

O seu objetivo específico é desenhar, em linhas gerais, o conteúdo que deve conter um Antimanual de Introdução à Economia, a partir da perspectiva da Economia Política, o qual, mais do que confrontar as formulações do *mainstream* (Economia Positiva), estimule o estudante a pensar e a ir além do senso comum e da aparência imediata dos fenômenos<sup>8</sup>. Não deve ser,

---

5 Nouriel Roubini (2010) foi um dos poucos que advertiram para a forte possibilidade da crise vir a ocorrer.

6 Nicolau Maquiavel, no início do século XVI, portanto, há mais de 500 anos, já afirmava que, diferentemente dos seus contemporâneos e dos antigos humanistas, iria “tratar a política como ela é, e não como ela deveria ser” ou iria considerar “a verdade efetiva das coisas”. É considerado o fundador ou um dos fundadores da ciência política moderna (2014).

7 Na verdade, esses modelos expressam e revelam mais a forma de pensar e os pré-conceitos de seus autores do que o funcionamento efetivo da economia capitalista.

8 A denominação de Antimanual expressa uma crítica radical aos manuais em geral; portanto, a proposição não é meramente a elaboração de um manual alternativo aos que são típicos do *mainstream*. O seu conteúdo, embora tomando partido da Economia Política, não deve, contudo, esconder ou camuflar as divergências; este é um procedimento típico dos manuais, que deve ser recusado, pois, além de só interessar à teoria hegemônica, não contribui para que o estudante tenha uma formação crítica.

portanto, outro manual, um Manual Alternativo, que apresente/contraponha outros conceitos (outras verdades científicas) também de forma absoluta (outra “narrativa sobre o capitalismo”); ao contrário, deve ter uma perspectiva crítica, que explicita e problematize as dificuldades da teoria econômica em entender e explicar a complexa estrutura e dinâmica da economia capitalista.

Em suma, o Antimanual justifica-se pela necessidade incontornável de se criticar o discurso único que é ministrado ao estudante, enquanto verdade científica absoluta, logo em seu primeiro contato com a Ciência Econômica – através do uso sistemático e generalizado de manuais (Livros-Texto) de Introdução à Economia, que influenciam decisivamente a sua formação.

Embora reconhecendo que essa não é uma tarefa fácil, tendo em vista, nos dias atuais, o cerco político-ideológico ao qual o estudante está submetido, dentro e fora da academia, considere-a prioritária como instrumento na disputa teórico-político-ideológica com o *mainstream*; um esforço que deve ser realizado coletivamente por professores e pesquisadores que militam no campo da Economia Política<sup>9</sup>.

Além dessa Introdução, que é também uma justificativa, esse texto contém mais cinco seções. Na primeira, apresentam-se sinteticamente as principais razões que possibilitam e determinam a hegemonia da Teoria Neoclássica, dentro

e fora da academia. Na segunda, Economia Política *vs.* Economia Positiva, evidencia-se a origem da Economia Política e a fratura que ela sofre a partir do surgimento da chamada “Revolução Marginalista”; além de contrapor, no que se refere aos seus respectivos objetos de estudo e métodos, a Economia Política e a Economia Positiva. Nas duas seções seguintes, sistematizam-se, respectivamente, as visões da Economia Positiva e da Economia Política acerca das principais características e propriedades da economia capitalista. Por fim, no Comentário Final, chama-se atenção para a relação, incontornável, entre ciência e visão social do mundo (LÖWY, 1987).

## 2. A hegemonia neoclássica

A hegemonia da Economia Positiva (o *mainstream*) na conquista de “corações e mentes” dos estudantes da Ciência Econômica é reconhecida por todos os professores e pesquisadores que

---

9 A proposta de construção de um Antimanual não é, de fato, original; no âmbito internacional, podem ser mencionadas as iniciativas, por exemplo, de Varoufakis (2002) e Bowles et alii (2005). No entanto, a presente proposta não quer “reinventar a pólvora”; ela deve se limitar à explanação e crítica do núcleo teórico central do *mainstream*, apontando os seus problemas mais gerais – do ponto de vista do método, da micro e macroeconomia, da economia internacional e da economia do desenvolvimento. O seu objetivo não é o de reproduzir exaustivamente, com “sinal trocado”, a enorme gama de conceitos e temas que aparecem nos Manuais tradicionais, mas, sim, evidenciar e tornar explícitas as questões fundamentais que estão em disputa nas distintas correntes de pensamento. Além disso, o seu alvo não deverá ser o público em geral, mas, sim, o estudante de economia, procurando atender as suas dificuldades, tal como a percebemos na experiência concreta de ensino.

trabalham na academia, inclusive os militantes e adeptos da Economia Política. As razões para a existência dessa hegemonia estão localizadas tanto no interior quanto fora da academia: vão desde o poder político-midiático do grande capital na sociedade, passando pelo caráter instrumental (e adequado ao senso comum) desse conhecimento, até o controle de instâncias institucionais que contribuem para reproduzi-lo e legitimá-lo internamente à academia: agências de fomentos-avaliação (CAPES e CNPq) e o *ranking* de classificação de revistas e periódicos (*Qualis Periódicos*).

Desse modo, e antes de tudo, a enorme resistência e inércia da Teoria Neoclássica, acompanhada de uma espécie de “autismo intelectual”, decorrem, como foi apontado por Michal Kalecki em discurso na Universidade de Varsóvia em 1964, quando recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* (MIGLIOLI, 2004), de sua “funcionalidade” político-ideológica de defesa e justificativa da sociedade capitalista, caracterizada, segundo esse paradigma, pela harmonia, pelo equilíbrio e pela cooperação, viabilizados pela ação espontânea da “mão invisível”. Algumas das críticas feitas são tão óbvias, que não é possível admitir que bastante moldado pelo paradigma dominante sempre haja, por parte dos adeptos do paradigma neoclássico, apenas uma autoilusão.

Mas, além disso, há um aspecto **prático-metodológico**<sup>10</sup> fundamental que a legitima e reforça a sua aceitação e que não deve ser menosprezado: é o fato de o paradigma neoclássico conceber e apresentar a economia capitalista como algo mecânico (uma máquina), com relações de causa e efeito bem definidas, a partir de observações do mundo sensível e aparente. Essa concepção vai ao encontro da forma vulgar, pré-científica, de apreensão imediata da realidade pelas pessoas, em suas experiências e vivências cotidianas; portanto, legitima um comportamento prévio e espontâneo de conhecimento que está arraigado nos indivíduos em geral.

E, mais do que isso, e coerente com essa perspectiva, a sua natureza (razão) instrumental possibilita a explicação de objetos e a solução de problemas no âmbito fenomênico (aparente), isto é, tal como eles são reconhecidos em termos sensíveis na esfera da circulação; em suma, a teoria neoclássica tem uma utilidade instrumental (em algumas circunstâncias) no âmbito dos fenômenos imediatos em que ela se propõe atuar, expressa na conhecida formulação de ser uma “caixa de ferramentas”.

Para completar, a tradição e a inércia no interior do trabalho acadêmico – este, cada vez mais burocratizado e controlado por imposições institucionais produtivistas, de origem externa à academia, mas, hoje, já amplamente

incorporadas de forma quase que automática e inquestionável pela maioria dos seus membros – tornam a prática da pesquisa e do trabalho científico no interior da “ciência normal”, tal como formulada por Khun (1982), o caminho quase que único trilhado pelos pesquisadores em busca de reconhecimento e prestígio de curto prazo, além, é óbvio, de obtenção de vantagens materiais (bolsas, financiamentos, progressão funcional etc.). Desse modo, as questões mais de fundo, de natureza epistemológica e metodológica, são “varridas para debaixo do tapete”, ficando restritas, normalmente, – quando tratadas nos Cursos de Economia – às disciplinas de Economia Política e História do Pensamento Econômico.

Por fim, há duas razões político-acadêmico-institucionais, aqui consideradas de suma importância, relacionadas ao ensino de economia e à formação do economista, que contribuem para reproduzir a tradição neoclássica e o seu modo de pensar (em boa medida subliminarmente), desde os primeiros contatos do estudante com o campo de conhecimento da Ciência Econômica. A primeira é a prática indiscriminada de uso de Manuais (livros textos) – de Introdução à Economia, Microeconomia, Macroeconomia, Economia Monetária e Economia Internacional, entre outros –, que oferecem ao estudante, de forma acrítica, a visão “fechada” do *mainstream*; quando ele tem acesso a disciplinas mais “abertas”, o seu modo de ver e pensar os

fenômenos econômicos já está bastante moldado pelo paradigma dominante.<sup>10</sup>

A segunda razão é que, no interior da academia os concursos de recrutamento para docência e pesquisa –, bem como externamente – nas agências de fomento (financiamento) e de avaliação dos cursos –, o padrão estabelecido, em geral, é o padrão da Economia Positiva, o *mainstream* da profissão.

Em suma, do ponto de vista individual, da formação de um economista/docente/pesquisador, os axiomas e fundamentos básicos da Teoria Neoclássica são incorporados e naturalizados na forma de pensar e tratar os problemas com tal força que, no decorrer dos anos, são esquecidos ou, quando lembrados (de forma crítica), já é tarde demais para mudar.

Por isso, a preocupação específica desse texto é com a razão, que parece menor, mas, na verdade, é decisiva, que influencia na formação do estudante desde o início e de forma direta:

---

10 A ideia de que o Manual de Economia contém a última palavra da ciência, uma espécie de consolidação didática do estoque de conhecimentos científicos até então produzidos, apoia-se numa concepção linear de desenvolvimento e evolução cumulativa da ciência, na qual os paradigmas e as teorias, ao longo do tempo, vão sendo superados/substituídos por outros mais modernos, com maior capacidade explicativa e preditiva, legitimados pelo consenso constituído no interior da comunidade científica. Mais uma vez, a referência são as ciências naturais, nas quais não se têm, por muito tempo, dois ou mais paradigmas/teorias convivendo/concorrendo simultaneamente. Nessa perspectiva, a História do Pensamento Econômico é a história dos erros cometidos no passado, que ficaram para trás e não foram incorporados ao estoque de conhecimentos hoje aceitos e divulgados – quase uma curiosidade.

refiro-me aos manuais de Introdução à Economia, reforçados por outros manuais nas disciplinas subsequentes, que são indiscriminadamente adotados nos Cursos de Economia. Em particular, a partir dos anos 2000, destaca-se o manual de Gregory Mankiw (2001), extremamente didático e, sem muito pudor, fortemente ideológico. E que conta com a benevolência da inexperiência e boa fé de jovens ávidos por aprenderem “a verdade e a ciência”.

### **3. Economia Política versus Economia Positiva**

A *Economia Política*, como uma ciência singular – distinta da moral, da religião, da ética, da política e do direito –, é um produto direto e genuíno do capitalismo; surgiu na Europa no século XVIII, e ali desenvolveu-se inicialmente, com o intuito de pensar, entender e explicar a natureza e o funcionamento desse modo de produção.

As suas várias escolas de pensamento (mercantilistas, fisiocratas e clássicos), bem como a “Crítica da Economia Política” formulada por Marx<sup>11</sup>, tinham por objeto de estudo comum – apesar de suas divergências epistemológicas, de método e compreensão – as relações sociais e a forma de produção e distribuição da riqueza no novo modo de produção, que estava substituindo o antigo modo de produção feudal. Em suma, estavam preocupadas com a investigação

da estrutura e dinâmica da economia capitalista (as suas leis de funcionamento), tal como esta então se configurava e se desenvolvia concretamente na Europa.

Mas há uma diferença fundamental entre Marx e essas outras escolas que o precederam: as escolas fisiocrática-clássica compreendem o modo de produção e a sociedade capitalista como sendo uma “ordem natural”, organizada a partir de “leis naturais” eternas, tal como as leis da Física (a lei da gravidade, por exemplo). Daí a defesa do liberalismo econômico por parte dessas escolas; qualquer interferência na dinâmica do sistema econômico, que confronte suas leis naturais, implicará a desorganização dessa ordem natural – impedindo o seu bom funcionamento.

Em sentido contrário, Marx concebe e entende o capitalismo – com suas classes sociais, lutas de classes e relações econômicas específicas – como uma “ordem histórico-social”: tendo sido gestado pelas contradições do modo de produção feudal, tende também, da mesma forma que este, a desaparecer com o seu próprio desenvolvimento. Assim, as leis de funcionamento desse modo de produção são leis histórico-sociais, não sendo, portanto, “naturais nem eternas”. Além disso, enquanto aquelas escolas apreendem as relações sociais por meio de suas manifestações

---

11 Além desses, fazem parte da Economia Política Schumpeter e os Neo-schumpeterianos, Keynes e os Pós-keynesianos, Kalecki, Sraffa (Neo-ricardianos) e os velhos institucionalistas, entre outros.

(no plano das interações sociais), para Marx, as relações sociais são estruturais – elas conformam os indivíduos e as instituições. Por isso, a teoria do valor marxista é completamente diferente da teoria do valor clássica (Smith e Ricardo), apesar de ambas referirem-se ao trabalho. Daí Marx ter denominado sua obra maior, *O Capital*, com o subtítulo “Uma Crítica da Economia Política”.

Por construir sua teoria a partir da crítica aos economistas clássicos, pode-se considerar Marx como pertencente à tradição da Economia Política e, ao mesmo tempo, compreendê-lo como o seu crítico mais radical. Assim, contemporaneamente, a identificação de Marx com o campo da Economia Política justifica-se, apesar de suas críticas às escolas que o precederam, pelo objeto de estudo comum que demarca esse campo de estudo frente à Economia Positiva, qual seja: as relações sociais e a forma de produção e distribuição da riqueza na sociedade capitalista. Portanto, não se ignora aqui diferenças essenciais existentes entre a concepção de Marx e as demais correntes da Economia Política, inclusive as que surgiram depois dele.

Com o aparecimento, no início da década de 1870, da “escola marginalista” (JEVONS, 1983; MENGER, 1983; e WALRAS, 1983), a Economia Política sofreu uma fratura radical na definição de seu objeto de estudo, bem como na natureza de seu método – em que pese esta escola ter resgatado a concepção naturalista das escolas

fisiocrática-clássicas sobre o capitalismo e, nesse importante aspecto, constituir-se em uma herdeira dessas escolas. Esses autores construíram a fundação de um novo paradigma, sintetizado pela autodenominação mais geral de *Economia Positiva ou Economia Pura*, que expressa o desejo, desde então, de aproximar a ciência econômica das ciências da natureza, em particular a Física<sup>12</sup>. Desse modo, o capitalismo, tal como nas escolas anteriores a Marx, mais uma vez, é concebido e entendido como uma “ordem natural” eterna; as suas relações sociais são naturalizadas, dissolvendo-se o seu caráter histórico.

Nesse novo paradigma, o centro da preocupação investigativa da Ciência Econômica deixou de ser as classes e suas relações e passou a ser o indivíduo, mais propriamente o “estudo da ação humana” concebida de forma abstrata, isto é, sem condicionamento histórico-social; desse modo, o objeto de estudo da Economia também se naturaliza: a preocupação não é com a ação humana no capitalismo (um contexto específico), mas com a ação humana em qualquer economia e sociedade (BARBIERI & FEIJÓ, 2013).

A partir de um indivíduo isolado e atomizado,

---

12 O uso dos termos Economia Positiva ou Economia Pura deve-se a essa razão, tal como reivindicada por esses autores – consciente ou inconscientemente – e conforme a usual separação feita pelos Manuais entre Economia Positiva e Economia Normativa. A teoria neoclássica e suas variantes mais modernas, tanto na microeconomia quanto na macroeconomia, constituem hoje o núcleo duro da Economia Positiva.

apartado da sociedade (uma espécie de Robson Crusoe), a dinâmica da economia capitalista passou a ser derivada do comportamento, do desejo, das escolhas (decisões) e das ações desse indivíduo – idealizado no conceito de “homem econômico racional”, definido abstratamente fora da história e das relações sociais que estruturam a sociedade capitalista. Coerentemente com essa nova perspectiva, a teoria objetiva do valor-trabalho foi substituída pela teoria subjetiva do valor-utilidade.

Essa concepção, conhecida como “individualismo metodológico” (PAULANI, 2005; BARBIERI & FEIJÓ, *op. cit.*), postula que o conhecimento do “todo” deve partir do conhecimento de suas “partes”, pois estas o antecedem lógica (as partes formam o todo) e temporalmente (as partes vêm antes do todo). Assim, o conhecimento da sociedade e da economia deve, necessariamente, partir do conhecimento do indivíduo típico que as constitui; a sociedade e a economia, suas características e seu funcionamento, decorrem, e expressam num plano mais elevado, do comportamento dos indivíduos e suas relações; elas não possuem características próprias (holísticas) que já não estejam potencialmente presentes nos indivíduos e em seu comportamento. Nem estes, concebidos isoladamente, mudam de natureza quando inseridos na sociedade. Em suma, a sociedade e a economia não apresentam propriedades emergentes, que justifiquem um estatuto teórico próprio; daí a discussão,

na Economia Positiva, sobre os “fundamentos microeconômicos” da macroeconomia, e não, o inverso.

Assim, de uma ciência econômica de caráter histórico-social, do estudo das relações sociais e das leis objetivas de funcionamento e desenvolvimento da economia capitalista (Economia Política), transitou-se para uma espécie de “física social”, o estudo de como os indivíduos, sujeitos a determinadas restrições, alocam (ou devem alocar) recursos escassos que servem a fins e objetivos ilimitados (Economia Positiva) (ROBBINS, 2012). A ciência econômica tornou-se, então, uma “teoria da escolha racional” (o estudo da ação humana), construída abstratamente a partir da idealização axiomática de certo tipo de indivíduo. Mais recentemente, críticas formuladas a partir do interior do próprio campo da Economia Positiva, e a ele limitadas, têm colocado em questão essa racionalidade estrita (SIMON, 1973). As preocupações do ganhador do Prêmio Nobel no presente ano (2017), acerca de como os indivíduos decidem sobre o seu consumo, localizadas no âmbito da denominada Economia Comportamental, têm natureza semelhante e caminha na mesma direção.

Em sentido contrário, a compreensão da economia e da sociedade percebidas como uma realidade que tem características e leis próprias de funcionamento, que não podem ser reduzidas ao comportamento dos indivíduos e tampouco



diretamente dele derivadas, é o ponto de partida da Economia Política. Para esta, a sociedade não é meramente o somatório de indivíduos, assim como a economia capitalista não é apenas o somatório de consumidores e firmas; indivíduos, consumidores e firmas estão imersos (subsumidos) em uma realidade histórico-social que define os limites de sua autonomia e de suas ações, condicionando o seu comportamento (GANEM, FREITAS & MALTA, 2012).

Nessa perspectiva, antes da formulação de fundamentos microeconômicos para a macroeconomia, necessita-se definir e compreender os fundamentos macroeconômicos da microeconomia. O todo e as partes, evidentemente, só existem conjuntamente (coexistem), a sociedade não existe sem indivíduos assim como os indivíduos não existem sem a sociedade ou fora dela; mas, do ponto de vista epistemológico-metodológico, o todo antecede as partes, porque as articula e lhes dá sentido e significado. Além disso, o todo, ao estruturar organicamente as suas partes constitutivas, de certa maneira, constitui sua própria lógica e dinâmica, dando origem a propriedades emergentes que não se encontram nas partes nem derivam diretamente das relações estabelecidas entre elas: o todo não é meramente a soma delas (PRADO, 2011).

Por exemplo: os significados de indivíduo, família, escravidão e outras formas de exploração do trabalho, quando analisados apartados do contexto histórico-social concreto em que se fazem presentes, portanto, fora das relações sociais

que os constituem, perdem substância, transformam-se em conceitos abstratos, definidos aprioristicamente em relação à realidade concreta, efetivamente existente. A escravidão do Sistema Colonial Mercantilista, tal como ocorrida no Brasil e em outros países das Américas, teve um significado e um papel completamente distinto da escravidão do “Mundo Antigo”; ambas só podem ser compreendidas a partir de sua articulação com os distintos modos de produção em que estavam inseridas.

Desse modo, a Economia Política (especialmente a sua corrente marxista), tendo por objeto de estudo as leis de funcionamento e desenvolvimento da economia capitalista, parte, antes de tudo, das relações sociais que estruturam esse tipo de sociedade, em especial dos dois principais tipos de relações que organizam a economia capitalista, quais sejam: 1- a relação capital-trabalho e 2- a relação entre os distintos capitais. A primeira define uma relação assimétrica de subordinação e exploração, constituindo-se no fundamento da luta de classes no capitalismo e do processo de valorização do capital; a segunda define uma relação de competição/concorrência que também é assimétrica, pois há uma hierarquia entre os distintos capitais que se defrontam (pequenos vs. grandes, nacionais vs. internacionais etc.). Em resumo, o poder de influência e decisão dos agentes econômicos é diferenciado.



Para a corrente marxista da Economia Política, o sujeito (automático) fundamental desse tipo de economia é o “capital”, uma forma de riqueza específica, que só tem sentido e pode ser conceituado a partir da relação social estabelecida com o trabalho assalariado. A particularidade dessa forma de riqueza é que, de um lado, ela se alimenta da apropriação do trabalho alheio não pago e, de outro, ela tem que estar em permanente movimento e expansão para que possa existir; ou seja, o capital é um valor em permanente processo de valorização, um valor que se valoriza através da exploração do trabalho assalariado.

Assim, é a acumulação da riqueza pela riqueza, a busca incessante de mais-valor, que dá sentido ao capitalismo e, ao mesmo tempo, funda a lei maior do desenvolvimento desse modo de produção, qual seja: a lei do valor, que nada mais é do que a “lei de valorização do capital”. Portanto, o objetivo fundamental do capital é a sua própria valorização e não a satisfação ou o bem-estar do consumidor, através da produção de bens e serviços. Esta última apresenta-se apenas como meio de atingir esse objetivo maior que é a razão de ser dessa forma específica de riqueza; no limite, a valorização do capital (individual) pode nem passar pelo processo produtivo, quando ela ocorre na esfera estritamente financeira – como é o caso da valorização das ações de uma empresa na bolsa de valores ou da especulação com títulos e derivativos.

Nesse contexto, de necessidade compulsiva de valorização do capital, determinada e impulsionada pela competição entre os distintos capitais, o capitalista é a personificação do capital, é o seu representante. A lei de valorização do capital e outras leis daí derivadas impõem a cada capitalista individual, a partir da concorrência, a obrigação de expandir o seu capital particular, sob a pena de ser varrido da economia; não há escolha. Por isso, nesse âmbito, o verdadeiro sujeito (automático) da economia capitalista é o capital e não, o capitalista; tanto este quanto a força trabalho estão subordinados à lógica mais geral do capital. Mas esta é uma formulação em um nível de abstração elevado, considerando-se fundamentalmente a relação capital-trabalho, a partir da qual se estabelecem as leis gerais de funcionamento do capitalismo.

Num nível mais concreto de observação, que envolve a consideração de mais aspectos e determinações, para além da relação capital-trabalho, a concorrência entre os distintos capitais traz para primeira cena da análise o capitalista; as suas decisões e ações, sempre condicionadas pelo objetivo maior de valorização do capital, interferem nos acontecimentos e nas trajetórias das empresas e da economia. É também aqui, nesse menor nível de abstração, que se pode observar a disputa política (a luta de classes) entre capitalistas e trabalhadores, enquanto sujeitos que influenciam, efetivamente, os rumos da sociedade e da economia.

É a partir dessa perspectiva que a Economia Política enxerga e trata o objeto de estudo da chamada microeconomia, ou seja, a forma como os capitalistas (empresas) individuais tomam decisões com o objetivo de valorizarem seus capitais individuais; o fim e o objetivo último são sempre os mesmos: com dinheiro, fazer mais dinheiro, passando ou não pelo processo produtivo. Nesse campo de estudo, das formas de organização empresarial, encontramos com os Neoschumpeterianos e a Teoria Evolucionária – como herdeiros de Schumpeter (1982), colocam, no centro de suas formulações sobre o capitalismo, o progresso técnico e as inovações *lato sensu*.

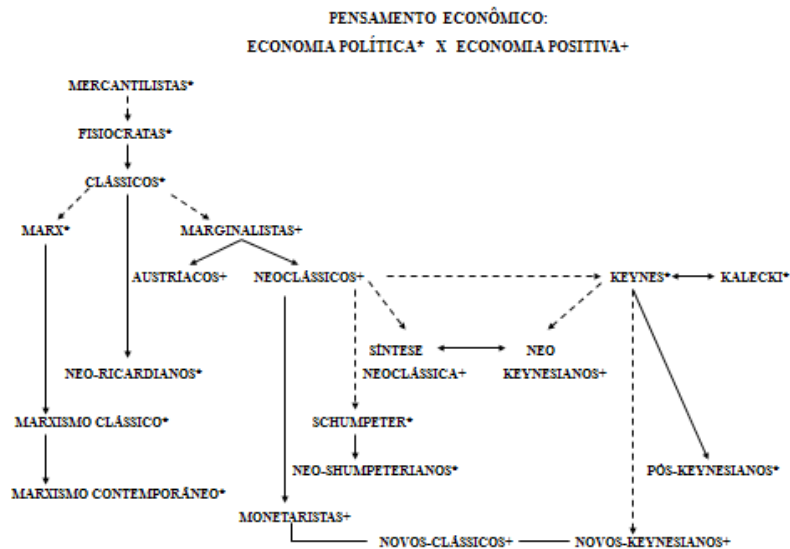
Da mesma forma, do ponto de vista da Economia Política, a análise da dinâmica e da trajetória concretas de uma economia capitalista – objeto de estudo do campo da chamada macroeconomia – também está condicionada, em última instância, pelas características estruturais próprias deste tipo de economia e pela lei de valorização do capital. Aqui nos encontramos com Keynes (1983), Kalecki (1983) e os Pós-keynesianos (MINSKY, 2008; DAVIDSON, 1994, entre outros), que expõem novas determinações no plano da demanda efetiva e das decisões capitalistas (condicionadas pela incerteza e pelas expectativas incertas com relação ao futuro), além de identificarem e analisarem as distintas formas da dinâmica econômica (instabilidade, ciclo, tendência e crise).

Abaixo, propõe-se um diagrama que procura representar e relacionar as principais escolas do pensamento econômico, segundo o seu pertencimento à Economia Política (\*) ou à Economia Positiva (+) e de acordo com a ordem cronológica de seu surgimento. Os sinais \* ou + estão colocados ao lado de cada escola para identificá-la como pertencente à Economia Política ou à Economia Positiva. As setas cheias e pontilhadas, que unem distintas escolas, procuram evidenciar, respectivamente, uma influência forte ou fraca sofrida pela escola que sucede a imediatamente anterior – apontando para uma continuação ou uma ruptura-superação, parcial ou absoluta. A posição das escolas no diagrama, mais à esquerda ou mais à direita, deve-se à conveniência para a sua construção; isso não se relaciona à posição ocupada por cada uma delas no espectro político-ideológico da Ciência Econômica.

Como toda representação esquemática e sintética, além de eventualmente ter deixado de fora alguma escola de pensamento, esta também tem alguns problemas, dubiedades ou imprecisões, como por exemplo:

1- Marx (e os marxistas), como já mencionado, é participante do campo da Economia Política e,

Quadro 1 – Principais escolas do pensamento econômico



Fonte: elaboração própria

ao mesmo tempo, o seu crítico mais agudo.

2- Os austríacos (MENGER, 1983; MISES, 2010; HAYEK, 2010), embora tendo origem na escola marginalista, tal como os neoclássicos, têm uma concepção de indivíduo (em especial Hayek) distinta do “homem econômico racional” de natureza cartesiana; diferentemente deste, o indivíduo “austríaco” tem um pé na sociedade e não tem capacidade de realizar um cálculo econômico preciso (maximizador) – o futuro é substantivamente incerto e sua capacidade de conhecimento é limitada (PAULANI, op. cit.). Adicionalmente, a formulação dos austríacos é assumidamente influenciada por

certa visão político-social do mundo (PRADO, 2009); diferentemente dos neoclássicos, não tem a pretensão de aproximar a Ciência Econômica das ciências da natureza com o intuito de torná-la absolutamente objetiva e mais científica – em especial com a construção de modelos matemáticos.

#### 4. A Economia Positiva

Esta seção, assim como a próxima, discrimina, com comentários sucintos e de forma incompleta, alguns dos pontos que considero fundamentais no confronto entre a Economia Política e a

Economia Positiva. Contemplando inicialmente esta última, as principais características do capitalismo (a economia de mercado), tal como concebido por ela, e que podem ser identificadas nos *Manuais de Economia*, são as seguintes:

1- A economia capitalista, identificada (e reduzida, na verdade) como “economia de mercado”, é uma realidade harmônica, estruturalmente estável, que, em última instância, tende sempre ao equilíbrio. A “lei de Say” está sempre subjacente, garantindo o perfeito ajuste entre oferta e demanda e entre poupança e investimento. Por isso, os seus modelos macroeconômicos são sempre “modelos de equilíbrio geral”.

2- Essa economia é composta por indivíduos, iguados de forma simétrica como proprietários de fatores de produção, que tomam decisões estritamente racionais procurando maximizar suas utilidades e satisfação. Portanto, esses agentes, com racionalidade substantiva, conhecem previamente todas as alternativas possíveis existentes, assim como os seus custos e retornos futuros. Por isso, em seus “modelos de equilíbrio geral”, a Economia Positiva adota a figura do “agente representativo” e o conceito de “expectativas racionais”. Estas últimas garantem a eficiência dos mercados, em particular os mercados financeiros.

3- Nessa economia, o objetivo da produção, por parte da firma que busca a maximização do

lucro, é a satisfação e o bem-estar dos consumidores; as preferências destes últimos, a sua demanda, garantem-lhes a soberania frente aos produtores e à oferta, que devem se adaptar, passivamente, aos seus desejos.

4- Os indivíduos, proprietários dos “fatores de produção”, recebem de acordo com a sua contribuição ao processo de produção das mercadorias. Portanto, a distribuição de renda é estritamente determinada pelas condições técnicas de produção, de acordo com a função de produção existente. A disputa capital-trabalho, travada no plano político-institucional, não é fundamental para a repartição da renda e da riqueza.

5- A incerteza é igualada a risco; por isso, o futuro pode ser objeto de um cálculo probabilístico, que tem por base a trajetória anterior da economia, não existindo, portanto, a incerteza radical. Por isso, a economia capitalista tem leis determinísticas e sua trajetória é previsível e mesmo reversível. Por fim, não há dependência do presente com relação à trajetória passada da economia, uma vez que o tempo é reversível.

6- O dinheiro não impacta a economia “real” (produção e emprego) no longo prazo (monetaristas) e, em uma versão mais ortodoxa (novo-clássico), nem mesmo no curto prazo; a oferta de moeda definida pelo Banco Central é exógena à atividade econômica e seu impacto duradouro ocorre apenas sobre o nível de preços e demais variáveis nominais.

7- A inflação, durante muito tempo, foi concebida como um fenômeno estritamente monetário, conforme a *Teoria Quantitativa da Moeda* ( $MV=PY$ ): como  $V$  (a velocidade de circulação da moeda) e  $Y$  (a renda real) são supostos constantes (a economia opera sempre no nível de pleno emprego), o nível de preços ( $P$ ) é determinado pela quantidade de moeda ( $M$ ) em circulação. Portanto, a expansão da oferta de moeda afeta apenas a inflação, e não a produção e o emprego; e isso ocorre tanto no longo prazo quanto, em sua vertente mais ortodoxa, no curto prazo. Assim, a política monetária, até os anos 1980, era feita através do controle dos agregados monetários.

8- No entanto, a partir da década de 1990, a administração dos meios de pagamentos, pelos Bancos Centrais (independentes), foi sendo substituída pela política de metas de inflação – que são perseguidas através da fixação da taxa de juros, praticamente o único instrumento de controle da inflação. Com isso, no âmbito da teoria, a *Teoria Quantitativa da Moeda* foi substituída (sem a devida crítica) pelos Modelos *Novo-keynesianos de Equilíbrio Geral*, que assumem que os agentes têm expectativas racionais e nos quais não existem moeda, crédito e sistema financeiro.

9- O desemprego, se o “livre mercado” prevalecer, é sempre voluntário; portanto, a economia está sempre no pleno emprego, ou em seu

entorno, com os ciclos econômicos e as crises sendo entendidos como fenômenos exógenos estocásticos (aleatórios). As economias tendem a ter uma “taxa natural de desemprego” de longo prazo, compatível com o estado de equilíbrio de pleno emprego e inflação controlada, e em torno da qual podem ocorrer flutuações de curto prazo.

10- O mercado de trabalho, no fim das contas, é que determina a dinâmica econômica geral, uma vez que define o nível de emprego da economia e, por consequência, o nível de produção no mercado de bens e serviços – independente da demanda efetiva dos empresários. A “lei de Say” garante que qualquer que seja o nível de emprego e de produção, os produtos daí derivados serão absorvidos em sua totalidade pelo mercado.

11- As políticas econômicas tradicionais (monetária, fiscal e cambial) – o seu conteúdo e a sua forma de operacionalização – são concebidas como instrumentos estritamente técnicos; não há alternativa à ortodoxia macroeconômica, que representa, em cada momento, o estado das artes da teoria. A política econômica, em geral, não expressa nem contempla distintos interesses presentes na sociedade e no interior do Estado; é uma questão que deve ser tratada apenas do ponto de vista técnico e diz respeito exclusivamente aos especialistas – daí a defesa do Banco Central independente.

12- O Estado<sup>13</sup> constitui-se em um ente que está acima da sociedade, um sujeito externo à economia e aos mercados, cuja função é garantir as regras e instituições que permitam o bom funcionamento de ambos; antes de tudo, garantindo segurança jurídica aos agentes econômicos, em especial o respeito ao direito de propriedade privada e ao cumprimento dos contratos. Além desse papel de fiador das instituições da economia de mercado e de “guardião da moeda”, admite-se, excepcionalmente, sua atuação direta na economia para corrigir eventuais “falhas de mercado”. Em geral, o Estado é visto e concebido como algo contraposto ao mercado, fora do âmbito da produção de bens e serviços e da competição intercapitalista; em suma, um sujeito exterior ao processo de acumulação de capital.

13- As relações internacionais não são assimétricas; o livre-comércio e a livre mobilidade de capitais resultam em vantagens para todos os países participantes, pois difundem novos produtos e possibilitam a transferência de tecnologias e de poupanças financeiras, permitindo o acesso por parte dos países mais atrasados e favorecendo todos os envolvidos nas transações. A condição fundamental para que qualquer país possa se beneficiar nesse “jogo de soma positiva” é, no comércio internacional, observar e explorar as suas vantagens comparativas já estabelecidas e, no plano interno, adotar “boas instituições”, executar reformas pró-mercado e

políticas macroeconômicas “responsáveis” que consigam obter a confiança dos investidores internacionais.

14- O desenvolvimento econômico, tendo por referência o estado alcançado pelos países centrais do sistema capitalista, é, ao mesmo tempo, a meta e o caminho a ser trilhado pelos países periféricos para poderem emparelhar com eles. Esse caminho é concebido como estágios sucessivos (degraus de uma escada) que devem ser ultrapassados, em uma escala que contempla países subdesenvolvidos, em desenvolvimento e desenvolvidos. De um ponto de vista mais geral, a variável fundamental a ser considerada, determinante do desenvolvimento, é o aumento da produtividade. Mas para obter sucesso, os países periféricos devem abrir-se, comercial e financeiramente, para as relações internacionais e o livre-mercado; só assim terão acesso à tecnologia mais moderna e à poupança financeira externa, consideradas essenciais para o seu emparelhamento. Adicionalmente, no plano interno, esses países devem avançar no grau de escolaridade da população e, como já visto anteriormente, adotar “boas instituições”, executar reformas pró-mercado e

---

13 Os três últimos comentários, sobre o ponto de vista da Economia Positiva – acerca do Estado, das relações internacionais e do desenvolvimento econômico –, estão num plano analítico de menor abstração do que os anteriores, pois incorporam mais determinações na configuração da sociedade e da economia capitalistas. O mesmo vale quando da consideração, mais à frente neste texto, desses mesmos temas a partir do ponto de vista da Economia Política.

políticas macroeconômicas “responsáveis” que consigam obter a confiança dos investidores internacionais. Os países periféricos que assim procederem, mais cedo ou mais tarde, conseguirão alcançar o estágio atingido pelos países desenvolvidos.

## 5. A Economia Política

E quais são as características fundamentais mais evidentes do modo de produção capitalista, que qualquer teoria que se proponha a explicá-lo deveria respeitar, segundo uma leitura específica da Economia Política contemporânea (aqui adotada), que incorpore, de forma não eclética, as formulações marxistas, neo-schumpeterianas evolucionárias e pós-keynesianas? Podemos listá-las:

1- O modo de produção capitalista, como todos os anteriores, está assentado em duas classes fundamentais, que possuem interesses antagônicos do ponto de vista da produção, apropriação e distribuição da riqueza; no caso específico, capitalistas e trabalhadores assalariados (disfarçados ou não).

2- O fundamento das classes é a existência da propriedade privada dos meios de produção, mais especificamente de seu monopólio por uma parte minoritária da sociedade e que tem, como contrapartida, uma grande maioria que só possui a sua força de trabalho para usar e vender. Portanto, a relação social daí derivada

é estruturalmente assimétrica e, por isso, o poder de decisão dos agentes econômicos é diferenciado.

3- Mas, como já visto anteriormente, o sujeito fundamental (automático) desse modo de produção é o capital, que só pode existir em permanente processo de valorização, através da exploração da força de trabalho. Os capitalistas individuais, como funcionários do capital, estão subsumidos, juntamente com os trabalhadores, à lei de valorização do capital, que subordina todas as suas decisões.

4- Dessa forma, no seu fundamento mais essencial, o modo de produção capitalista não pode ser harmônico nem estável; por um lado, porque ele funciona a partir de uma sociedade partida e profundamente desigual e, por outro, porque não há qualquer coordenação prévia (pré-conciliação) entre as decisões e ações tomadas pelos capitais individuais e inúmeros outros agentes econômicos que participam da economia.

5- Por isso, e pelo fato do tempo ser unidirecional e irreversível, a incerteza com relação ao futuro, com a qual os sujeitos econômicos têm que lidar, é incontornável, não podendo ser ignorada, nem tampouco ser confundida com risco, pois, ao contrário deste, não pode ser calculada. As expectativas são radicalmente incertas, portanto, não se pode supor a existência de “expectativas racionais”, que, ao reduzir

incerteza a risco, apoia-se na crença de que o aprendizado do passado pelos agentes econômicos pode ser projetado probabilisticamente para inferir o futuro.

6- Em razão do desconhecimento do futuro, os agentes não têm a capacidade de calcular e comparar benefícios ex-post resultantes da existência de decisões alternativas no presente; portanto, eles não podem, através de um cálculo de custo e benefício, maximizarem suas utilidades e satisfação previamente. Portanto, a racionalidade e o comportamento desses agentes estão muito distantes do chamado “homem econômico racional”.

7- Essa “anarquia da produção”, intrínseca ao modo de produção capitalista, possui uma ordem subjacente, que se expressa objetivamente através de certas leis tendenciais (contraditórias e não determinísticas) que, ao fim e ao cabo, apontam para a existência de flutuações da atividade econômica (produção e emprego) e crises cíclicas. Portanto, a instabilidade, os ciclos e as crises são fenômenos endógenos ao capitalismo, próprios de seu funcionamento.

8- Diferentemente de todos os modos de produção anteriores, o capitalismo constitui-se em uma imensa produção de mercadorias para a troca, transformando tudo em mercadoria, inclusive a terra, o dinheiro e a força de trabalho. Não é qualquer “Economia de Mercado”: a produção de mercadorias e as trocas estão

subordinadas à valorização do capital; para este, o objetivo final não é a obtenção do valor de uso, mas, sim, o próprio valor de troca expresso em determinado montante de dinheiro (a forma mais abstrata da riqueza).

9- O dinheiro, uma das características constitutivas essenciais do capitalismo, é a forma como se expressa (aparece) o valor das mercadorias; a sua função primeira é a de “medida de valores”. No plano da dinâmica concreta da economia capitalista, ele não pode ser ignorado de modo algum; o seu uso não é neutro em nenhum horizonte de tempo, pois tem impacto sobre as atividades econômicas, a produção e o emprego. A sua criação – e quantidade – é um fenômeno endógeno à economia e à acumulação de capital, não é algo discricionário ou ao livre-arbítrio do Banco Central. Em suma, não se pode separar a economia, de forma estanque, em “economia real” de um lado, e “economia monetária” de outro. O dinheiro é tão “real” quanto qualquer outra mercadoria.

10- A inflação, embora se expresse monetariamente, não é um fenômeno estritamente monetário, determinada pela quantidade de moeda em circulação, emitida e controlada pelo Banco Central, conforme a “Teoria Quantitativa da Moeda” ( $MV=PY$ ). Essa identidade não implica em uma relação de causalidade, que vai da quantidade de moeda (M) para os preços (P); a causalidade pode ser inversa, isto é, pode ir dos



preços para a quantidade de moeda. Portanto, existem inúmeras circunstâncias que podem determinar a elevação dos preços, e esta, por sua vez, pressionar por um aumento da quantidade de moeda em circulação.

11- A “oferta não gera a sua própria demanda”, como postula a “Lei de Say”, incorporada ao paradigma da Economia Positiva. Tudo que é produzido em uma economia capitalista, em um determinado momento, não tem garantia de poder ser vendido na sequência. A “demanda efetiva” não decorre automaticamente da produção e da oferta; o futuro não pode ser controlado e previsto de forma precisa e, em geral, nem mesmo de forma probabilística. Por isso, o mercado de trabalho tem sua dinâmica condicionada pelo mercado de bens e serviços (pela demanda efetiva) e não o inverso.

12- A capacidade ociosa não desejada e o “desemprego involuntário”, expresso na existência permanente de um “exército industrial de reserva”, são, portanto, fenômenos constitutivos desse modo de produção, não podendo, como regra, ser eliminados, apesar da invenção do conceito canhestro de “desemprego voluntário”, que está na base da macroeconomia da Economia Positiva.

13- As políticas econômicas tradicionais (monetária, fiscal e cambial) – o seu conteúdo e a sua forma de operacionalização – expressam, em cada momento, no interior do Estado, os interesses específicos de classes e frações de classe

em disputa. Elas podem, em alguma medida, afetar os rumos da economia capitalista, tanto no que diz respeito ao nível de preços, quanto à produção e ao emprego, mas não podem acabar com a instabilidade, os ciclos econômicos e as crises desse modo de produção.

14- O Estado não é um ente apartado da sociedade e do mercado, nem está acima deles; ele é produto político da luta de classes que estrutura a sociedade capitalista e constitui-se, ao mesmo tempo, em um espaço de disputa entre os distintos interesses das classes e frações de classe, assim como em um aparelho de dominação, controle e coerção das classes dominantes sobre a sociedade. Diante da luta de classes, o Estado impõe a unidade das classes, seja por meio das normas, seja por meio da violência; é ele que impede que as contradições do capitalismo não explodam na luta aberta de todos contra todos. O modo de produção capitalista tem sua origem associada ao Estado-nação, que além de criar e circunscrever os seus mercados e participar do processo de acumulação de capital, garante a institucionalidade (regras) necessária ao funcionamento da sociedade e da economia – a começar pela propriedade privada dos meios de produção. Portanto, o Estado é elemento constitutivo do capitalismo e dos mercados; a questão relevante não é se ele deve ou não intervir na economia, como se houvesse uma ação de fora para dentro e fosse possível essa escolha, mas, sim, como se apresentam, no

processo de acumulação, em cada caso particular, as relações entre as classes na sociedade civil e no interior do Estado, bem como entre poder político e poder econômico – é isso que determina a forma, a natureza e o conteúdo da permanente e inevitável “intervenção” do Estado em toda e qualquer economia capitalista.

15- As relações internacionais (políticas, comerciais, financeiras e produtivas) estabelecidas entre Estados-nação ocorrem, historicamente, a partir de certa divisão internacional do trabalho – definida e comandada pelos Estados hegemônicos, em cada momento, e que hierarquiza os países segundo o seu poder político e econômico. Desse modo, tanto a mutante divisão internacional do trabalho quanto as relações internacionais estabelecidas nesse contexto são, por definição, assimétricas. Poder militar, tecnológico, monetário-financeiro e cultural discriminam os países e definem o lugar que cada um ocupa no sistema capitalista mundial; em particular, distinguem países do núcleo central do sistema (imperialistas) e países periféricos (dependentes). Portanto, livre-comércio ou livre-mercado são construções político-ideológicas que podem assumir, em cada momento, formas distintas – como, por exemplo, a Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo – ou, simplesmente, serem absolutamente negadas, como no caso do atual Regime de Propriedade Intelectual, instituído pelo Estado e pelos grandes capitais dos EUA e imposto ao resto do mundo.

16- O desenvolvimento econômico, mais precisamente o desenvolvimento capitalista, é um processo permanente, e não um ponto de chegada, para o qual todos os países se dirigem. Esse desenvolvimento, em qualquer país, não é um resultado espontâneo, e inexorável, do livre funcionamento dos mercados – seja no interior da nação ou na esfera do comércio internacional. Em particular, os países periféricos não sairão de sua condição de inferioridade a partir do livre comércio internacional e da livre mobilidade de capitais. As vantagens competitivas das nações devem ser construídas politicamente, não surgem natural ou espontaneamente, como evidenciam todos os exemplos históricos relevantes: Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos, Japão e, mais recentemente, Coreia do Sul e China. A condição central para que isso ocorra está na capacidade do Estado-nação elaborar e executar políticas econômicas, com a articulação entre Estado-capital e a criação de instrumentos apropriados de política tecnológica, industrial, comercial e financeira.

## **6. Comentário final**

A grande crise geral do capitalismo eclodida a partir de 2007-2008 colocou em xeque, mais uma vez, as contradições desse modo de produção, evidenciando, ao mesmo tempo, as

limitações da “objetividade científica” reivindicada pelas interpretações positivistas. Todavia, passados quase dez anos da eclosão da crise, as verdades oferecidas aos estudantes pelos Manuais de Introdução à Economia continuam as mesmas, assim como os argumentos que as justificam.

A resistência do *mainstream* às críticas e às evidências empíricas está associada a uma questão fundamental, que é importante destacar, qual seja: as divergências dos dois grandes campos da ciência econômica (Economia Política vs. Economia Positiva) não decorrem simplesmente de concepções científicas diferentes. E aqui está outra distinção essencial entre ambas: para a Economia Política, ao contrário da Economia Positiva, é impossível construir uma ciência social “pura”, livre de “pré-conceitos” (valores prévios) e independente de uma “visão social do mundo” mais abrangente, mesmo que o sujeito do conhecimento, em geral, não tenha consciência desse condicionamento quando de suas formulações teóricas.

Portanto, a inserção social e política do sujeito do conhecimento circunscreve a sua percepção e compreensão da economia capitalista, tornando-o mais receptivo a esta ou àquela corrente do pensamento econômico, e mesmo turvando e limitando a sua visão sobre a realidade, quando esta insiste em desmentir as suas crenças mais arraigadas. A análise comparativa

aqui apresentada, entre Economia Política e Economia Positiva, está marcada e subsumida por certa visão social do mundo; o seu conteúdo não é, de forma alguma, “cientificamente puro” ou neutro.

Em resumo: a condição para que haja um bom debate entre esses dois campos, e para que o estudo e o aprendizado da ciência econômica possam caminhar de forma crítica e transparente, é reconhecer essa especificidade das ciências sociais, inclusive a Ciência Econômica. Tentar aproximar esta última das ciências naturais, em particular da objetividade e do método destas – em especial com uma formalização matemática cada vez mais complexa –, não a faz mais científica; ao contrário, tende a torná-la mais obscura, uma caricatura, com escassa aderência à realidade e relevância cada vez menor para o entendimento da economia capitalista – apesar da autoconfiança e, até mesmo, da arrogância do *mainstream*, fechado em torno de si mesmo em uma espécie de autismo intelectual.

## Bibliografia

- BARBIERI, Fabio & FEIJÓ, Ricardo Luiz Chaves. *Metodologia no pensamento econômico: o modo de fazer ciência dos economistas*. São Paulo: Atlas, 2013.
- BLANCHARD, O. J. "Is there a core of usable macroeconomics?", *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, pp. 244-246, May 1997.
- BLINDER, A. S. "Is there a core of practical macroeconomics that we should all believe?", *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, pp.240-243, May 1997.
- BOWLES, Samuel; EDWARDS, Richard & ROOSEVELT, Frank. *Understanding Capitalism: Competition, Command, and Change*. OUP Catalogue, Oxford University Press, edition 3, number 9780195138658.
- DAVIDSON, Paul. *Post keynesian macroeconomic theory*. USA-Massachusetts: Edward Elgar Publishing Limited, 1994.
- FERRARI FILHO, Fernando & PAULA, Luiz Fernando de (orgs.). *Dossiê da Crise*. Associação Keynesiana Brasileira, 2008. Disponível em <http://www.akb.org.br/dossies.php>
- GANEM, Angela; FREITAS, Fabio & MALTA, Maria Mello de (Orgs.). *Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.
- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- JEVONS, Stanley. *A teoria da economia política*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KHUN, Thomas S. *A Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MANKIWI, Gregory. *Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2001.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013, 2014, 2017.
- MEARMAN, John Mearman. "O ensino de Economia de costas para a realidade". Entrevista publicada na *Revista Carta Capital* em 31-12-2014.
- MENGER, Karl. *Princípios de economia política*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MINSKY, Hyman. *Stabilizing an unstable Economy*. USA: McGraw-Hill, 2008.
- MISES, Ludwig von. *Ação humana: um tratado de economia*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- PAULANI, Leda. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Editora Boitempo. 2005
- POSSAS, Mario. "A cheia do Mainstream", *Revista Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia - UFRJ, n. 1, pp. 13-58, janeiro-junho de 1997.
- PRADO, Eleutério. "Da ordem natural à ordem moral". In: *Economia, complexidade e dialética*. São Paulo: Plêiade, 2009.
- \_\_\_\_\_. "Emergência da emergência". In: *Complexidade e práxis*. São Paulo: Plêiade, 2011.
- RESENDE, André Lara. "Em plena crise: uma tentativa de recomposição analítica"; "Os rumos do capitalismo". In: *Os limites do possível: a economia além da conjuntura*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2013.
- \_\_\_\_\_. "A teoria monetária: reflexões sobre um percurso inconclusivo"; "Conclusão: formalismo e ortodoxia". In: *Juros, Moeda e Ortodoxia: teorias monetárias e controvérsias políticas*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2017.
- RODRIG, Dani. "Culpem os economistas, não a economia". *Jornal Valor Econômico*, 13/03/2009.
- ROBBINS, Lionel. *Um ensaio sobre a natureza e a importância da ciência econômica*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- ROUBINI, Nouriel & MIHM, Stephen. *A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.
- SCHUMPETER, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SIMON, Herbert S. *Da racionalidade substantiva à racionalidade procedural*. Disponível em <http://www.mcxapc.org>. Les introuvables en langue française de H. A. Simon (Document nº 5).
- SRAFFA, Piero. "The laws of returns under competitions," *Economic Journal*, dec., 1926.
- TAYLOR, J. "A core of practical macroeconomics", *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, pp.233-235, May 1997.
- VAROUFAKIS, Yanis. *Foundations of economics*. Taylor & Francis e.library, 2002.
- WALRAS, Leon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WOODFORD, R. *Revolution and evolution: elements of the new synthesis*. Columbia University, 2008.



## RESENHA

# O ESTADO COMO OBSTÁCULO AO ACÚMULO DE RIQUEZA PRIVADA

História da Riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos

Jorge Caldeira. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2017. 624p.

Recebida em 06/2018

Aprovada em 06/2018

No mais recente livro de Jorge Caldeira, *História da Riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos*, o projeto é ambicioso: contar a história da riqueza – sim, de toda riqueza – no Brasil, desde a colonização do país. Seu empreendimento é o de um analista ou intérprete que lança mão de um instrumental multidisciplinar, ou “transdisciplinar”, ressaltando, de acordo com suas próprias palavras, as análises mais recentes de “econometristas”. Apesar da utilização dessas análises, o autor escolheu deixar de lado o uso de gráficos e tabelas, para tornar a leitura do livro mais inteligível aos leitores das mais variadas áreas e formações.

Tanto em relação à “historiografia tradicional” quanto em relação aos “econometristas”, não se sabe exatamente a quem ou a quais estudos ele está se referindo. Essa imprecisão gera um paradoxo, pois, paralelamente ao esforço de tornar o livro mais acessível aos diversos leitores, as consequências mais abrangentes de suas ilações passam a ser alcançáveis – se é que o são – somente por leitores que conhecem, ao menos, parte daquela historiografia tradicional imprecisamente invocada pelo autor.

Riqueza, para o autor, é entendida como acumulação de bens (p. 11, prefácio). A partir deste conceito, ele realizará o seu empreendimento de estudá-la como ela se deu no Brasil. Note-se que aqui a escolha da preposição merece atenção. O Brasil é uma delimitação territorial, na

**MARIA APARECIDA  
AZEVEDO ABREU**

Professora do Programa de  
Graduação em Gestão Pública  
(GPDES), IPPUR/UFRJ

qual a análise foi centrada na acumulação de riqueza privada, a partir da identificação dos constrangimentos e estímulos que a organização dos sucessivos governos exercia sobre ela e da observação dos costumes dos indivíduos.

Com esta delimitação analítica, Caldeira apresenta-nos um estudo com alguns destaques que merecem nossa análise: 1) no período colonial, não teria predominado no Brasil uma economia de subsistência, como a historiografia tradicional aponta, e estaria presente aqui uma estrutura democrática bastante capilarizada, que teria sido sufocada no período imperial; 2) a Primeira República teria sido o momento de esplendor da iniciativa privada e do progresso do país, não fosse o retrocesso imposto pelo fortalecimento do Estado a partir de 1930, até 1985; 3) um novo momento áureo teria ocorrido nos governos Fernando Henrique Cardoso, sucedido por mais uma operação de sufocamento de autoria estatal, promovida pelos governos comandados pelo Partido dos Trabalhadores.

### **O período colonial brasileiro e o reino da liberdade e da espontaneidade**

Caldeira, no seu projeto de apresentar uma interpretação que julga mais correta do que as já existentes, descreve o período colonial brasileiro como aquele em que os indivíduos, em seu âmbito privado, a partir da própria

incapacidade do Estado português de administrar todo o território colonial, teriam tido espaço para empreender e para acumular riquezas. Este acúmulo, de acordo com o autor, não foi devidamente destacado pelas interpretações já existentes porque estas teriam privilegiado os dados oficiais e, além disso, novos métodos de medidas de riqueza estão hoje disponíveis e permitem captar uma riqueza que, anteriormente, não seria mensurável.

Neste período, o autor ressalta a capacidade de autogoverno do povo tupi-guarani, amparado em pesquisas antropológicas, e valoriza os costumes, que teriam convivido muito bem com as regras inadequadas portuguesas. Neste sentido, exalta a capacidade empreendedora de João Ramalho e sua prática matrimonial: “João Ramalho viveu muito bem com suas 30 mulheres e nenhum vereador o perturbou. Esses matrimônios, do ponto de vista tupi, estavam dentro dos códigos dos bons costumes e da mais elevada moral” (p. 109). “A pequena produção era a regra [...]. A busca da riqueza dava sentido à vida. O empreendedor era a figura central” (p. 117). Neste contexto, o governo português era visto mais como um entrave do que como uma alavanca para o empreendedorismo.

Do ponto de vista político, o autor ressalta o desenvolvimento de uma representatividade local bastante capilarizada, rotineira e organizada: “Onde quer que se criasse uma vila no Brasil, a

história se repetia: eleições de três em três anos, posse dos eleitos, nova eleição, transmissão do cargo”. A evidência utilizada para confirmar uma afirmação tão abrangente é a de que “não há notícias de comportamento diverso em nenhuma vila da colônia – apenas as quantificações são mais raras” (p. III). O autor deixa de lado as possibilidades de fraude, as restrições às candidaturas e descreve o período colonial, tanto no aspecto político quanto no econômico, como um período da espontaneidade e da liberdade da iniciativa privada. Esta liberdade teria sido sufocada pelo Estado, com a chegada da corte portuguesa e o estabelecimento de uma estrutura monárquica no Brasil.

Em relação ao período imperial, ao qual o autor dedica pouco de seu livro, considerando que este pretende constituir uma história da riqueza no Brasil, é de se ressaltar a ausência de considerações sobre o estabelecimento das regras sobre a propriedade imóvel no Brasil e o seu registro. A aprovação da Lei de Terras em 1850 e seus regulamentos posteriores tiveram papel importante não somente para a definição de quais seriam as terras pertencentes ao Estado, mas para transformar vários posseiros em proprietários (SILVA, 1996). Todo o tratamento da regulação da propriedade imóvel que se daria posteriormente também foi desconsiderado. Em um livro que tem como objeto a história da riqueza no país, tal ausência é um aspecto, sem dúvida, negativo.

Além disso, não há qualquer preocupação com a forma com que se deu esse acúmulo, se de forma desigual, ou concentrada – se houvesse tal preocupação, a necessidade da análise sobre os impactos da Lei de Terras seria, então, reforçada.

### **A primeira república e o período áureo do empreendedorismo**

A Primeira República é o período ao qual o autor dá maior destaque, ressaltando a importância das medidas ousadas apresentadas por Rui Barbosa e o alcance da liberdade de investidores, concedida a empresários e empreendedores. Todas as medidas de desregulação da atividade econômica implementadas no período são elogiadas, assim como, mais uma vez, o empreendedorismo paulista. O respiro econômico em relação ao Estado é destacado, sobretudo, em relação aos primeiros anos e ao Plano de Valorização do Café, que “não foi feito para produzir mais café”, mas “visava produzir mais riqueza no Brasil” (p. 486). As consequências dessa produção de riqueza artificial e financeira, que acabou se transformando em um problema econômico e de produção de desigualdades sociais, não são de preocupação de Jorge Caldeira. Mais adiante (p. 490), o autor também vai enaltecer a integração produzida pelo sistema de trocas entre São Paulo – estado produtor – e as demais regiões do país. Novamente, a desigualdade, dessa vez a regional, não é mencionada.



Tal análise abarca, a partir das premissas de que os investidores e empreendedores privados deveriam ter a acumulação de sua riqueza estimulada e não regulamentada – na medida em que questões relativas sobre a desigualdade econômica estão de fora –, o enaltecimento da figura de Prudente de Moraes e a detração de Campos Sales e de sua respectiva política dos estados, ainda que esta, como é de interpretação predominante na literatura, tenha acabado privilegiando os estados de São Paulo e Minas Gerais. A partir de Campos Sales, de fato, a estabilidade política deu-se de maneira artificial (LESSA, 2001), mas não é esse artifício que incomoda Caldeira, e, sim, os limites à especulação financeira que os sucessivos governos foram obrigados a impor aos incipientes setores produtivo e financeiro nacionais.

A tese de Caldeira, de forma bastante resumida, parece ser: quando o Estado nacional interferiu nos setores econômicos – aqui entendidos de modo bastante amplo, com a finalidade de abarcar suas diversas expressões nos diferentes momentos históricos –, a acumulação de riqueza privada deixa de acontecer, o que, a despeito de outras medidas necessárias a serem tomadas pelo Estado, é um efeito negativo o suficiente para qualificar negativamente todas as suas ações.

## **Centralização estatal e bloqueio econômico**

Os malefícios da ação estatal intensificaram-se, de acordo com Caldeira, a partir de 1930. A metáfora para o Estado é de que este seria um “muro”, que impediria influências externas e também o crescimento da economia interna. Desconsiderando o salto de industrialização ocorrido no período, Caldeira aponta que o Brasil estava à frente de outros regimes fechados, como o da China, mas atrás de outros abertos, como o estadunidense e o europeu, desconsiderando toda a dinâmica global capitalista neocolonial da posição desses países no mundo.

A centralização estatal presente no período 1930-2017, na visão do autor, teve novamente um respiro com os governos Fernando Henrique Cardoso, o mesmo que assina a primeira orelha do livro, afirmando que sucessivos governos do Brasil, como os de Geisel e os petistas, desconsideraram “as forças da sociedade”. Que o leitor não se engane pensando ser essa uma crítica a esses governos em relação ao seu distanciamento e/ou à cooptação dos movimentos sociais. As forças da sociedade, aqui, são as do capital que, mais recentemente, assumiu sua face rentista-especulativa.

Diante de tal análise, provavelmente venha à cabeça do/a leitor/a, Os Donos do Poder, de Raymond Faoro. No entanto, se Faoro estava preocupado com as relações espúrias entre Estado

e alguns setores privilegiados da sociedade e também com outros que vinham a compô-lo, Caldeira está preocupado apenas com os obstáculos que o Estado cria ao acúmulo da riqueza privada, que emerge, em seu livro, como um bem em si, não importando de que forma ele aconteça.

### **Referências Bibliográficas**

LESSA, Renato. "A invenção da república no Brasil: da aventura à rotina". In: CARVALHO, Maria A. R. de (org.) *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, pp. 11-58.

SILVA, Lígia. M. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.



## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E RESENHAS

### **1. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política aceita apenas submissões *online* pelo sistema:**

**<<http://revista.sep.org.br>>.**

2. Os artigos, comunicações e resenhas encaminhados à REVISTA, que se encontrarem dentro da ORIENTAÇÃO EDITORIAL, serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad hoc*.

3. Os trabalhos submetidos à REVISTA deverão ser originais. Em casos especiais, será aceita a publicação simultânea em outras revistas estrangeiras ou nacionais.

4. A remessa de originais à REVISTA implica a autorização para sua publicação pelo autor. Não serão pagos direitos autorais.

4. Os trabalhos submetidos à REVISTA NÃO devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, acesse <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/about/submissions#onlineSubmissions>>.

5. Transfira também, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação

institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.

6. Se não tem cadastro no sistema da Revista da SEP, por favor, cadastre-se no sistema da revista <<http://revista.sep.org.br>>. Se já está cadastrado, faça login como Autor.

7. No lado direito da tela, sob o menu AUTOR, encontra-se o link Nova submissão. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

8. Utilize a seguinte formatação, em Word for Windows:

– Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

– Fonte: times new roman, 12 pontos e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.

– Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para as comunicações e resenhas o limite é de 4 laudas. Incluir neste limite as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.

– Apresentar as tabelas, gráficos e figuras em preto e branco; numerados, e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. As notas vão para o final do texto e não no rodapé.

9. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (Marx 1982, p. 124). As referências

bibliográficas completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968. p.297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”. *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano I, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT, D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980. p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moudjiks*. Tese (Doutorado de 3º ciclo em Ciências Sociais) — École de Hautes Études en Sciences Sociales – Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

## ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política tem publicado e continuará publicando artigos científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas sejam em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza. Em suma, ela discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, ademais, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento. Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a Revista da SEP mantém o compromisso de que os artigos recebidos serão julgados isonomicamente, pelo critério da dupla revisão.

SEP – SOCIEDADE  
BRASILEIRA DE  
ECONOMIA POLÍTICA

Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia  
Campus Santa Mônica, bloco J, sala lj254 – Uberlândia, MG - 38400-902  
Portal: [www.sep.org.br](http://www.sep.org.br) – Correio eletrônico: [sep@sep.org.br](mailto:sep@sep.org.br)  
CGC 02. 040.272/0001-40

FICHA DE FILIAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Tel: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ Fax: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Endereço Residencial: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Tel: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_ Fax: ( \_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Áreas de Interesse: (Pesquisa e Ensino)

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

Palavras Chave:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

3 \_\_\_\_\_

Concordo com a divulgação das informações acima: ( ) sim ( ) não

Assinatura

ASSINATURA DA REVISTA DA  
SEP, CONTATO E SUBMISSÕES  
ONLINE

Acessar o sistema online da Revista da Sociedade Brasileira para  
Economia Política em [revista.sep.org.br](http://revista.sep.org.br) ou enviar email para a equipe  
editorial pelo endereço [revista@sep.org.br](mailto:revista@sep.org.br).





# XXIII Encontro Nacional de Economia Política

Crise, austeridade e luta de classes: o Brasil em um beco sem saída

Niterói , 12 a 15.junho.2018

ORGANIZAÇÃO



APOIOS E PATROCÍNIOS



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



CORECON RJ

